DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

DFD Nº 06/2024 – SEMUS.
Grau de Prioridade: Alta
Ao
Setor de Protocolo
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão
Nesta.

Encaminhe-se o presente DFD para **autuação e abertura de processo administrativo**.

Em seguida solicitamos que o processo seja encaminhado à **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, que em seguida encaminhará o processo ao **Departamento de Compras - DC**, para fins de realização de ampla pesquisa de mercado nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 09/2024**. Após a conclusão da pesquisa de mercado, solicitamos que os autos sejam remitidos a esta **Unidade Demandante** para fins de elaboração do *Estudo Técnico Preliminar, Gerenciamento de Riscos, se for o caso e Termo de Referência*, exceto nos casos de SRP em que será a responsabilidade de elaboração da **Secretaria Municipal de Administração (Órgão Gerenciador)**.

1 - UNIDADE/ÁREA DEMANDANTE

Unidade Demandante: Secretaria Municipal de Saúde
CNPJ: 06.113.690/0001-71
Responsável pela Unidade/Área: Clodomir Gomes da Silva Junior

2 - IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

Objeto: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Sistema de Registro de Preços – SRP: (X)Sim ou ( )Não

3 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta uma escassez de profissionais de saúde suficientes para atender as necessidades da população. A presente solicitação visa suprir essa carência na Secretaria Municipal de Saúde, buscando garantir a quantidade necessária de profissionais de saúde para manter os serviços dentro dos padrões mínimos de rapidez e qualidade exigidos pelos usuários internos e externos.

Esta contratação se justifica pela rapidez com que os processos poderão ser concluídos com o reforço da mão de obra empregada; pela economia e melhoria na qualidade dos serviços, devido à utilização de profissionais com nível correspondente à complexidade das atividades; pelo cumprimento rigoroso dos prazos de atendimento das demandas; e pela melhoria no desempenho das atividades de apoio às secretarias que desenvolvem as atividades-fim, contribuindo significativamente para a maior eficiência na realização das atividades finalísticas do município.

Nesse sentido, a Administração Pública deve buscar a otimização do uso dos recursos humanos e, sempre que possível, recorrer à execução indireta por meio de contratos, desde que a iniciativa privada na respectiva área esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para desempenhar essas funções.

A interrupção desses serviços, considerados essenciais, pode comprometer gravemente a dinâmica das atividades de apoio à Administração e à execução das funções finalísticas da Prefeitura.

Todos esses fatores contribuirão para uma percepção pública positiva dos serviços prestados e para o alcance pleno das metas institucionais da Prefeitura Municipal, fortalecendo seu papel perante a sociedade. Isso é particularmente importante no desenvolvimento de atividades na área da saúde, tanto para manter o nível dos serviços prestados atualmente quanto para cumprir com suas atribuições constitucionais.

Portanto, a solicitação se justifica pela necessidade de atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de garantir o desempenho regular das atividades desenvolvidas pelo Município de São Domingos do Maranhão/MA.

4 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição e/ou contratação deverá ser fundamentada com base na **Lei nº 14.133/2021**.

5 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A **Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão** não optou pela elaboração do PCA do exercício de 2024, por essa razão a presente demanda não possui alinhamento com o planejamento da organização.

6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Data Desejada para Início da Execução do Objeto: 28 de agosto de 2024.

Local de execução dos serviços: Os serviços deverão ser executados nos locais indicados na **Ordem de Serviços – OS;**

A Contratada deverá executar os serviços na Rede Municipal de Saúde, nos horários das **08h00min às 12h00min** e das **14h00min às 17h00min e Hospital Municipal 24 (vinte e quatro) horas**, localizado na, São Domingos do Maranhão – MA, Cep. nº 65.690-000.

Prazo de início da execução dos serviços: A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até **XX (XXXX) dias** após emissão da Ordem de Serviços (OS) pela Contratante e recebida pela Contratada.

7 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DA DEMANDA

As especificações do objeto, unidades de fornecimento, quantitativos e as respectivas especificações técnicas seguem consolidados na tabela abaixo:

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	P. Unit	Recorrência	Total
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

3		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	26
MÉDICO CLÍNICO	Unidade	16
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	32
ESB		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ODONTOLOGO	Unidade	20
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	20
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	3
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	5
FARMACEUTICO	Unidade	2

FISIOTERAPEUTA	Unidade	9
FONOAUDIOLOGO	Unidade	4
NUTRICIONISTA	Unidade	3
PSICOLOGO	Unidade	3
LABORATORIO DE PROTESE		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
PROTESISTA	Unidade	4
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	4
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	5
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
FARMACEUTICO	Unidade	2
MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1
PSICOLOGO	Unidade	3
PSICOPEDAGOGO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2
EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
MEDICO CLINICO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	5
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	2
FONOAUDIOLOGO	Unidade	2
NUTRICIONISTA	Unidade	2
ODONTOLOGO	Unidade	2
SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU		

Especialidade	Unidade	Quantidade
ENFERMEIRO	Unidade	8
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	7

Estimou-se os quantitativos acima com base em contratos de exercícios anteriores.

Declaro que a formalização da demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos na justificativa da necessidade do presente documento.

8 - INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATOS

Fiscal do Contrato: conforme portaria em anexo.

9 - LOCAL E DATA

São Domingos do Maranhão - MA, 28 de março de 2024.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Clodomir Gomes da Silva Junior, Francilene de Sousa Melo

PROBLEMA RESUMIDO: A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta sérias dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde. Essa situação gera impactos negativos na qualidade de vida dos cidadãos, resultando em agravamento de doenças, aumento da incapacidade funcional e até mesmo óbitos evitáveis.

A escassez de profissionais de saúde qualificados, a falta de estrutura adequada nos serviços de atendimento e a demora no agendamento de consultas e exames são alguns dos principais obstáculos enfrentados pela população local. Além disso, a precariedade no transporte público e a distância dos centros de referência em saúde contribuem para agravar a situação, impossibilitando o atendimento oportuno e eficaz dos pacientes.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental que sejam adotadas medidas urgentes para garantir o acesso equitativo e universal aos serviços de saúde especializados, assegurando assim o direito básico à saúde de todos os cidadãos de São Domingos do Maranhão. A implementação de políticas públicas efetivas, a ampliação da capacidade de atendimento nas unidades de saúde locais e a melhoria na infraestrutura das unidades de saúde são algumas das ações necessárias para resolver esse grave problema e promover o bem-estar da população.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

1. Disponibilidade de consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde para atender toda a população do município de São Domingos do Maranhão.

2. Infraestrutura adequada para realização dos atendimentos, incluindo equipamentos médicos e instalações apropriadas.

3. Equipe qualificada e experiente de profissionais de saúde, incluindo médicos especialistas, enfermeiros e técnicos em saúde.

4. Agendamento eficiente e organizado de consultas e procedimentos, garantindo o acesso rápido e sem grandes filas de espera.

5. Atendimento humanizado e acolhedor, visando o bem-estar e a satisfação dos pacientes.

6. Sistema de informação e registro dos atendimentos que permita o acompanhamento dos casos e a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

7. Controle de qualidade dos serviços, com monitoramento periódico e avaliação de indicadores de desempenho.

8. Parcerias com outras instituições de saúde para encaminhamento de casos mais complexos ou para realização de exames complementares.

9. Facilidade de acesso aos serviços, considerando a localização geográfica das unidades de saúde e a disponibilidade de transporte público para os pacientes.

10. Transparência na gestão dos recursos públicos destinados à saúde, garantindo a eficiência e a eficácia na utilização dos mesmos.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

1. Contratação de clínicas especializadas para atendimento exclusivo da população:

Vantagens:

- Acesso mais rápido aos serviços de saúde
- Maior disponibilidade de especialidades médicas
- Possibilidade de negociação de descontos e condições favoráveis

Desvantagens:
- Custo elevado para a Prefeitura
- Dependência de fornecedores externos
- Risco de não atender plenamente às necessidades da população

2. Parceria com hospitais regionais para realização de consultas e procedimentos especializados:

Vantagens:

- Custos compartilhados entre município e hospital
- Maior oferta de serviços de saúde
- Infraestrutura adequada para procedimentos mais complexos

Desvantagens:

- Possível falta de disponibilidade de horários para consultas
- Dependência da agenda do hospital
- Deslocamento necessário para acessar os serviços

3. Implementação de telemedicina para consultas remotas:

Vantagens:

- Acesso facilitado a especialistas mesmo em locais remotos
- Redução de custos com deslocamento dos pacientes
- Agilidade no agendamento de consultas

Desvantagens:

- Necessidade de infraestrutura tecnológica e internet de qualidade
- Possíveis limitações na realização de exames físicos
- Dificuldade de estabelecer um vínculo médico-paciente

4. Contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na rede municipal de saúde:

Vantagens:

- Maior controle sobre a qualidade e eficiência dos serviços prestados
- Melhor integração com a equipe local
- Possibilidade de ampliar a capacidade de atendimento gradualmente

Desvantagens:
- Custos fixos com contratação de profissionais qualificados
- Possível dificuldade em encontrar profissionais disponíveis no mercado
- Demanda por treinamento e capacitação constantes

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão. Cada uma delas possui suas vantagens e desvantagens, sendo importante considerar as especificidades do contexto local e as necessidades da população atendida para escolher a melhor alternativa.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde para atuação na Rede Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão se fundamenta em diversas razões técnicas e operacionais que visam garantir o acesso da população local a consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a população de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido à falta de profissionais qualificados e especializados disponíveis na região. Com a contratação de uma empresa especializada, será possível garantir a presença de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas e outros profissionais necessários para atender às demandas da comunidade de forma eficiente e eficaz.

Além disso, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde trará vantagens operacionais significativas, tais como a otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis, a padronização dos procedimentos e protocolos de atendimento, o aumento da qualidade e eficiência dos serviços prestados, a redução do tempo de espera dos pacientes por consultas e tratamentos, entre outros benefícios.

Outro ponto relevante a ser considerado é a possibilidade de estabelecimento de parcerias com a empresa contratada para a realização de capacitações e treinamentos para os profissionais de saúde da rede municipal, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos e para o desenvolvimento das competências da equipe.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde representa uma solução viável e eficaz para superar as dificuldades enfrentadas pela população de São Domingos do Maranhão no acesso aos serviços de saúde especializados, proporcionando benefícios tanto

do ponto de vista técnico quanto operacional e contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade local.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Recorrência	RS Total
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10,00	12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7,00	12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40,00	12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6,00	12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11,00	12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6,00	12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18,00	12	
8	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1,00	12	
9	NUTRICIONISTA	Unidade	5,00	12	
10	ODONTOLOGO	Unidade	22,00	12	
11	PROTESISTA	Unidade	4,00	12	
12	PSICOLOGO	Unidade	6,00	12	
13	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2,00	12	
14	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48,00	12	
15	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24,00	12	
16	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2,00	12	

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado MAPA DE APURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde foi justificada pelo problema enfrentado pela população de São Domingos do Maranhão no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados. A solução escolhida visa atender a demanda por profissionais de saúde na rede municipal. A contratação pelo menor preço global/lote garante que a Prefeitura obtenha o melhor custo-benefício para oferecer um atendimento de qualidade à população, dentro das possibilidades financeiras do município.

7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde, a Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão poderá alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Em relação à economicidade, a contratação da empresa possibilitará a otimização dos recursos financeiros, uma vez que será possível realizar um planejamento estratégico para a utilização eficiente dos recursos destinados à saúde. Além disso, a contratação de profissionais especializados evita desperdícios e retrabalhos, resultando em uma gestão mais eficaz dos recursos materiais e financeiros.

Já em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação da empresa permitirá o acesso a profissionais qualificados e especializados nas diferentes áreas da saúde, como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e dentistas. Isso contribuirá para uma maior oferta de serviços de qualidade à população, reduzindo as filas de espera por consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Por fim, a contratação da empresa também possibilitará uma maior integração entre os profissionais de saúde da Rede Municipal, promovendo a troca de conhecimentos e experiências, o que pode resultar em melhores práticas e uma prestação de serviços mais eficiente e eficaz para a população de São Domingos do Maranhão.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1. Realizar um levantamento detalhado das demandas de saúde da população de São Domingos do Maranhão.
2. Estudar a viabilidade econômica e jurídica da contratação de serviços especializados em saúde.
3. Elaborar um plano de contratação que contemple as necessidades identificadas.
4. Realizar um processo de licitação transparente e justo para selecionar o prestador de serviços.
5. Capacitar servidores para fiscalização e gestão contratual, garantindo o correto cumprimento do contrato.
6. Estabelecer metas e indicadores de desempenho para avaliar a eficácia da solução implementada.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Após análise do problema apresentado e da solução escolhida, conclui-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para resolver as dificuldades de acesso à saúde da população de São Domingos do Maranhão. As contratações necessárias seriam apenas aquelas relacionadas diretamente à solução escolhida, sem a obrigatoriedade de contratações adicionais para complementar a solução proposta.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de possíveis impactos ambientais.

11 - CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

São Domingos do Maranhão - MA, 2 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretária Adjunta Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes no Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta uma escassez de profissionais de saúde suficientes para atender as necessidades da população. A presente solicitação visa suprir essa carência na Secretaria Municipal de Saúde, buscando garantir a quantidade necessária de profissionais de saúde para manter os serviços dentro dos padrões mínimos de rapidez e qualidade exigidos pelos usuários internos e externos.

Esta contratação se justifica pela rapidez com que os processos poderão ser concluídos com o reforço da mão de obra empregada; pela economia e melhoria na qualidade dos serviços, devido à utilização de profissionais com nível correspondente à complexidade das atividades; pelo cumprimento rigoroso dos prazos de atendimento das demandas; e pela melhoria no desempenho das atividades de apoio às secretarias que desenvolvem as atividades-fim, contribuindo significativamente para a maior eficiência na realização das atividades finalísticas do município.

Nesse sentido, a Administração Pública deve buscar a otimização do uso dos recursos humanos e, sempre que possível, recorrer à execução indireta por meio de contratos, desde que a iniciativa privada na respectiva área esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para desempenhar essas funções.

A interrupção desses serviços, considerados essenciais, pode comprometer gravemente a dinâmica das atividades de apoio à Administração e à execução das funções finalísticas da Prefeitura.

Todos esses fatores contribuirão para uma percepção pública positiva dos serviços prestados e para o alcance pleno das metas institucionais da Prefeitura Municipal, fortalecendo seu papel perante a sociedade. Isso é particularmente importante no desenvolvimento de atividades na área da saúde, tanto para manter o nível dos serviços prestados atualmente quanto para cumprir com suas atribuições constitucionais.

Portanto, a solicitação se justifica pela necessidade de atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de garantir o desempenho regular das atividades desenvolvidas pelo Município de São Domingos do Maranhão/MA.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	

3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

3		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	26
MÉDICO CLÍNICO	Unidade	16
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	32
ESB		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ODONTOLOGO	Unidade	20
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	20
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	3
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	5
FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	9
FONOAUDIOLOGO	Unidade	4
NUTRICIONISTA	Unidade	3
PSICOLOGO	Unidade	3
LABORATORIO DE PROTESE		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
PROTESISTA	Unidade	4
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	4
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	5
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
FARMACEUTICO	Unidade	2
MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1
PSICOLOGO	Unidade	3
PSICOPEDAGOGO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2
EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
MEDICO CLINICO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	5
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	2
FONOAUDIOLOGO	Unidade	2
NUTRICIONISTA	Unidade	2

ODONTOLOGO	Unidade	2
SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	8
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	7

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 09/2024. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponíveis no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

3.2. DESCRITIVO DAS FUNÇÕES:

3.2.1. ENFERMEIRO:

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.2. MÉDICO CLÍNICO

Requisito: Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar consultas e atendimentos médicos;

b) Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas;

c) Coordenar programas e serviços em saúde;

d) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção de doenças.

e) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.3. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Requisito: Curso técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de enfermagem, na prestação de cuidados diretos de enfermagem, na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar, na prevenção e controle de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência à saúde;

b) Executar atividades de desinfecção e esterilização;

c) Organizar o ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões;

d) Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

e) Preparar os pacientes para consultas e procedimentos, seguindo a orientação de enfermeiros e da equipe médica,

f) Promover a educação em saúde, incentivando e auxiliando em práticas de higiene;

g) Atuar nas atividades de menor complexidade, sob a supervisão de um enfermeiro.

h) Aplicar injeções e vacinas e administrar medicações que tenham sido prescritas por médicos.

i) Realizar imobilizações, fazer curativos e esterilizar instrumentos e equipamentos hospitalares que serão utilizados pela equipe de saúde;

j) Atuar na higienização dos pacientes e curativos;

k) Realizar outras atividades inerentes à sua função.

3.2.4. ODONTOLOGO

Requisito: Curso Superior em Odontologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender e orientar os pacientes;

b) Executar procedimentos odontológicos;

c) Estabelecer diagnósticos e prognósticos;

d) Promover e coordenar medidas de promoção e prevenção da saúde e ações de saúde coletiva;

e) Atuar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

3.2.5. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Requisito: Curso Técnico em Saúde Bucal

Descrição das Atividades da Função:

a) Atuar na promoção, prevenção e controle das doenças bucais;

b) Promover e participar de programas educativos e de saúde bucal, orientando indivíduos e grupos, principalmente com relação à escovação e aplicação de flúor;

c) Participar da realização de estudos epidemiológicos em saúde bucal;

d) Realizar, sob supervisão do cirurgião-dentista, atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do indivíduo;

e) Supervisionar, sob delegação, o trabalho do auxiliar de consultório dentário;

f) Controlar estoques e gerenciar a manutenção do aparato tecnológico presente no consultório;

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.6. ASSISTENTE SOCIAL

Requisito: Curso Superior em Serviço Social

Descrição das Atividades da Função:

a) Planejar soluções, organizar e intervir em questões relacionadas à saúde e manifestações sociais, para elaboração, implementação e monitoramento do Serviço Social, com foco na promoção da saúde;

b) Prestar serviços de âmbito social, a indivíduos em grupos e comunidade, identificando e analisando seus problemas, necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social.

c) Contribuir e participar nas ações de Saúde Ocupacional;

d) Realizar acompanhamento psicossocial de trabalhadores e pacientes, buscando alternativas de enfrentamento individual e coletivo;

e) Prestar serviços sociais orientando pacientes, acompanhantes, famílias, comunidade e equipes de trabalho da Prefeitura Municipal sobre direitos, deveres, serviços e recursos sociais;

f) Formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos;

g) Planejar, elaborar e avaliar programas, projetos e planos sociais em diferentes áreas de atuação profissional;

h) Desempenhar atividades administrativas e assistenciais;

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.7. EDUCADOR FÍSICO

Requisito: Curso Superior em Educação Física e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Participar de equipes multidisciplinares, auxiliando no tratamento de pessoas com problemas físicos ou psíquicos;

b) Executar, organizar e supervisionar programas de atividade física para pessoas e grupos;

c) Condicionar fisicamente crianças, adolescentes, adultos e idosos;

d) Avaliar o resultado do tratamento por meio de testes e questionários de qualidade de vida;

e) Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes de Saúde da Família, contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência, como proposta de inclusão social e combate à violência, capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento das atividades.

3.2.8. FARMACEUTICO

Requisito: Curso Superior em Farmácia

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar tarefas específicas de controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos e insumos correlatos;

b) Orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos;

c) Estabelecer boas práticas de armazenamento, dispensação, distribuição e controle de medicamentos e insumos;

d) Monitorar a qualidade dos produtos e serviços;

e) Executar atividades de assistência farmacêutica e executar ações de vigilância em saúde;

f) Trabalhar segundo normas técnicas de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.9. FISIOTERAPEUTA

Requisito: Curso Superior em Fisioterapia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar diagnóstico com levantamento de problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termo de reabilitação.

b) Desenvolver ações de promoção e proteção a saúde em conjunto com as equipes de saúde;

c) Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos.

d) Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhado, de acordo com as necessidades dos usuários.

e) Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos.

f) Realizar discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares.

g) Orientar e informar pessoas com deficiência, sobre posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente as características especiais de cada indivíduo.

h) Desenvolver ações de Reabilitação que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão.
i) Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnostico, para o manejo e situações oriundas da deficiência de um dos seus componentes.

j) Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos necessários;

k) Realizar encaminhamentos e acompanhamento das indicações de concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde.

l) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.10. FONOAUDIOLOGO

Requisito: Curso Superior em Fonoaudiologia

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação daqueles que utilizam protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;

b) Tratar de pacientes efetuando avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida;

e) Avaliar aspectos do desenvolvimento da fala e da linguagem em adultos e crianças como forma preventiva e, se necessário realizar reabilitação;

f) Realizar triagem auditiva em escolas e creches, bem como em indivíduos com suspeita ou de risco à perda auditiva;

g) Desenvolver ações coletivas preventivas através de palestras abordando situações ou patologias que interfiram na fala, linguagem, voz, audição, deglutição, aprendizagem, etc.

h) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.11. NUTRICIONISTA

Requisito: Curso Superior em Nutrição

Descrição das Atividades da Função:

a) Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos);

b) Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição;

c) Efetuar controle higiênico-sanitário;

d) Capacitar as Equipes de Saúde da Família e participar de ações vinculadas aos programas de controle, prevenção dos distúrbios nutricionais com carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição.

e) Participar de programas de educação nutricional;

f) Elaborar em conjunto com as Equipes de Saúde da Família, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e contra - referência do atendimento.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.12. PSICOLOGO

Requisito: Curso Superior em Psicologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação;

b) Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o paciente durante o processo de tratamento ou cura;

c) Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes;

d) Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins;

e) Avaliar alterações das funções cognitivas, buscando diagnóstico ou detecção precoce de sintomas, tanto em clínica quanto em pesquisas;

f) Acompanhar e avaliar tratamentos cirúrgicos, medicamentosos e de reabilitação;

g) Promover a reabilitação neuropsicológica;

h) Auditar, realizar perícias e emitir laudos, gerando informações e documentos sobre as condições ocupacionais ou incapacidades mentais;

i) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.13. PROTESISTA

Descrição das Atividades da Função:

a) Confeccionar dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião-dentista;

b) Prestar suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias;

c) Operar e zelar pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodônticos;

d) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.14. ENFERMEIRO

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.15. MÉDICO PSIQUIATRA

Requisito: Curso Superior em Medicina, com especialização na área e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Diagnosticar e tratar as afecções psicopatológicas, empregando técnicas especiais, individuais ou de grupo, para prevenir, recuperar ou reabilitar o paciente;

b) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção dessas doenças.

c) Realizar consultas e atendimentos médicos;

d) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

e) Realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.16. PSICOPEDAGOGO

Requisito: Curso Superior em Psicopedagogia

Descrição das Atividades da Função:

a) Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância;

b) Participar da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

c) Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais.

d) Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

h) Atuar no contexto clínico, avaliando as funções cognitivas, motoras e de interação social dos clientes e promovendo a reabilitação das funções prejudicadas dos mesmos.

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.17. TERAPEUTA OCUPACIONAL

Requisito: Curso em Terapia Ocupacional

Descrição das Atividades da Função:

a) Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreativas objetivando restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente;

b) Realizar diagnósticos, intervenções e tratamentos de pacientes utilizando os devidos procedimentos de terapia ocupacional;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver e organizar programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;

e) Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo;

f) Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo;

g) Avaliar os trabalhos realizados;

h) Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes;

i) Participar de programas voltados para a saúde pública;

j) Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;

k) Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;

l) Executar outras tarefas semelhantes.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. A empresa deverá prestar os serviços solicitados **nas Unidades Básica de Saúde do Município**.

4.2. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciados no prazo de **10 (dez) dias uteis,** a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de "Ordem de Serviços", a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. Todas as despesas inerentes a execução dos serviços, custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e previdenciários, correrão por conta exclusiva da contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. Não se aplica.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;

6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;

7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para prestação dos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;

7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço Global.**

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. O edital ou o aviso de contratação direta definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

9.1.1. Habilitação jurídica;
9.1.2. Habilitação técnica
9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional

10.1.1. **Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante já executou ou que esteja executando serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

a) Deverá ser comprovando os quantitativos mínimos de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância conforme a seguir:

a.1) Enfermeiro – 20 (vinte) Profissionais;
a.2) Médico Clínico – 9 (nove) Profissionais;
a.3) Odontólogo – 11 (onze) Profissionais;
a.4) Técnico de Enfermagem – 24 (vinte e quatro) Profissionais;
a.5) Técnico em Saúde Bucal – 12 (doze) Profissionais.

10.2. Comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

10.3. **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal (vigente)**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede do licitante, consoante disposto no art. 51 da Lei nº: 6.360/1976.

10.4. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais e/ou contratos.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Haverá exigência da garantia da contratação prevista nos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada poderão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

13.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

13.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

13.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os Serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os Serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento

14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

17.1. Não se aplica.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.1 a 18.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar com o Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

18.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

18.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras normas vigentes da Administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida norma.

18.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro de Fornecedores do Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO.

18.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DO REAJUSTE CONTRATUAL

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

São Domingos do Maranhão – (MA) 04 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretaria Adjunta Municipal de Saúde
Responsável pela elaboração do TR.

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos da legislação vigente.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
SETOR DE PROTOCOLO

TERMO DE ABERTURA E/OU AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINSITRATIVO.

Aos **04 de abril de 2024**, **às 10h33min**, procedi a abertura e autuação do presente processo administrativo, nos seguintes termos:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 066/2024

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO- PMC

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

ASSUNTO: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: XXXXXXXXXX

CIDADE/UF: São Domingos do Maranhão- MA

São Domingos do Maranhão- MA, 04 de abril de 2024.

João Nascimento Neto

João Nascimento Neto
Chefe do Setor de Protocolo
Setor de Protocolo

FOLHAS 36
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS

OBJETO: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Solicitamos a colaboração dessa empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, com sede à Praça Getúlio Vargas, Centro de São Domingos do Maranhão em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de "planilha de preços de mercado" e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos/serviços que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

São Domingos do Maranhão – MA, _____/_____/_____

_____
Chefe Setor de Compra

FOLHAS 31
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ESPECIFCAÇÕES E QUANTIDADES.

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

Prazo de entrega – CONFORME CRONOGRAMA DE ENTREGA
Validade da proposta – mínima de 60 dias
Garantia quanto a qualidade dos produtos

FOLHAS 38
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CENTRALMED

T. BARROS AMANCIO EIRELI
RUA CORONEL VITORINO LUCENA, Nº 350, ANDAR 01, CEP: 65.760-000, CENTRO, PRESIDENTE DUTRA/MA
CNPJ: 18.202.224/0001-41

COTAÇÃO DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de São Domingos/MA
Conforme solicitado, segue cotação de preços, conforme planilha anexa:

EMPRESA: CENTRALMED
CNPJ nº 18.202.224/0001-41
ENDEREÇO: Rua Coronel Vitorino Lucena, nº 350, andar 01, CEP: 65.760-000, Centro, Presidente Dutra/MA.

SÃO DOMINGOS/MA			
ESF			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.078,30	26	R$ 184.035,68
MÉDICO CLÍNICO	R$ 8.121,50	16	R$ 129.943,93
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.030,61	32	R$ 160.979,45
			R$ 474.959,06
ESB			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ODONTOLOGO	R$ 4.768,28	20	R$ 95.365,66
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.755,50	20	R$ 55.109,98
			R$ 150.475,64
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.916,15	3	R$ 11.748,46
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.610,69	5	R$ 18.053,47
FARMACEUTICO	R$ 3.650,89	2	R$ 7.301,79
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.477,28	9	R$ 31.295,52
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.491,90	4	R$ 13.967,61
NUTRICIONISTA	R$ 3.452,91	3	R$ 10.358,73
PSICOLOGO	R$ 3.788,87	3	R$ 11.366,61
			R$ 104.092,18
LABORATORIO DE PROTESE			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
PROTESISTA	R$ 3.667,36	4	R$ 14.669,42
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.755,50	4	R$ 11.022,00
			R$ 25.691,42
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.916,15	5	R$ 19.580,77
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.610,69	2	R$ 7.221,39

FOLHAS 39
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CENTRALMED

T. BARROS AMANCIO EIRELI
RUA CORONEL VITORINO LUCENA, Nº 350, ANDAR 01, CEP: 65.760-000, CENTRO, PRESIDENTE DUTRA/MA
CNPJ: 18.202.224/0001-41

ENFERMEIRO	R$ 7.078,30	3	R$ 21.234,89
FARMACEUTICO	R$ 3.650,89	2	R$ 7.301,79
MEDICO PSQUIATRA	R$ 20.723,51	1	R$ 20.723,51
PSICOLOGO	R$ 3.788,87	3	R$ 11.366,61
PSICOPEDAGOGO	R$ 4.085,85	2	R$ 8.171,70
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.030,61	4	R$ 20.122,43
TERAPEUTA OCUPACIONAL	R$ 4.085,85	2	R$ 8.171,70
			R$ 123.894,77

EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.916,15	2	R$ 7.832,31
ENFERMEIRO	R$ 7.078,30	3	R$ 21.234,89
MEDICO CLINICO	R$ 10.356,58	2	R$ 20.713,15
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.030,61	5	R$ 25.153,04
			R$ 74.933,38

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
FARMACEUTICO	R$ 3.650,89	2	R$ 7.301,79
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.477,28	2	R$ 6.954,56
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.491,90	2	R$ 6.983,81
NUTRICIONISTA	R$ 3.452,91	2	R$ 6.905,82
ODONTOLOGO	R$ 4.768,28	2	R$ 9.536,57
			R$ 37.682,54

SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.078,30	8	R$ 56.626,36
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.030,61	7	R$ 35.214,26
			R$ 91.840,62
TOTAL MENSAL			**R$ 1.083.569,60**
TOTAL ANUAL			**R$ 13.002.835,24**

Valor Total da Proposta: R$ 13.002.835,24 (treze milhões e dois mil e oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
Validade: 90 (noventa) dias.

Tenório Barros
CPF nº 999.073.803-34
Representante legal

FOLHAS 40
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS

OBJETO: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Solicitamos a colaboração dessa empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, com sede à Praça Getúlio Vargas, Centro de São Domingos do Maranhão em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de "planilha de preços de mercado" e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos/serviços que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

São Domingos do Maranhão – MA, _____/_____/_____

_____
Chefe Setor de Compra

FOLHAS 41
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ESPECIFCAÇÕES E QUANTIDADES.

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

Prazo de entrega – CONFORME CRONOGRAMA DE ENTREGA
Validade da proposta – mínima de 60 dias
Garantia quanto a qualidade dos produtos

FOLHAS 42
Nº PROCESSO 066/2024.
Assinatura

SOLUCIONAR
ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS EM SAÚDE

COTAÇÃO DE PREÇOS

Ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Domingos/MA

Dados da empresa:
Razão Social: MS APOIO A GESTAO LTDA
Nome Fantasia: SOLUCIONAR ASSESSORIA CONSULT. E TREINAMENTOS EM SAUDE
CNPJ: 35.882.378/0001-40
Endereço: R HERMES DA FONSECA, nº 95, Centro, São João dos Patos/MA, CEP: 65.665-000
Contato: Telefone: (99) 98416-8318 / Email: solucionar.act@hotmail.com

Conforme solicitado, segue nossa proposta de preços:

SÃO DOMINGOS/MA			
ESF			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.046,60	26	R$ 183.211,64
MÉDICO CLÍNICO	R$ 8.085,13	16	R$ 129.362,09
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.008,08	32	R$ 160.258,65
			R$ 472.832,38
ESB			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ODONTOLOGO	R$ 4.746,93	20	R$ 94.938,65
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.743,16	20	R$ 54.863,22
			R$ 149.801,86
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.898,62	3	R$ 11.695,86
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.594,53	5	R$ 17.972,63
FARMACEUTICO	R$ 3.634,55	2	R$ 7.269,09
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.461,71	9	R$ 31.155,39
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.476,27	4	R$ 13.905,07
NUTRICIONISTA	R$ 3.437,45	3	R$ 10.312,34
PSICOLOGO	R$ 3.771,91	3	R$ 11.315,72
			R$ 103.626,10
LABORATORIO DE PROTESE			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
PROTESISTA	R$ 3.650,93	4	R$ 14.603,74
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.743,16	4	R$ 10.972,64
			R$ 25.576,38
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.898,62	5	R$ 19.493,09
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.594,53	2	R$ 7.189,05

ENFERMEIRO	R$ 7.046,60	3	R$ 21.139,80
FARMACEUTICO	R$ 3.634,55	2	R$ 7.269,09
MEDICO PSQUIATRA	R$ 20.630,72	1	R$ 20.630,72
PSICOLOGO	R$ 3.771,91	3	R$ 11.315,72
PSICOPEDAGOGO	R$ 4.067,55	2	R$ 8.135,11
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.008,08	4	R$ 20.032,33
TERAPEUTA OCUPACIONAL	R$ 4.067,55	2	R$ 8.135,11
			R$ 123.340,02

EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.898,62	2	R$ 7.797,24
ENFERMEIRO	R$ 7.046,60	3	R$ 21.139,80
MEDICO CLINICO	R$ 10.310,20	2	R$ 20.620,41
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.008,08	5	R$ 25.040,41
			R$ 74.597,86

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
FARMACEUTICO	R$ 3.634,55	2	R$ 7.269,09
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.461,71	2	R$ 6.923,42
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.476,27	2	R$ 6.952,53
NUTRICIONISTA	R$ 3.437,45	2	R$ 6.874,90
ODONTOLOGO	R$ 4.746,93	2	R$ 9.493,86
			R$ 37.513,81

SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.046,60	8	R$ 56.372,81
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.008,08	7	R$ 35.056,58
			R$ 91.429,39
TOTAL MENSAL			**R$ 1.078.717,80**
TOTAL ANUAL			**R$ 12.944.613,59**

VALOR TOTAL: R$ 12.944.613,59 (doze milhões e novecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e treze reais e cinquenta e nove centavos).
PRAZO DE VALIDADE DA COTAÇÃO DE PREÇOS: 60 (sessenta) dias.

MS APOIO A GESTÃO LTDA
Lia Raquel Moura Silva
Diretora Administrativa

FOLHAS 43
Nº PROCESSO 06
Assinatura

FOLHAS 44
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO DE PRODUTOS

OBJETO: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Solicitamos a colaboração dessa empresa no sentido de preencher todos os dados requeridos na planilha em anexo à próprio punho (preços unitários e totais) ou elaboradas e impressas por qualquer processo eletrônico e entregar com o máximo de urgência possível, no Setor de Compras desta Prefeitura Municipal, com sede à Praça Getúlio Vargas, Centro de São Domingos do Maranhão em dias úteis, no horário das 08:00h (oito horas) às 12:00h (doze horas).

As informações prestadas por essa empresa serão utilizadas para obtenção de "planilha de preços de mercado" e servirão para verificação da modalidade de licitação cabível.

Encaminhamos em anexo a planilha com os quantitativos e especificações dos produtos/serviços que deverão ser cotados.

Certo de contarmos com o pronto atendimento a esta solicitação, reiteramos nossos mais sinceros votos de consideração.

São Domingos do Maranhão – MA, _____/_____/_____

_____
Chefe Setor de Compra

FOLHAS 45
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71

PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ESPECIFCAÇÕES E QUANTIDADES.

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	P. Unit	Recorrência	Total
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

Prazo de entrega – CONFORME CRONOGRAMA DE ENTREGA
Validade da proposta – mínima de 60 dias
Garantia quanto a qualidade dos produtos

FOLHAS 46
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

COTAÇÃO DE PREÇOS

À Prefeitura Municipal de São Domingos/MA,

A empresa E. B. MARTINS GESTÃO EMPRESARIAL, registrada sob o CNPJ: 31.222.239/0001-30, localizada na Avenida dos Holandeses, n 09, Ponta d'areia, Edifício Lagoa Corporate & Offices, 4° andar, sala 401, CEP: 65071380, vem respeitosamente encaminhar cotação de preços solicitada

SÃO DOMINGOS/MA			
ESF			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.004,34	26	R$ 182.112,92
MÉDICO CLÍNICO	R$ 8.036,64	16	R$ 128.586,30
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 4.978,05	32	R$ 159.297,58
			R$ 469.996,80
ESB			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ODONTOLOGO	R$ 4.718,46	20	R$ 94.369,30
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.726,71	20	R$ 54.534,20
			R$ 148.903,50
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.875,24	3	R$ 11.625,71
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.572,97	5	R$ 17.864,85
FARMACEUTICO	R$ 3.612,75	2	R$ 7.225,50
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.440,95	9	R$ 30.968,55
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.455,42	4	R$ 13.821,68
NUTRICIONISTA	R$ 3.416,83	3	R$ 10.250,50
PSICOLOGO	R$ 3.749,28	3	R$ 11.247,85
			R$ 103.004,65
LABORATORIO DE PROTESE			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
PROTESISTA	R$ 3.629,04	4	R$ 14.516,16
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.726,71	4	R$ 10.906,84
			R$ 25.423,00
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.875,24	5	R$ 19.376,19
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.572,97	2	R$ 7.145,94
ENFERMEIRO	R$ 7.004,34	3	R$ 21.013,03

FOLHAS 47
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

FARMACEUTICO	R$ 3.612,75	2	R$ 7.225,50
MEDICO PSQUIATRA	R$ 20.507,00	1	R$ 20.507,00
PSICOLOGO	R$ 3.749,28	3	R$ 11.247,85
PSICOPEDAGOGO	R$ 4.043,16	2	R$ 8.086,32
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 4.978,05	4	R$ 19.912,20
TERAPEUTA OCUPACIONAL	R$ 4.043,16	2	R$ 8.086,32
			R$ 122.600,35

EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.875,24	2	R$ 7.750,48
ENFERMEIRO	R$ 7.004,34	3	R$ 21.013,03
MEDICO CLINICO	R$ 10.248,37	2	R$ 20.496,74
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 4.978,05	5	R$ 24.890,25
			R$ 74.150,50

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
FARMACEUTICO	R$ 3.612,75	2	R$ 7.225,50
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.440,95	2	R$ 6.881,90
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.455,42	2	R$ 6.910,84
NUTRICIONISTA	R$ 3.416,83	2	R$ 6.833,67
ODONTOLOGO	R$ 4.718,46	2	R$ 9.436,93
			R$ 37.288,84

SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.004,34	8	R$ 56.034,74
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 4.978,05	7	R$ 34.846,35
			R$ 90.881,09
TOTAL MENSAL			**R$ 1.072.248,73**
TOTAL ANUAL			**R$ 12.866.984,72**

Preço total: R$ 12.866.984,72 (doze milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos)
Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

E.B MARTINS GESTÃO EMPREARIAL
CNPJ: 31.222.239/0001-30

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Documento de Formalização de Demanda – DFD

SÃO DOMINGOS/MA			
ESF			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.043,08	26	R$ 183.120,08
MÉDICO CLÍNICO	R$ 8.081,09	16	R$ 129.297,44
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.005,58	32	R$ 160.178,56
			R$ 472.596,08
ESB			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ODONTOLOGO	R$ 4.744,56	20	R$ 94.891,20
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.741,79	20	R$ 54.835,80
			R$ 149.727,00
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.896,67	3	R$ 11.690,01
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.592,73	5	R$ 17.963,65
FARMACEUTICO	R$ 3.632,73	2	R$ 7.265,46
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.459,98	9	R$ 31.139,82
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.474,53	4	R$ 13.898,12
NUTRICIONISTA	R$ 3.435,73	3	R$ 10.307,19
PSICOLOGO	R$ 3.770,02	3	R$ 11.310,06
			R$ 103.574,31

LABORATORIO DE PROTESE			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
PROTESISTA	R$ 3.649,11	4	R$ 14.596,44
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	R$ 2.741,79	4	R$ 10.967,16

FOLHAS 48
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

			R$ 25.563,60

CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.896,67	5	R$ 19.483,35
EDUCADOR FÍSICO	R$ 3.592,73	2	R$ 7.185,46
ENFERMEIRO	R$ 7.043,08	3	R$ 21.129,24
FARMACEUTICO	R$ 3.632,73	2	R$ 7.265,46
MEDICO PSQUIATRA	R$ 20.620,41	1	R$ 20.620,41
PSICOLOGO	R$ 3.770,02	3	R$ 11.310,06
PSICOPEDAGOGO	R$ 4.065,52	2	R$ 8.131,04
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.005,58	4	R$ 20.022,32
TERAPEUTA OCUPACIONAL	R$ 4.065,52	2	R$ 8.131,04
			R$ 123.278,38

EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ASSISTENTE SOCIAL	R$ 3.896,67	2	R$ 7.793,34
ENFERMEIRO	R$ 7.043,08	3	R$ 21.129,24
MEDICO CLINICO	R$ 10.305,05	2	R$ 20.610,10
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.005,58	5	R$ 25.027,90
			R$ 74.560,58

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
FARMACEUTICO	R$ 3.632,73	2	R$ 7.265,46
FISIOTERAPEUTA	R$ 3.459,98	2	R$ 6.919,96
FONOAUDIOLOGO	R$ 3.474,53	2	R$ 6.949,06
NUTRICIONISTA	R$ 3.435,73	2	R$ 6.871,46
ODONTOLOGO	R$ 4.744,56	2	R$ 9.489,12
			R$ 37.495,06

SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU			
Especialidade	**Valor Salário**	**Quantidade**	**Total Mês**
ENFERMEIRO	R$ 7.043,08	8	R$ 56.344,64
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R$ 5.005,58	7	R$ 35.039,06
			R$ 91.383,70

FOLHAS 49
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

TOTAL MENSAL	R$	1.078.178,71
TOTAL ANUAL	R$	12.938.144,52

FOLHAS 50
Nº PROCESSO 006/2024
Assinatura

Ao
Setor de Compras
Chefe do Setor de Compras
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão
Nesta.

Assunto: Realização de pesquisa de mercado.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Após análise do Documento de Formalização de Demanda – DFD constante no processo, **autorizo a abertura de processo de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações no âmbito do Município de São Domingos do Maranhão**.

Em seguida encaminhe-se o presente processo administrativo autuado sob o nº **066/2024,** visando o(a) **contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**.., para fins de realização de ampla pesquisa de mercado nos termos do **art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 009/2024**.

Concluído a realização da pesquisa, remeta-se os autos de volta à presente **Secretaria Municipal** para análise e providências necessárias ao devido andamento do Processo de Contratação.

São Domingos do Maranhão - MA, 12 de abril de 2024.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretária Municipal de Saúde

A
Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS
Sr. Clodomir Gomes da Silva Junior
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão
Nesta.

Assunto: Resultado da pesquisa de mercado.

Objeto: contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

A **pesquisa de preços** consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital ou aviso de contratação direta o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nas licitações e contratações diretas e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor de mercado para uma pretensão contratual.

Em observância ao que estabelece a Lei 14.133/2021, em seu art. 23, § 1º, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública, informa-se que os procedimentos de pesquisa de preços foram realizados na seguinte conformidade:

> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
>
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
>
> III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
>
> IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
>
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Foram observadas ainda as disposições do Decreto Municipal nº 061/2023 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.

O valor total estimado é de **R$** 13.365.144,60 (treze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)conforme **Detalhamento Analítico da Estimativa de Preços – DAEP** e propostas para fins de cotação em anexo.

Por fim, encaminhe-se o presente processo administrativo para conhecimento e demais providencias cabíveis.

São Domingos do Maranhão - MA, 18 de abril de 2024.

Setor de Compras

Ao Senhor
Raimundo Nonato Alves de Sousa
Secretaria Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão -MA.
Nesta.

Assunto: Solicitação de Adequação Orçamentária e Financeira

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Elaborada a pesquisa de preços de mercado pelo **Setor de Compras** conforme consta nos autos, encaminho o presente para **prestar informações quanto à classificação da despesa e sua disponibilidade orçamentária**.

São Domingos do Maranhão- MA, 22 de abril de 2024.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretário Municipal de Saúde

DESPACHO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A
Secretaria Municipal de Saúde
Sr(a). Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretário(a) Municipal de Saúde
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão
Nesta.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atendimento a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 101/2000 (art. 16, I e II), apresento dotação de saldo orçamentário visando o(a) Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 06/2024.

Declaro para os devidos fins, que a despesa acima especificada possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e não ultrapassará os limites estabelecidos para o exercício financeiro de **2024**, havendo disponibilidade financeira para seu pagamento neste exercício, sem prejuízo das metas planejadas, estando em conformidade com a, com a Lei Federal nº 14.133/2021, e com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, especialmente quanto às normas dos artigos 16 e 17.

Sem mais, para o momento, agradecemos e subscrevemo-nos.

São Domingos do Maranhão - MA, 26 de abril de 2024.

Raimundo Nonato Alves de Sousa
Secretaria Municipal de Finanças
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão -MA.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

A
Comissão Permanente de Licitação - CPL
Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão
Nesta.

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho os autos do processo para fins de análise, manifestação e demais providencias.

São Domingos do Maranhão- MA, 02 de maio de 2024.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretária Municipal de Saúde

FOLHAS 57
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PORTARIA nº 001-A/2024 – GABINETE/PREFEITO

Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 011/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Servidor ***Jorges Fran Costa Ramalho Silva*** para atuar como Pregoeiro e Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº 011/2024 e Lei nº 14.133/2021.

Art. 2º. Designar os **Servidores Nívia Gomes da Silva** e **Maria Luana de Sousa Viana,** para comporem a Equipe de Apoio e auxiliar(em) o(s) Pregoeiro(s) e Agente(s) de Contratação da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão.

Art. 3º. O Pregoeiro, o Agente de Contratação, e a Equipe de Apoio contarão, no desempenho de suas funções essenciais, com o auxílio da Procuradoria Geral do Município e da Controladoria Geral do Município.

Art. 4º. Os agentes designados nesta Portaria atuarão no que couber, nos processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidas pela Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Art. 5º. A atuação do Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio, está regulamentada no Decreto Municipal nº 011/2024.

Art. 6º. Permanecem vigentes os efeitos das Portaria nº 04/2023 – GAB para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que os editais de licitação tenham sido publicados até 31 de dezembro de 2023, devendo os servidores designados na referida portaria conduzirem e concluírem os referidos processos.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO.

KLEBER ALVES DE ANDRADE:25469924300

Assinado de forma digital por KLEBER ALVES DE ANDRADE:25469924300
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC CERTIFICA MINAS v5, ou=31075512000140, ou=Presencial, ou=Certificado PF A1, cn=KLEBER ALVES DE ANDRADE:25469924300
Dados: 2024.01.02 12:28:46 -03'00'

KLEBER ALVES DE ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

MINUTA EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, por intermédio de seu **Pregoeiro(a)**, designado(a) pela **Portaria n.º 001/2024 – GAB/PMSDM de 02/01/2024 publicado no DOM/FAMEM em 06/03/2024**, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 09/2024, do Decreto Municipal nº 06/2024,** da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO PROCESSO	
Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração	
Órgão(s) Participante(s): Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.	
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.	
Esclarecimentos e Impugnações: Até XX/XX/2024 às 23h59min, pelo **Portal de Compras – www.licitasaodomingosma.com.br**	
Início da Sessão Eletrônica: XX/XX/2024 às XXhXXmin. (Horário de Brasília/DF)	
Sistema Eletrônico Utilizado: Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br **Endereço para retirada do Edital**: www.licitasaodomingosma.com.br/ ou www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br/ ou www.gov.br/pncp	
Orçamento Sigiloso:	NÃO
Valor Estimado ou Máximo da Contratação:	Valor Total: R$ 13.365.144,60 (treze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)
Sistema de Registro de Preços – SRP:	Sim
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global
Intervalo entre Lances:	R$ 100,00 (cem reais)
Modo de Disputa:	Aberto
Forma de Adjudicação	Global
Regime de Execução:	Empreitada Por Preço Unitário
Forma de Envio do(s) Lance(s):	☐Valor Unitário do Item; ☐Valor Total do Item; ☐Valor Total do Lote/Grupo. ☒Valor Global.
Participação de Consorcio:	NÃO
Apresentação de Amostras:	NÃO
Visita Técnica:	NÃO
Exigência de Garantia de Proposta	SIM (1%)
Exigência de Garantia de Contrato	SIM (5%)
Dotação Orçamentária:	Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 06/2024.
Anexos:	Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP; Anexo II– Termo de Referência; Anexo III – Modelo de Proposta de Preços; Anexo IV – Declaração Consolidada; Anexo V – Minuta da ARP;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

	Anexo VI– Minuta do Contrato. Anexo VII – Ordem de Fornecimento/Serviço (Modelo)

INFORMAÇÕES

Pregoeiro(a): Jorges Fran Costa Ramalho Silva

Autoridade Competente: Renan da Silva Araújo – Assessor de Finanças

Endereço: Praça Getúlio Vargas, S/N, Centro, São Domingos do Maranhão, Maranhão, Brasil.

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF.**

Nota 1: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, mediante prévia comunicação do(a) Pregoeiro(a).

Nota 2: O **Pregoeiro** convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV), garantia de proposta e documentos de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação pelo não envio.

Nota 3: A data base que será considerada para fins de análise dos documentos será a **data da abertura da sessão pública.**

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA MEI / ME / EPP	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas de até 25% destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Abreviações	EX – Exclusivo para MEI/ME/EPP CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP SUBCONT – Subcontratação para MEI/ME/EPP CP – Cota Principal ou Ampla Participação SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquele constante no campo **Dados do Processo,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O **critério de julgamento** adotado será aquele constante no campo **Dados do Processo**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

1.3. A contratação ocorrerá conforme especificações e quantidades previstas neste edital e seus anexos.

2. DO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. No campo **Dados do Processo** deste edital consta o valor estimado da contratação, salvo quando o orçamento for **sigiloso**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos **itens 3.6.4 e 3.6.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.12. A vedação de que trata o **item 3.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. O campo **Dados do Processo** deste Edital permitirá ou não a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.13.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

3.13.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

3.13.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

3.13.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

3.13.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no **subitem 3.13.4**.

3.13.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.13.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.13.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no **item 3.13.1**;

3.13.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**. as seguintes declarações do sistema de acordo com a condição da licitante:

a) DECLARO que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

b) DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) DECLARO que não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.1. O licitante/fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.3.2. O licitante/fornecedor enquadrado como MEI/ME/EPP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

a) Nos **itens/lotes exclusivos (EX) e cotas reservadas (CR)** para participação de **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens/lotes;

b) Nos itens/lotes em que a **participação não for exclusiva** para **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. A falsidade das DECLARAÇÕES prestadas pelo LICITANTE caracteriza crime previsto no **art. 299 do Código Penal**, sujeitando-o ainda às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e neste edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;
5.1.2. Marca, se for o caso;
5.1.3. Fabricante, se for o caso;
5.1.4. Modelo, se for o caso;
5.1.5. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos **12 (doze) meses**.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da licitação.

a) Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

6.1.1. Quando o sistema não dispuser de recurso para início automático da sessão pública, os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.7. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do **Chat** e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.4. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 2131/2016 – Plenário).

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.1.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. E conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes,** os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. No caso de a **desconexão** do Pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**

8.7. O campo **Dados do Processo** definirá o modo de disputa, que poderá ser:

8.7.1. Modo de Disputa Aberto:

8.7.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for "aberto", apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

8.7.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.7.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a **subitem anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.1.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **Pregoeiro**, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.7.1.6. Após o reinício da etapa de lances, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.7.1.6. Encerrada a etapa de que trata o **subitem anterior**, o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

8.7.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.7.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos.** Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos,** aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7.2.3. Encerrado o prazo previsto no **subitem anterior**, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

a) O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.7.2.4. Não havendo pelo menos **3 (três)** propostas nas condições definidas neste **subitem**, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de **3 (três)**, oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos **subitens anteriores**, o sistema ordenará os lances segundo a ordem de classificação.

8.7.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto:

8.7.3.1. Será classificado pelo sistema, para envio de lances na etapa aberta, o licitante que apresentou a proposta de menor preço, bem como os licitantes que apresentaram propostas até **10% (dez por cento) superior** à ela.

8.7.3.2. Não havendo pelo menos **3 (três) propostas** nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as **3 (três) melhores propostas**, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.7.3.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.7.3.4. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

8.7.3.5. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente de valores.

8.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate do subitem anterior.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP, e houver proposta de MEI / ME / EPP que seja igual ou até **5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A MEI / ME / EPP mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

9.1.2. Não sendo vencedora a MEI / ME / EPP mais bem classificada, na forma do **subitem anterior**, o sistema, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI / ME / EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

10. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

10.1. O **Pregoeiro** encaminhará contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, negociação e após apresentação da proposta readequada ao valor final, o Pregoeiro, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **indicado no tópico "DADOS DO CERTAME"**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio de opção disponível no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.** Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se **expressamente** permitido pelo **Pregoeiro**.

11.1.1. O **Pregoeiro** convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV), garantia da proposta e documentos de habilitação, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação pelo não envio.

11.2. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, "Word", "Excel", "Adobe Reader" ou "BROffice", podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

11.2.1. Deverá ser realizada, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de **1% (um por cento) do valor estimado para a contratação**, nos termos do artigo 58, da Lei nº14.133/2021.

11.2.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.2.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Os documentos remetidos por meio da opção **"Enviar Documentação"** do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar do próximo dia útil após a solicitação do Pregoeiro para a **Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Praça Getúlio Vargas – S/N Centro, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – MA, CEP: 65.670-000.**

11.4. A **Proposta de Preços readequada ao valor final (Anexo III)** deverá ser apresentada após convocação do Pregoeiro(a), devendo elaborada em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo Representante Legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória:**

11.4.1. Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, Agência e Conta Corrente para fins de pagamento;

11.4.2. Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no **Modelo de Proposta de Preços – Anexo III**;

11.4.3. Proposta de preços deverá ser elaborada com **2 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irreajustável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a execução objeto desta licitação;

11.4.4. Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

11.4.5. Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

11.5. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.6. Nas contratações para **aquisição de bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade as propostas cujos valores apresentarem desconto superior a **35% (trinta e cinco por cento)** em relação aos valores orçados/estimados pela Administração.

11.6.1. O licitante que apresentar em sua proposta o desconto previsto no **subitem 11.6** do edital deverá apresentar a comprovação da exequibilidade de sua proposta através dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos (Anexo III-A) apresentando preço de custo da execução do objeto, margem de lucro, impostos detalhados com sua respectiva alíquota (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), custo diretos e indiretos da licitante com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e

a.1) Deverá ser apresentado na planilha de custos, todos os custos diretos e indiretos inerente a prestação do serviço ou venda de mercadoria/produtos, despesas com pessoal (salários, férias, 13º Salário, Encargos Trabalhistas (FGTS, INSS, Vale Transporte, Alimentação e outros), custo de aquisição de mercadorias, tributos e impostos federais, estaduais e municipais de acordo com o ramo de atividade da empresa; Despesas Administrativas como energia elétrica, água, alugueis e outras despesas fixas que impactam o custo de operação da empresa.

b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados (vendas e/ou serviços) pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

b.1) Não será aceito documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos emitidos após a abertura do certame.

b.2) Os documentos previstos na alínea "b" deverão ser apresentados de forma pesquisável e legível.

11.6.2. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão comprovar:

a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

11.6.3. A comprovação da exequibilidade do valor ofertado deverá ser apresentada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos previstos no subitem 11.6.1 deste edital.

11.6.4. Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.7. O **Pregoeiro** realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, podendo ser desclassificada as propostas que:

11.7.1. Contenham vícios insanáveis;

11.7.2. Descumpram especificações técnicas constantes do edital e seus anexos;

11.7.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

11.7.4. Após a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do valor estimado pela Administração;

11.7.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

11.9. O **Pregoeiro** poderá convocar o licitante para enviar **documento complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo até **2 (duas) horas** conforme indicado no Chat, sob pena de recusa da proposta ou inabilitação.

11.9.1. O prazo estabelecido para envio de documentos complementares poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, antes do término do prazo inicial, e aceita pelo Pregoeiro.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: (**portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc**);

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (**www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php**).

12.1.3. Para a consulta de licitantes **pessoa jurídica** poderá haver a substituição das consultas dos **subitens anteriores** acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://portal.tcu.gov.br/)**

12.2. Verificada a inexistência de condições de participação, o **Pregoeiro** analisará os documentos de habilitação apresentada pelo licitante declarado provisoriamente vencedor, conforme a seguir:

12.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

12.3. Habilitação Jurídica

12.3.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, que deverá ser apresentada pelos documentos a seguir de acordo com sua natureza jurídica:

12.3.1.1. Documento de Identificação (Carteira de Identidade ou CNH) do Empresário Individual e/ou Sócio Administrador;

12.3.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;

12.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.3.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.3.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.3.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.1.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.3.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.4. Habilitação Técnica

12.4.1. São aquelas prevista no Termo de Referência (Anexo II) deste edital.

12.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;**

15.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

15.5.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

15.5.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

15.5.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

15.5.6.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.6** for comprovada mediante a apresentação de uma **única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição;

15.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

15.5.7.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

15.5.7.2. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

15.5.7.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.7** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

12.6. Habilitação Econômico-Financeira

12.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

12.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.6.2. Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, *acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas*[1]*, já exigíveis e apresentados na forma da lei*, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

12.6.2.1. As **empresas obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2021 e 2022, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023;

12.6.2.2. As **empresas não obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2021 e 2022, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023.

12.6.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar o **Balanço de Abertura** ou **Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao período de existência da empresa, ou seja, Balanço Intermediário, observado as formas previstas no **subitem 12.6.3** deste edital;

---

[1] As Notas Explicativas deverão atender no que couber as exigências previstas §5º_, art. 176 da Lei nº 6.404/1976 e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) A exigência no **subitem 12.6.2** deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.6.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.6.2.5. O Balanço Patrimonial (BP) deverá comprovar boa situação financeira através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empesa apresente **declaração com memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade**, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos dos **2 (dois) últimos balanços patrimoniais**, observado o **item 12.6.2**, da seguinte forma:

$$ISG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$ILC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante} \geq 1{,}00$$

a.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

a.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **"maior ou igual a 1"** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato.**

12.6.2.6. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido para os índices ISG, ILG e ILC, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

12.6.2.7. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.6.3. O **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** deverão ser "apresentadas na forma da Lei", nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da empresa e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

12.6.3.1. Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

12.6.3.2. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e;

12.6.3.3. Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as **sociedades simples** ou;

12.6.3.3. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

12.7. As MEI / ME / EPP, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou considerá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.12. Para facilitar a análise da documentação pelo **Pregoeiro**, é importante que o licitante convocado além de apresentar toda a documentação exigida no edital, que o mesmo seja apresentado na mesma ordem de organização estabelecida no instrumento convocatório.

12.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da **autoridade competente**.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **Portal Licita SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – www.licitasaodomingosma.com.br.**

14. DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos a **Autoridade Competente** realizará a **adjudicação** e **homologação** dos itens/lotes da licitação aos seus respectivos vencedores.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Não se aplica.

16. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS** é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

16.2. São órgãos não participantes os órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS (Órgão Gerenciador)** para conceder autorização ou não da adesão.

16.3.1. A Adesão a Ata de Registro de Preços poderá ser realizada desde que comprovada a vantajosidade da adesão.

16.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **subitem 16.3** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **(50%) cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

16.4.1. A **SEMUS** poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6. Homologado o resultado desta licitação, a licitante beneficiária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação para assinatura da ARP.

16.6.1. O prazo para que a licitante vencedora compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ARP, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital de licitação.

16.8. A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, seja designada eventual aplicação de penalidades administrativas.

16.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 1 (um) ano contado a partir da sua assinatura, devendo o extrato da ata ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.10. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

16.11. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município;

16.12. A existência de preços registrados para bens ou serviços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

16.13. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação.

16.14. Os preços registrados na ata poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

16.15. Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o **órgão gerenciador** deverá:

16.15.1. Convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

16.15.2. Frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

16.15.3. Convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

16.16. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **órgão gerenciador** poderá:

16.16.1. Liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido da execução do objeto;

16.16.2. Convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

16.17. Não havendo êxito nas negociações, o **órgão gerenciador** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material ou serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

16.18. O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.18.1. não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.8.2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

16.8.3. for liberado;

16.8.4. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

16.8.5. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.8.6. sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.8.7. não aceitar o preço revisado pela Administração;

16.19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo **órgão gerenciador:**

16.19.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

16.19.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

16.19.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

16.19.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.19.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

16.20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.21. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da comunicação.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o licitante beneficiário para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o **Contrato** ou outro **Instrumento Equivalente,** sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

17.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

17.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

17.2. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Se licitante beneficiário convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

17.3.1. Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado a executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro, poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as MEI / ME / EPP, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.4. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato a **licitante vencedora** deverá manter todas as condições de habilitação regulares.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As Sanções Administrativas são aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II deste edital.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br** no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados através do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

20.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de **diligência**, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data da abertura do certame.

20.2.1. Na análise das propostas e documentos de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.9. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do Termo de Referência – Anexo II e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

20.10. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitasaodomingosma.com.br** e **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br**

20.10.1. O **Resultado da Licitação** será comunicado mediante publicação no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

20.10.2. É dever do licitante acompanhar todos os Comunicados, Notificações, Decisões e Julgamentos disponibilizados nos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitasaodomingosma.com.br** e **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br.**

20.11. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20.12. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens ou prestação de serviços, que possuam **cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto** para a contratação de MEI / ME / EPP:

20.12.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

20.12.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

20.12.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá será dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados no campo **Dados do Processo** deste Edital.

22. DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Domingos do Maranhão (MA), XXX de XXXXXXXXX de 2024.

Renan Silva de Araújo
Assessor de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Clodomir Gomes da Silva Junior, Francilene de Sousa Melo

PROBLEMA RESUMIDO: A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta sérias dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde. Essa situação gera impactos negativos na qualidade de vida dos cidadãos, resultando em agravamento de doenças, aumento da incapacidade funcional e até mesmo óbitos evitáveis.

A escassez de profissionais de saúde qualificados, a falta de estrutura adequada nos serviços de atendimento e a demora no agendamento de consultas e exames são alguns dos principais obstáculos enfrentados pela população local. Além disso, a precariedade no transporte público e a distância dos centros de referência em saúde contribuem para agravar a situação, impossibilitando o atendimento oportuno e eficaz dos pacientes.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental que sejam adotadas medidas urgentes para garantir o acesso equitativo e universal aos serviços de saúde especializados, assegurando assim o direito básico à saúde de todos os cidadãos de São Domingos do Maranhão. A implementação de políticas públicas efetivas, a ampliação da capacidade de atendimento nas unidades de saúde locais e a melhoria na infraestrutura das unidades de saúde são algumas das ações necessárias para resolver esse grave problema e promover o bem-estar da população.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

1. Disponibilidade de consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde para atender toda a população do município de São Domingos do Maranhão.

2. Infraestrutura adequada para realização dos atendimentos, incluindo equipamentos médicos e instalações apropriadas.

3. Equipe qualificada e experiente de profissionais de saúde, incluindo médicos especialistas, enfermeiros e técnicos em saúde.

4. Agendamento eficiente e organizado de consultas e procedimentos, garantindo o acesso rápido e sem grandes filas de espera.

5. Atendimento humanizado e acolhedor, visando o bem-estar e a satisfação dos pacientes.

6. Sistema de informação e registro dos atendimentos que permita o acompanhamento dos casos e a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

7. Controle de qualidade dos serviços, com monitoramento periódico e avaliação de indicadores de desempenho.

8. Parcerias com outras instituições de saúde para encaminhamento de casos mais complexos ou para realização de exames complementares.

9. Facilidade de acesso aos serviços, considerando a localização geográfica das unidades de saúde e a disponibilidade de transporte público para os pacientes.

10. Transparência na gestão dos recursos públicos destinados à saúde, garantindo a eficiência e a eficácia na utilização dos mesmos.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

1. Contratação de clínicas especializadas para atendimento exclusivo da população:

Vantagens:

- Acesso mais rápido aos serviços de saúde
- Maior disponibilidade de especialidades médicas
- Possibilidade de negociação de descontos e condições favoráveis

Desvantagens:
- Custo elevado para a Prefeitura
- Dependência de fornecedores externos
- Risco de não atender plenamente às necessidades da população

2. Parceria com hospitais regionais para realização de consultas e procedimentos especializados:

Vantagens:

- Custos compartilhados entre município e hospital
- Maior oferta de serviços de saúde
- Infraestrutura adequada para procedimentos mais complexos

Desvantagens:

- Possível falta de disponibilidade de horários para consultas
- Dependência da agenda do hospital
- Deslocamento necessário para acessar os serviços

3. Implementação de telemedicina para consultas remotas:

Vantagens:

- Acesso facilitado a especialistas mesmo em locais remotos
- Redução de custos com deslocamento dos pacientes
- Agilidade no agendamento de consultas

Desvantagens:

- Necessidade de infraestrutura tecnológica e internet de qualidade
- Possíveis limitações na realização de exames físicos
- Dificuldade de estabelecer um vínculo médico-paciente

4. Contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na rede municipal de saúde:

Vantagens:

- Maior controle sobre a qualidade e eficiência dos serviços prestados
- Melhor integração com a equipe local
- Possibilidade de ampliar a capacidade de atendimento gradualmente

Desvantagens:
- Custos fixos com contratação de profissionais qualificados
- Possível dificuldade em encontrar profissionais disponíveis no mercado
- Demanda por treinamento e capacitação constantes

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão. Cada uma delas possui suas vantagens e desvantagens, sendo importante considerar as especificidades do contexto local e as necessidades da população atendida para escolher a melhor alternativa.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde para atuação na Rede Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão se fundamenta em diversas razões técnicas e operacionais que visam garantir o acesso da população local a consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a população de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido à falta de profissionais qualificados e especializados disponíveis na região. Com a contratação de uma empresa especializada, será possível garantir a presença de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas e outros profissionais necessários para atender às demandas da comunidade de forma eficiente e eficaz.

Além disso, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde trará vantagens operacionais significativas, tais como a otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis, a padronização dos procedimentos e protocolos de atendimento, o aumento da qualidade e eficiência dos serviços prestados, a redução do tempo de espera dos pacientes por consultas e tratamentos, entre outros benefícios.

Outro ponto relevante a ser considerado é a possibilidade de estabelecimento de parcerias com a empresa contratada para a realização de capacitações e treinamentos para os profissionais de saúde da rede municipal, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos e para o desenvolvimento das competências da equipe.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde representa uma solução viável e eficaz para superar as dificuldades enfrentadas pela população de São Domingos do Maranhão no acesso aos serviços de saúde especializados, proporcionando benefícios tanto do ponto de vista técnico quanto operacional e contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade local.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Recorrência**	**RS Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10,00	12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7,00	12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40,00	12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6,00	12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11,00	12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6,00	12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18,00	12	
8	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1,00	12	
9	NUTRICIONISTA	Unidade	5,00	12	
10	ODONTOLOGO	Unidade	22,00	12	
11	PROTESISTA	Unidade	4,00	12	
12	PSICOLOGO	Unidade	6,00	12	
13	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2,00	12	
14	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48,00	12	
15	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24,00	12	
16	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2,00	12	

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1° da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado MAPA DE APURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde foi justificada pelo problema enfrentado pela população de São Domingos do Maranhão no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados. A solução escolhida visa atender a demanda por profissionais de saúde na rede municipal. A contratação pelo menor preço global/lote garante que a Prefeitura obtenha o melhor custo-benefício para oferecer um atendimento de qualidade à população, dentro das possibilidades financeiras do município.

7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde, a Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão poderá alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Em relação à economicidade, a contratação da empresa possibilitará a otimização dos recursos financeiros, uma vez que será possível realizar um planejamento estratégico para a utilização eficiente dos recursos destinados à saúde. Além disso, a contratação de profissionais especializados evita desperdícios e retrabalhos, resultando em uma gestão mais eficaz dos recursos materiais e financeiros.

Já em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação da empresa permitirá o acesso a profissionais qualificados e especializados nas diferentes áreas da saúde, como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e dentistas. Isso contribuirá para uma maior oferta de serviços de qualidade à população, reduzindo as filas de espera por consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Por fim, a contratação da empresa também possibilitará uma maior integração entre os profissionais de saúde da Rede Municipal, promovendo a troca de conhecimentos e experiências, o que pode resultar em melhores práticas e uma prestação de serviços mais eficiente e eficaz para a população de São Domingos do Maranhão.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1. Realizar um levantamento detalhado das demandas de saúde da população de São Domingos do Maranhão.
2. Estudar a viabilidade econômica e jurídica da contratação de serviços especializados em saúde.
3. Elaborar um plano de contratação que contemple as necessidades identificadas.
4. Realizar um processo de licitação transparente e justo para selecionar o prestador de serviços.
5. Capacitar servidores para fiscalização e gestão contratual, garantindo o correto cumprimento do contrato.
6. Estabelecer metas e indicadores de desempenho para avaliar a eficácia da solução implementada.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Após análise do problema apresentado e da solução escolhida, conclui-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para resolver as dificuldades de acesso à saúde da população de São Domingos do Maranhão. As contratações necessárias seriam apenas aquelas relacionadas diretamente à solução escolhida, sem a obrigatoriedade de contratações adicionais para complementar a solução proposta.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de possíveis impactos ambientais.

11 - CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

São Domingos do Maranhão - MA, 2 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretária Adjunta Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes no Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta uma escassez de profissionais de saúde suficientes para atender as necessidades da população. A presente solicitação visa suprir essa carência na Secretaria Municipal de Saúde, buscando garantir a quantidade necessária de profissionais de saúde para manter os serviços dentro dos padrões mínimos de rapidez e qualidade exigidos pelos usuários internos e externos.

Esta contratação se justifica pela rapidez com que os processos poderão ser concluídos com o reforço da mão de obra empregada; pela economia e melhoria na qualidade dos serviços, devido à utilização de profissionais com nível correspondente à complexidade das atividades; pelo cumprimento rigoroso dos prazos de atendimento das demandas; e pela melhoria no desempenho das atividades de apoio às secretarias que desenvolvem as atividades-fim, contribuindo significativamente para a maior eficiência na realização das atividades finalísticas do município.

Nesse sentido, a Administração Pública deve buscar a otimização do uso dos recursos humanos e, sempre que possível, recorrer à execução indireta por meio de contratos, desde que a iniciativa privada na respectiva área esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para desempenhar essas funções.

A interrupção desses serviços, considerados essenciais, pode comprometer gravemente a dinâmica das atividades de apoio à Administração e à execução das funções finalísticas da Prefeitura.

Todos esses fatores contribuirão para uma percepção pública positiva dos serviços prestados e para o alcance pleno das metas institucionais da Prefeitura Municipal, fortalecendo seu papel perante a sociedade. Isso é particularmente importante no desenvolvimento de atividades na área da saúde, tanto para manter o nível dos serviços prestados atualmente quanto para cumprir com suas atribuições constitucionais.

Portanto, a solicitação se justifica pela necessidade de atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de garantir o desempenho regular das atividades desenvolvidas pelo Município de São Domingos do Maranhão/MA.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.



LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	P. Unit	Recorrência	Total
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

3		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	26
MÉDICO CLÍNICO	Unidade	16
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	32
ESB		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ODONTOLOGO	Unidade	20
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	20
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	3
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	5
FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	9
FONOAUDIOLOGO	Unidade	4
NUTRICIONISTA	Unidade	3
PSICOLOGO	Unidade	3
LABORATORIO DE PROTESE		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
PROTESISTA	Unidade	4
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	4
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	5
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
FARMACEUTICO	Unidade	2
MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1
PSICOLOGO	Unidade	3
PSICOPEDAGOGO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2
EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
MEDICO CLINICO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	5
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**

FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	2
FONOAUDIOLOGO	Unidade	2
NUTRICIONISTA	Unidade	2
ODONTOLOGO	Unidade	2
SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	8
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	7

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 09/2024. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponíveis no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

3.2. DESCRITIVO DAS FUNÇÕES:

3.2.1. ENFERMEIRO:

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.2. MÉDICO CLÍNICO

Requisito: Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar consultas e atendimentos médicos;

b) Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas;

c) Coordenar programas e serviços em saúde;

d) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção de doenças.

e) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.3. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Requisito: Curso técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de enfermagem, na prestação de cuidados diretos de enfermagem, na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar, na prevenção e controle de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência à saúde;

b) Executar atividades de desinfecção e esterilização;

c) Organizar o ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões;

d) Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

e) Preparar os pacientes para consultas e procedimentos, seguindo a orientação de enfermeiros e da equipe médica,

f) Promover a educação em saúde, incentivando e auxiliando em práticas de higiene;

g) Atuar nas atividades de menor complexidade, sob a supervisão de um enfermeiro.

h) Aplicar injeções e vacinas e administrar medicações que tenham sido prescritas por médicos.

i) Realizar imobilizações, fazer curativos e esterilizar instrumentos e equipamentos hospitalares que serão utilizados pela equipe de saúde;

j) Atuar na higienização dos pacientes e curativos;

k) Realizar outras atividades inerentes à sua função.

3.2.4. ODONTOLOGO

Requisito: Curso Superior em Odontologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender e orientar os pacientes;

b) Executar procedimentos odontológicos;

c) Estabelecer diagnósticos e prognósticos;

d) Promover e coordenar medidas de promoção e prevenção da saúde e ações de saúde coletiva;

e) Atuar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

3.2.5. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Requisito: Curso Técnico em Saúde Bucal

Descrição das Atividades da Função:

a) Atuar na promoção, prevenção e controle das doenças bucais;

b) Promover e participar de programas educativos e de saúde bucal, orientando indivíduos e grupos, principalmente com relação à escovação e aplicação de flúor;

c) Participar da realização de estudos epidemiológicos em saúde bucal;

d) Realizar, sob supervisão do cirurgião-dentista, atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do indivíduo;

e) Supervisionar, sob delegação, o trabalho do auxiliar de consultório dentário;

f) Controlar estoques e gerenciar a manutenção do aparato tecnológico presente no consultório;

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.6. ASSISTENTE SOCIAL

Requisito: Curso Superior em Serviço Social

Descrição das Atividades da Função:

a) Planejar soluções, organizar e intervir em questões relacionadas à saúde e manifestações sociais, para elaboração, implementação e monitoramento do Serviço Social, com foco na promoção da saúde;

b) Prestar serviços de âmbito social, a indivíduos em grupos e comunidade, identificando e analisando seus problemas, necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social.

c) Contribuir e participar nas ações de Saúde Ocupacional;

d) Realizar acompanhamento psicossocial de trabalhadores e pacientes, buscando alternativas de enfrentamento individual e coletivo;

e) Prestar serviços sociais orientando pacientes, acompanhantes, famílias, comunidade e equipes de trabalho da Prefeitura Municipal sobre direitos, deveres, serviços e recursos sociais;

f) Formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos;

g) Planejar, elaborar e avaliar programas, projetos e planos sociais em diferentes áreas de atuação profissional;

h) Desempenhar atividades administrativas e assistenciais;

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.7. EDUCADOR FÍSICO

Requisito: Curso Superior em Educação Física e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Participar de equipes multidisciplinares, auxiliando no tratamento de pessoas com problemas físicos ou psíquicos;

b) Executar, organizar e supervisionar programas de atividade física para pessoas e grupos;

c) Condicionar fisicamente crianças, adolescentes, adultos e idosos;

d) Avaliar o resultado do tratamento por meio de testes e questionários de qualidade de vida;

e) Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes de Saúde da Família, contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência, como proposta de inclusão social e combate à violência, capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento das atividades.

3.2.8. FARMACEUTICO

Requisito: Curso Superior em Farmácia

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar tarefas específicas de controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos e insumos correlatos;

b) Orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos;

c) Estabelecer boas práticas de armazenamento, dispensação, distribuição e controle de medicamentos e insumos;

d) Monitorar a qualidade dos produtos e serviços;

e) Executar atividades de assistência farmacêutica e executar ações de vigilância em saúde;

f) Trabalhar segundo normas técnicas de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.9. FISIOTERAPEUTA

Requisito: Curso Superior em Fisioterapia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar diagnóstico com levantamento de problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termo de reabilitação.

b) Desenvolver ações de promoção e proteção a saúde em conjunto com as equipes de saúde;

c) Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos.

d) Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhado, de acordo com as necessidades dos usuários.

e) Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos.

f) Realizar discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares.

g) Orientar e informar pessoas com deficiência, sobre posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente as características especiais de cada indivíduo.

h) Desenvolver ações de Reabilitação que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão.
i) Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnostico, para o manejo e situações oriundas da deficiência de um dos seus componentes.

j) Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos necessários;

k) Realizar encaminhamentos e acompanhamento das indicações de concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde.

l) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.10. FONOAUDIOLOGO

Requisito: Curso Superior em Fonoaudiologia

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação daqueles que utilizam protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;

b) Tratar de pacientes efetuando avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida;

e) Avaliar aspectos do desenvolvimento da fala e da linguagem em adultos e crianças como forma preventiva e, se necessário realizar reabilitação;

f) Realizar triagem auditiva em escolas e creches, bem como em indivíduos com suspeita ou de risco à perda auditiva;

g) Desenvolver ações coletivas preventivas através de palestras abordando situações ou patologias que interfiram na fala, linguagem, voz, audição, deglutição, aprendizagem, etc.

h) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.11. NUTRICIONISTA

Requisito: Curso Superior em Nutrição

Descrição das Atividades da Função:

a) Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos);

b) Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição;

c) Efetuar controle higiênico-sanitário;

d) Capacitar as Equipes de Saúde da Família e participar de ações vinculadas aos programas de controle, prevenção dos distúrbios nutricionais com carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição.

e) Participar de programas de educação nutricional;

f) Elaborar em conjunto com as Equipes de Saúde da Família, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e contra - referência do atendimento.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.12. PSICOLOGO

Requisito: Curso Superior em Psicologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação;

b) Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o paciente durante o processo de tratamento ou cura;

c) Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes;

d) Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins;

e) Avaliar alterações das funções cognitivas, buscando diagnóstico ou detecção precoce de sintomas, tanto em clínica quanto em pesquisas;

f) Acompanhar e avaliar tratamentos cirúrgicos, medicamentosos e de reabilitação;

g) Promover a reabilitação neuropsicológica;

h) Auditar, realizar perícias e emitir laudos, gerando informações e documentos sobre as condições ocupacionais ou incapacidades mentais;

i) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.13. PROTESISTA

Descrição das Atividades da Função:

a) Confeccionar dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião-dentista;

b) Prestar suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias;

c) Operar e zelar pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodônticos;

d) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.14. ENFERMEIRO

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.15. MÉDICO PSIQUIATRA

Requisito: Curso Superior em Medicina, com especialização na área e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Diagnosticar e tratar as afecções psicopatológicas, empregando técnicas especiais, individuais ou de grupo, para prevenir, recuperar ou reabilitar o paciente;

b) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção dessas doenças.

c) Realizar consultas e atendimentos médicos;

d) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

e) Realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.16. PSICOPEDAGOGO

Requisito: Curso Superior em Psicopedagogia

Descrição das Atividades da Função:

a) Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância;

b) Participar da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

c) Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais.

d) Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

h) Atuar no contexto clínico, avaliando as funções cognitivas, motoras e de interação social dos clientes e promovendo a reabilitação das funções prejudicadas dos mesmos.

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.17. TERAPEUTA OCUPACIONAL

Requisito: Curso em Terapia Ocupacional

Descrição das Atividades da Função:

a) Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreativas objetivando restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente;

b) Realizar diagnósticos, intervenções e tratamentos de pacientes utilizando os devidos procedimentos de terapia ocupacional;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver e organizar programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;

e) Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo;

f) Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo;

g) Avaliar os trabalhos realizados;

h) Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes;

i) Participar de programas voltados para a saúde pública;

j) Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;

k) Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;

l) Executar outras tarefas semelhantes.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. A empresa deverá prestar os serviços solicitados **nas Unidades Básica de Saúde do Município**.

4.2. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciados no prazo de **10 (dez) dias uteis,** a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de "Ordem de Serviços", a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. Todas as despesas inerentes a execução dos serviços, custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e previdenciários, correrão por conta exclusiva da contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. Não se aplica.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;

6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;

7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para prestação dos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;

7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço Global.**

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. O edital ou o aviso de contratação direta definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

9.1.1. Habilitação jurídica;
9.1.2. Habilitação técnica
9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional

10.1.1. **Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante já executou ou que esteja executando serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

a) Deverá ser comprovando os quantitativos mínimos de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância conforme a seguir:

a.1) Enfermeiro – 20 (vinte) Profissionais;
a.2) Médico Clínico – 9 (nove) Profissionais;
a.3) Odontólogo – 11 (onze) Profissionais;
a.4) Técnico de Enfermagem – 24 (vinte e quatro) Profissionais;
a.5) Técnico em Saúde Bucal – 12 (doze) Profissionais.

10.2. Comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

10.3. **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal (vigente)**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede do licitante, consoante disposto no art. 51 da Lei nº: 6.360/1976.

10.4. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais e/ou contratos.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Haverá exigência da garantia da contratação prevista nos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada poderão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

13.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

13.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

13.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os Serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os Serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento

14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

17.1. Não se aplica.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.1 a 18.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar com o Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

18.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

18.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras normas vigentes da Administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida norma.

18.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro de Fornecedores do Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO.

18.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DO REAJUSTE CONTRATUAL

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

São Domingos do Maranhão – (MA) 04 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretaria Adjunta Municipal de Saúde
Responsável pela elaboração do TR.

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos da legislação vigente.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Prezado Senhor,

A empresa XXXXXXXX com endereço na XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R$ XX,XX (XXXXXXXXX)**, para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE (Ampla Concorrência)						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10	R$ 3.896,67	12	R$ 467.600,40
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7	R$ 3.592,73	12	R$ 301.789,32
3	ENFERMEIRO	Unidade	40	R$ 7.043,08	12	R$ 3.380.678,40
4	FARMACEUTICO	Unidade	6	R$ 3.632,73	12	R$ 261.556,56
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11	R$ 3.459,98	12	R$ 456.717,36
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6	R$ 3.474,53	12	R$ 250.166,16
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18	R$ 10.305,05	12	R$ 2.225.890,80
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1	R$ 20.620,41	12	R$ 247.444,92
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5	R$ 3.435,73	12	R$ 206.143,80
11	ODONTOLOGO	Unidade	22	R$ 4.744,56	12	R$ 1.252.563,84
12	PROTESISTA	Unidade	4	R$ 3.649,11	12	R$ 175.157,28
13	PSICOLOGO	Unidade	6	R$ 3.770,02	12	R$ 271.441,44
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2	R$ 4.065,51	12	R$ 97.572,24
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48	R$ 5.005,58	12	R$ 2.883.214,08
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24	R$ 2.741,79	12	R$ 789.635,52
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2	R$ 4.065,52	12	R$ 97.572,48

***Orientação para preenchimento da proposta no portal de compras:** O Preço Total do Item será obtido pela multiplicação dos campos "R$ Unit.", pela "Qtd." e pela "Recorrência". Para fins de cadastramento da proposta no Portal de Compras as licitantes interessadas deverão dividir o "Preço Total do Item" obtida em sua proposta e dividir pela "Qtd", o resultado da divisão deverá ser informado no campo "Valor Unitário" constante no Portal de Compras.

Tipo de Benefício:
EX – Exclusivo para MEI/ME/EPP

CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP
SUBCONT – Subcontratação para MEI/ME/EPP
CP – Cota Principal ou Ampla Participação
SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
Dados Bancários da Empresa: Banco XXXXXXXX, Agência n° XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.
Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);
Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;
Prazo de início da execução dos serviços: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;
Local de execução dos serviços: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

A presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

A empresa (**razão social do licitante**) com endereço na (informar endereço completo da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº (informar cnpj) vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXX:

➢ DECLARO que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

☐ Simples Nacional;

☐ Lucro Real;

☐ Lucro Presumido;

☐ Outro:_____.

➢ DECLARO que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). XXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

➢ DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço:
Cidade/Estado:
Cep.:
Ponto de referência:
Telefone:
E-mail:

➢ DECLARO que a **licitante/empresa** é Enquadrada como:

☐ Microempreendedor Individual – MEI;

☐ Microempresa – ME;

☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP;

☐ Sociedade Cooperativa;

☐ Normal.

➢ DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

➢ Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

➢ Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaramos, ainda, estar ciente das sanções que poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo edital e na Lei nº 14.133/2021, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/2023 - CPL/PMSDM (MINUTA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024 – CPL/PMSDM
PROCESSO Nº 066/2024

Aos XX dias do mês de XXXXXXX do ano de **2024**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, inscrita sob o CNPJ n° **06.113.690/0001-71,** por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD (Órgão Gerenciador)** com sede na Praça Getulio Vargas, bairro Centro – SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – Maranhão, Cep. n° 65.670-000, no uso de suas atribuições, concedidas pelo **Decreto Municipal n° 06/2024**, RESOLVE **registrar os preços** da(s) empresa(s) abaixo indicada**,** doravante denominadas FORNECEDORAS/PRESTADORES DE SERVIÇOS, sujeitando-se as partes às determinações da **Lei nº 14.133/2023**, do **Decreto Municipal nº 064/2023,** da **Lei Complementar n° 123/2006** e em conformidades com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.– SEMUS., especificados no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

1.3. Os preços e especificações registradas na presente Ata de Registro de Preços, celebrada perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO (Órgão Gerenciador)**, tendo como parte a(s) **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX (Órgão Participante)** e o(s) Fornecedor(es) que tiver seus preços registrados, em face à realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM,** encontram-se elencadas abaixo:

DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA:	
CNPJ:	**Telefone:**
Endereço:	**E-mail:**
Representante Legal: **RG:** **CPF:**	

MATERIAL E/OU SERVIÇOS REGISTRADOS

Itens	Especificações	Unidade	Qtd.	P. Unit.	P. Total
	XXXXXXXXXXXX				

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de **12 (doze) meses** contado a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. A resenha da ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município).

3. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração**, nos seus aspectos operacionais.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor beneficiário da ata.

4.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta porcento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5. O órgão ou entidade referida no **subitem 4.1** poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no §2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4.7. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata;

4.7.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.8. Fica dispensada a necessidade de justificativa de vantagem à adesão a ata aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea **"d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e edital.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no inciso III, art. 13 do Decreto Municipal nº 064/2023.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do subitem 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Municipal nº 06/2024.

7.5. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços ou fornecer o objeto nos endereços contidos na "Ordem de Serviço/Fornecimento" emitida pelo Órgão Contratante.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e edital.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no inciso III, art. 13 do Decreto Municipal nº 064/2023.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do subitem 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Municipal nº 06/2024.

7.5. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços ou fornecer o objeto nos endereços contidos na "Ordem de Serviço/Fornecimento" emitida pelo Órgão Contratante.

8.1.1. O prazo para o início de fornecimento dos bens ou prestação de serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou "Ordem de Fornecimento" ou "Nota de Empenho", de acordo com o **Termo de Referência - Anexo II** do Edital.

9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento e/ou prestação de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do fornecedor beneficiário será cancelado quando:

10.1.1. Não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.2. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

10.1.3. For liberado;

10.1.4. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

10.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.1.6. Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.7. Não aceitar o preço revisado pela Administração;

10.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

10.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

10.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

10.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

10.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

10.2.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

10.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da comunicação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços, caso exista, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 10.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS ASSINATURAS

11.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2°, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br.**

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

12.2. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

12.3. Poderá haver modificações nos locais de execução do objeto em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas, as partes assinam o presente.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO (MA), _____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXX	**Fulano de Tal**
Assessor de Finaças	Representante Legal da empresa XXXXXXX
Órgão Gerenciador do SRP	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2024 - PMSDM
PROCESSO Nº 066/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXX**.

O **MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na Praça Getúlio Vargas – bairro Centro, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX,** doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, Secretário(a) Municipal de XXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXXXXXXXXX e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, o Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, têm, entre si, ajustado o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 066/2024** e em observância as disposições da **Lei nº 14.133/2021 e suas alterações** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto **contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde,** conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência, Proposta de Preços da Contratada e Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

1.2. O valor total do presente contrato é de **R$ XX,XX (XXXXXXXX)**, conforme demonstrativo a seguir:

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1					
2					

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.4. Não será administrada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 125 Lei nº 14.133/2021.

10.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

UNIDADE GESTORA:	
GESTÃO:	
FUNÇÃO:	
SUBFUNÇÃO:	
PROGRAMA:	
NATUREZA DA DESPESA:	
AÇÃO:	
SUBAÇÃO:	
FONTE DE RECURSO:	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

12.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.2. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº **8.078, de 1990** – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Representante da CONTRATANTE, por ela designada, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo, e-mail ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133, de 2021,** bem como no respectivo sítio oficial da **Prefeitura Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – www.saodomingosdo maranhão.ma.gov.br**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ASSINATURAS

19.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que o Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou pelo **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br**

CLÁUSULA VIGÉSIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do **art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021**, na modalidade **XXXXXXXXX**, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato**.

20.1.1. O contratado apresentará a garantia de execução, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato

20.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

20.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 20.5. deste contrato.

20.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

20.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

20.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 20.6**, observada a legislação que rege a matéria.

20.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

20.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

20.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.

20.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

20.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022**.

20.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

20.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

20.18. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

20.19. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar como Poder Público.

20.20. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO (MA), _____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:_____

CPF:_____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO VII

ORDEM DE SERVIÇO (Modelo)

#${identificador_ordem}

ORDEM DE SERVIÇO

À(o)
Sr(a). (representante legal da empresa)
Representante Legal da Empresa: (razão social da empresa) – (cnpj)
Com endereço a (rua ou av.), (número), (bairro), (cidade), (estado)
Contatos: (telefone) | (e-mail)

OS/OF Nº	OBJETO	UNIDADE REQUISITANTE
#${identificador_ordem}	${objeto_detalhado_ordem}	Secretaria Municipal de Educação
Processo Origem	**BENEFICIÁRIA(O)**	
${processo_origem_ordem}		

MATERIAL(AIS) E SERVIÇO(S) SOLICITADO(S)

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	**Marca:** **Modelo:** **Fabricante:**				
2	**Marca:** **Modelo:** **Fabricante:**				

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

PRAZO DE VALIDADE E/OU GARANTIA: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente a presente **Ordem de Fornecimento/Serviço** que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

a) Processo(s) Administrativo(s) n.º **XX/2024**.

b) Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**.
c) Proposta de Preços da Contratada e demais documentos apresentados no processo de contratação.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA, XX de XXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXX
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

A
Procuradoria Geral do Município – PGM
Prefeitura Municipal de Colinas
Hilton Pereira da Silva

OAB/MA 7304

Procuradora Geral do Município
Nesta.

Assunto: Análise e emissão de parecer sobre a minuta de edital e seus anexos.

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Encaminhe-se minuta de edital e seus anexos, objetivando o(a) contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde, para fins de análise e emissão de parecer, conforme **art. 53 da Lei nº 14.133/2021.**

Aprovada a minuta de edital e seus anexos os autos do processo deverão ser enviados a **autoridade competente para fins de emissão da autorização do procedimento licitatório.**

INFORMAÇÕES DA MINUTA DE EDITAL	
MODALIDADE	**PREGÃO ELETRÔNICO**
REGISTRO DE PREÇOS	**SIM**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇOS**
CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	**POR LOTE**
MODO DE DISPUTA	**ABERTO**
REGIME DE EXECUÇÃO	**EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

São Domingos do Maranhão- MA, 10 de maio de 2024.

Renan da Silva Araujo
Assessor de Finanças.

PARECER JURIDICO

PROCESSO LICITATORIO – MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO N° 006/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

> Trata-se de análise jurídica requerida pela Comissão de Licitação acerca da regularidade do Pregão Eletrônico objetivando o **Registro de Preços para futura Registro de preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC).

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica

Assim, vieram os autos contendo: a formalização da demanda, o estudo técnico preliminar, o termo de referência, a portaria de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, o Edital e a minuta do contrato.

Deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para

fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

O artigo 18, incisos I a XI, da Lei n.º 14.133/2021, estabelecem as regras a serem seguidas pela administração para realização do procedimento licitatório, cuja redação é a seguinte:

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento; IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
> V - a elaboração do edital de licitação;
> VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
> VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-

> financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
> XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Nessa quadra, preleciona o art. 82, da Lei n.º 14.133/2021, que é conteúdo obrigatório nos editais licitatórios

> Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
> I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
> II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
> III - a possibilidade de prever preços diferentes:
> a) Quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
> b) Em razão da forma e do local de acondicionamento;
> c) Quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
> d) Por outros motivos justificados no processo;
> IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
> V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
> VI - as condições para alteração de preços registrados;
> VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
> VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que

> tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
> IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequência

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, o termo de referência, a portaria de designação do pregoeiro e da equipe de apoio, a minuta do Edital.

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo se encontram devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública. Do mesmo modo, o critério de julgamento, qual seja, o menor valor por item, atende o que determina o art. 6°, inciso XLI, da Lei n.º 14.133/2021, cuja redação é a seguinte:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> [...]
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

O Sistema de Registro de Preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, segundo o artigo 82 § 5ºº da Nova Lei.

Neste caso específico, deverão ser observadas as seguintes condições: realização prévia de ampla pesquisa de mercado; seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento; desenvolvimento obrigatório de rotina de controle; atualização periódica dos preços registrados; definição do período de validade do registro de preços; inclusão, em ata de registro de preços, dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

No que diz respeito ao prazo de vigência da ata de registro de preços, o novo dispositivo será possível que a ata inicialmente firmada de um ano seja prorrogada por igual período, desde que comprovado preço vantajoso. Isto auxilia a Administração em casos concretos com a extensão da vigência de contratos firmados. Ante a identificação constante no preâmbulo do Edital, os itens presentes em suas cláusulas e a instrução dos autos do processo para a fase preparatória, contendo todos os elementos

exigidos, resta evidente que o Edital do Pregão Eletrônico atende as determinações expressas na Lei nº 14.133/21.

A elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo aquele sido submetido à análise jurídica contendo quatro anexos, quais sejam: o estudo técnico preliminar, a ata de registros de preços, o termo de referência e a minuta do contrato.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com a devida observância do determinado no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento

Diante do apresentado a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo o pregão em sua forma eletrônica, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Observa-se, por se tratar de fornecimento de objeto de forma contínua, a ser entregue parceladamente, de acordo com a necessidade da Contratante, se faz necessário que o acordo firmado seja devidamente instrumentalizado em contrato, visto não se enquadrar nas hipóteses de exceção quanto a obrigatoriedade do instrumento, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/2021. Tendo a minuta do contrato as seguintes cláusulas: documentos, objeto, obrigações da Contratante e Contratada, preço, dotação orçamentária, pagamento, entrega e recebimento do objeto, alterações, sanções administrativas, vigência, extinção do contrato, casos omissos, publicações e eleição de foro.

Nesta esteira, o artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

> Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
> I - o objeto e seus elementos característicos;
> II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
> III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
> IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
IX - a matriz de risco, quando for o caso;
X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
XIX - os casos de extinção.

Portanto, a minuta do contrato encontra-se com as cláusulas mínimas devidamente amparadas na Lei nº 14.133/2021, em especial por se tratar de objeto rotineiro, sem aferição de riscos aparentes para a Administração Pública e não se enquadrando como contratação de alto valor.

Outrossim, os requisitos para a qualificação dos licitantes previstos no edital, bem como os tópicos destinados às demais fases do processo licitatório, encontram-se devidamente de acordo com os parâmetros definidos na Lei 14.133/2021.

Em relação aos requisitos formais da minuta do edital, do termo de referência, da minuta do contrato, em que são evidenciadas as obrigações de cada parte de forma clara, e nos demais anexos, verifica-se que estes estão de acordo com as exigências legais impostas na Lei nº 14.133/21 para início e validade do certame. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

Ante a todo o exposto, e com fundamento no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às minutas apresentadas, verifica-se a devida obediência aos ditames da Lei n° 14.133/2, e não tendo assim nenhum óbice em ensejar sua nulidade, razão pela qual opino pelo prosseguimento do certame em seus ulteriores atos.

Recomendando-se a observância das publicações e do prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para a abertura da sessão pública, conforme determinado pelo artigo 55, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021.

É O PARECER.

São Domingos do Maranhão/MA , 22 de maio de 2024.

Hilton Pereira da Silva
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/MA 7304

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, por intermédio de seu **Pregoeiro(a)**, designado(a) pela **Portaria n.º 001/2024 – GAB/PMSDM de 02/01/2024 publicado no DOM/FAMEM em 06/03/2024**, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 09/2024, do Decreto Municipal nº 06/2024,** da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006** e suas alterações e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DADOS DO PROCESSO	
Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Administração	
Órgão(s) Participante(s): Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.	
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.	
Esclarecimentos e Impugnações: Até 19/08/2024 às 23h59min, pelo **Portal de Compras – www.licitasaodomingosma.com.br**	
Início da Sessão Eletrônica: 22/08/2024 às 09h30min. (Horário de Brasília/DF)	
Sistema Eletrônico Utilizado: Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br **Endereço para retirada do Edital**: www.licitasaodomingosma.com.br/ ou www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br/ ou www.gov.br/pncp	
Orçamento Sigiloso:	NÃO
Valor Estimado ou Máximo da Contratação:	Valor Total: R$ 13.365.144,60 (treze milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos)
Sistema de Registro de Preços – SRP:	Sim
Critério de Julgamento:	Menor Preço Global
Intervalo entre Lances:	R$ 100,00 (cem reais)
Modo de Disputa:	Aberto
Forma de Adjudicação	Global
Regime de Execução:	Empreitada Por Preço Unitário
Forma de Envio do(s) Lance(s):	☐Valor Unitário do Item; ☐Valor Total do Item; ☐Valor Total do Lote/Grupo. ☒Valor Global.
Participação de Consorcio:	NÃO
Apresentação de Amostras:	NÃO
Visita Técnica:	NÃO
Exigência de Garantia de Proposta	SIM (1%)
Exigência de Garantia de Contrato	SIM (5%)
Dotação Orçamentária:	Na licitação para registro de preços não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação, conforme art.10, §2º do Decreto Municipal nº 06/2024.
Anexos:	Anexo I – Estudo Técnico Preliminar - ETP; Anexo II– Termo de Referência; Anexo III – Modelo de Proposta de Preços; Anexo IV – Declaração Consolidada; Anexo V – Minuta da ARP;

	Anexo VI– Minuta do Contrato. Anexo VII – Ordem de Fornecimento/Serviço (Modelo)

INFORMAÇÕES

Pregoeiro(a): Jorges Fran Costa Ramalho Silva

Autoridade Competente: Renan da Silva Araújo – Assessor de Finanças

Endereço: Praça Getúlio Vargas, S/N, Centro, São Domingos do Maranhão, Maranhão, Brasil.

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF.**

Nota 1: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, mediante prévia comunicação do(a) Pregoeiro(a).

Nota 2: O **Pregoeiro** convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV), garantia de proposta e documentos de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação pelo não envio.

Nota 3: A data base que será considerada para fins de análise dos documentos será a **data da abertura da sessão pública.**

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA MEI / ME / EPP	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, Lei Complementar nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas de até 25% destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP? (Art. 48, III, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei Complementar nº 123/06)	NÃO
Abreviações	EX – Exclusivo para MEI/ME/EPP CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP SUBCONT – Subcontratação para MEI/ME/EPP CP – Cota Principal ou Ampla Participação SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

PARTE GERAL

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquele constante no campo **Dados do Processo,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. O **critério de julgamento** adotado será aquele constante no campo **Dados do Processo**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

1.3. A contratação ocorrerá conforme especificações e quantidades previstas neste edital e seus anexos.

2. DO ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. No campo **Dados do Processo** deste edital consta o valor estimado da contratação, salvo quando o orçamento for **sigiloso**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, previamente credenciadas no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas através do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderão participar deste Pregão:

3.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3. e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos **itens 3.6.4 e 3.6.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3.12. A vedação de que trata o **item 3.6.9** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. O campo **Dados do Processo** deste Edital permitirá ou não a participação de empresas em consórcio, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.13.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

3.13.2. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

3.13.3. A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

3.13.4. Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

3.13.5. O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no **subitem 3.13.4**.

3.13.6. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.13.7. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.13.8. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no **item 3.13.1**;

3.13.9. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida à constituição e o registro do consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento das propostas.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**, a proposta de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A licitante no momento do cadastro da proposta eletrônica, também registrará em campo próprio do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**. as seguintes declarações do sistema de acordo com a condição da licitante:

a) DECLARO que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

b) DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

c) DECLARO que não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.1. O licitante/fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

4.3.2. O licitante/fornecedor enquadrado como MEI/ME/EPP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

a) Nos **itens/lotes exclusivos (EX) e cotas reservadas (CR)** para participação de **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aqueles itens/lotes;

b) Nos itens/lotes em que a **participação não for exclusiva** para **MEI / ME / EPP**, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4. A falsidade das DECLARAÇÕES prestadas pelo LICITANTE caracteriza crime previsto no **art. 299 do Código Penal**, sujeitando-o ainda às sanções previstas na **Lei nº 14.133/2021** e neste edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Administração, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;
5.1.2. Marca, se for o caso;
5.1.3. Fabricante, se for o caso;
5.1.4. Modelo, se for o caso;
5.1.5. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos **12 (doze) meses**.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura da licitação.

a) Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

6.1.1. Quando o sistema não dispuser de recurso para início automático da sessão pública, os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6.4. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.7. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7.1. É obrigação do licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do **Chat** e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.2. O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.

7.2.1. Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.4. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU n.º 2131/2016 – Plenário).

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.1.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado no sistema. E conforme as regras estabelecidas no edital sobre lances de valores ou de desconto, bem como os intervalos mínimos de diferença.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.4. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.5. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes,** os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.6. No caso de a **desconexão** do Pregoeiro persistir por tempo superior a **30 (trinta) minutos**, a sessão do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação do fato aos participantes no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**

8.7. O campo **Dados do Processo** definirá o modo de disputa, que poderá ser:

8.7.1. Modo de Disputa Aberto:

8.7.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico quando o modo de disputa for "aberto", apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, com prorrogações.

8.7.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

8.7.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a **subitem anterior**, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos **subitens anteriores**, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.1.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o **Pregoeiro**, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.7.1.6. Após o reinício da etapa de lances, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.7.1.6. Encerrada a etapa de que trata o **subitem anterior**, o sistema ordenará e divulgará os lances.

8.7.2. Modo de Disputa Aberto e Fechado:

8.7.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.7.2.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **15 (quinze) minutos.** Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **10 (dez) minutos,** aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.7.2.3. Encerrado o prazo previsto no **subitem anterior**, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

a) O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.7.2.4. Não havendo pelo menos **3 (três)** propostas nas condições definidas neste **subitem**, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de **3 (três)**, oferecer um lance final e fechado em até **5 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.7.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos **subitens anteriores**, o sistema ordenará os lances segundo a ordem de classificação.

8.7.3. Modo de Disputa Fechado e Aberto:

8.7.3.1. Será classificado pelo sistema, para envio de lances na etapa aberta, o licitante que apresentou a proposta de menor preço, bem como os licitantes que apresentaram propostas até **10% (dez por cento) superior** à ela.

8.7.3.2. Não havendo pelo menos **3 (três) propostas** nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as **3 (três) melhores propostas**, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.7.3.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5% (cinco por cento)**, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

8.7.3.4. Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

8.7.3.5. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente de valores.

8.8. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate do subitem anterior.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS.

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por MEI / ME / EPP, e houver proposta de MEI / ME / EPP que seja igual ou até **5% (cinco por cento) superior** à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A MEI / ME / EPP mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

9.1.2. Não sendo vencedora a MEI / ME / EPP mais bem classificada, na forma do **subitem anterior**, o sistema, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI / ME / EPP que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate, conforme inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

9.1.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.1.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

10. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO

10.1. O **Pregoeiro** encaminhará contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento, o valor estimado para a contratação e as demais condições estabelecidas neste Edital.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, negociação e após apresentação da proposta readequada ao valor final, o Pregoeiro, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo **indicado no tópico "DADOS DO CERTAME"**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio de opção disponível no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.** Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se **expressamente** permitido pelo **Pregoeiro**.

11.1.1. O **Pregoeiro** convocará a licitante via sistema/portal de compras o envio da proposta readequada do valor final, declaração consolidada (Anexo IV), garantia da proposta e documentos de habilitação, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de desclassificação pelo não envio.

11.2. A Proposta de Preços deverá ser enviada devidamente preenchida, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como, "Word", "Excel", "Adobe Reader" ou "BROffice", podendo ainda ser compactado a critério do licitante.

11.2.1. Deverá ser realizada, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de **1% (um por cento) do valor estimado para a contratação**, nos termos do artigo 58, da Lei nº14.133/2021.

11.2.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

11.2.3. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Os documentos remetidos por meio da opção **"Enviar Documentação"** do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

11.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar do próximo dia útil após a solicitação do Pregoeiro para a **Comissão Permanente de Licitação – CPL, situada na Praça Getúlio Vargas – S/N Centro, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – MA, CEP: 65.670-000.**

11.4. A **Proposta de Preços readequada ao valor final (Anexo III)** deverá ser apresentada após convocação do Pregoeiro(a), devendo elaborada em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, datada, assinada e rubricadas todas as folhas pelo Representante Legal da licitante proponente, com o seguinte conteúdo, de **apresentação obrigatória:**

11.4.1. Número do Pregão, razão social do proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como dados bancários tais como: nome e número do Banco, Agência e Conta Corrente para fins de pagamento;

11.4.2. Descrição detalhada do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes no **Modelo de Proposta de Preços – Anexo III**;

11.4.3. Proposta de preços deverá ser elaborada com **2 (dois)** algarismos após a vírgula, sendo considerados fixo e irreajustável, já incluídos os lucros e todas as despesas incidentes, essenciais para a execução objeto desta licitação;

11.4.4. Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

11.4.5. Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;

11.5. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.6. Nas contratações para **aquisição de bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade as propostas cujos valores apresentarem desconto superior a **35% (trinta e cinco por cento)** em relação aos valores orçados/estimados pela Administração.

11.6.1. O licitante que apresentar em sua proposta o desconto previsto no **subitem 11.6** do edital deverá apresentar a comprovação da exequibilidade de sua proposta através dos seguintes documentos:

a) Planilha de Custos (Anexo III-A) apresentando preço de custo da execução do objeto, margem de lucro, impostos detalhados com sua respectiva alíquota (federais, estaduais e municipais incidente sobre a execução do objeto), custo diretos e indiretos da licitante com base em seu regime de tributação (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real); e

a.1) Deverá ser apresentado na planilha de custos, todos os custos diretos e indiretos inerente a prestação do serviço ou venda de mercadoria/produtos, despesas com pessoal (salários, férias, 13º Salário, Encargos Trabalhistas (FGTS, INSS, Vale Transporte, Alimentação e outros), custo de aquisição de mercadorias, tributos e impostos federais, estaduais e municipais de acordo com o ramo de atividade da empresa; Despesas Administrativas como energia elétrica, água, alugueis e outras despesas fixas que impactam o custo de operação da empresa.

b) Documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos, comercializados (vendas e/ou serviços) pela futura contratada, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da abertura da licitação.

b.1) Não será aceito documentos fiscais ou instrumentos contratuais de objetos idênticos emitidos após a abertura do certame.

b.2) Os documentos previstos na alínea "b" deverão ser apresentados de forma pesquisável e legível.

11.6.2. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão comprovar:

a) que os custos da execução do objeto para Administração sejam inferiores ao valor da proposta ofertada; e

11.6.3. A comprovação da exequibilidade do valor ofertado deverá ser apresentada em conjunto com a proposta readequada ao valor final e demais documentos previstos no subitem 11.6.1 deste edital.

11.6.4. Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos, materiais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.7. O **Pregoeiro** realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, podendo ser desclassificada as propostas que:

11.7.1. Contenham vícios insanáveis;

11.7.2. Descumpram especificações técnicas constantes do edital e seus anexos;

11.7.3. Apresentem preços manifestamente inexequíveis;

11.7.4. Após a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do valor estimado pela Administração;

11.7.5. Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.8. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Órgão Requisitante ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.

11.9. O **Pregoeiro** poderá convocar o licitante para enviar **documento complementar**, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo até **2 (duas) horas** conforme indicado no Chat, sob pena de recusa da proposta ou inabilitação.

11.9.1. O prazo estabelecido para envio de documentos complementares poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação do licitante, devidamente justificado, antes do término do prazo inicial, e aceita pelo Pregoeiro.

12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: (**portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc**);

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (**www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php**).

12.1.3. Para a consulta de licitantes **pessoa jurídica** poderá haver a substituição das consultas dos **subitens anteriores** acima pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://portal.tcu.gov.br/)**

12.2. Verificada a inexistência de condições de participação, o **Pregoeiro** analisará os documentos de habilitação apresentada pelo licitante declarado provisoriamente vencedor, conforme a seguir:

12.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

12.3. Habilitação Jurídica

12.3.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, que deverá ser apresentada pelos documentos a seguir de acordo com sua natureza jurídica:

12.3.1.1. Documento de Identificação (Carteira de Identidade ou CNH) do Empresário Individual e/ou Sócio Administrador;

12.3.1.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br**;

12.3.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.3.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.3.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.3.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

12.3.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.3.1.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.3.1.10. No caso de atividade adstrita a uma legislação específica: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

12.3.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.4. Habilitação Técnica

12.4.1. São aquelas prevista no Termo de Referência (Anexo II) deste edital.

12.5. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

12.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.5.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

15.5.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;**

15.5.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**;

15.5.6. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a:

15.5.6.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais, e;

15.5.6.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

15.5.6.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.6** for comprovada mediante a apresentação de uma **única certidão**, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição;

15.5.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante a:

15.5.7.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

15.5.7.2. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

15.5.7.3. Quando a prova de regularidade de que trata o **subitem 15.5.7** for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

12.6. Habilitação Econômico-Financeira

12.6.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a **60 (sessenta) dias** de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade.

12.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi homologado judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.6.2. Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, *acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas*[1]*, já exigíveis e apresentados na forma da lei*, que comprovem a boa situação financeira da empresa;

12.6.2.1. As **empresas obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, nos termos da IN RFB vigente, terão que apresentar, até o último dia útil do mês de maio, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2021 e 2022, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023;

12.6.2.2. As **empresas não obrigadas** à elaboração das Demonstrações Contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD terão que apresentar, até 30 de abril, as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2021 e 2022, após esta data é obrigatória a apresentação das Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2022 e 2023.

12.6.2.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar o **Balanço de Abertura** ou **Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis** referentes ao período de existência da empresa, ou seja, Balanço Intermediário, observado as formas previstas no **subitem 12.6.3** deste edital;

---

[1] As Notas Explicativas deverão atender no que couber as exigências previstas §5°_, art. 176 da Lei nº 6.404/1976 e Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) A exigência no **subitem 12.6.2** deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.6.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12.6.2.5. O Balanço Patrimonial (BP) deverá comprovar boa situação financeira através dos seguintes índices: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

a) Para facilitar a análise boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, solicitamos que a empesa apresente **declaração com memória de cálculo, devidamente assinado por um Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade**, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos dos **2 (dois) últimos balanços patrimoniais**, observado o **item 12.6.2**, da seguinte forma:

$$ISG = \frac{Ativo\ Total}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$ILG = \frac{Ativo\ Circulante + Realizável\ a\ Longo\ Prazo}{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo} \geq 1{,}00$$

$$ILC = \frac{Ativo\ Circulante}{Passivo\ Circulante} \geq 1{,}00$$

a.1) O **Índice de Solvência Geral (ISG)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

a.2) O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

a.3) O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

a.4) Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado **"maior ou igual a 1"** é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.

a.5) O atendimento aos índices estabelecidos neste Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, **colocando em risco a execução do contrato.**

12.6.2.6. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido para os índices ISG, ILG e ILC, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido** no valor mínimo de **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

12.6.2.7. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

12.6.3. O **Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** deverão ser "apresentadas na forma da Lei", nas seguintes situações e condições, de acordo com a legislação aplicável, natureza jurídica da empresa e regime tributário a cada caso, e previsto neste instrumento convocatório, devendo observar e apresentar, nos termos conforme a seguir:

12.6.3.1. Publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, ou outro jornal de grande circulação da sede ou domicílio do licitante, conforme art. 289 da Lei Federal nº 6.404/1976, ou;

12.6.3.2. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, e;

12.6.3.3. Registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio do licitante para as **sociedades simples** ou;

12.6.3.3. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

12.7. As MEI / ME / EPP, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.11. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou considerá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.12. Para facilitar a análise da documentação pelo **Pregoeiro**, é importante que o licitante convocado além de apresentar toda a documentação exigida no edital, que o mesmo seja apresentado na mesma ordem de organização estabelecida no instrumento convocatório.

12.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da **autoridade competente**.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no **Portal Licita SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – www.licitasaodomingosma.com.br.**

14. DA AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos a **Autoridade Competente** realizará a **adjudicação** e **homologação** dos itens/lotes da licitação aos seus respectivos vencedores.

15. DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Não se aplica.

16. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS** é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

16.2. São órgãos não participantes os órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ata de registro de preços.

16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar a **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS (Órgão Gerenciador)** para conceder autorização ou não da adesão.

16.3.1. A Adesão a Ata de Registro de Preços poderá ser realizada desde que comprovada a vantajosidade da adesão.

16.3.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o **subitem 16.3** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **(50%) cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item** registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

16.4.1. A **SEMUS** poderá autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação deste prazo, respeitado o prazo de vigência da Ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

16.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

16.6. Homologado o resultado desta licitação, a licitante beneficiária será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação para assinatura da ARP.

16.6.1. O prazo para que a licitante vencedora compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ARP, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste edital de licitação.

16.8. A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, seja designada eventual aplicação de penalidades administrativas.

16.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de 1 (um) ano contado a partir da sua assinatura, devendo o extrato da ata ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.10. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

16.11. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município;

16.12. A existência de preços registrados para bens ou serviços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

16.13. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da prorrogação.

16.14. Os preços registrados na ata poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

16.15. Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o **órgão gerenciador** deverá:

16.15.1. Convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

16.15.2. Frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

16.15.3. Convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

16.16. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o **órgão gerenciador** poderá:

16.16.1. Liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido da execução do objeto;

16.16.2. Convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

16.17. Não havendo êxito nas negociações, o **órgão gerenciador** deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material ou serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

16.18. O registro do fornecedor será cancelado quando:

16.18.1. não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.8.2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

16.8.3. for liberado;

16.8.4. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

16.8.5. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.8.6. sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.8.7. não aceitar o preço revisado pela Administração;

16.19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo **órgão gerenciador:**

16.19.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

16.19.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

16.19.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

16.19.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

16.19.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

16.20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.21. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da comunicação.

17. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

17.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá convocar o licitante beneficiário para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** para assinar o **Contrato** ou outro **Instrumento Equivalente,** sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

17.1.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante beneficiário durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

17.1.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado;

17.2. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Se licitante beneficiário convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

17.3.1. Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado a executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro, poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as MEI / ME / EPP, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.4. O fornecedor e/ou prestador de serviços que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

17.5. Por ocasião da assinatura do contrato a **licitante vencedora** deverá manter todas as condições de habilitação regulares.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As Sanções Administrativas são aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II deste edital.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br** no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados através do **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br.**

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

20.1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.1.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de **diligência**, para:

a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data da abertura do certame.

20.2.1. Na análise das propostas e documentos de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Órgão.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.9. Nos casos de divergência ou dúvida entre o texto do Termo de Referência – Anexo II e o texto do Edital, prevalecerá, no julgamento objetivo das propostas e documentos, o texto do Edital.

20.10. Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitasaodomingosma.com.br** e **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br**

20.10.1. O **Resultado da Licitação** será comunicado mediante publicação no **Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br**.

20.10.2. É dever do licitante acompanhar todos os Comunicados, Notificações, Decisões e Julgamentos disponibilizados nos sítios **www.gov.br/pncp**, **www.licitasaodomingosma.com.br** e **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br.**

20.11. Os licitantes ficam informados sobre os termos da **Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção)**, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, **ao constante no art. 5.º, inciso IV**, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20.12. Em se tratando de certame que seja para aquisição de bens ou prestação de serviços, que possuam **cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto** para a contratação de MEI / ME / EPP:

20.12.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

20.12.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

20.12.3. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá será dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

21. DOS ANEXOS

21.1. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados no campo **Dados do Processo** deste Edital.

22. DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Domingos do Maranhão (MA), 05 de agosto de 2024.

Renan Silva de Araújo
Assessor de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

ALINHAMENTO COM O PCA: A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Clodomir Gomes da Silva Junior, Francilene de Sousa Melo

PROBLEMA RESUMIDO: A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A população da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta sérias dificuldades no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde. Essa situação gera impactos negativos na qualidade de vida dos cidadãos, resultando em agravamento de doenças, aumento da incapacidade funcional e até mesmo óbitos evitáveis.

A escassez de profissionais de saúde qualificados, a falta de estrutura adequada nos serviços de atendimento e a demora no agendamento de consultas e exames são alguns dos principais obstáculos enfrentados pela população local. Além disso, a precariedade no transporte público e a distância dos centros de referência em saúde contribuem para agravar a situação, impossibilitando o atendimento oportuno e eficaz dos pacientes.

Diante desse cenário preocupante, é fundamental que sejam adotadas medidas urgentes para garantir o acesso equitativo e universal aos serviços de saúde especializados, assegurando assim o direito básico à saúde de todos os cidadãos de São Domingos do Maranhão. A implementação de políticas públicas efetivas, a ampliação da capacidade de atendimento nas unidades de saúde locais e a melhoria na infraestrutura das unidades de saúde são algumas das ações necessárias para resolver esse grave problema e promover o bem-estar da população.

2 – REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

1. Disponibilidade de consultas, procedimentos e tratamentos especializados na área da saúde para atender toda a população do município de São Domingos do Maranhão.

2. Infraestrutura adequada para realização dos atendimentos, incluindo equipamentos médicos e instalações apropriadas.

3. Equipe qualificada e experiente de profissionais de saúde, incluindo médicos especialistas, enfermeiros e técnicos em saúde.

4. Agendamento eficiente e organizado de consultas e procedimentos, garantindo o acesso rápido e sem grandes filas de espera.

5. Atendimento humanizado e acolhedor, visando o bem-estar e a satisfação dos pacientes.

6. Sistema de informação e registro dos atendimentos que permita o acompanhamento dos casos e a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

7. Controle de qualidade dos serviços, com monitoramento periódico e avaliação de indicadores de desempenho.

8. Parcerias com outras instituições de saúde para encaminhamento de casos mais complexos ou para realização de exames complementares.

9. Facilidade de acesso aos serviços, considerando a localização geográfica das unidades de saúde e a disponibilidade de transporte público para os pacientes.

10. Transparência na gestão dos recursos públicos destinados à saúde, garantindo a eficiência e a eficácia na utilização dos mesmos.

3 – SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

1. Contratação de clínicas especializadas para atendimento exclusivo da população:

Vantagens:

- Acesso mais rápido aos serviços de saúde
- Maior disponibilidade de especialidades médicas
- Possibilidade de negociação de descontos e condições favoráveis

Desvantagens:
- Custo elevado para a Prefeitura
- Dependência de fornecedores externos
- Risco de não atender plenamente às necessidades da população

2. Parceria com hospitais regionais para realização de consultas e procedimentos especializados:

Vantagens:

- Custos compartilhados entre município e hospital
- Maior oferta de serviços de saúde
- Infraestrutura adequada para procedimentos mais complexos

Desvantagens:

- Possível falta de disponibilidade de horários para consultas
- Dependência da agenda do hospital
- Deslocamento necessário para acessar os serviços

3. Implementação de telemedicina para consultas remotas:

Vantagens:

- Acesso facilitado a especialistas mesmo em locais remotos
- Redução de custos com deslocamento dos pacientes
- Agilidade no agendamento de consultas

Desvantagens:

- Necessidade de infraestrutura tecnológica e internet de qualidade
- Possíveis limitações na realização de exames físicos
- Dificuldade de estabelecer um vínculo médico-paciente

4. Contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na rede municipal de saúde:

Vantagens:

- Maior controle sobre a qualidade e eficiência dos serviços prestados
- Melhor integração com a equipe local
- Possibilidade de ampliar a capacidade de atendimento gradualmente

Desvantagens:
- Custos fixos com contratação de profissionais qualificados
- Possível dificuldade em encontrar profissionais disponíveis no mercado
- Demanda por treinamento e capacitação constantes

Essas são algumas possíveis soluções para o problema apresentado pela Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão. Cada uma delas possui suas vantagens e desvantagens, sendo importante considerar as especificidades do contexto local e as necessidades da população atendida para escolher a melhor alternativa.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A escolha da contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde para atuação na Rede Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão se fundamenta em diversas razões técnicas e operacionais que visam garantir o acesso da população local a consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a população de São Domingos do Maranhão enfrenta dificuldades no acesso aos serviços de saúde devido à falta de profissionais qualificados e especializados disponíveis na região. Com a contratação de uma empresa especializada, será possível garantir a presença de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, dentistas e outros profissionais necessários para atender às demandas da comunidade de forma eficiente e eficaz.

Além disso, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde trará vantagens operacionais significativas, tais como a otimização dos recursos humanos e materiais disponíveis, a padronização dos procedimentos e protocolos de atendimento, o aumento da qualidade e eficiência dos serviços prestados, a redução do tempo de espera dos pacientes por consultas e tratamentos, entre outros benefícios.

Outro ponto relevante a ser considerado é a possibilidade de estabelecimento de parcerias com a empresa contratada para a realização de capacitações e treinamentos para os profissionais de saúde da rede municipal, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos e para o desenvolvimento das competências da equipe.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde representa uma solução viável e eficaz para superar as dificuldades enfrentadas pela população de São Domingos do Maranhão no acesso aos serviços de saúde especializados, proporcionando benefícios tanto do ponto de vista técnico quanto operacional e contribuindo para a promoção da saúde e o bem-estar da comunidade local.

5 – DOS QUANTITATIVOS E VALORES

5.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Quant.**	**Recorrência**	**RS Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10,00	12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7,00	12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40,00	12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6,00	12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11,00	12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6,00	12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18,00	12	
8	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1,00	12	
9	NUTRICIONISTA	Unidade	5,00	12	
10	ODONTOLOGO	Unidade	22,00	12	
11	PROTESISTA	Unidade	4,00	12	
12	PSICOLOGO	Unidade	6,00	12	
13	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2,00	12	
14	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48,00	12	
15	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24,00	12	
16	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2,00	12	

5.2. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Setor de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

5.2.1 Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponível no documento denominado MAPA DE APURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO, anexo ao processo administrativo.

6 - PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Parcelamento formal, realização de uma única licitação, mas cada parcela da solução sendo adjudicada em lotes/itens distintos.

A contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde foi justificada pelo problema enfrentado pela população de São Domingos do Maranhão no acesso a consultas, procedimentos e tratamentos especializados. A solução escolhida visa atender a demanda por profissionais de saúde na rede municipal. A contratação pelo menor preço global/lote garante que a Prefeitura obtenha o melhor custo-benefício para oferecer um atendimento de qualidade à população, dentro das possibilidades financeiras do município.

7 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação da empresa para prestação de serviços técnicos na área da saúde, a Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão poderá alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Em relação à economicidade, a contratação da empresa possibilitará a otimização dos recursos financeiros, uma vez que será possível realizar um planejamento estratégico para a utilização eficiente dos recursos destinados à saúde. Além disso, a contratação de profissionais especializados evita desperdícios e retrabalhos, resultando em uma gestão mais eficaz dos recursos materiais e financeiros.

Já em termos de melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação da empresa permitirá o acesso a profissionais qualificados e especializados nas diferentes áreas da saúde, como médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e dentistas. Isso contribuirá para uma maior oferta de serviços de qualidade à população, reduzindo as filas de espera por consultas, procedimentos e tratamentos especializados.

Por fim, a contratação da empresa também possibilitará uma maior integração entre os profissionais de saúde da Rede Municipal, promovendo a troca de conhecimentos e experiências, o que pode resultar em melhores práticas e uma prestação de serviços mais eficiente e eficaz para a população de São Domingos do Maranhão.

8 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1. Realizar um levantamento detalhado das demandas de saúde da população de São Domingos do Maranhão.
2. Estudar a viabilidade econômica e jurídica da contratação de serviços especializados em saúde.
3. Elaborar um plano de contratação que contemple as necessidades identificadas.
4. Realizar um processo de licitação transparente e justo para selecionar o prestador de serviços.
5. Capacitar servidores para fiscalização e gestão contratual, garantindo o correto cumprimento do contrato.
6. Estabelecer metas e indicadores de desempenho para avaliar a eficácia da solução implementada.

9 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Após análise do problema apresentado e da solução escolhida, conclui-se que não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para resolver as dificuldades de acesso à saúde da população de São Domingos do Maranhão. As contratações necessárias seriam apenas aquelas relacionadas diretamente à solução escolhida, sem a obrigatoriedade de contratações adicionais para complementar a solução proposta.

10 - IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há previsão de possíveis impactos ambientais.

11 - CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

São Domingos do Maranhão - MA, 2 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretária Adjunta Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes no Termo de Referência.

1.2. A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

2. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão enfrenta uma escassez de profissionais de saúde suficientes para atender as necessidades da população. A presente solicitação visa suprir essa carência na Secretaria Municipal de Saúde, buscando garantir a quantidade necessária de profissionais de saúde para manter os serviços dentro dos padrões mínimos de rapidez e qualidade exigidos pelos usuários internos e externos.

Esta contratação se justifica pela rapidez com que os processos poderão ser concluídos com o reforço da mão de obra empregada; pela economia e melhoria na qualidade dos serviços, devido à utilização de profissionais com nível correspondente à complexidade das atividades; pelo cumprimento rigoroso dos prazos de atendimento das demandas; e pela melhoria no desempenho das atividades de apoio às secretarias que desenvolvem as atividades-fim, contribuindo significativamente para a maior eficiência na realização das atividades finalísticas do município.

Nesse sentido, a Administração Pública deve buscar a otimização do uso dos recursos humanos e, sempre que possível, recorrer à execução indireta por meio de contratos, desde que a iniciativa privada na respectiva área esteja suficientemente desenvolvida e capacitada para desempenhar essas funções.

A interrupção desses serviços, considerados essenciais, pode comprometer gravemente a dinâmica das atividades de apoio à Administração e à execução das funções finalísticas da Prefeitura.

Todos esses fatores contribuirão para uma percepção pública positiva dos serviços prestados e para o alcance pleno das metas institucionais da Prefeitura Municipal, fortalecendo seu papel perante a sociedade. Isso é particularmente importante no desenvolvimento de atividades na área da saúde, tanto para manter o nível dos serviços prestados atualmente quanto para cumprir com suas atribuições constitucionais.

Portanto, a solicitação se justifica pela necessidade de atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de garantir o desempenho regular das atividades desenvolvidas pelo Município de São Domingos do Maranhão/MA.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

3.1. Das informações e dimensionamento do objeto.

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE						
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10		12	
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7		12	
3	ENFERMEIRO	Unidade	40		12	
4	FARMACEUTICO	Unidade	6		12	
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11		12	
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6		12	
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18		12	
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1		12	
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5		12	
11	ODONTOLOGO	Unidade	22		12	
12	PROTESISTA	Unidade	4		12	
13	PSICOLOGO	Unidade	6		12	
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2		12	
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48		12	
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24		12	
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2		12	

3		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	26
MÉDICO CLÍNICO	Unidade	16
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	32
ESB		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ODONTOLOGO	Unidade	20
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	20
EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	3
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	5
FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	9
FONOAUDIOLOGO	Unidade	4
NUTRICIONISTA	Unidade	3
PSICOLOGO	Unidade	3
LABORATORIO DE PROTESE		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
PROTESISTA	Unidade	4
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	4
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS I		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	5
EDUCADOR FÍSICO	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
FARMACEUTICO	Unidade	2
MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1
PSICOLOGO	Unidade	3
PSICOPEDAGOGO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	4
TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2
EQUIPE MULTIP. DE ATENC. DOMICILIAR - EMAD II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	2
ENFERMEIRO	Unidade	3
MEDICO CLINICO	Unidade	2
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	5
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**

FARMACEUTICO	Unidade	2
FISIOTERAPEUTA	Unidade	2
FONOAUDIOLOGO	Unidade	2
NUTRICIONISTA	Unidade	2
ODONTOLOGO	Unidade	2
SERV DE ATEND MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU		
Especialidade	**Unidade**	**Quantidade**
ENFERMEIRO	Unidade	8
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	7

3.1.1. A estimativa de preços da presente contratação foi realizada através de ampla pesquisa de mercado em atendimento ao disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 09/2024. A pesquisa de mercado foi realizada pelo Departamento de Compras logo após a elaboração do DFD pela unidade requisitante.

3.1.1.1. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa de mercado encontram-se disponíveis no documento denominado DETALHAMENTO ANALÍTICO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS – DAEP, anexo ao processo administrativo.

3.2. DESCRITIVO DAS FUNÇÕES:

3.2.1. ENFERMEIRO:

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.2. MÉDICO CLÍNICO

Requisito: Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar consultas e atendimentos médicos;

b) Implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas;

c) Coordenar programas e serviços em saúde;

d) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção de doenças.

e) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.3. TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Requisito: Curso técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Assistir ao Enfermeiro no planejamento, programação e orientação das atividades de enfermagem, na prestação de cuidados diretos de enfermagem, na prevenção e no controle sistemático da infecção hospitalar, na prevenção e controle de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência à saúde;

b) Executar atividades de desinfecção e esterilização;

c) Organizar o ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões;

d) Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

e) Preparar os pacientes para consultas e procedimentos, seguindo a orientação de enfermeiros e da equipe médica,

f) Promover a educação em saúde, incentivando e auxiliando em práticas de higiene;

g) Atuar nas atividades de menor complexidade, sob a supervisão de um enfermeiro.

h) Aplicar injeções e vacinas e administrar medicações que tenham sido prescritas por médicos.

i) Realizar imobilizações, fazer curativos e esterilizar instrumentos e equipamentos hospitalares que serão utilizados pela equipe de saúde;

j) Atuar na higienização dos pacientes e curativos;

k) Realizar outras atividades inerentes à sua função.

3.2.4. ODONTOLOGO

Requisito: Curso Superior em Odontologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender e orientar os pacientes;

b) Executar procedimentos odontológicos;

c) Estabelecer diagnósticos e prognósticos;

d) Promover e coordenar medidas de promoção e prevenção da saúde e ações de saúde coletiva;

e) Atuar em equipes multidisciplinares e interdisciplinares.

3.2.5. TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Requisito: Curso Técnico em Saúde Bucal

Descrição das Atividades da Função:

a) Atuar na promoção, prevenção e controle das doenças bucais;

b) Promover e participar de programas educativos e de saúde bucal, orientando indivíduos e grupos, principalmente com relação à escovação e aplicação de flúor;

c) Participar da realização de estudos epidemiológicos em saúde bucal;

d) Realizar, sob supervisão do cirurgião-dentista, atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do indivíduo;

e) Supervisionar, sob delegação, o trabalho do auxiliar de consultório dentário;

f) Controlar estoques e gerenciar a manutenção do aparato tecnológico presente no consultório;

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.6. ASSISTENTE SOCIAL

Requisito: Curso Superior em Serviço Social

Descrição das Atividades da Função:

a) Planejar soluções, organizar e intervir em questões relacionadas à saúde e manifestações sociais, para elaboração, implementação e monitoramento do Serviço Social, com foco na promoção da saúde;

b) Prestar serviços de âmbito social, a indivíduos em grupos e comunidade, identificando e analisando seus problemas, necessidades materiais e sociais, aplicando métodos e processos básicos do serviço social.

c) Contribuir e participar nas ações de Saúde Ocupacional;

d) Realizar acompanhamento psicossocial de trabalhadores e pacientes, buscando alternativas de enfrentamento individual e coletivo;

e) Prestar serviços sociais orientando pacientes, acompanhantes, famílias, comunidade e equipes de trabalho da Prefeitura Municipal sobre direitos, deveres, serviços e recursos sociais;

f) Formular relatórios, pareceres técnicos, rotinas e procedimentos;

g) Planejar, elaborar e avaliar programas, projetos e planos sociais em diferentes áreas de atuação profissional;

h) Desempenhar atividades administrativas e assistenciais;

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.7. EDUCADOR FÍSICO

Requisito: Curso Superior em Educação Física e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Participar de equipes multidisciplinares, auxiliando no tratamento de pessoas com problemas físicos ou psíquicos;

b) Executar, organizar e supervisionar programas de atividade física para pessoas e grupos;

c) Condicionar fisicamente crianças, adolescentes, adultos e idosos;

d) Avaliar o resultado do tratamento por meio de testes e questionários de qualidade de vida;

e) Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as Equipes de Saúde da Família, contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência, como proposta de inclusão social e combate à violência, capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento das atividades.

3.2.8. FARMACEUTICO

Requisito: Curso Superior em Farmácia

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar tarefas específicas de controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos e insumos correlatos;

b) Orientar sobre uso de produtos e prestar serviços farmacêuticos;

c) Estabelecer boas práticas de armazenamento, dispensação, distribuição e controle de medicamentos e insumos;

d) Monitorar a qualidade dos produtos e serviços;

e) Executar atividades de assistência farmacêutica e executar ações de vigilância em saúde;

f) Trabalhar segundo normas técnicas de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.9. FISIOTERAPEUTA

Requisito: Curso Superior em Fisioterapia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Realizar diagnóstico com levantamento de problemas de saúde que requeiram ações de prevenção de deficiências e das necessidades em termo de reabilitação.

b) Desenvolver ações de promoção e proteção a saúde em conjunto com as equipes de saúde;

c) Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos.

d) Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhado, de acordo com as necessidades dos usuários.

e) Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos.

f) Realizar discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares.

g) Orientar e informar pessoas com deficiência, sobre posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente as características especiais de cada indivíduo.

h) Desenvolver ações de Reabilitação que pressuponham valorização do potencial da comunidade, concebendo todas as pessoas como agentes do processo de reabilitação e inclusão.
i) Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnostico, para o manejo e situações oriundas da deficiência de um dos seus componentes.

j) Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos necessários;

k) Realizar encaminhamentos e acompanhamento das indicações de concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde.

l) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.10. FONOAUDIOLOGO

Requisito: Curso Superior em Fonoaudiologia

Descrição das Atividades da Função:

a) Atender pacientes para prevenção, habilitação e reabilitação daqueles que utilizam protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia;

b) Tratar de pacientes efetuando avaliação e diagnóstico fonoaudiológico;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida;

e) Avaliar aspectos do desenvolvimento da fala e da linguagem em adultos e crianças como forma preventiva e, se necessário realizar reabilitação;

f) Realizar triagem auditiva em escolas e creches, bem como em indivíduos com suspeita ou de risco à perda auditiva;

g) Desenvolver ações coletivas preventivas através de palestras abordando situações ou patologias que interfiram na fala, linguagem, voz, audição, deglutição, aprendizagem, etc.

h) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.11. NUTRICIONISTA

Requisito: Curso Superior em Nutrição

Descrição das Atividades da Função:

a) Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos);

b) Organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição;

c) Efetuar controle higiênico-sanitário;

d) Capacitar as Equipes de Saúde da Família e participar de ações vinculadas aos programas de controle, prevenção dos distúrbios nutricionais com carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição.

e) Participar de programas de educação nutricional;

f) Elaborar em conjunto com as Equipes de Saúde da Família, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à alimentação e nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e contra - referência do atendimento.

g) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.12. PSICOLOGO

Requisito: Curso Superior em Psicologia e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação;

b) Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o paciente durante o processo de tratamento ou cura;

c) Investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes;

d) Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins;

e) Avaliar alterações das funções cognitivas, buscando diagnóstico ou detecção precoce de sintomas, tanto em clínica quanto em pesquisas;

f) Acompanhar e avaliar tratamentos cirúrgicos, medicamentosos e de reabilitação;

g) Promover a reabilitação neuropsicológica;

h) Auditar, realizar perícias e emitir laudos, gerando informações e documentos sobre as condições ocupacionais ou incapacidades mentais;

i) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.13. PROTESISTA

Descrição das Atividades da Função:

a) Confeccionar dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião-dentista;

b) Prestar suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias;

c) Operar e zelar pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodônticos;

d) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.14. ENFERMEIRO

Requisito: Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Descrição das Atividades da Função:

a) Ministrar medicamentos ou tratamentos aos pacientes;

b) Efetuar coleta de material dos pacientes para realização de exames, conforme determinação médica;

c) Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;

d) Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica;

e) Preparar e esterilizar material, instrumental, ambientes e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e intervenções cirúrgicas;

f) Auxiliar o médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;

g) Orientar e supervisionar o pessoal auxiliar, a fim de garantir a correta execução dos trabalhos;

h) É responsável pelos cuidados que exigem maiores níveis de conhecimento científico e técnico;

i) Preparar os pacientes para o atendimento médico;

j) Realizar procedimentos nos pacientes (sondagem vesical, inserção de cateter central de inserção periférica, sondagem orogástrica);

k) Avaliar feridas e escolhe o tipo de curativo a ser utilizado;

l) Realizar diagnósticos de enfermagem e prescrições de enfermagem

m) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

n) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.15. MÉDICO PSIQUIATRA

Requisito: Curso Superior em Medicina, com especialização na área e registro junto ao Conselho de Classe

Descrição das Atividades da Função:

a) Diagnosticar e tratar as afecções psicopatológicas, empregando técnicas especiais, individuais ou de grupo, para prevenir, recuperar ou reabilitar o paciente;

b) Acompanhar quadros médicos de seus pacientes, auxiliando na prevenção dessas doenças.

c) Realizar consultas e atendimentos médicos;

d) Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;

e) Realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade;

f) Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;

g) Assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa;

h) Responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal;

i) Respeitar a ética médica;

j) Executar outras tarefas inerentes à função.

3.2.16. PSICOPEDAGOGO

Requisito: Curso Superior em Psicopedagogia

Descrição das Atividades da Função:

a) Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância;

b) Participar da elaboração, implementação e coordenação de projetos de recuperação de aprendizagem, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

c) Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais.

d) Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

h) Atuar no contexto clínico, avaliando as funções cognitivas, motoras e de interação social dos clientes e promovendo a reabilitação das funções prejudicadas dos mesmos.

i) Realizar demais atividades inerentes à sua função.

3.2.17. TERAPEUTA OCUPACIONAL

Requisito: Curso em Terapia Ocupacional

Descrição das Atividades da Função:

a) Executar métodos e técnicas terapêuticas e recreativas objetivando restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental do paciente;

b) Realizar diagnósticos, intervenções e tratamentos de pacientes utilizando os devidos procedimentos de terapia ocupacional;

c) Orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis;

d) Desenvolver e organizar programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida;

e) Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo;

f) Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo;

g) Avaliar os trabalhos realizados;

h) Promover reuniões, visando ao melhor atendimento dos participantes;

i) Participar de programas voltados para a saúde pública;

j) Emitir pareceres sobre o assunto de sua especialidade;

k) Orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por equipes auxiliares;

l) Executar outras tarefas semelhantes.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. A empresa deverá prestar os serviços solicitados **nas Unidades Básica de Saúde do Município**.

4.2. DO PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2.1. A execução dos serviços deverá ser iniciados no prazo de **10 (dez) dias uteis,** a contar da data do recebimento pela **Contratada**.

4.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.4.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de "Ordem de Serviços", a ser assinada pelo Agente responsável da Contratante, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

4.4.2. Todas as despesas inerentes a execução dos serviços, custos diretos e indiretos, encargos trabalhistas e previdenciários, correrão por conta exclusiva da contratada.

5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

5.1. Não se aplica.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

6.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/produtos que a contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência;

6.4. Comunicar à contratada após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor responsável pelo recebimento dos materiais/produtos adquiridos;

6.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

6.6. Efetuar o pagamento da contratada no prazo determinado no Termo de Referência e em seus anexos, inclusive, no contrato;

6.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Executar o objeto licitado, conforme especificações do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços;

7.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

7.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

7.5. Apresentar a CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária, para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

7.6. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus funcionários venham a causar ao patrimônio da contratante ou a terceiros quando da execução do contrato;

7.7. Substituir eventuais materiais que estejam com validade vencida e/ou que não estejam em conformidade com o Termo de Referência e proposta de preços, com as mesmas especificações;

7.8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. Aceitar os acréscimos ou supressões do valor inicialmente contratado para prestação dos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021;

7.13. Manter com a Contratante relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.14. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

7.15. A assinatura do contrato por pessoa competente deverá ser efetuada em um prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Notificação pela Contratada, sob pena das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.16. O contratado deve observar, durante a vigência do contrato, que:

7.16.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro pessoal da Administração;

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO/ADJUDICAÇÃO E PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. O critério de julgamento/adjudicação da contratação será de **Menor Preço Global.**

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. O edital ou o aviso de contratação direta definirá todas as exigências de habilitação, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/2021, exigindo principalmente documentação relativa a:

9.1.1. Habilitação jurídica;
9.1.2. Habilitação técnica
9.1.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista;
9.1.4. Habilitação econômico-financeira;

9.2. Na fase de habilitação das licitações e contratações diretas serão observadas as seguintes disposições:

9.2.1. poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

9.2.2. será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

9.2.3. serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

9.2.4. será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10. DA HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Habilitação Técnica-Operacional

10.1.1. **Atestado(s) e/ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome da MATRIZ ou FILIAL da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **comprovando que a licitante já executou ou que esteja executando serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação**. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do eminente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

a) Deverá ser comprovando os quantitativos mínimos de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância conforme a seguir:

a.1) Enfermeiro – 20 (vinte) Profissionais;
a.2) Médico Clínico – 9 (nove) Profissionais;
a.3) Odontólogo – 11 (onze) Profissionais;
a.4) Técnico de Enfermagem – 24 (vinte e quatro) Profissionais;
a.5) Técnico em Saúde Bucal – 12 (doze) Profissionais.

10.2. Comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

10.3. **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal (vigente)**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede do licitante, consoante disposto no art. 51 da Lei nº: 6.360/1976.

10.4. O Pregoeiro poderá realizar diligências para comprovar a veracidade do(s) atestado(s) apresentado(s), podendo requisitar cópias de notas fiscais e/ou contratos.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Haverá exigência da garantia da contratação prevista nos **artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021**.

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada poderão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

13.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

13.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

13.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

13.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

13.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

13.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

13.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

13.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

13.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

13.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

13.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

13.11. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

14. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

14.1. Os Serviços serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta de Preços da Contratada.

14.2. Os Serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante **Termo de Recebimento Definitivo**.

14.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

14.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

14.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, podendo a referida comprovação ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.

14.13. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.14.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis,** a partir do recebimento da Notificação expedida pela Administração, os seguintes documentos:

a) Certidão Conjunta Relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao fisco.

Prazo de pagamento

14.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

14.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I=(TX)	I= (6 /100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

14.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

15.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

15.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

15.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo, a qualquer tempo, em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas.

16.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão, demonstrando a repercussão financeira sobre o valor pactuado.

16.3. A planilha de custos referida no subitem anterior deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais de matérias-primas, de transporte de mercadorias, lista de preços de fabricantes, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

16.4. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

16.5. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

16.6. Com fundamento no disposto pelo art. 124, II, "d" da Lei 14.133/2021, o valor do contrato poderá ser alterado para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

16.7. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser instruídos com documentos que comprovem a ocorrência de algumas das situações previstas pelo item anterior.

16.8. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser apreciados pela administração, a qual deve emitir laudo técnico ou instrumento equivalente, expedido pelo setor competente, por meio do qual é certificado se o fato ou ato ocorrido repercutiu nos preços pactuados no contrato;

16.9. Na análise dos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não deve ser avaliada a margem de lucro da empresa, mas sim se o fato superveniente é capaz de trazer impactos financeiros que inviabilizem e/ou impeçam a execução do contrato pelo preço firmado inicialmente.

17. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

17.1. Não se aplica.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

18.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

18.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 18.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 18.1.1 a 18.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar com o Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 18.1.2 a 18.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 18.1.8 a 18.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

18.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

18.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

18.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

18.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras normas vigentes da Administração que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida norma.

18.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro de Fornecedores do Município de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO.

18.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DO REAJUSTE CONTRATUAL

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

19.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

19.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução do objeto.

20.2. As condições estabelecidas neste documento farão parte do contrato e do edital da licitação ou aviso de contratação direta, visando à execução do objeto, independentemente de estarem nele transcritas.

São Domingos do Maranhão – (MA) 04 de abril de 2024.

Francilene de Sousa Melo
Secretaria Adjunta Municipal de Saúde
Responsável pela elaboração do TR.

Aprovo o presente Termo de Referência nos termos da legislação vigente.

Clodomir Gomes da Silva Junior
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Prezado Senhor,

A empresa XXXXXXXX com endereço na XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXX vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

Propomos o Valor Total de **R$ XX,XX (XXXXXXXXX)**, para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

LOTE ÚNICO – SERVIÇOS DE SAÚDE (Ampla Concorrência)							
Item	**Descrição**	**Unidade**	**Qtd.**	**P. Unit**	**Recorrência**	**Total**	
1	ASSISTENTE SOCIAL	Unidade	10	R$ 3.896,67	12	R$	467.600,40
2	EDUCADOR FÍSICO	Unidade	7	R$ 3.592,73	12	R$	301.789,32
3	ENFERMEIRO	Unidade	40	R$ 7.043,08	12	R$	3.380.678,40
4	FARMACEUTICO	Unidade	6	R$ 3.632,73	12	R$	261.556,56
5	FISIOTERAPEUTA	Unidade	11	R$ 3.459,98	12	R$	456.717,36
6	FONOAUDIOLOGO	Unidade	6	R$ 3.474,53	12	R$	250.166,16
7	MEDICO CLINICO	Unidade	18	R$ 10.305,05	12	R$	2.225.890,80
9	MEDICO PSQUIATRA	Unidade	1	R$ 20.620,41	12	R$	247.444,92
10	NUTRICIONISTA	Unidade	5	R$ 3.435,73	12	R$	206.143,80
11	ODONTOLOGO	Unidade	22	R$ 4.744,56	12	R$	1.252.563,84
12	PROTESISTA	Unidade	4	R$ 3.649,11	12	R$	175.157,28
13	PSICOLOGO	Unidade	6	R$ 3.770,02	12	R$	271.441,44
14	PSICOPEDAGOGO	Unidade	2	R$ 4.065,51	12	R$	97.572,24
15	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Unidade	48	R$ 5.005,58	12	R$	2.883.214,08
16	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Unidade	24	R$ 2.741,79	12	R$	789.635,52
17	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Unidade	2	R$ 4.065,52	12	R$	97.572,48

***Orientação para preenchimento da proposta no portal de compras:** O Preço Total do Item será obtido pela multiplicação dos campos "R$ Unit.", pela "Qtd." e pela "Recorrência". Para fins de cadastramento da proposta no Portal de Compras as licitantes interessadas deverão dividir o "Preço Total do Item" obtida em sua proposta e dividir pela "Qtd", o resultado da divisão deverá ser informado no campo "Valor Unitário" constante no Portal de Compras.

Tipo de Benefício:
EX – Exclusivo para MEI/ME/EPP

CR – Cota Reservada para MEI/ME/EPP
SUBCONT – Subcontratação para MEI/ME/EPP
CP – Cota Principal ou Ampla Participação
SB – Sem Benefício ou Ampla Participação

Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;
Dados Bancários da Empresa: Banco XXXXXXXX, Agência n° XXXXX e Conta Corrente nº XX.XXX-XX.
Contatos: telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);
Prazo de validade da proposta: não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da abertura do certame;
Prazo de início da execução dos serviços: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;
Local de execução dos serviços: Conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

A presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação)

Obs.: Modelo de proposta a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

A empresa **(razão social do licitante)** com endereço na (informar endereço completo da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob o nº (informar cnpj) vem, pelo seu representante legal infra-assinado, portador(a) da cédula de identidade nº XXXXXXX e do CPF Nº XXXXXXXXXXX:

➢ DECLARO que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

☐ Simples Nacional;

☐ Lucro Real;

☐ Lucro Presumido;

☐ Outro:_____.

➢ DECLARO que a licitante (Pessoa Jurídica) possui como Sócio(s) Majoritário(s) o(s) Sr(s). XXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX.

➢ DECLARO, sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto.

Informo ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço:
Cidade/Estado:
Cep.:
Ponto de referência:
Telefone:
E-mail:

➢ DECLARO que a **licitante/empresa** é Enquadrada como:

☐ Microempreendedor Individual – MEI;

☐ Microempresa – ME;

☐ Empresa de Pequeno Porte – EPP;

☐ Sociedade Cooperativa;

☐ Normal.

➢ DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

➢ Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;

➢ Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

➢ Declaro que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaramos, ainda, estar ciente das sanções que poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo edital e na Lei nº 14.133/2021, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Local e data.

(nome completo da empresa e do seu representante legal, com assinatura
e a devida identificação e qualificação).

Obs.: Modelo de Declaração a ser utilizada, devendo ser confeccionada e apresentada em papel timbrado da empresa licitante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/2023 - CPL/PMSDM (MINUTA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024 – CPL/PMSDM
PROCESSO Nº 066/2024

Aos XX dias do mês de XXXXXXX do ano de **2024**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, inscrita sob o CNPJ n° **06.113.690/0001-71,** por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD (Órgão Gerenciador)** com sede na Praça Getulio Vargas, bairro Centro – SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – Maranhão, Cep. n° 65.670-000, no uso de suas atribuições, concedidas pelo **Decreto Municipal n° 06/2024**, RESOLVE **registrar os preços** da(s) empresa(s) abaixo indicada**,** doravante denominadas FORNECEDORAS/PRESTADORES DE SERVIÇOS, sujeitando-se as partes às determinações da **Lei nº 14.133/2023**, do **Decreto Municipal nº 064/2023,** da **Lei Complementar n° 123/2006** e em conformidades com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde**, conforme as quantidades, especificações e condições constantes neste Termo de Referência.– SEMUS., especificados no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes vencedoras.

1.2. Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas neste documento, podendo o ÓRGÃO PARTICIPANTE promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

1.3. Os preços e especificações registradas na presente Ata de Registro de Preços, celebrada perante a **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMNISTRAÇÃO (Órgão Gerenciador)**, tendo como parte a(s) **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX (Órgão Participante)** e o(s) Fornecedor(es) que tiver seus preços registrados, em face à realização da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM,** encontram-se elencadas abaixo:

DADOS DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

EMPRESA:	
CNPJ:	**Telefone:**
Endereço:	**E-mail:**
Representante Legal: **RG:** **CPF:**	

MATERIAL E/OU SERVIÇOS REGISTRADOS

Itens	Especificações	Unidade	Qtd.	P. Unit.	P. Total
	XXXXXXXXXXXX				

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, será de **12 (doze) meses** contado a partir da sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. A resenha da ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município).

3. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Secretaria Municipal de Administração**, nos seus aspectos operacionais.

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor beneficiário da ata.

4.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta porcento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo de cada item registrado** na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5. O órgão ou entidade referida no **subitem 4.1** poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no §2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

4.7. Após a autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata;

4.7.1. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.8. Fica dispensada a necessidade de justificativa de vantagem à adesão a ata aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO.

5. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea **"d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021**;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do subitem 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e edital.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no inciso III, art. 13 do Decreto Municipal nº 064/2023.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do subitem 10.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitem 6.2 e no subitem 6.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos no art. 28 do Decreto Municipal nº 06/2024.

7.5. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

8.1. A Contratada fica obrigada a prestar os serviços ou fornecer o objeto nos endereços contidos na "Ordem de Serviço/Fornecimento" emitida pelo Órgão Contratante.

8.1.1. O prazo para o início de fornecimento dos bens ou prestação de serviços será de acordo com a necessidade do Órgão participante, contados a partir do recebimento da "Ordem de Serviço" ou "Ordem de Fornecimento" ou "Nota de Empenho", de acordo com o **Termo de Referência - Anexo II** do Edital.

9. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. A(s) empresa(s) detentora(s)/consignatária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento e/ou prestação de serviços, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e legislação pertinente.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do fornecedor beneficiário será cancelado quando:

10.1.1. Não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.2. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

10.1.3. For liberado;

10.1.4. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

10.1.5. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.1.6. Sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.7. Não aceitar o preço revisado pela Administração;

10.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

10.2.1. Pelo decurso do prazo de vigência;

10.2.2. Pelo cancelamento de todos os preços registrados;

10.2.3. Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

10.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

10.2.5. No caso de substancial alteração das condições de mercado.

10.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.4. O fornecedor será notificado por meio eletrônico ou outro meio eficaz para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias uteis**, a contar do recebimento da comunicação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços, caso exista, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **subitem 10.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS ASSINATURAS

11.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br.**

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

12.2. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM** e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.

12.3. Poderá haver modificações nos locais de execução do objeto em que a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA.

13. DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem, assim, justas, as partes assinam o presente.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO (MA), _____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXX	**Fulano de Tal**
Assessor de Finaças	Representante Legal da empresa XXXXXXX
Órgão Gerenciador do SRP	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2024 - PMSDM
PROCESSO Nº 066/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXX**.

O **MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO**, inscrita no CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na Praça Getúlio Vargas – bairro Centro, SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX,** doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, Secretário(a) Municipal de XXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXXXXXXXXX e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede na XXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante legal, o Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito sob o CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, têm, entre si, ajustado o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XXX/2024 – CPL/PMSDM**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 066/2024** e em observância as disposições da **Lei nº 14.133/2021 e suas alterações** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto **contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde,** conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, Termo de Referência, Proposta de Preços da Contratada e Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição.

1.2. O valor total do presente contrato é de **R$ XX,XX (XXXXXXXX)**, conforme demonstrativo a seguir:

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1					
2					

1.2.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses, a partir de sua assinatura**, prorrogável por até **10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.4. Não será administrada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

9.1. São aquelas prevista no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, de acordo com o constante no art. 125 Lei nº 14.133/2021.

10.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

UNIDADE GESTORA:	
GESTÃO:	
FUNÇÃO:	
SUBFUNÇÃO:	
PROGRAMA:	
NATUREZA DA DESPESA:	
AÇÃO:	
SUBAÇÃO:	
FONTE DE RECURSO:	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

12.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.2. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº **8.078, de 1990** – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Representante da CONTRATANTE, por ela designada, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES

17.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo, e-mail ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no **art. 94 da Lei 14.133, de 2021,** bem como no respectivo sítio oficial da **Prefeitura Municipal de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO – www.saodomingosdo maranhão.ma.gov.br**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ASSINATURAS

19.1. As Partes reconhecem que a cópia digitalizada e assinada pelas Partes e testemunhas do Contrato, qualquer tipo de documento relacionando ao objeto do presente instrumento produz os mesmos efeitos legais da via física original, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar sua validade, conteúdo e integridade. As Partes convencional ainda que o Contrato poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, ainda que não por certificado emitido pela ICP-Brasil, nos termos ao art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. A assinatura eletrônica será feita, de comum acordo entre as partes, por meio do **Assinador SERPRO** ou pelo **Adobe Acrobat** ou **Plataforma Gov.br**

CLÁUSULA VIGÉSIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

20.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do **art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021**, na modalidade **XXXXXXXXX**, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato**.

20.1.1. O contratado apresentará a garantia de execução, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato

20.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais **90 (noventa) dias** após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

20.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

20.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 20.5. deste contrato.

20.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

20.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

20.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no **item 20.6**, observada a legislação que rege a matéria.

20.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no Banco do Brasil, com correção monetária.

20.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

20.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **artigo 827 do Código Civil**.

20.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

20.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do **art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022**.

20.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

20.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

20.18. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

20.19. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar como Poder Público.

20.20. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

22.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO (MA), _____ de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024

ANEXO VII

ORDEM DE SERVIÇO (Modelo)

#S{identificador_ordem}

ORDEM DE SERVIÇO

À(o)
Sr(a). (representante legal da empresa)
Representante Legal da Empresa: (razão social da empresa) – (cnpj)
Com endereço a (rua ou av.), (número), (bairro), (cidade), (estado)
Contatos: (telefone) | (e-mail)

OS/OF Nº	OBJETO	UNIDADE REQUISITANTE
#S{identificador_ordem}	S{objeto_detalhado_ordem}	Secretaria Municipal de Educação
Processo Origem	**BENEFICIÁRIA(O)**	
S{processo_origem_ordem}		

MATERIAL(AIS) E SERVIÇO(S) SOLICITADO(S)

Item	Especificações	Unidade	Qtd.	P.Unit.	P.Total
1	**Marca:** **Modelo:** **Fabricante:**				
2	**Marca:** **Modelo:** **Fabricante:**				

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

PRAZO DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

PRAZO DE VALIDADE E/OU GARANTIA: Conforme consta na Proposta de Preços da Contratada e Termo de Referência – Anexo II do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM**;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: São aquelas previstas no Termo de Referência – Anexo II do edital;

A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente a presente **Ordem de Fornecimento/Serviço** que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

a) Processo(s) Administrativo(s) n.º **XX/2024**.

b) Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº XX/2024 – CPL/PMSDM.**
c) Proposta de Preços da Contratada e demais documentos apresentados no processo de contratação.

SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MA, XX de XXXXXX de 2024.

XXXXXXXXXXX
Secretário Municipal de XXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXXX
CONTRATADA

FOLHAS 224
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024 – CPL/PMSDM
OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.
DATA DA ABERTURA: 22/08/2023 às 09h30min, horário de Brasília/DF.
Local de Realização: Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br
Edital e demais informações disponíveis em **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br** ou pelo **www.licitasaodomingosma.com.br**

São Domingos do Maranhão (MA), 05 de agosto de 2024.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva
Pregoeiro

FOLHAS 225
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
DIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

ANO XLVIII Nº 150 SÃO LUÍS, QUINTA - FEIRA, 08 DE AGOSTO DE 2024 EDIÇÃO DE HOJE: 42 PÁGINAS

SUMÁRIO

ACORDOS
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJ/MA 01
ADITIVOS
Secretaria de Estado da Saúde e Outros 01
ATAS
Secretaria de Estado da Administração 07
AVISOS
Secretaria de Estado da Fazenda e Outros 18
COMUNICAÇÕES
Airton José Rolim e Outras 23
CONTRATOS
Secretaria de Estado de Governo e Outros 27
CONVÊNIOS
Secretaria de Estado da Educação e Outros 30
CONVOCAÇÃO
Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços da Baixada Maranhense - MA 31
ERRATA
Secretaria de Estado de Turismo 31
PORTARIAS
Defensoria Pública do Estado e Outra 31
TERMOS DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Anapurus - MA e Outro 33
TERMO DE COOPERAÇÃO
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJ/MA 33
TERMOS DE COMPROMISSO
Defensoria Pública do Estado 33
TERMO DE FOMENTO
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio 35
TERMOS DE HOMOLOGAÇÃO
Secretaria de Estado da Administração e Outros 36
TERMOS DE RECONHECIMENTO
Secretaria de Estado da Educação 41
TORNAR SEM EFEITO
Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA 41

ACORDOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - TJ/MA

RESENHA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0024/2021 - TJMA, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 22928/2021– TJMA, FIRMADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS. DO OBJETO: ESTABELECER AS REGRAS DE INTEGRAÇÃO E CONHECIMENTO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO AOS ESTAGIÁRIOS E AOS COLABORADORES QUE ATUAM NOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO, BEM COMO DOS INSTRUMENTOS E DOS CANAIS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR SUA EFETIVIDADE, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CNJ Nº 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020 E A RESOLUÇÃO GP Nº 59 DE 16 DE AGOSTO DE 2021. DAS ALTERAÇÕES: ACRESCENTA-SE AO TEOR DO INSTRUMENTO, O "ANEXO I – DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO".DATA DA ASSINATURA: 25/07/2024. ASSINATURAS: DESEMBARGADOR JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO– PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. LUÍS EDUARDO BOVOLATO – REPRESENTANTE LEGAL DA IES.

RESENHA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0050/2024 - TJMA, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 14283/2024– TJMA, FIRMADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA-CEST. DO OBJETO: ESTABELECER AS REGRAS DE INTEGRAÇÃO E CONHECIMENTO DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO AOS ESTAGIÁRIOS E AOS COLABORADORES QUE ATUAM NOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO, BEM COMO DOS INSTRUMENTOS E DOS CANAIS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR SUA EFETIVIDADE, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CNJ Nº 351, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020 E A RESOLUÇÃO GP Nº 59 DE 16 DE AGOSTO DE 2021. DAS ALTERAÇÕES: ACRESCENTA-SE AO TEOR DO INSTRUMENTO, O "ANEXO I – DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO".DATA DA ASSINATURA: 05/08/2024. ASSINATURAS: DESEMBARGADOR JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO– PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. MARIA DE NAZARETH MENDES – REPRESENTANTE LEGAL DA IES.

ADITIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO 19º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 04/2017/SES REF.: Processo nº 2024.110222.24580/SES – PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, CNPJ nº 02.973.240/0001-06 e INSTITUTO ACQUA – AÇÃO, CIDADANIA, QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL, CNPJ nº 03.254. 082/0008-65; OBJETO: a) prorrogação do prazo de vigência, por um período de 12 (doze) meses; b) readequação (redução) no custeio regular do Contrato de Gestão nº 04/2017/SES; c) despesa para aquisição de peça para manutenção de tomografia; VIGÊNCIA: início em 04/08/2024 e término 04/08/2025; VALOR DO CUSTEIO REGULAR MENSAL: R$ 7.253.982,60 (sete milhões duzentos e cinquenta e três mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998, da Lei Estadual nº 10.924, de 4 de setembro de 2018, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde-SUS, estabelecidos nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90; DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Unidade Orçamentária - 21901; Programa - 0629; Ação - 4908; Subação – 001710 (Gerenciamento –Hospital Regional de Balsas) e 022538 (Gerenciamento Centro de Hemodiálise de Balsas); Fonte - 1.5.00 e 1.600; Natureza de Despesa - 33.50.85.01; Nota de Empenho nº 2024NE007814, 2024NE007815, 2024NE007816, 2024NE007817, emitida em 02/08/2024; DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 02/08/2024; SIGNATÁRIOS: KÁTIA CRISTINA DE CASTRO VEIGA TROVÃO, RG nº 00065468796-0 SSP/MA, CPF

FOLHAS 226
Nº PROCESSO 066/2024

08 de Julho de 2022 – Política Nacional Aldir Blanc, no município de Lago Verde. O aviso da dispensa e seus anexos estão disponíveis no site: **https://licitalagoverdema.com.br** pelo prazo de 03 (três) dias conforme legislação, a contar desta publicação. Eventuais interessados podem enviar propostas de preço através do site **https://licitalagoverdema.com.br**, abertura agendada para o dia 14 de agosto com período dos lances de 08:30 ás 11:30. Lago Verde – MA, 06 de agosto de 2024. Ricardo Rodrigues da Silva–Agente Público.

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2024-CPL/PMLV A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE, com sede na Av. Ver. Osmar Rodrigues Lima, nº 1002, Centro, Lago Verde, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º da Lei Federal 14.133/2021 a abertura **DISPENSA ELETRÔNICO**, do tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto Contratação de pessoa Jurídica para prestação de serviços especializados na moldagem e confecção de prótese dentárias, incluído moldagem, confecção e ajustes. O aviso da dispensa e seus anexos estão disponíveis no site: **https://licitalagoverdema.com.br** pelo prazo de 03 (três) dias conforme legislação, a contar desta publicação. Eventuais interessados podem enviar propostas de preço através do site **https://licitalagoverdema.com.br**, abertura agendada para o dia 15 de agosto com período dos lances de 08:30 ás 11:30. Lago Verde – MA, 06 de agosto de 2024. Ricardo Rodrigues da Silva–Agente Público.

AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2024-CPL/PMLV A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO VERDE, com sede na Av. Ver. Osmar Rodrigues Lima, nº 1002, Centro, Lago Verde, Estado do Maranhão, torna público para conhecimento dos interessados, em conformidade com o disposto no art. 75, § 3º da Lei Federal 14.133/2021 a abertura **DISPENSA ELETRÔNICO**, do tipo: **MENOR PREÇO POR GLOBAL**, tendo por objeto Contratação de empresa para fornecimento de peças, acessórios e bombas submersas para abastecimento de água. O aviso da dispensa e seus anexos estão disponíveis no site: **https://licitalagoverdema.com.br** pelo prazo de 03 (três) dias conforme legislação, a contar desta publicação. Eventuais interessados podem enviar propostas de preço através do site **https://licitalagoverdema.com.br**, abertura agendada para o dia 13 de agosto com período dos lances de 08:30 ás 11:30. Lago Verde – MA, 06 de agosto de 2024. Ricardo Rodrigues da Silva–Agente Público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMA CAMPOS - MA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024. REGISTRO DE PREÇOS O MUNICIPIO DE LIMA CAMPOS, Estado do Maranhão, através da Prefeitura Municipal de Lima Campos, torna público para conhecimento dos interessados o adiamento **"SINE DIE"** da sessão do Pregão Eletrônico nº 029/2024, para registro de preços, do tipo menor preço, cujo objeto é a futura e eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de equipamentos e suprimentos de informática de interesse desta Administração Pública Municipal, de acordo com o Edital e Anexos. Motivo: devido à necessidade de análise detalhada e criteriosa de pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital, visto que tempestivos. Nestes termos, considerando a extensão e a complexidade técnica da matéria e, ainda, devido à necessidade de recorrer à manifestação da(s) Secretaria(s) Requisitante(s) deste Município, buscando dar segurança à decisão referente aos questionamentos apresentados, se faz necessário o presente adiamento. Informamos ainda que, sendo evidenciada a necessidade de alteração do Edital, a presente licitação será republicada na forma da Lei nº 14.133/2021, na plataforma eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. Esclarecimentos adicionais no endereço Av. JK, s/ nº, Centro, Cep 65.728-000, Lima Campos–MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs (oito horas) às 12:00hs (doze horas), também no endereço eletrônico: www.limacampos.ma.gov.br, bem como na plataforma eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br, pelo telefone (0**99) 3646-1112 ou pelo endereço de e-mail: licitacao@limacampos.ma.com.br Lima Campos (MA), 05 de agosto de 2024. Lisia Wadna Moreira Melo Vieira Secretária Municipal de Administração e Finanças Decreto nº 011, de 01 de janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO - MA

AVISO DE REVOGACAO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-SRP; O MUNICÍPIO DE PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, através da Prefeitura Municipal de Pinheiro, por meio da Comissão de Contratação, torna público, que a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-SRP do tipo "DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL cujo objeto é o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação dos serviços de adequação de estradas vicinais dos polos do município de Pinheiro – MA, Com aviso publicado em 18 de julho de 2024, no Diário Oficial do Estado do Maranhão, pgs. 15 e 16 e no Jornal Pequeno. Com data prevista para acontecer inicialmente em 02.08.2024 às 09:00 h (nove horas), será revogada devido a falhas detectadas na elaboração do projeto básico (planilhas orçamentarias), e em cumprimento a Lei fara uma nova publicação de um novo certame. Pinheiro–MA, 30 de julho de 2024. Patricia Helena Ramos da Costa Oliveira - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024 – CPL/PMSDM OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde. **DATA DA ABERTURA:** 22/08/2023 às 09h30min, horário de Brasília/DF. **Local de Realização:** Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br Edital e demais informações disponíveis em **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br** ou pelo **www.licitasaodomingosma.com.br** São Domingos do Maranhão (MA), 05 de agosto de 2024. **Jorges Fran Costa Ramalho Silva** Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2024 – CPL/PMSDM OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa no fornecimento de materiais de consumo (expediente e limpeza). **DATA DA ABERTURA:** 22/08/2023 às 14h30min, horário de Brasília/DF. **Local de Realização:** Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br Edital e demais informações disponíveis em **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br** ou pelo **www.licitasaodomingosma.com.br** São Domingos do Maranhão (MA), 31 de julho de 2024. **Jorges Fran Costa Ramalho Silva** Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS – MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 038/2024 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP. A Prefeitura Municipal de São João dos Patos – MA, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço Por item, para REGISTRO de PREÇOS, objetivando a Contratação de empresa para o futuro e eventual fornecimento de medicamentos diversos de demandas judiciais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Termo de Referencia disposto no edital, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 001/2024 e demais legislações aplicáveis e as condições do Edital à realizar-se às 10:00 horas do dia 21 de agosto de 2024. A sessão publica de julgamento será realizada eletronicamente no

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHA

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2024

O Município de Matinha/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento , torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos psicotrópicos e material odontológico para suprir as demandas da Secretária Municipal de Saúde do Município de Matinha/MA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital. O certame será realizado às 08:30 (oito horas e trinta minutos) do dia 22 de agosto de 2024. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Governador José Sarney, Centro, Matinha/MA, horário de 08:00 as 12:00 horas, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal da Transparência do Município através do endereço https://www.matinha.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço ou através do E-mail: matinhapublicacoes@hotmail.com.

Matinha/MA, 2 de agosto de 2024.
JOSÉ ORLANDO CUNHA RABELO
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024

O Município de Matinha/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento , torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, tendo por objeto a Contratação de empresa para Aquisição de material permanente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Matinha/MA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital. O certame será realizado às 14:30 (quatorze horas e trinta minutos) do dia 22 de agosto de 2024. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Governador José Sarney, Centro, Matinha/MA, horário de 08:00 às 12:00 horas, no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, no Portal da Transparência do Município através do endereço https://www.matinha.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço ou através do E-mail: matinhapublicacoes@hotmail.com.

Matinha/MA, 2 de agosto de 2024.
JOSÉ ORLANDO CUNHA RABELO
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 28/2024

A Prefeitura Municipal de Penalva/MA torna publico que realizará no dia 20/08/2024, às 11:00h (horário de Brasília), o Pregão Eletrônico n° 28/2024, cujo objeto e o registro de preços para aquisição de cartucho de toner e tinta para impressoras. O edital encontra-se a disposição no endereço eletrônico: https://portaldecompras.penalva.ma.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo e-mail: licitacao.penalva@gmail.com.

Penalva/MA, 2 de agosto de 2024.
NILZIRAN NUNES PINTO
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

EXTRATO DOSº TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9/2022-SEMIT

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2022-SEMIT. Processo Administrativo nº 088/2024. O MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP, representada pelo Sr.º Gesiel Gomes Braz, doravante denominada CONTRATANTE; a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transporte-SEMIT, doravante denominada INTERVENIENTE, neste ato representado por seu Secretário Municipal o Senhor Gilson Rodrigues Uchôa Júnior, e de outro lado a empresa ARNO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.533.344/0001-61, representada por Waldec Araújo Nogueira Filho, doravante denominado CONTRATADO. DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência será prorrogado por 06 (seis) meses e execução por 04 (quatro) meses, do contrato n°009/2022-SEMIT, contados a partir do término da sua vigência, a saber: 26/07/2024. FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal na Cláusula Oitava e Cláusula Vinte e Cinco do contrato supracitado e do Artigo 57, § 1º do da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. DATA DA ASSINATURA: 26.07.2024. SIGNATÁRIOS: Gesiel Gomes Braz - Secretário Municipal de Administração e Planejamento-SECAP e a empresa ARNO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, representante legal, Waldec Araújo Nogueira Filho. Raposa/MA, 26 de julho de 2024. GESIEL GOMES BRAZ. Secretário Municipal de Administração e Planejamento-SECAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 6/2024 - CPL/PMSDM

OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.
DATA DA ABERTURA: 22/08/2023 às 09h30min, horário de Brasília/DF.
Local de Realização: Portal Licita SDM - www.licitasaodomingosma.com.br
Edital e demais informações disponíveis em www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br ou pelo www.licitasaodomingosma.com.br

São Domingos do Maranhão (MA), 5 de agosto de 2024.
JORGES FRAN COSTA RAMALHO SILVA
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 7/2024 - CPL/PMSDM

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa no fornecimento de materiais de consumo (expediente e limpeza).
DATA DA ABERTURA: 22/08/2023 às 14h30min, horário de Brasília/DF.
Local de Realização: Portal Licita SDM - www.licitasaodomingosma.com.br
Edital e demais informações disponíveis em www.saodomingosdo maranhao.ma.gov.br ou pelo www.licitasaodomingosma.com.br

São Domingos do Maranhão (MA), 5 de agosto de 2024.
JORGES FRAN COSTA RAMALHO SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DOS PATOS

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO. TERMO DE APOSTILAMENTO. CREDENCIAMENTO. O presente termo de apostilamento tem como objeto repactuar o valor do Contrato nº IN005.001/2024 mediante a análise do pedido de repactuação, solicitada pela empresa INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ 21.851.634/0001-28, doravante denominada contratada. Este procedimento teve como base a Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, bem como a demonstração analítica da variação dos custos, mediante planilha de custo e formação de preços apresentada pela contratada e analisada/aprovada pela contratante. São João dos Patos/MA, 3 de julho de 2024. Kairo Coelho de Sousa Correa. Secretário Municipal de Saude

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 4/2024

Objeto: Contratação de empresa para construção de gramado e alambrado do campo de futebol em São Pedro dos Crentes - MA, na forma da Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Municipal nº 004/2024, e demais normas pertinentes à espécie, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal da Transparência do município www.saopedrodoscrentes.ma.gov.br e poderá ser solicitado pelo e-mail: cplsaopedrodoscrentes@gmail.com Tipo: Menor preço Global. Data e Local da Abertura: dia 21 de agosto de 2024 às 08h30min.

São Pedro dos Crentes - MA, 5 agosto de 2024.
SEMAIAS DA SILVA MORAIS
Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20200234
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20200234. PARTES: Secretaria Municipal de Obras e Transportes e ROBERTO CONSTRUTORA LTDA - EPP. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a urbanização da 2ª etapa da Avenida Roberto Leite no município de Vargem Grande - MA, com execução de passeios, drenagem superficial de águas pluviais e iluminação da via. Conforme Projeto Básico Anexo I do Edital e Contrato de Repasse no 888263/2019/MDR/CAIXA. DATA DE ASSINATURA, 26 de Julho de 2024. VIGÊNCIA DO TERMO DE ADITIVO: 30 de Janeiro 2025. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e Tomada e Preço nº 003/2020 - ADITAMENTO DE DURAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01 08 - Secretaria Municipal de Obras e Transportes, Atividade 0108.154510003.0.100 Pavimentação e Recuperação de Vias Públicas, Classificação econômica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações, Subelemento 4.4.90.51.99. ASSINATURAS: CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Obras e Transportes, Representado pelo Sr. ICARO DA SILVA PORTELA, Secretário Municipal de Obras e Transportes, e CONTRATADA: ROBERTO CONSTRUTORA LTDA - EPP, Representada pelo Sr JOÃO ROBERTO DE JESUS LIMA. Vargem Grande/MA, 26/07/2024. ICARO DA SILVA PORTELA. Secretário Municipal de Obras e Transportes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2024
O Município de Viana/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.439.988/0001-76, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de nº 12.913.408/0001-33, torna público que tem interesse em realizar a Aquisição de 10 (dez) cadeiras de roda para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viana - MA por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação. A proposta de Preços deverá ser entregue até às 18h00min do dia 12/08/2024, por e-mail: prefeituraviana@outlook.com. O edital/aviso e anexos da Dispensa de Licitação estão à disposição dos interessados no endereço Praça Ozimo de Carvalho, nº 141, Centro - Viana/MA - CEP: 65.215-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h:00min às 12h:00min e no site oficial da Prefeitura de Viana www.viana.ma.gov.br/portal/index.php/portal-da-transparencia, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais, pelo e-mail informado.

Viana/MA, de 5 de agosto de 2024
LOYANE COUTINHO DE SANTANA
Secretária Municipal Saúde

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 006/2024
O Município de Viana/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.439.988/0001-76, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE sob o CNPJ de nº 12.913.408/0001-33, torna público que tem interesse em realizar a Aquisição de equipamentos e materiais para fisioterapia para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Viana - MA por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter propostas adicionais de eventuais interessados, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis a contar desta publicação. A proposta de Preços deverá ser entregue até às 18h00min do dia 12/08/2024, por e-mail: prefeituraviana@outlook.com. O edital/aviso e anexos da Dispensa de Licitação estão à disposição dos interessados no endereço Praça Ozimo de Carvalho, nº 141, Centro - Viana/MA - CEP: 65.215-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h:00min às 12h:00min e no site oficial da Prefeitura de Viana www.viana.ma.gov.br/portal/index.php/portal-da-transparencia, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais, pelo e-mail informado.

Viana/MA, 5 de agosto de 2024
LOYANE COUTINHO DE SANTANA
Secretária Municipal Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 11/2024

O Município de Viana/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.439.988/0001-76, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER, torna público que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, objetivando a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de construção de Creche tipo I no Bairro Vinagre no Município de Viana - MA, observadas as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico:-www.licitanet.com.br, as informações poderão ser obtidas no e-mail: prefeituraviana@outlook.com. O edital/aviso e anexos da Concorrência Eletrônica estão à disposição dos interessados no endereço Praça Ozimo de Carvalho, nº 141, Centro - Viana/MA - CEP: 65.215-000, de segunda a sexta-feira, no horário das

FOLHAS 228
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Educação Empreendedora do Sebrae marca presença no campeonato mundial de robótica

Empreendedorismo e educação financeira estão sendo abordados em estande do Sebrae no evento, que recebe competidores de várias partes do mundo

Uma das maiores competições de robótica do mundo, o FIRA RoboWorld Cup and Summit 2024 conta também com atividades interativas de educação empreendedora. O Sebrae Maranhão, correalizador do evento, realizado durante toda esta semana, de 5 a 9 de agosto, na capital São Luís, está promovendo jogos de educação financeira e empreendedorismo em seu lounge, localizado no pavilhão do Multicenter Sebrae.

O objetivo é disseminar a cultura empreendedora entre os jovens e promover troca de experiências e de conhecimento.

O estudante Guilhermi Fonseca, de 15 anos de idade, destaca que a atividade do Sebrae o ensinou sobre vendas. "Tive que pensar bastante sobre como eu poderia vender para outras pessoas. Consegui despertar um sentido empreendedor em mim", refletiu. Ele participou do jogo Perfil Empreendedor, que ocorre durante todos os dias do campeonato, das 10h às 11h, das 15h às 16h e das 17h às 18h. "No jogo, eles calculam riscos, fazem planejamentos, estabelecem metas e fazem também a venda de um produto. Tudo o que um empreendedor vivencia", esclareceu a coordenadora de Educação Empreendedora do Sebrae no Maranhão, Mayna Braga.

DIVULGAÇÃO/SEBRAE MARANHÃO



Equipes formadas por estudantes competiram em jogo que trabalha competências empreendedoras

Outro jogo oferecido no estande da instituição é o Educação Financeira, um quiz que visa conscientizar sobre a importância de manter uma relação saudável com o dinheiro, disponível das 8h às 19h. Na avaliação da psicóloga Hildara Dourado, que respondeu às questões no primeiro dia da ação, o assunto é pertinente para o público adolescente e jovem, que está entrando na vida adulta. "Precisamos aprender a lidar com dinheiro para realizar os nossos projetos, planejar a nossa vida e não nos endividar, não transformar isso em um fator estressante", ponderou.

MAIS QUE NEGÓCIOS

Para a coordenadora estadual de Educação Empreendedora do Sebrae no Maranhão, Mayna Braga, as duas ativações lúdicas formatadas para o evento pretendem, ainda, desmistificar a ideia de que empreendedorismo implica necessariamente em ter o próprio negócio. "Empreendedorismo é muito mais do que isso, é desenvolver competências empreendedoras", defendeu.

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae no Maranhão, Celso Gonçalo, ressaltou que os assuntos trabalhados no espaço da instituição são fundamentais para todos os cidadãos, especialmente educação financeira. "E sabemos que um dos gargalos dos brasileiros, incluindo os empreendedores, é a questão financeira: como administrar bem o seu dinheiro e os negócios como um todo", concluiu o dirigente.

CAMPEONATO

Com o objetivo de promover a competição internacional e incentivar jovens, adolescentes e a indústria a investirem mais na robótica e inteligência artificial, além de compartilhar ideias e divulgar resultados de pesquisas nessas áreas, o FIRA RoboWorld Cup and Summit 2024 ocorre no Multicenter Sebrae, em São Luís, de 5 a 9 de agosto. Essa é a 17ª edição do evento da Federação da Associação Internacional de Esportes Robóticos (Fira), que, no Maranhão, é organizado pelo Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) e que tem o Sebrae como correalizador.

Colação de Grau

Primeira turma de Gestão da Qualidade do ProfiTec/Uema celebra a conquista do diploma

A Universidade Estadual do Maranhão (Uema) realizou, na terça-feira (6), a cerimônia especial de colação de grau da primeira turma do curso tecnólogo em Gestão da Qualidade do Programa de Formação Profissional Tecnológica (ProfiTec).

O evento aconteceu no auditório do Campus São Bento e reuniu a diretora do campus, Isabela Lucena, a coordenadora do Curso de Gestão da Qualidade do ProfiTec, Thayanne Ferreira, o coordenador de polo do ProfiTec, Elvys Rivelino Melo, a coordenadora pedagógica do ProfiTec, Maria dos Remédios, o paraninfo Abraão Silva, a coordenadora de polo do Uemanet, Snaid Melo, servidores, colaboradores da Uema, familiares e convidados dos formandos.

Nessa cerimônia, 14 formandos receberam o grau superior de tecnólogo em Gestão da Qualidade e estão aptos a atuar no mercado de trabalho.

A turma homenageou a ex-diretora do Campus São Bento, Maria Adelia Maranhão Waquim, in memoriam, como nome de turma, ato reconhecido pelos familiares da professora em uma carta de agradecimento que foi lida pela coordenadora Snaid Melo. Também escolheram a concludente Hatenilde Padilha Silva para ser a juramentista e o professor Abraão Silva como paraninfo.

Para a coordenadora do curso, Thayanne Ferreira, a colação de grau é um marco significativo da jornada pessoal e profissional dos formandos.



"Vocês ingressaram no ProfiTec com sonhos e ambições e, ao longo dos meses, enfrentaram provas, projetos, noites em claro e inúmeras situações que testaram suas habilidades e determinação. O caminho não foi fácil, mas vocês persistiram. Demonstraram que a força de vontade é um dos maiores motores para o sucesso. A jornada de vocês não termina aqui. Vocês quebraram um ciclo, mostraram que, quando a oportunidade é dada, vocês conseguem. Vocês são a prova viva de que a força de vontade pode transformar sonhos em realidade. Este é apenas o começo de novas oportunidades e desafios. Lembrem-se sempre de que a qualidade não é apenas uma disciplina, mas um compromisso contínuo com a excelência. Continuem a buscar o melhor, a inovar, a inspirar e a fazer a diferença em suas áreas de atuação", disse a coordenadora.

O orador oficial dos formandos, Vanderson Irlan Melo Costa, disse que esse momento ficará registrado nas memórias de todos os concludentes para sempre.

"Há alguns anos, chegamos aqui com sonhos e incertezas. Tínhamos esperanças, mas também dúvidas. Queríamos alcançar o topo, mas, em muitos momentos, não sabíamos qual era o caminho certo. Passamos noites sem dormir preparando-nos para seminários, respondendo e estudando para provas e atividades. No entanto, a cada desafio enfrentado, a cada obstáculo superado, fomos moldando quem somos hoje. E atualmente, estamos aqui, celebrando nossas conquistas e nos preparando para novos começos. Que nunca percamos a vontade de aprender, de crescer e de nos reinventar. E que, acima de tudo, sejamos felizes e realizados em nossas escolhas", ressaltou.

Em seu discurso, o coordenador de polo do ProfiTec, Elvys Rivelino Melo, egresso do Curso de Letras Licenciatura da Uema (formado pelo antigo programa Procad), aproveitou para recitar o poema de sua própria autoria chamado "O ontem e o hoje no Campus de São Bento", reforçando a solidez da Uema em formar profissionais no Maranhão.

SOBRE O PROFITEC

É um programa especial da Uema que foi lançado em 2019 e tem como objetivo promover a inclusão tecnológica de jovens maranhenses, atendendo às demandas específicas do mercado de trabalho nas cidades onde o programa está implantado. Os cursos tecnólogos do ProfiTec são oferecidos exclusivamente aos finais de semana, facilitando o acesso de estudantes que precisam conciliar o estudo de nível superior com outras atividades.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA DO NORTE - MA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº SRP-017-2024 Processo Administrativo Nº 022/2024.

A Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA, torna público que realizará o Processo Licitatório, cujo Objeto é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atendimento médico (hospitalar e ambulatorial), assim como na realização de exames especializados para atender a demanda do Hospital Municipal Pedro Vera Cruz Bezerra e das Unidades Básicas de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Miranda do Norte – MA.

DATA DE ABERTURA: 21/08/2024. **HORÁRIO:** 10:00 horas.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital na Rua do Comércio nº 183 – Centro – Miranda do Norte – MA, de 2ª. a 6ª. feira, de 08h00 as 12h00, mais informações pelo e-mail: cplmirandadonorteirm@gmail.com.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024. O Município de Viana/MA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.439.988/0001-76, através da Secretaria de Administração e Planejamento, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais gráficos para o Município de Viana - MA.** Observadas as disposições pertinentes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico-www.licitanet.com.br; as informações poderão ser obtidas no e-mail: prefeituraviana@outlook.com. O edital/aviso e anexos do Pregão Eletrônico estão à disposição dos interessados no endereço Praça Ozimo de Carvalho, nº 141, Centro - Viana/MA - CEP: 65.215-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h:00min às 12h:00min e no site oficial da Prefeitura de Viana-www.viana.ma.gov.br, e no PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente. Esclarecimentos adicionais, pelo e-mail informado. Viana - MA, 06 de agosto de 2024. LOYANE COUTINHO DE SANTANA - Secretária Municipal de Saúde. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de agosto de 2024. HORÁRIO: 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF). ENTREGA DAS PROPOSTAS: ATÉ 08h59min, do dia 22 de agosto de 2024. Local--www.licitanet.com.br

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM
CNPJ: 05.648.696/0001-80

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

A Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim/MA, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, em regime de execução de fornecimento e serviços, tendo por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento e serviços concernentes a robótica educacional, destinado ao atendimento necessário dos alunos do 6º ao 9º ano da rede municipal de ensino, de acordo com as necessidades do município de Itapecuru-Mirim/MA.** A realização do certame está prevista para o dia **23 de agosto de 2024, às 09h30 (nove horas e trinta minutos)** – horário local de Itapecuru-Mirim-Ma. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: www.licitanet.com.br. O Edital completo esta a disposição dos interessados no site: www.itapecurumirim.ma.gov.br e no Sistema SINC-CONTRATA do TCE/MA (www.tcema.tc.br). Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: licitacao@itapecurumirim.ma.gov.br. Itapecuru-Mirim/MA, 07 de agosto de 2024.

HILTON CÉSAR NEVES DA SILVA
Secretário Municipal da Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024 – CPL/PMSDM

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa no fornecimento de materiais de consumo (expediente e limpeza).

DATA DA ABERTURA: 22/08/2023 às 14h30min, horário de Brasília/DF.

Local de Realização: Portal Licita SDM – www.licitasaodomingosma.com.br

Edital e demais informações disponíveis em **www.saodomingosdomaranhao.ma.gov.br** ou pelo **www.licitasaodomingosma.com.br**

São Domingos do Maranhão (MA), 31 de julho de 2024.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva
Pregoeiro

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ
AVISO DE LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, sendo conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para o dia **23 de julho de 2024 às 09h00**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço www.santaluziadoparua.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, https://www.gov.br/compras/pt-br. Santa Luzia do Paruá - MA, 09 de julho de 2024. Flávio José Padilha de Almeida – Secretário Municipal de Planejamento, Administração, Finanças, Receitas e Patrimônio Público.

FOLHAS 229
Nº PROCESSO 066/2024.
Assinatura

Edital nº 006/2024

Acessar Contratação

Última atualização 09/08/2024

Local: São Domingos do Maranhão/MA **Órgão:** MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS DO MARANHAO

Unidade compradora: 3347 - Secretaria Municipal de Saúde

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto

Registro de preço: Sim

Data de divulgação no PNCP: 09/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 08/08/2024 00:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 22/08/2024 00:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 06113690000171-1-000018/2024 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Objeto:

Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saude.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 13.365.144,60

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	ASSISTENTE SOCIAL	120	R$ 3.896,67	R$ 467.600,40	
2	EDUCADOR FÍSICO	84	R$ 3.592,73	R$ 301.789,32	
3	ENFERMEIRO	480	R$ 7.043,08	R$ 3.380.678,40	
4	FARMACEUTICO	72	R$ 3.632,73	R$ 261.556,56	
5	FISIOTERAPEUTA	132	R$ 3.459,98	R$ 456.717,36	

Exibir 1-5 de 16 itens Página < >

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e conclude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

FOLHAS 230
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Texto destinado à avaliação de informações relacionadas à licença de uso.

FOLHAS 231
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura /

viver
Instituto Viver

DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** que:

1) Que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
2) que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3) que não possuo empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4) que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

São Luís, 22 de agosto de 2024

viver
Instituto Viver
Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:55:47 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

FOLHAS 232
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

DECLARACAO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AS CONDIÇÕES DO EDITAL

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do Pregão e os termos constante no Edital PREGÃO ELETRONICO Nº006/2024 e seus anexos e do regulamento, bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne a apresentação de documentos para fim de habilitação.

São Luís, 22 de agosto de 2024

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:55:57 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

FOLHAS 233
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

DECLARAÇÃO

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** para todos os fins de direito, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

São Luís, 22 de agosto de 2024

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:56:06 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

FOLHAS 234
Nº PROCESSO 067/2024
Assinatura

viver
instituto Viver

DECLARACÃO QUE CUMPRE A RESERVA DE CARGOS

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O **INSTITUTO VIVER**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

São Luís/MA, 22 de agosto de 2024.

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:56:14 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

FOLHAS 235
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
instituto Viver

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O **INSTITUTO VIVER**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo o **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

São Luís/MA, 22 de agosto de 2024.

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:56:25 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA, CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

FOLHAS 236
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

DECLARAÇÃO

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O **INSTITUTO VIVER**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo o **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** que assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

São Luís/MA, 22 de agosto de 2024.

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:56:35 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

FOLHAS 237
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O **INSTITUTO VIVER**, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de seu Diretor Executivo o **Sr. Enio da Silva Rocha**, inscrito sob o CPF nº 183.402.450-15, e Cédula de Identidade nº 186246320011, **DECLARA** para todos os fins que o **REGIME TRIBUTÁRIO** da licitante é:

- [ ] Simples Nacional;
- [ ] Lucro real;
- [x] Lucro presumido;
- [ ] Outro_____.

DECLARO que a licitante INSTITUTO VIVER possui como Presidente do Conselho de Administração a Sra. SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, inscrita sob o CPF n° 760.871.153-15.

DECLARO ainda que sob as penalidades da lei, que a empresa está localizada e em pleno funcionamento no endereço abaixo, sendo o local adequado e compatível para o cumprimento do objeto;

INFORMO ainda que a empresa dispõe de escritório dotado de instalações, recursos humanos e mobiliários pertinentes as suas atividades.

Endereço: Avenida Aririzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, sala 15, Turu, São Luís/MA, CEP: 65.066-265. Em frente ao Salão Egoiste.

Telefone: (98)98407-9540

viver Instituto Viver
Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:56:44 -03'00'

FOLHAS 238
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
instituto Viver

DECLARO que a licitante é enquadrada como:

- [ ] Microempreendedor Individual – MEI;;
- [ ] Microempresa – ME;
- [ ] Empresa de Pequeno Porte – EPP;
- [ ] Sociedade Cooperativa;
- [x] Normal.

DECLARO que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88

DECLARO que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

DECLARO que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21;

DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21

DECLARO que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;

DECLARO que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21

DECLARO que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

DECLARAMOS, ainda, estar ciente das sanções que poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo edital e na Lei nº 14.133/2021, na hipótese de falsidade da presente declaração.

viver Instituto Viver
Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015 Dados: 2024.08.22 08:56:56 -03'00'

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA, CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

FOLHAS 239
Nº PROCESSO 066/2024
RUBRICA

São Luís/MA, 22 de agosto de 2024.

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 08:57:05 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA, CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

FOLHAS 240
PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

DECLARAÇÃO

À Prefeitura de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

O INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por intermédio de sua Contadora, a **Sra. Gabrielle Martins Barros**, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade sob o nº MA-015709/O-1, em atendimento ao item 12.6.2.5, "a", vem apresentar declaração com memória de cálculo, aplicando fórmulas dos índices dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) extraídos dos 2 (dois) últimos balanços patrimoniais:

2022:

Indice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	3.965.332,39 +306.090,38	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.965.332,39	1,75
	Passivo Circulante	2.268.693,94	
Índice de Solvência Geral	Ativo	4.271.422,77	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	

2023:

Indice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	7.957.351,02 + 192.617,59	3,65
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.234.569,19 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	7.957.351,02	3,56
	Passivo Circulante	2.234.569,19	

FOLHAS 241
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

Índice de Solvência Geral	Ativo	8.486.487,11	3,80
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.234.569,19 + 0,00	

São Luís, 21 de agosto de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
GABRIELLE MARTINS BARROS
Data: 21/08/2024 19:39:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GABRIELLE MARTINS BARROS
Contadora
CRC/MA: 015709/O-1

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA, CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

FOLHAS 242
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís

CERTJUDONE-SJDFRSL - 71132024
Código de validação: 1555AAC604
(relativo ao Processo 574922024)

Número da guia: 24057301001887453.

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que dando busca em nossos arquivos dos feitos das **Varas Cíveis e Comércio** a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quatorze (2014) até o dia vinte (20) do mês de agosto (08) do ano corrente, constatei **NÃO EXISTIR**[1] distribuição de pedido de **Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou Insolvência Civil** contra: **INSTITUTO VIVER**, inscrita no **CNPJ** nº. **21.851.634/0001-28**. **CERTIFICO** finalmente que a Secretaria Judicial de Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Ana Cristina Brito Alves**, Técnico Judiciário, mat. 102442, consultei e digitei. E eu, **Anselmo de Jesus Carvalho**, Secretário Judicial da Distribuição, mat. 100073, subscrevo e assino digitalmente.

ANSELMO DE JESUS CARVALHO
Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 100073

[1] **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022). Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 2055-2738 / 2737
email: distribuicao_slz@tjma.jus.br

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 20/08/2024 16:13 (ANSELMO DE JESUS CARVALHO)

FOLHAS 243
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA

Ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão/MA
Pregão Eletrônico SRP nº 006/2024
Processo Administrativo nº 066/2024
Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Prezado senhor,

O **INSTITUTO VIVER**, inscrito no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediado na Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, representado, neste ato, por intermédio de seu Diretor Executivo Sr. Enio da Silva Rocha, portador da Carteira de Identidade nº 018624632001-1, e CPF nº 183.402.450-15, vem apresentar proposta comercial relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da preparação da mesma.

DADOS DA PROPONENTE	
Razão Social: INSTITUTO VIVER	Nome Fantasia: INSTITUTO VIVER
CNPJ: 21.851.634/0001-28	Inscrição Estadual: 124574815
ENDEREÇO: Rua do Aririzal, n° 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Bairro Turu, CEP: 65066-265, MUNICÍPIO: São Luís, Maranhão.	TELEFONE: (98) 3199-4640 EMAIL: contato@iviver.org.br
OPTANTE PELO SIMPLES: ( ) SIM (X) NÃO	
REPRESENTANTE LEGAL P/ASSINATURA DA ATA/CONTRATO	
Nome Completo: ENIO DA SILVA ROCHA	Cargo: Diretor Executivo
RG: 186246320011 EMISSOR GEJUSPC/MA. Brasileiro, divorciado.	CPF: 183.402.450-15
ENDEREÇO Rua Aririzal, número 79, Condomínio Ferrazi, Bairro Jardim Eldorado, CEP: 65.067-190, MUNICÍPIO: São Luís, Maranhão.	TELEFONE: (98) 984079540 EMAIL: eniorocha@eniorocha.com enio.rocha@iviver.org.br
DADOS BANCÁRIOS DA PROPONENTE	
BANCO: BANCO DO BRASIL / AGÊNCIA: 3649-8 / CONTA CORRENTE: 47439-8 FAVORECIDO: INSTITUTO VIVER	

viver
Instituto Viver
Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 10:50:27 -03'00'

FOLHAS 244
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

Propomos o Valor Total de R$10.789.998,36 (dez milhões, setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), para o fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta licitação, conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	P. UNIT	RECORRÊNCIA	TOTAL
1	ASSISTENTE SOCIAL	UNIDADE	10	R$ 3.145,87	12	R$ 377.504,40
2	EDUCADOR FÍSICO	UNIDADE	7	R$ 2.900,49	12	R$ 243.641,16
3	ENFERMEIRO	UNIDADE	40	R$ 5.686,05	12	R$ 2.729.304,00
4	FARMACEUTICO	UNIDADE	6	R$ 2.932,79	12	R$ 211.160,88
5	FISIOTERAPEUTA	UNIDADE	11	R$ 2.793,32	12	R$ 368.718,24
6	FONOAUDIOLOGO	UNIDADE	6	R$ 2.805,07	12	R$ 201.965,04
7	MEDICO CLINICO	UNIDADE	18	R$ 8.319,52	12	R$ 1.797.016,32
8	MEDICO PSIQUIATRA	UNIDADE	1	R$ 16.647,36	12	R$ 199.768,32
9	NUTRICIONISTA	UNIDADE	5	R$ 2.773,74	12	R$ 166.424,40
10	ODONTOLOGO	UNIDADE	22	R$ 3.830,40	12	R$ 1.011.225,60
11	PROTESISTA	UNIDADE	4	R$ 2.946,01	12	R$ 141.408,48
12	PSICOLOGO	UNIDADE	6	R$ 3.043,62	12	R$ 219.140,64
13	PSICOPEDAGOGO	UNIDADE	2	R$ 3.282,18	12	R$ 78.772,32
14	TECNICO DE ENFERMAGEM	UNIDADE	48	R$ 4.041,12	12	R$ 2.327.685,12
15	TECNICO EM SAUDE BUCAL	UNIDADE	24	R$ 2.213,51	12	R$ 637.490,88
16	TERAPEUTA OCUPACIONAL	UNIDADE	2	R$ 3.282,19	12	R$ 78.772,56
VALOR TOTAL						**R$ 10.789.998,36**

Prazo de validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da abertura do certame;

Prazo de início da execução dos serviços: Os serviços serão iniciados no prazo de até 5 (cinco) dias uteis, a contar da data do recebimento da Ordem de Serviços, conforme Termo de Referência (Anexo II) deste edital;

Local de execução dos serviços: Os serviços serão prestados nas Unidades Básica de Saúde do Município, conforme Termo de Referência (Anexo II) do edital;

A presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

viver Instituto Viver
Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 10:50:37 -03'00'

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA, CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

FOLHAS 245
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

Nos preços ofertados já estão considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

Assumimos o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

São Luís/MA, 22 de agosto de 2024

viver
Instituto Viver

Assinado de forma digital por ENIO DA SILVA ROCHA:18340245015
Dados: 2024.08.22 10:50:46 -03'00'

ENIO DA SILVA ROCHA
Diretor Executivo
RG: 186246320011 / CPF nº 183.402.450-15

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0001

9º ALTERAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO VIVER
CNPJ 21.851.634/0001-28

FOLHAS 246
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CAPÍTULO I
Da Denominação, Da Sede, Dos Objetivos E Outras Disposições

Art. 1º O **INSTITUTO VIVER**, fundado em 15 de outubro de 2014, denominado pela sigla **IVIVER**, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, sob a forma de associação privada, regida pelas normas expressas neste Estatuto e por aquelas contidas na legislação brasileira.

Parágrafo único. As atividades do Instituto caracterizam-se por seu cunho universal, beneficente/filantrópico, assistencial e educacional, sem qualquer caráter político-partidário ou religioso.

Art. 2º O **INSTITUTO VIVER - IVIVER** tem sua sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, localizada na Avenida Aririzal, nº 39, sala 15, Turu, São Luís/MA, CEP nº 65066-265.

Parágrafo único. De acordo com a conveniência de suas atividades, o Instituto poderá manter sedes ou filiais em outras localidades, nos moldes do art. 65, deste Estatuto, cuja instalação dependerá dos termos deliberados pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral.

Art. 3º São objetivos específicos do Instituto:

SAÚDE

I. Gestão e Promoção gratuita e universal da saúde, com seus princípios fundamentais de acesso universal, equidade, ética e humanização no atendimento de todos;
II. Assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional;
III. Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais;
IV. Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde;
V. Atividades de apoio a gestão de saúde;
VI. Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
VII. Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos;
VIII. Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas;
IX. Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários;
X. Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG's e empresas privadas;
XI. Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;
XII. Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;
XIII. Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências;
XIV. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
XV. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
XVI. Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
XVII. Atividades de atendimento hospitalar;

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 4.505
0002

XVIII. Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
XIX. Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;
XX. Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente;
XXI. Atividades de enfermagem;
XXII. Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;
XXIII. Atividades de fonoaudiologia;
XXIV. Serviços de assistência social sem alojamento;
XXV. Laboratórios clínicos;
XXVI. Atividades de fisioterapia;
XXVII. Atividades de profissionais da nutrição;
XXVIII. Atividades de psicologia e psicanálise;
XXIX. Atividades de condicionamento físico;
XXX. Atividades de terapia ocupacional;
XXXI. Atividade odontológica;
XXXII. Serviços de prótese dentária;
XXXIII. Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações;
XXXIV. Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação;
XXXV. Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde;
XXXVI. Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD – Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado.
XXXVII. Atividades médica ambulatorial restrita a consultas;
XXXVIII. Serviços de vacinação e imunização humana;
XXXIX. Atividades de terapia e nutrição enteral e parenteral;
XL. Outras Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente

FOLHAS 247
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

EDUCAÇÃO

XLI. Promoção gratuita da educação em todas as suas formas oferecendo à comunidade, o contato com os conhecimentos tradicionais e tecnológicos, capazes de orientar, capacitar e resgatar-lhe a uma visão ampliada do ser humano;
XLII. A gestão da educação em todas as suas formas, inclusive capacitação e treinamento, promovendo e executando ações com foco no fortalecimento do ensino formal, através de assessoramento visando aprimoramento de técnicas de melhoria da creche, educação infantil, ensino fundamental, médio, e ensino profissionalizante, presencial e na modalidade da Educação à Distância - EAD;
XLIII. Desenvolver projetos de capacitação e formação específica em escolas, creches e infantários;
XLIV. Executar, promover formação técnico-profissional metódico, certificar através de cursos técnicos profissionalizantes a adolescentes, jovens, adultos, pessoa com deficiência e a integração no mundo do trabalho;
XLV. Promover cursos profissionalizantes e/ou treinamentos, presenciais ou à distância, qualificação e capacitação profissional com a sua integração com cursos de nível técnico e superior de graduação

FOLHAS 248
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
CRTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0003

e com o mundo do trabalho;

XLVI. Desenvolver projetos educacionais, bem como seus respectivos programas de trabalho e planos de ações para instituições de direito público e privado na área de educação, através de instrumentos jurídicos próprios, fornecendo toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades institucionais, tais como, material didático, corpo docente e outros meios necessários;

XLVII. Promover, dirigir e organizar práticas de educação-esportiva, através de escolinhas e programas de treinamentos a crianças, adolescentes e jovens, organizar campeonatos profissionais, desenvolver atendimentos psicossociais a crianças, adolescentes e jovens, acompanhar o processo educacional por meio de auxílio pedagógico;

XLVIII. Desenvolver programas, projetos técnicos, executar estudos, levantamentos, prestar consultoria e assessoria e outros serviços nas áreas sociais de educação e outras áreas equivalentes;

XLIX. Promover a editoração gráfica, publicação e comercialização de livros, revistas, jornais e outros periódicos que visem dar maior publicidade e conhecimento dos resultados obtidos nas pesquisas, projetos e estudos realizados por si ou por terceiros;

L. Realizar a formação e integração de jovens e adultos no mundo de trabalho;

LI. Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa brasileira, colocando as suas instalações a disposição de pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros devidamente treinados e qualificados para a realização de trabalhos científicos ou aplicações tecnológicas de méritos reconhecidos;

LII. Promover, pesquisar, desenvolver tecnologias alternativas, produção de informação e conhecimento técnico e científico;

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE:

LIII. Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade;

LIV. Atividades de associações de defesa de direitos sociais;

LV. Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches;

LVI. Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental;

LVII. Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário;

LVIII. Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social;

LIX. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social;

LX. Agenciamento de profissionais para Atividades esportivas, culturais e artísticas;

LXI. Outras Atividades profissionais, científicas, e técnicas não especificadas anteriormente;

LXII. Política nacional de assistência social.

GESTÃO DE PESSOAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

LXIII. Gestão de Pessoas, através de recrutamento, seleção e administração do capital humano especializado para a administração pública e/ou entidades privadas;

LXIV. Prestação de serviços de Apoio Administrativo, com Fornecimento de mão-de-obra terceirizada e temporária e especializada;

FOLHAS 249
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
Cart RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1505 0004

LXV. Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada;
LXVI. Consultoria e assessoria em recursos humanos;
LXVII. Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial;

PUBLICIDADE E COMUNICAÇAO:

LXVIII. Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência;
LXIX. Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins;

Art. 4º O Instituto poderá, para a consecução do seu objeto social:

I - Celebrar Contratos de Gestão, termos de parceria, termo de fomento, termo de colaboração e outros instrumentos de ajustes com o Poder Público, entidades privadas e organismos internacionais, bem como prestar serviços dentro de sua área de atribuição;

II - Desenvolver suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas e/ou ações, bem como de forma indireta, por meio de outras organizações sem fins lucrativos e instituições voltadas para o desenvolvimento social e sustentável;

III - Firmar parcerias com o Poder Público, a fim de atuar no Sistema Único de Saúde de forma suplementar e complementar, podendo implantar e gerir serviços médicos hospitalares e de assistência à saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados e redução de risco à saúde, visando garantir a consecução dos princípios da universalidade, igualdade e da integralidade;

IV - Participar de procedimentos de contratação pública, nas mais diversas modalidades;

V - Realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, de forma a implantar e gerir pesquisas de interesse público em saúde, ou desenvolver técnicas e operação de gestão em serviços de saúde.

Art. 5º No desenvolvimento de suas atividades, o Instituto observará os seguintes princípios:

I - Promoção do acesso universal, gratuito e igualitário às ações e serviços de saúde, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal;

II - Promoção da humanização do Sistema Único de Saúde;

III - Promoção e apoio do Sistema Único de Saúde através de parceria com o setor público;

IV - Promoção da arte e da cultura através da educação e conscientização social, pautada pelo bem-estar da comunidade do ponto de vista político, educativo, cultural, esportivo e social;

V - Promoção da segurança alimentar e nutricional através de consultoria, assessoria e outros serviços visando a aproximação entre produtores e consumidores em sintonia com a agricultura familiar e a aquicultura;

VI - Produção e a difusão de conhecimento acerca dos temas de referência, tais como: consumo responsável, saúde, educação ambiental, segurança alimentar e nutricional, através do fomento à pesquisa científica e implantação de novas tecnologias;

VII - Conjugação de esforços com outras entidades e pessoas jurídicas, a fim de atingir seus objetivos específicos, mediante contratação e/ou parcerias, de forma a proporcionar melhorias na qualidade da assistência;

VIII - Avaliação contínua e permanente da qualidade dos serviços prestados à população;

RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0005

IX - Defesa da não discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, nacionalidade, origem social, condição socioeconômica ou qualquer outra condição;

X - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

FOLHAS 250
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura /

XI - Desenvolvimento e apoio à implementação de programas de cuidado integral saúde;

XII - Desenvolvimento de ações, serviços e programas voltados a população privada de liberdade;

XIII - Observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, economicidade e a moralidade no que se refere à própria gestão.

Art. 6º O Instituto dedica-se às suas atividades por meio de execução direta ou indireta de projetos, programas ou planos de ações, com repasse ou doação de recursos físicos, humanos ou financeiros, ou ainda por meio da prestação de serviços intermediários de apoio à outras Instituições sem fins lucrativos que atuem em áreas afins e a órgãos do setor público, obedecendo à estrita ressalva do art. 13 da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG.

Art. 7º No desempenho de suas finalidades o Instituto poderá exercer todas as atividades que julgar convenientes, diretamente ou por acordos, ajustes, contratos, convênios, termo de parcerias ou instrumentos assemelhados, inclusive com associados, pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, entidade ou órgão público da administração direta ou indireta, dentre as quais:

I - Participar de chamamentos públicos e certames licitatórios;

II - Promover a participação voluntária de pessoas e instituições interessadas em contribuir para a melhoria das condições de vida e de bem-estar social;

III - Promover a convergências de trabalho com entidades afins, evitando a sobreposição de esforços;

IV - Realizar outras atividades éticas e legais que contribuam para sua finalidade, manutenção e patrimônio;

V - Organizar-se em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidos pelas disposições regimentais e estatutárias, bem como por normas operacionais específicas.

Art. 8º O Instituto adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a vedar a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins.

Art. 9º A critério da Assembleia Geral, a organização e o funcionamento do Instituto poderão, ainda, ser regulados através de Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração, que disciplinará o seu funcionamento, dispondo sobre sua estrutura, o gerenciamento, os empregos e as competências, conforme art. 29 V, deste Estatuto.

Art. 10º O Instituto observará como normas de prestação de contas:

a) A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) A realização de ato da Controladoria interna e/ou auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos;

d) A prestação de contas de recursos e bens de origem pública obtidos em sede de convênio, contrato de gestão ou similares.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio E Da Fonte De Recursos

FOLHAS 251
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0006

Art. 11° O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis, imóveis, direitos e valores pela mesma adquiridos ou recebidos sob a forma de doações, legados, subvenções, auxílios, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais.

Art. 12° Constituem receitas e patrimônio do Instituto:

a) Auxílios, doações, legados, subvenções, dividendos e outros atos lícitos da liberdade dos associados ou de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras;

b) Receitas do Instituto que se originarem das atividades inerentes ao seu objetivo;

c) Receitas financeiras e patrimoniais;

d) Recursos financeiros provenientes de contratos, acordos, convênios, termo de parceria ou qualquer outro tipo de ajustes celebrados com instituições públicas ou privadas para financiamento de projetos na sua área de atuação;

e) A remuneração que receber por serviços que prestar e trabalhos que executar, a qualquer título;

f) Bens originários de outras instituições congêneres que venham a ser extintas e que lhe sejam atribuídos; e

g) Outras receitas, inclusive oriundas de exploração de atividade econômica, cujo resultado integral será revertido ao Instituto para ser aplicado nas suas finalidades.

Parágrafo Primeiro. A propriedade e os direitos relativos a bens imóveis que constituírem o patrimônio do Instituto somente poderão ser alienados, permutados ou gravados com ônus mediante prévia aprovação da Assembleia Geral, conforme disposto no art. 41, *"I"* deste Estatuto.

Parágrafo Segundo: A transferência, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas;

Parágrafo Terceiro: Na hipótese do Instituo perder sua(s) qualificação(ões) que vier a ser obtida ocasionalmente como organização social, o acervo patrimonial disponível adquirido com recursos públicos durante o período em que perduraram aquelas qualificações, bem como excedentes financeiros decorrentes de suas atividades serão contabilmente apurados e transferidos a outra pessoa jurídica qualificada no âmbito da Lei Federal, bem como nos termos das mesmas leis do local, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, ou na falta de pessoa jurídica com essas características, ao ente contratante, na proporção dos recursos públicos por eles alocados.

Art. 13° O Instituto poderá desenvolver política específica conforme conceitos de governança e transparência para atuação em pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, associações, institutos, sociedades, fundos de investimentos, fundos patrimoniais ou operacionais, desde que estejam alinhados com seu objetivo social, de forma a facilitar os mecanismos de sustentabilidade econômica do Instituto e de suas atividades sociais.

Parágrafo único. A política relacionada a sua atuação em outras instituições definirá alguns aspectos para sua composição, tais como: período, missão, constituição orçamentária, dotações, doações de pessoas físicas ou jurídicas, além de governança e modelo de gestão de recursos.

Art. 14° A Assembleia Geral poderá rejeitar as doações e legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam contrários a seus objetivos, a sua natureza ou a lei.

Art. 15° O Instituto manterá escrituração contábil de suas receitas e despesas em livros dotados da formalidade necessária para assegurar a sua exatidão, de acordo com os princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade.

CAPÍTULO III

Do Quadro Social e das Responsabilidades Dos Associados

FOLHAS 252
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0007

Art. 16º O quadro social do Instituto será composto de pessoas físicas e/ou jurídicas que quiserem colaborar com a consecução de seus objetivos sociais, desde que qualificadas conforme as previsões deste Estatuto.

Art. 17º Os associados serão distribuídos nas seguintes categorias:

a) Associados fundadores: aqueles que assinaram a ata de constituição do Instituto;

b) Associados mantenedores: aqueles que demonstrarem interesse em contribuir efetivamente para a promoção e participação das atividades do Instituto, seja por meio de serviços ou recursos financeiros;

c) Associados benfeitores: aqueles que não sejam associados do Instituto e que venham a contribuir com as atividades de forma voluntária na execução dos seus objetivos, isentos do pagamento de anuidades.

Parágrafo Único. Os associados mantenedores serão admitidos mediante indicação de um associado fundador ou dois associados mantenedores, por meio de envio de requerimento escrito para a Diretoria Executiva, a qual tomará as informações que julgar necessárias, encaminhando as solicitações para serem aprovadas em Assembleia Geral, sendo dispensada a fundamentação.

Art. 18º A qualidade de associado é intransmissível e o candidato deve preencher as seguintes condições para admissão:

I - Concordar com o presente Estatuto;

II - Idoneidade moral e reputação ilibada, comprovada por certidão criminal.

Art. 19º São direitos dos associados:

I - Participar das Assembleias Gerais, resguardado o direito a voz, o direto a votar e ser votado dos associados fundadores e mantenedores;

II - Convocar a Assembleia Geral, juntamente com 1/5 dos associados;

III - Proceder a vistorias e visitas técnicas às atividades desenvolvidas pelo Instituto;

IV - Propor a admissão de novos associados; e

V - Participar dos eventos promovidos pelo Instituto.

Parágrafo Único. Os associados benfeitores não têm direito a votar.

Art. 20º São deveres do associado:

I - Respeitar e observar as disposições deste Estatuto, bem como demais normas aprovadas pela Assembleia Geral e pela Diretoria ou previstas na legislação nacional;

II - Comparecer às Assembleias Gerais, quando regularmente convocados;

III - Exercer com zelo e diligência os cargos e funções de direção ou órgão colegiado para qual foi eleito/escolhido;

IV - Agir com decoro e com respeito em relação aos objetivos e princípios do Instituto;

V - Cooperar para a efetivação dos objetivos do Instituto e para o seu fortalecimento;

VI - Quitar as suas contribuições pecuniárias periódicas, caso existam, de acordo com as datas e as quantias determinadas pela Assembleia Geral;

VII - Participar de maneira ativa, compromissada e zelosa das reuniões de grupos de trabalho permanente ou das comissões especiais para as quais tenha sido designado;

VIII - Abster-se de realizar qualquer ato que atente contra o patrimônio moral ou material do Instituto; e

IX - Abster-se de praticar quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas nesse Estatuto.

Art. 21º Os associados não poderão pronunciar-se em nome do Instituto, representá-lo em qualquer circunstância ou contrair obrigações a serem por ele cumpridas.

Art. 22º Os associados não respondem, solidariamente ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pelo

FOLHAS 253
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
Ofício RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1505
0008

Instituto, salvo em caso de violação dolosa deste Estatuto, fraude ou má-fé.

Art. 23º Os associados poderão, conforme a gravidade da conduta, ser advertidos por escrito, perder ou ter suspenso seus direitos, temporária ou definitivamente, mediante decisão do Diretor Executivo, nas seguintes hipóteses:

a) Se deixarem de cumprir quaisquer de seus deveres;

b) Se infringirem qualquer disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais;

c) Se praticarem delitos, desvio de recursos ou bens do Instituto;

d) Se praticarem qualquer ato que implique desabono ou descrédito do Instituto ou de seus membros;

e) Se praticarem atos ou valerem-se do nome do Instituto para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros; e

f) Se participarem de entidade ou atividades conflitantes com os interesses da Associação ou praticarem atos contrários à moral e/ou ética que possam manchar a imagem e reputação do instituto.

Art. 24º Em qualquer das hipóteses previstas no artigo 23, além de perderem seus direitos, os associados poderão ser excluídos do Instituto por decisão do Diretor Executivo, após a apresentação de defesa escrita ou oral pelo associado faltoso, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação.

Parágrafo único. O associado excluído que desejar recorrer da decisão encaminhará o recurso à Assembleia Geral no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de notificação nesse sentido, que o decidirá em reunião extraordinária.

Art. 25º O associado poderá desligar-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto ao Diretor Executivo, desde que não estejam em débito com suas obrigações associativas, sendo considerada sua efetividade na data no protocolo do requerimento, conforme descrito no art. 37, *"t"* deste Estatuto.

Art. 26º O associado que solicitar sua exclusão voluntariamente poderá retornar ao quadro de associados, quando desejar, devendo submeter à aprovação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
Da Estrutura Organizacional

Art. 27º São órgãos do Instituto:

I - O Conselho de Administração, como órgão de deliberação superior;

II - A Diretoria, como órgão de direção e execução;

III - A Assembleia Geral;

IV - O Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

Seção I
Do Conselho de Administração

Art. 28º O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior do Instituto, e será constituído por membros nomeados pela Assembleia Geral, e quando a entidade pleitear um contrato de gestão e apenas para este fim, deve estar estruturado em regra, nos termos que dispuser o respectivo Estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação específicos de cada localidade, cuja composição, respeitará a seguinte formação:

a. 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos

Cartório RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1505
0009

pelo estatuto da entidade;

b. 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c. até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d. 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e. até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

Parágrafo Primeiro: O mandato dos integrantes do conselho de administração e do conselho fiscal ou órgão equivalente será definido no estatuto social da entidade, será de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução sucessiva.

Parágrafo Segundo: o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

Parágrafo Terceiro: o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

Parágrafo Quarto: Os integrantes do conselho de administração, Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal ou órgão congênere não poderão receber remuneração ou ajuda de custo pelos serviços que, nesta condição, prestarem à entidade.

Parágrafo Quinto: Os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao cargo no conselho de administração, Conselho Fiscal ou órgão congênere para assumir funções executivas remuneradas.

Parágrafo Sexto: os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau dos membros do Poder Executivo e Legislativo, conselheiros de Tribunal de Contas competente para fiscalizar a atuação do ente contratante, além dos dirigentes de organização social.

Parágrafo Sétimo: os representantes da sociedade civil no Conselho de Administração, serão escolhidos no âmbito da comunidade beneficiária dos serviços prestados pela Organização Social, e atenderão aos requisitos de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Parágrafo Oitavo: O INSTITUTO VIVER tem como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria; ao Conselho de Administração incumbe a função normativa superior em nível de planejamento estratégico, coordenação e controle globais e fixação de diretrizes fundamentais de funcionamento da ENTIDADE.

Art. 29º – São atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - Definir o âmbito, os objetivos e diretrizes de atuação da entidade em conformidade com a lei competente;

II - Aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

III – Aprovar a proposta de trabalho da entidade para fins de celebração do contrato de gestão da entidade;

IV - Designar e dispensar os membros da diretoria, ou, no caso de associação civil, propor a destituição à assembleia geral da entidade;

V - Aprovar o regimento interno da entidade (ou diversos manuais que tratem do tema), que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VI - Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa;

VII – Aprovar e encaminhar ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais

e de atividades da entidade e os demonstrativos financeiros e contábeis, elaborados pela diretoria executiva;
VIII- Fixar o número mínimo, não inferior a três, de reuniões deliberativas no exercício financeiro;
IX – Fixar a remuneração dos membros da diretoria, respeitados os valores praticados pelo mercado, na região e setor correspondente à sua área de atuação;
X- Aprovar por, no mínimo, dois terços de seus membros regulamento próprio contendo os procedimentos que a entidade deve adotar para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e alienações e para a concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, além de;
XI – A proposta de alteração estatutária e de extinção da entidade;
XII – Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva da entidade.
XIII – Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação à gestão e aos serviços sobre a responsabilidade da entidade adotando as providências cabíveis.
Parágrafo Primeiro – Na execução de suas atividades, o Conselho de Administração zelará pelo cumprimento da missão do INSTITUTO, mantendo a coerência com seus princípios norteadores.
Parágrafo Segundo - O Presidente do Conselho de Administração será Representante do INSTITUTO VIVER ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente.
Art. 30º Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração:
Dirigir o INSTITUTO VIVER, visando o pleno desenvolvimento de seus objetivos;
Convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo, assim como as Assembleias Gerais e outras convocações julgadas necessárias;
Assinar em conjunto com o tesoureiro, toda movimentação financeira e bancária do Instituto Viver e demais documentos relativos as despesas e a movimentação bancaria dos recursos; assinar cheques emitidos; abrir contas correntes; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contra – ordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente PJ com cartão eletrônico; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências, emitir comprovantes; encerrar contas de depósitos; efetuar pagamentos das despesas realizadas; efetuar pagamentos relativos aos encargos sociais e financeiros; e após isso prestar contas com o devido envio das informações para Conselho Fiscal no prazo de 60 dias;
Representar o INSTITUTO VIVER ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
Nomear, quando necessário, procuradores ou prepostos com poderes para representar a entidade administrativa e judicialmente;
Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as Normas Internas;
Art. 31º Salvo quando da essência do mandato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração por instrumento particular assinado pelo Presidente do Conselho de Administração, no qual serão especificados os poderes outorgados.
Parágrafo primeiro. As procurações terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos, com exceção daquelas com poderes *ad judicia*.
Parágrafo segundo. É concedida, exclusivamente ao Presidente do Conselho ou o representante legal em exercício, a faculdade de delegar a função de movimentação das contas bancárias em nome da mesma, por meio de Ofício devidamente assinado.
Art. 32º O Conselho de Administração deverá se reunir ordinariamente em 3 (três) reuniões por ano e extraordinariamente a qualquer tempo para resolver os assuntos que lhe são pertinentes, de acordo com este Estatuto.

FOLHAS 256
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0011

viver
Instituto Viver

Art. 33º Definição do mandato dos integrantes do conselho de administração e do conselho fiscal ou órgão equivalente será de quatro anos, admitida uma recondução sucessiva.

Seção II
Da Diretoria

Art. 34º A Diretoria é o órgão responsável pela direção e execução de tarefas que digam respeito à gestão técnica, operacional, administrativa e financeira, sempre de acordo com os interesses e diretrizes do Instituto, composta pelos seguintes membros:

I - Diretor Executivo.

II – Tesoureiro.

Art. 35º A diretoria será nomeada para exercício de mandato de 4 (quatro) anos, sendo permitida a recondução, por período igual e consecutivo.

Parágrafo Único. Não poderá exercer o cargo de Diretor Executivo servidores públicos que estejam na ativa.

Art. 36º A Diretoria reunir-se-á com as agências e filiais, que esta supervisiona, sempre que se fizer necessário, mediante convocação do Diretor Executivo por carta ou e-mail, com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias, sendo a decisões tomadas pela maioria dos presentes tendo, na hipótese de empate, o Diretor Executivo voto de qualidade.

Parágrafo único. As reuniões da Diretoria serão lavradas em ata e assinadas por todos os membros presentes.

Art. 37º Compete ao Diretor Executivo

a) Gerenciar e Administrar o INSTITUTO VIVER- IVIVER, praticando atos administrativos e gerenciais necessários à consecução dos objetivos do instituto na forma deste Estatuto;
b) Coordenar a elaboração e revisão do planejamento estratégico institucional, garantindo o seu cumprimento;
c) Executar o plano anual de atividades do Instituto;
d) Encaminhar à apreciação do Conselho de Administração os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais do Instituto e a previsão orçamentária do exercício subsequente;
e) Assinar acordos, ajustes, contratos, convênios, parcerias ou quaisquer outros atos dessa natureza que envolvam compromissos ou responsabilidades do Instituto, nos termos definidos pelo Conselho de Administração;
f) Analisar, aprovar e avaliar os projetos, atividades e as parcerias do Instituto, de acordo com a linha de atuação definida no planejamento estratégico;
g) Supervisionar os programas e projetos do Instituto;
h) Supervisionar as funções administrativas e orçamentárias;
i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do Instituto e o Regimento Interno;
j) Aprovar propostas de criação e/ou aperfeiçoamento de políticas e processos administrativos, financeiros e de recursos humanos;
k) Coordenar e responder pela articulação, reuniões e engajamento dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
l) Reunir-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para mútua colaboração em atividades de interesse comum e apoio comunitário;
m) Assegurar e favorecer a comunicação e integração das diversas áreas do Instituto;
n) Acompanhar as ações de comunicação externa;

o) Executar os planos diretores estabelecidos pelo Conselho de Administração;
p) Executar a programação anual de atividades;
q) Fiscalizar e acompanhar as atividades desenvolvidas;
r) Emitir pareceres sempre que necessário no que tange ao desenvolvimento das atividades;
s) Reunir-se com Instituições Públicas e Privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum.
t) Analisar a solicitação de inscrição do associado bem como o pedido de exclusão voluntária;
u) Analisar e julgar os associados que infringirem as diretrizes deste Estatuto sujeitando-os a depender do grau de violação ao artigo 23, às penas de suspensão de direitos ou exclusão do quadro societário;
v) Analisar as solicitações de renúncia ou licença do cargo de conselheiros, submetendo quando necessário à Assembleia Geral a destituição dos respectivos cargos em razão de motivo grave definido no art. 48.
w) Representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, inclusive para a assinatura de contratos, acordos, convênios e termos de cooperação, associação e adesão à programas/projetos/pesquisas e, na prática de quaisquer atos que importem a assunção de direitos, obrigações ou quaisquer responsabilidades para esta;
x) Representar o Instituto em processos licitatórios em todas as suas fases com plenos poderes para praticar todos os atos pertinentes à participação do Instituto no certame;
y) Resolver os casos omissos neste Estatuto, submetendo-os à ratificação da Assembleia.

Parágrafo primeiro. Na hipótese de ausência do cargo de Diretor por mais de 90 dias, o Conselho de Administração poderá contratar temporariamente um profissional ou definir um associado que o substituirá até o seu retorno.

Parágrafo segundo. No caso de vacância definitiva, proceder-se-á o disposto no art. 35 deste Estatuto, com a eleição de um novo Diretor no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 38º Os diretores poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto, respeitando os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor e forma ser fixado pelo Conselho de Administração e registrado em ata conforme preconiza o art. 29, IX".

Parágrafo único. A Diretoria Executiva poderá instalar órgãos internos de caráter técnico-científico para assessoramento e indicar os seus membros.

Art. 39º Compete ao Tesoureiro:

I - Organizar e coordenar os serviços de tesouraria e de contabilidade, zelando por sua transparência e equilíbrio orçamentário;

II - Arrecadar e contabilizar as contribuições e doações dos associados, mantendo em dia a escrituração da Instituição;

III - Pagar contas/débitos da Instituição expressamente autorizadas pelo Presidente do Conselho de Administração do Instituto VIVER - IVIVER;

IV - Manter sob sua guarda os livros e demais documentos relativos à tesouraria;

V - Arrecadar a receita e realizar o pagamento das despesas;

VI - Apresentar, anualmente ou sempre que solicitado, escrituração e relatórios de receitas e despesas ao Conselho Fiscal, incluindo relatório de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

VII- Executar demais funções a ele designadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria.

VIII- Assinar em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração, toda movimentação financeira

FOLHAS 258
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
Ofício RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0013

e bancária do Instituto Viver e demais documentos relativos às despesas e a movimentação bancaria dos recursos, assim como o balanço : Assinar cheques emitidos; Abrir contas Correntes; receber; passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques, baixar cheques, requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente PJ com cartão eletrônico; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências; emitir comprovantes; encerrar contas de deposito; efetuar pagamentos das despesas realizadas; efetuar pagamentos relativos aos encargos sociais e financeiros.

Seção III
Da Assembleia Geral

Art. 40º A Assembleia Geral constituir-se-á dos associados, com direito a voto, em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 41º Compete à Assembleia Geral:

a) Apreciar as decisões do Conselho de Administração quanto à indicação e a dispensa de membros da Diretoria;

b) Promover as alterações do Estatuto, conforme decisão prévia do Conselho de Administração;

c) Apreciar decisão do Conselho de Administração sobre a extinção do Instituto, nos termos deste estatuto;

d) Indicar os membros no que está previsto no Art. 28, alíneas "b e c".

e) Aprovar as indicações previstas no Art. 28, alínea "d", deste estatuto;

f) Examinar e aprovar o orçamento, o relatório anual de atividades e o plano anual do Instituto;

g) Deliberar sobre os requerimentos dos associados;

h) Aprovar o balanço patrimonial, e as contas da entidade, referentes ao ano fiscal encerrado;

i) Julgar os recursos apresentados contra as decisões que determinem a exclusão de associado;

j) Decidir sobre a aceitação de legados e doações com encargos e gravames.

l) Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais acima de R$ 50.000,00(cinquenta mil reais).

Art. 42º A Assembleia Geral Ordinária (AGO) e Assembleia Geral Extraordinária (AGE) serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Os editais de convocação para a AGO ou AGE deverão ser disponibilizados através de informativos na própria sede e/ou no site, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data marcada para sua realização, bem como serem arquivados na sede.

Art. 43º A Assembleia Geral Ordinária, reunir-se-á (uma) vez por ano e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 44º As Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) ou Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) instalar-se-ão com qualquer número de associados presentes e deliberarão por maioria simples, exceção de eventual AGO para liquidação do INSTITUTO, que exigirá a presença de dois terços dos associados com direito a voto e deliberará por maioria absoluta, ou seja, metade mais um de todos os associados presentes com direito a voto.

Parágrafo Primeiro – No caso de empate nas votações na Assembleia, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - A liquidação da entidade deverá ser feita exclusivamente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

FOLHAS 259
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Reg. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0014

Seção IV
Do Conselho Fiscal

Art. 45º O Conselho Fiscal é o órgão controlador da boa aplicação dos recursos financeiros do Instituto, composto por 3 (três) membros efetivos, eleitos ou escolhidos pela Assembleia Geral, dentre os associados fundadores e mantenedores conforme Art. 53.

Parágrafo primeiro. Os conselheiros tomarão posse na data de eleição, mediante assinatura da ata ou da lista de presença da Assembleia Geral que os elegeu, ou assinatura de termo de posse.

Parágrafo segundo. O Conselho Fiscal reunir-se-á, trimestralmente, de forma extraordinária, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração.

Art. 46º O mandato dos membros eleitos para o Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição por até 1 (uma) vez, por períodos iguais e consecutivos, coincidente com o mandato do Conselho de Administração.

Art. 47º O Conselho Fiscal tem por finalidade auxiliar e fiscalizar os órgãos dirigentes na administração do Instituto, propondo medidas que colaborem com o equilíbrio financeiro da entidade, tendo em vista eficiência na consecução de seus objetivos sociais.

Parágrafo único. Ao Conselho Fiscal compete examinar a qualquer tempo, a documentação financeira e o estado do patrimônio do Instituto, exarando ao final de cada exercício o seu parecer, para conhecimento e deliberação da Assembleia Geral.

Art. 48º Os conselheiros poderão solicitar renúncia ou licença do cargo, a qualquer tempo, mediante apresentação de pedido escrito à Diretoria e poderão ser destituídos de seus cargos por decisão de 2/3 (dois terços) dos associados em razão de motivo grave, assim considerado:

a) Ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas;

b) Inabilidade ou desempenho insatisfatório do cargo;

c) Obtenção de vantagens para si ou para pessoas com as quais tenha laços familiares em razão do cargo;

d) Prática de condutas que comprometam a imagem e reputação do Instituto.

Art. 49º Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar os livros de escrituração do Instituto;

b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

c) Emitir parecer, quando solicitado pela Diretoria ou pela Assembleia Geral, sobre assuntos financeiros de interesse do Instituto;

d) Convocar, extraordinariamente, a Assembleia Geral;

e) Examinar as contas da Diretoria Executiva no final de cada exercício, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral;

f) Opinar sobre as operações patrimoniais realizadas; e

g) Recomendar, quando julgar necessário, à Assembleia Geral a contratação de auditores independentes e acompanhar o seu trabalho.

h) Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

i) Supervisionar a execução financeira e orçamentária da entidade, podendo examinar livros, registros, documentos ou quaisquer outros elementos, bem como requisitar informações;

Art. 50º O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente 2 (duas) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

FOLHAS 260
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
2º ORTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0015

Parágrafo único. Qualquer um dos membros do Conselho Fiscal poderá convocar reuniões deste colegiado para tratar de assunto do seu interesse.

Art. 51° As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de voto e constará em ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada no final dos trabalhos.

Seção V
Da eleição aos Órgãos do Instituto

Art. 52° Os membros que comporão o Conselho de Administração serão indicados pelo referido conselho e eleitos pela Assembleia Geral mediante anuência de 2/3 (dois terços) dos associados, com exceção dos membros natos representantes do Poder Público e das Entidades da Sociedade Civil que serão apenas empossados pela Assembleia Geral.

Art. 53° Os membros que comporão a diretoria serão escolhidos pelo Conselho de Administração, entre os associados fundadores e mantenedores ou contratados entre profissionais com notória capacidade profissional e idoneidade moral e empossados pela Assembleia Geral em reunião conjunta.

Parágrafo primeiro. Os membros contratados não precisarão submeter-se à eleição.

Parágrafo segundo. Quando houver necessidade de eleição, esta será submetida às disposições do art. 54.

Art. 54° Para se candidatar aos cargos de Conselheiro Fiscal ou Conselheiro de Administração, o Associado Mantenedor ou Fundador que esteja em pleno gozo dos seus direitos políticos e obrigações estatutárias, deverá se organizar em chapas, enviado o nome dos candidatos à diretoria.

Parágrafo único. O registro das chapas deverá ser feito na sede do Instituto, mediante protocolo, até 10 (dez) dias antes das eleições, obedecidos os seguintes critérios:

I - Pedido de registro de chapa contendo a indicação dos associados candidatos que comporão as cadeiras restantes do Conselho de Administração e os 03 (três) membros do Conselho Fiscal;

II - O pedido de registro será assinado pelos candidatos, sendo vedada a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa;

Art. 55° A Diretoria elegerá uma Comissão Eleitoral que divulgará, com a antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do final do mandato, edital de convocação em que estarão especificados os prazos de inscrição de chapas e de votação, dentre outras questões relevantes.

Parágrafo primeiro. A votação para a eleição de que trata o artigo 54 será secreta e se dará mediante a anuência de 2/3 (dois terços) dos associados.

Parágrafo segundo. É vedado o voto por procuração e a acumulação de votos.

CAPÍTULO V
Da Prestação De Contas

Art. 56° A prestação de contas do Instituto observará:

a) Os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parceria ou de contrato de gestão, conforme previsto em regulamento;

d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro. O Instituto adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Parágrafo Segundo - As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados da Associação, devendo ser instruída com os seguintes documentos:

a) Relatório anual de execução de atividades;
b) Demonstração de resultados do exercício;
c) Balanço patrimonial;
d) Demonstração das origens e aplicações de recursos;
e) Demonstração das mutações do patrimônio social;
f) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e
g) Parecer e relatório de auditoria e/ou Controladoria interna (facultativo).

CAPÍTULO VI
Da Dissolução

Art. 57º A dissolução do Instituto poderá ocorrer a qualquer tempo, caso se verifique não ser mais possível a realização de seu objeto social ou a continuação de suas atividades.

Art. 58º Em qualquer hipótese, a dissolução do Instituto será deliberada em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim e dependerá da aprovação da maioria absoluta de seus associados presentes.

Art. 59º Em caso de dissolução, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra entidade beneficente certificada que tenha o mesmo objetivo social, a ser definida pela Assembleia Geral, na mesma reunião em que deliberar pela dissolução, ou a entidades públicas.

Parágrafo único. Inexistente instituição com estas especificações, a Assembleia Geral definirá o destino do patrimônio remanescente.

Art. 60º Todo o patrimônio, receitas e excedentes do Instituto deverão ser investidos no território nacional, nos seus objetivos institucionais incluindo os gastos e bens necessários à sua manutenção e ao seu funcionamento administrativo, sendo vedada, sob qualquer forma e pretexto, a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, receita e eventuais excedentes operacionais, dividendos, brutos ou líquidos, entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores, conselheiros, patrocinadores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica.

Parágrafo único. A proibição contida neste artigo não gera incompatibilidade com a prestação de serviços profissionais, independente da condição de associado e dentro das normas regulamentares e contratuais.

Art. 61º Em caso de extinção ou desqualificação do Instituto, o patrimônio, os legados ou as doações que lhe forem destinados em decorrência do contrato de gestão, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, será(ão) obrigatoriamente e integralmente incorporado(s), ao patrimônio de outra entidade qualificada no âmbito da União, Estado e/ou Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, Estado e/ou Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

Parágrafo único. A Instituição que receber o patrimônio do Instituto não poderá distribuir lucros, dividendos ou qualquer outra vantagem semelhante a seus associados ou dirigentes, exceto quando se tratar de distribuição de bonificações ou prêmios decorrentes de eventuais trabalhos publicados e/ou resultados

FOLHAS 262
Nº PROCESSO 064/2024
Assinatura
Reg. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505
0017

científicos e tecnológicos obtidos.

CAPÍTULO VII
Dos Recursos Humanos

Art. 62º A contratação e a gestão dos empregados do Instituto será feita sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Parágrafo primeiro. O Instituto poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, desde que praticados os valores de mercado correspondentes à região de sua atuação.

Parágrafo segundo. A fim de cumprir seus objetivos, o Instituto poderá contratar estagiários, bem como abrir projetos e programas à participação de voluntários.

Art. 63º Caso haja interesse, o Instituto realizará seletivo público para admissão de pessoal e de contratação de terceiros, inclusive como condição para contratação de gestão pactuada, que será realizado de forma pública, objetiva e impessoal, na forma a ser estabelecida pelo Conselho de Administração.

Art. 64º O Instituto poderá receber servidor público cedido, o que se dará conforme legislação que rege a matéria junto ao ente público cedente.

Parágrafo primeiro. Durante o período da disposição, o servidor público observará as normas internas do Instituto, cujas diretrizes serão consignadas no contrato de gestão.

Parágrafo segundo. Caso o servidor público cedido ao Instituto, não se adapte às suas normas internas ou não esteja exercendo as suas atividades em conformidade com elas, poderá ser devolvido ao seu órgão ou entidade de origem, com a devida motivação.

CAPÍTULO VIII
Das Filiais E Suas Composições Diretivas

Art. 65º Para fins de cumprir suas finalidades, o Instituto poderá se organizar em unidades independentes de trabalho, denominadas departamentos, filiais ou licenciadas, regidas por regimento interno e normas operacionais específicas.

Art. 66º Cada unidade independente será administrada por um Diretor Administrativo nomeado e supervisionado pelo Conselho de Administração e que atuará nos limites expressos de atribuição e responsabilidades que por procuração pública lhe for outorgada pelo Presidente do Conselho de Administração, sob pena de responsabilização pessoal em caso de excesso, nos termos da lei vigente.

Art. 67º Cada filial deverá apresentar anualmente ou sempre que solicitado pela Diretoria, seu plano de trabalho e prestação de contas, os quais serão submetidos à aprovação desta e mensalmente seus relatórios financeiros.

Parágrafo único. A qualquer tempo, a Diretoria poderá utilizar de auditoria independente para fiscalização das contas e contabilidade referentes as filiais.

Art. 68º O Diretor Administrativo poderá ser destituído pelo Conselho de Administração, mediante processo administrativo interno nos seguintes casos:

I - Apuração de desvio de conduta profissional ou de danos dolosos causados a Instituição ou órgão público ou privado no uso de suas atribuições;

II - Desrespeito aos valores éticos e morais da entidade ou por fechamento da filial;

III - Por decisão da Diretoria ou do Conselho de Administração.

FOLHAS 263
Nº PROCESSO 066/2024.
Assinatura
RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.505 0018

Art. 69º Compete ao Diretor Administrativo:

a) Representar, ativa e passivamente, a filial em juízo ou extrajudicialmente, respondendo inclusive pelos atos praticados por sua gestão;

b) Definir plano de trabalho, proceder aos recebimentos e/ou pagamento e dar quitação, bem como fazer o controle patrimonial do instituto;

c) Assinar contratos e documentos, bem como contratar funcionários, assinar contratos de fornecimento e representar com plenos poderes perante quaisquer instituições necessárias ao bom funcionamento da filial;

d) Respeitar e seguir as diretrizes e regulamentos deste Estatuto;

e) Administrar as filiais pela qual é responsável;

f) Representar isoladamente o Instituto, através da filial, perante quaisquer órgão públicos ou da administração pública direta e/ou indireta;

g) Assinar contratos de fornecimento, prestação de serviços, parcerias e etc.

CAPÍTULO IX
Das Alterações Estatutárias

Art. 70º As cláusulas do presente Estatuto Social poderão ser modificadas, no todo ou em parte, pelo Conselho de Administração mediante Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

Parágrafo único. Para que passem a integrar o texto do Estatuto, as modificações propostas deverão ser aprovadas por maioria absoluta, absoluta, ou seja, metade mais um de todos os associados presentes na Assembleia Geral.

CAPÍTULO X
Das Disposições Gerais

Art. 71º A atuação em gestão de saúde e a qualidade de organização social só deverá ser considerada quando esta entidade for devidamente qualificada e contratada no Município ou Estado em que pretende atuar em saúde e ou educação. Fora destes casos esta instituição é uma associação privada simples para todos os fins de direito.

Art. 72º O exercício fiscal do Instituto coincidirá com o ano civil.

Art. 73º O Instituto publicará anualmente, em Diário Oficial do Município ou do Estado com o qual firmar Contrato de Gestão ou Termo de Parceria, síntese dos relatórios financeiros e relatórios de execução/gestão, bem como em seu sítio eletrônico.

Art. 74º Os conselheiros e os membros da Diretoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pelo Instituto, salvo em caso de violação dolosa deste Estatuto, de fraude ou má-fé.

Art. 75º É vedado aos associados e aos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal extrair benefícios em detrimento da Associação e em prejuízo da moralidade e da impessoalidade, sendo-lhes vedado receber qualquer tipo de remuneração ou benefícios, diretos ou indiretos, em razão das atividades desenvolvidas a esse título, à exceção do ressarcimento das despesas efetuadas no desenvolvimento de atividades relacionadas aos cargos, desde que devidamente autorizadas pela Diretoria Executiva.

Art. 76º Os Associados poderão a qualquer tempo solicitar acesso, correção, anonimização e eliminação dos seus dados pessoais disponíveis no sistema do Instituto, por meio de petição ao Presidente do Conselho de Administração.

Art. 77º Para efeitos de leis municipais ou estaduais de qualificação como organização social, fica de já autorizado, a alteração das percentagens e qualificação descritas no artigo 28, podendo, inclusive, acrescer ou suprimir atribuições do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais órgãos deliberativos, podendo tais alterações serem feitas, pelo prazo máximo de 05 anos, com simples registros de Atas de AGES convocadas para tal fim, no escopo de evitar constantes alterações no estatuto da entidade.

Art. 78º As contratações de terceiros e de pessoal no âmbito da gestão pactuada, serão feitos por meio de regulamento de compras especifico, e observarão os princípios da publicidade, impessoalidade e objetividade.

Art. 79º Os casos omissos serão decididos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 80º O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e revogará todas as disposições contrárias.

São Luís, 03 de agosto de 2023.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
CPF nº 760.871.153-15
Presidente do Conselho de Administração

Rossana Karen Bezerra Correa
Advogada OAB/MA nº 17.586

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT15695OIUKH3RL14XHSTD91, 21/09/2023 14:04:10, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ROSSANA KAREN BEZE..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.506** em 21/09/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.505** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Setembro de 2023.
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569501IG9DZ3IR43XAL83, 21/09/2023 14:04:13, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ROSSANA KAREN BEZE..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.506** em 21/09/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.505** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Setembro de 2023.
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569507W9K6REDHFB91D60, 21/09/2023 14:04:12, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ROSSANA KAREN BEZE..., Total R$ 128,66 Emol R$ 116,06 FERC R$ 3,36 FADEP R$ 4,62 FEMP R$ 4,62 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.506** em 21/09/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.505** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Setembro de 2023.
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQ1IV1969S0QX43XQUH5BZD2B84, 21/09/2023 14:04:10, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ROSSANA KAREN BEZE..., Total R$ 114,38 Emol R$ 103,36 FERC R$ 3,04 FADEP R$ 3,99 FEMP R$ 3,99 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.506** em 21/09/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.505** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Setembro de 2023.
Escrevente

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.676
0001
FOLHAS 265
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO INSTITUTO VIVER

1. - CONVOCAÇÃO: São convocados todos os associados do Instituto Viver a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 08 de fevereiro de 2024 na Av. Aririzal, Ed. Comercial Pátio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265. A assembleia será instalada, em primeira convocação às 14:00 e, em segunda convocação, às 14h30.

2. - Ordem do Dia:

a. Apreciação de solicitação de saída de membros.

b. Eleição e Nomeação de membros para os Cargos vagos.

São Luís, 31 de janeiro de 2024.

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente do Conselho de Administração

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950WO651T3C05NWM538, 21/02/2024 14:01:59, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.1.677 em 21/02/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.1.676 do Registro Civil de Pessoa Jurídica e AVERBADO ao n.21/20/01/2015

São Luís/MA, 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569501PKVIJCZKTWMYF91, 21/02/2024 14:02:00, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.1.677 em 21/02/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.1.676 do Registro Civil de Pessoa Jurídica e AVERBADO ao n.21/20/01/2015

São Luís/MA 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV1569505RS59YC17V2J0V15, 21/02/2024 14:01:58, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.1.677 em 21/02/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.1.676 do Registro Civil de Pessoa Jurídica e AVERBADO ao n.21/20/01/2015

São Luís/MA 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

Centro Comercial Pátio Aririzal.
Rua do Aririzal nº 39, Sala 15, Turu,
São Luís/MA. CEP: 65066-265

Telefone: (98) 3199-4640
E-mail: contato@iviver.org.br
CNPJ nº 21.851.634/0001-28

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.677
0001
FOLHAS 266
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL DE PRESENÇA:

Aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, em primeira convocação às 14:00 horas, atendendo ao Edital de Convocação de 31/01/2024, devidamente afixado na sede social, com endereço na Av. Aririzal, Ed. Comercial Pátio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265, os associados do Instituto Viver (IVIVER), conforme lista de presença anexa a esta ata (Anexo I) nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto:

ORDEM DO DIA:

a. Apreciação de solicitação de saída de membros.
b. Eleição e Nomeação de membros para os Cargos vagos.

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Assumiu a direção dos trabalhos a Senhora Sheyla Yonara Dantas de Farias, brasileira, solteira, professora, portadora do CPF de Nº 760.871.153-15, e RG: 14424593-0, SSP/MA, Presidente do Conselho de Administração conforme dispositivo estatutário nos termos do art. 30 do estatuto social vigente, convidou o Diretor Executivo, Sr. Enio da Silva Rocha, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF: 183.402.450-15 e RG: 018624632001-1, SSP/MA, para secretariá-lo que coube a tarefa de registrar a ata.

DELIBERAÇÕES:

Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto Social vigente, a Senhora Presidente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Extraordinária, deu boas-vindas a todos os presentes e dando atendimento à ordem do dia tomando as seguintes deliberações:

Em atendimento a ordem do dia, fora apresentada a pauta "a", que consiste no requerimento de saída de alguns membros do conselho de administração. Na oportunidade foram ouvidas as manifestações de interesse na mudança de cargos, na sequencia as seguintes:
Felipe Abreu Monteiro Silva, de RG: 261902920038, e CPF: 047.277.743-21, membro escolhido entre os Empregados do Instituto Viver, Ariane Cristina da Silva Vieira, de RG: 0412410920104-0, e CPF: 607.189.923-00 , Conselheira Fiscal e Francilene Duarte Santos, de RG 1102548992, e CPF 431.623.043-34, Representante da Sociedade Civil.

Na ordem do dia, estabeleceu-se a pauta "b", da qual restaram vagos na composição do conselho de administração. Norteado no estatuto vigente, a Assembleia geral tem competência para eleger membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme o Art. 41 do estatuto vigente, assim sendo, passa a dispor as vagas dos seguintes cargos e devidos candidatos presentes e indicados para serem votados, seguiu-se a votação e discursão.
Restou-se, dando agora a nova composição:
A sra. **Katiuscia Maia Rodrigues** se candidatou ao cargo de **Membro escolhido entre os Empregados do Instituto Viver**, a Sra. **Roseane Miranda dos Santos**, que se candidatou a **Conselheira Fiscal**; e a Sra. **Benice de Fátima Serra Ferreira**, que se candidatou a **Representante da Sociedade Civil**.

Sendo todos submetidos à votação, que de forma unanime, teve aceitação total dos presentes;

Em ato contínuo, fica definido a nova composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e demais, os quais passam a ter a seguinte formação:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
COMPOSIÇÃO DE 7 MEMBROS COM MANDATO 29 DE MAIO DE 2023 A 29 DE MAIO DE 2027.

1º Membro representante do Poder Público:
Nome: Fernanda Duarte Santos
RG: 3939593-6
CPF: 841.735.80304
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Enfermeira e Servidora Pública

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.677
0002

Endereço: Rua Boa Esperança, nº 125. Condomínio Victoria Residence. Casa 2 – Cohama. São Luís – MA. CEP 65060-040.

FOLHAS 267
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º Membro representante do Poder Público:
Nome: Sarah Duarte Santos
RG: 015675422000-1 CPF: 050.971.543-55
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Psicóloga e Servidora Pública
Endereço: Rua Boa Esperança, nº 125. Condomínio Victoria Residence. Casa 1. Cohama. São Luís – MA. CEP 65060-040.

1º Representante de Entidade da Sociedade Civil:
Nome: Vanessa Cristina Leite Bonates dos Santos
RG: 000099089998-5 CPF: 979.305.043-87
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Administradora
Endereço: Rua do Residencial Fruteiras e Cidades, Araçagy. Cond GVA II, São José de Ribamar - MA.

2º Representante de Entidade da Sociedade Civil:
Nome: Benice de Fátima Serra Ferreira
RG: 044276912012-6 CPF: 610.318.743-56
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Contadora
Endereço: R. Isabel Cafeteira, nº45, Vila Janaina, São Luís – Ma, CEP.: 65058822

Membro escolhido entre associados efetivos e fundadores:
Nome: Sheyla Yonara Dantas de Farias
RG: 000014424593-0 CPF: 760.871.153-15
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Professora e Turismologa
Endereço: Rua do Aririzal, n. 190, Cond. Ferrazzi, casa 79, Jardim Eldorado, São Luís -MA, CEP 65.067-190.

Membro escolhido entre os empregados do Instituto Viver:
Nome: Katiuscia Maia Rodrigues
RG: 018186812001-7 CPF: 027.210.243-10
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Administradora
Endereço: Avenida Eletronorte, n 25, Ipase, São Luís – MA. CEP: 65061-237

Membro escolhido pelos demais integrantes do Conselho:
Nome: Jennifer Andressa Abreu Pinheiro
RG: 049773372013-6 CPF: 615.769.603-66
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Advogada
Endereço: Rua do Recanto, nº 32, Jardim Araçagy III - Cohatrac, São José de Ribamar/MA, CEP: 65110-000.

DIRETORIA:
COMPOSIÇÃO DE 6 MEMBROS COM MANDATO DE 29 DE MAIO DE 2023 A 29 DE MAIO DE 2027.

Diretor Executivo:
Nome: Enio da Silva Rocha
RG:018624632001-1 CPF: 183.402.450-15
Nacionalidade: Brasileiro Profissão: Publicitário
Endereço: Rua do Aririzal, n. 190, Cond. Ferrazzi, casa 79, Jardim Eldorado, São Luís/MA, CEP 65.067-190.

Tesoureiro:
Nome: Isabelle Martins Ferreira Barros

FOLHAS 268
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0003

viver
instituto viver

RG: 0465207520124 CPF: 612.451.593-80
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Assistente Social e Gerente Financeiro
Endereço: Rua dois, casa 12. Jardim SM II Bequimão, São Luís – MA, CEP 65060-101.

CONSELHO FISCAL:
COMPOSIÇÃO DE 3 MEMBROS COM MANDATO DE 29 DE MAIO DE 2023 A 29 DE MAIO DE 2027.

Membro:
Nome: Roseane Miranda dos Santos
RG: 0000403741955 CPF: 805.089.103-82
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Contadora
Endereço: Avenida Um, n 13, Quadra 73, Areinha. São Luís - MA CEP – 65032-620.

Membro:
Nome: Thais Vieira Camizao
RG: 000117235299-0 CPF: 054.113.103-69
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Contadora
Endereço: Rua vinte e sete, nº 39, COHATRAC IV, CEP 65054-750, São Luís – MA.

Membro:
Nome: Gabrielle Martins Barros
RG: 032301002006-0 CPF: 603.992.843-38
Nacionalidade: Brasileira Profissão: Contadora
Endereço: rua 6, quadra 10, n 18, Cohatrac IV, Cep 65054-640.

Como nada mais houvesse a ser tratado, todos os novos membros foram, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada, em lista de presença anexa (anexo I), por todos os presentes, pela Presidente dos trabalhos, e por mim, Secretário, que a tudo presenciei e consignei em ata.

São Luís, 08 de fevereiro de 2024.

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente do Conselho de Administração

ENIO DA SILVA ROCHA
Secretário da Assembleia

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950F79LY3LXESTBY985, 21/02/2024 14:29:23. Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCH..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.678** em 21/02/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.677** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2º RTD SÃO LUÍS - MA

FOLHAS 269

0004 Nº PROCESSO 066/2024

Assinatura

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA

Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:

Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569S00TP594C0IBHTEN92, 21/02/2024 14:29:24, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCH..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.678** em 21/02/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.677** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2º RTD

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA

Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:

Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950NPQRXEUWX8RITF30, 21/02/2024 14:29:23, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCH..., Total R$ 31,25 Emol R$ 28,25 FERC R$ 0,80 FADEP R$ 1,10 FEMP R$ 1,10 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.678** em 21/02/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.677** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 21 de Fevereiro de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 270
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.677 0005

TERMO DE POSSE DOS ESCOLHIDOS AOS CARGOS VAGOS, BEM COMO DOS DEMAIS MEMBROS ELEITOS:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: COMPOSIÇÃO DE 7 MEMBROS COM MANDATO 29 DE MAIO DE 2023 A 29 DE MAIO DE 2027.

1º Membro representante do Poder Público: Fernanda Duarte Santos

Fernanda Duarte Santos

2º Membro representante do Poder Público: Sarah Duarte Santos

Sarah Duarte Santos

1º Representante de Entidade da Sociedade Civil: Vanessa Cristina Leite Bonates dos Santos

Vanessa Cristina Leite Bonates dos Santos

2º Representante de Entidade da Sociedade Civil: Benice de Fátima Serra Ferreira

Benice de Fátima Serra Ferreira.

Membro escolhido entre associados efetivos e fundadores: Sheyla Yonara Dantas de Farias

Sheyla Yonara Dantas de Fa

Membro escolhido entre os empregados do Instituto Viver: Katiuscia Maia Rodrigues

Katiúscia Maia Rodrigues

Membro escolhido pelos demais integrantes do Conselho: Jennifer Andressa Abreu Pinheiro

Jennifer Andressa Abreu Pinheiro

DIRETORIA: COMPOSIÇÃO DE 6 MEMBROS COM MANDATO DE 22 DE MAIO DE 2023 A 22 DE MAIO DE 2027.

Diretor Executivo: Enio da Silva Rocha

Tesoureiro: Isabelle Martins Ferreira Barros

Isabelle Martins Ferreira Barros

CONSELHO FISCAL: COMPOSIÇÃO DE 3 MEMBROS COM MANDATO 29 DE MAIO DE 2023 A 29 DE MAIO DE 2027.

Membro: Roseane Miranda dos Santos

Roseane Miranda dos Santos

Membro: Gabrielle Martins Barros

Gabrielle Martins Barros

Membro: Thais Vieira Camizao

Thaís Vieira Camizão

FOLHAS 271
Nº PROCESSO 066/2024
Assina/MA

Ofício RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.677 0006

viver
Instituto Viver

LISTA DE PRESENÇAS DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA - ANEXO I

São Luís/MA, 08/02/2024.

NOME	ASSINATURA
Isabelle Martins Farias Barros	
Katiúscia Maia Rodrigues	
Thaís Vieira Camizão	
Jennifer Andressa Alves Pinheiro	
PAMELLA GABRIELLA MELO DA ROCHA	
ELVIO LEITE ALVES DA SILVA	
Rossana Karen Bezerra Costa	
Rosana Miranda dos Santos	
Gabrielle Martins Barros	
Vanessa Cristina Leite Borates dos Santos	
Benice de Fátima Serra Soares	
Sarah Macedo Santos	
Fernanda Duarte Santos	
Sheyla Yonara Barbosa de Sá	
Elvio da Silva Rocha	

FOLHAS 272
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura /

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.851.634/0001-28 **MATRIZ**		**20/01/2015**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO VIVER

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
IVIVER	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica especifica
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-04 - Atividade odontológica
86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.40-2-02 - Laboratórios clínicos
86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente
86.50-0-01 - Atividades de enfermagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ARIRIZAL, SALA-15	39	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.066-265	**TURU**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@IVIVER.ORG.COM	**(98) 3181-2803**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**20/01/2015**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/07/2024** às **17:10:15** (data e hora de Brasília).

FOLHAS 273
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.851.634/0001-28 **MATRIZ**		**20/01/2015**

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO VIVER

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição
86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional
86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia
86.50-0-07 - Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde
86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV ARIRIZAL, SALA-15	**39**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.066-265	**TURU**	**SAO LUIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@IVIVER.ORG.COM	**(98) 3181-2803**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**20/01/2015**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/07/2024** às **17:10:15** (data e hora de Brasília).

FOLHAS 274
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura /

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA: JURÍDICA **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 96409001 **CNPJ:** 21851634000128
NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO VIVER
NOME FANTASIA: IVIVER
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO
NATUREZA JURÍDICA: 3999 - Associação Privada
CBO: -
DOC. CONSTITUIÇÃO: ESTATUTO/ATA **ALT. ATUAL. CONTR. SOC.:** 01/06/2023
ORGÃO DE REGISTRO: JUNTA COMERCIAL - **NIRE:** 1323
CAPITAL SOCIAL: 0,00 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 124574815
REG. TRIBUTÁRIO: Normal **TIPO ESTABELECIMENTO:** SEDE/MATRIZ
SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO: N?O **REGIME PAGAMENTO:** DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL: SIM **TIPO ENQUADRAMENTO:** OUTROS
LIVRO: 003 **FOLHA:** 0001 **DATA DO REGISTRO:** 20/01/2015
ATV. LICENCIADA VINCULADA: Taxa TLVLF Outras Atividades - Pequeno Porte

TIPO PORTE: PEQUENO PORTE **TIPO DE INSCRIÇÃO:** NORMAL

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE ZONA URBANA **USO DO IMÓVEL:** ALUGADO
TIPO DE IMÓVEL: COMERCIAL **INSC. IMOBILIÁRIA**
CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 39
ENDEREÇO: AV ARIRIZAL, SALA-15 **CEP:** 65066265
COMPLEMENTO: **BAIRRO:** TURU
POVOADO: **ZONA RURAL:**
CCIR: **NIRF:**
DATUM REFERÃŠNCIA: **LATITUDE:**
LONGITUDE:

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 39
ENDEREÇO: AV ARIRIZAL, SALA-15 **CEP:** 65066265
COMPLEMENTO: **BAIRRO:** TURU

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
E-MAIL	contato@iviver.org.br
FAX	(98) 991862453
TELEFONE	(98) 31996050
	contato@iviver.org.br

FOLHAS 275
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

null

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
181130200	IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES PERIODICAS	
749019900	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO	
859960400	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	
880060000	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	
782050000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	
783020000	FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS	
865000200	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRICAO	
702040000	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO	
861010100	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO	
861010200	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES	
862160200	SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS, EXCETO POR UTI	
863050100	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO	
863050200	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO	
863059900	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS	
864029900	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E	
865009900	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS	
866070000	ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE	
869099900	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO	
865000100	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	
865000600	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA	
865000400	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA	
865000500	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL	
863050400	ATIVIDADE ODONTOLOGICA	
931310000	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FISICO	
865000300	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE	
864020200	LABORATORIOS CLINICOS	
865000700	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL	
325070600	SERVICOS DE PROTESE DENTARIA	
863050300	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS	
863050600	SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA	
943080000	ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	SIM
749010500	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS,	

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	61245159380	ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
Contábil	60399284338	GABRIELLE MARTINS BARROS

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
76087115315	SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS	PRESIDENTE	0%
06326125847	TIBERIO BECCARO	ADMINISTRADOR	0%

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO	
IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE	
ÁREA FÍSICA OCUPADA: 0,00m²	QUANTIDADE: 0

FOLHAS 276
Nº PROCESSO 056/2024
Assinatura

QUADRAS E CINEMAS
QUANTIDADE DE QUADRAS: 0
QUANTIDADE DE CINEMAS: 0

Local: SAO LUIS / MA , 05/08/2024

CPF/CNPJ: 21851634000128
Nome/Razão: INSTITUTO VIVER
Contribuinte

null
Servidor

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 76087115315
DATA: 05/08/2024
HORA: 09:58

FOLHAS 277
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

INSC. ESTADUAL:	12.457.481-5	ÚLTIMA ALTERAÇÃO:	08/08/2023
RAZÃO SOCIAL:	INSTITUTO VIVER		

SITUAÇÃO FISCAL:	REGULAR	SERASA:	Não
MOTIVOS FISCAIS:			

SITUAÇÃO CADASTRAL:	ATIVO
MOTIVO CADASTRAL:	--

DADOS GERAIS

CPF/CNPJ:	21.851.634/0001-28	INSC. CENTRALIZADORA:	--
RAZÃO SOCIAL:	INSTITUTO VIVER		
NIRE:	1323	TIPO PESSOA:	JURÍDICA
INÍCIO DE ATIVIDADES:	10/02/2015	CAPITAL SOCIAL:	0,00
AGÊNCIA REGIONAL:	01 - AGÊNCIA DE SAO LUIS	UFRE:	46 - UFRE/SÃO LUÍS
TIPO DE SOCIEDADE:	OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO	CAT. DO ESTABELECIMENTO:	MATRIZ OU UNICO
REGIME DE PAG.:	NORMAL		
DATA OBRIG. NFE:	01/10/2010	DATA OBRIG. EFD:	10/02/2015
CORREIO ELETRÔNICO:	IVIVER@OUTLOOK.COM	ÁREA UTILIZADA:	4500

ENDEREÇO DE ESTABELECIMENTO

CEP	65066-265		
ENDEREÇO	AVE ARIRIZAL SALA-15	NÚMERO:	39
COMPLEMENTO:	--		
PONTO DE REFERENC.:	PATIO ARIRIZAL	BAIRRO:	TURU
CIDADE:	SAO LUIS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(98)3199-6050	FAX:	(98)9186-2453
CEP CAIXA POSTAL:	--		

ENDEREÇO FISCAL

CEP	--		
ENDEREÇO	AVE ARIRIZAL, SALA-15	NÚMERO:	39
COMPLEMENTO:	EDIF CARRARA SALA 409		
PONTO DE REFERENC.:	--	BAIRRO:	TURU
CIDADE:	SAO LUIS	ESTADO:	MA
TELEFONE:	(98)3199-6050	FAX:	--
CEP CAIXA POSTAL:	00000-000		

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS

ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1	9430800	ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
2	7020400	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
3	7490105	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS
4	7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
5	7820500	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
6	7830200	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
7	8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8	8610101	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A
9	8610102	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A
10	8621602	SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL
11	8630501	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS
12	8630502	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES
13	8630503	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
14	8630504	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA
15	8630506	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA
16	8630599	ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
17	8640202	LABORATÓRIOS CLÍNICOS
18	8640299	ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA NÃO ESPECIFICADAS
19	8650001	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM
20	8650002	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO
21	8650003	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE
22	8650004	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA
23	8650005	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL
24	8650006	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA
25	8650007	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL
26	8650099	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

MARANHÃO
SECRETARIA DA FAZENDA

FICHA CADASTRAL DO CONTRIBUINTE

USUÁRIO: 76087115315
DATA: 05/08/2024
HORA: 09:58

FOLHAS 278
Nº PROCESSO 006/2024
Assinatura /

CNAE - ATIVIDADES ECONÔMICAS		
ORDEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
27	8660700	ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
28	8690999	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
29	8800600	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
30	9313100	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO
31	1811302	IMPRESSÃO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
32	3250706	SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA

REPRESENTANTES LEGAIS		
CNN/CPF	NOME/RAZÃO SOCIAL	TIPO DE RELAÇÃO
60399284338	GABRIELLE MARTINS BARROS	3 - CONTADOR
61245159380	ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS	205 - ADMINISTRADOR
76087115315	SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS	209 - PRESIDENTE

AÇÕES JUDICIAIS				
TIPO	DATA INCLUSÃO	DATA REVOGAÇÃO	DOC. CONCESSÃO	EFEITO

Não existem Ações Judiciais para essa inscrição estadual.

OBRIGATORIEDADE / CREDENCIAMENTO			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Obrigatoriedades/Credenciamentos para essa

INCENTIVOS / REGIMES ESPECIAIS			
TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO

Não existem Incentivos/Regimes Especiais para essa inscrição

FOLHAS 279
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Estado do Maranhão

SINTEGRA/ICMS

Consulta Pública ao Cadastro do Estado do Maranhão

Secretaria da Fazenda

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 21.851.634/0001-28 **Inscrição Estadual:** 12.457481-5

Razão Social: INSTITUTO VIVER

Regime Apuração: NORMAL

ENDEREÇO

Logradouro: AVE ARIRIZAL SALA-15

Número: 39 **Complemento:**

Bairro: TURU

Município: SAO LUIS **UF:** MA

CEP: 65066265 **DDD:** **Telefone:** 31996050

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 9430800 - ATIVIDADES DE ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS

CNAEs Secundários

Código	Descrição CNAE
8621602	SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL
8630501	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS
8630502	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES
8630503	ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS
8630504	ATIVIDADE ODONTOLÓGICA
8630506	SERVIÇOS DE VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO HUMANA
8630599	ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8640202	LABORATÓRIOS CLÍNICOS
8640299	ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA E TERAPÊUTICA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8650001	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM
7020400	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
8650002	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO
8650003	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE
8650004	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA
8650005	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL
8650006	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA
8650007	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL
8650099	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8660700	ATIVIDADES DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE
8690999	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
8800600	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO
7490105	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTÍSTICAS
9313100	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO
1811302	IMPRESSÃO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
3250706	SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA
7490199	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
7820500	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
7830200	FORNECIMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS
8599604	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
8610101	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS
8610102	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO

Data desta Situação Cadastral: 23/06/2023

OBRIGAÇÕES

FOLHAS 280
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura /

NFe a partir de (CNAE's): 01/10/2010 - (3250706), 01/12/2010 - (1811302), 03/01/2022 - (Devido emissão voluntária),

EDF a partir de: 10/02/2015, 10/02/2015,

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 05/08/2024

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

Desenvolvido pela Sefaz/COTEC - 2005-2012

FOLHAS 281
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO VIVER
CNPJ: 21.851.634/0001-28

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:51:40 do dia 25/03/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/09/2024.
Código de controle da certidão: **6556.D476.043C.C0A4**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FOLHAS 282
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Voltar | Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.851.634/0001-28
Razão Social: INSTITUTO VIVER
Endereço: R ARIRIZAL 39 SALA15 / TURU / SAO LUIS / MA / 65066-265

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/08/2024 a 06/09/2024

Certificação Número: 2024080809562300908259

Informação obtida em 13/08/2024 11:29:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO VIVER (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.851.634/0001-28
Certidão nº: 20402172/2024
Expedição: 26/03/2024, às 14:06:18
Validade: 22/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO VIVER (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
CPF: 760.871.153-15
Certidão nº: 20402212/2024
Expedição: 26/03/2024, às 14:06:30
Validade: 22/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **760.871.153-15, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FOLHAS 285
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 278837/24 **Data da** 23/07/2024 10:42:46

Inscrição Estadual: 124574815 **CPF/CNPJ:** 21851634000128

Razão Social: INSTITUTO VIVER

Endereço: AVE ARIRIZAL SALA-15, 39 CEP: 65066265 - TURU

Telefone: (98)31996050 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 21/10/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 30/07/2024 17:07:54

FOLHAS 286
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 043767/24 **Data da** 05/06/2024 10:32:11

Inscrição Estadual: 124574815 **CPF/CNPJ:** 21851634000128

Razão Social: INSTITUTO VIVER

Endereço: AVE ARIRIZAL SALA-15, 39 CEP: 65066265 - TURU

Telefone: (98)31996050 **Município:** SAO LUIS **UF:** MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 03/09/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 11/06/2024 10:12:25

CERTIFICADO
102024009216772S
FOLHAS 287
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA DE SAO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA

Número da Certidão: 00009104942024

Validade: 03/12/2024

CERTIFICAMOS QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTA DÉBITO FISCAL RELATIVO A PESSOA JURÍDICA, DESCRITA ABAIXO, RESERVA-SE O DIREITO DE A FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÍVIDAS POSTERIORMENTE COMPROVADAS, HIPÓTESE PREVISTA NOS ARTIGOS 80 E 146, DA LEI 6.289, DE 28/12/2017 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

DADOS DA PESSOA JURÍDICA	
CNPJ: 21.851.634/0001-28	**Inscrição Municipal:** 96409001
Razão Social: INSTITUTO VIVER	
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
943080000 – ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS	
ENDEREÇO DE LOCALIZACAO	
Logradouro: AVENIDA ARIRIZAL, SALA-15	
Número: 39	**Complemento:**
Bairro: TURU	
Município: SAO LUIS – MA	**CEP:** 65066265

A presente certidão, sem conter rasuras, tem sua eficácia até a data de validade acima informada, tendo sido lavrada em São Luís (MA), em **05 de agosto de 2024 às 11:30**, sob o código de autenticidade nº **22814E0898F98FDE3831C648D724C7DB**.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na Internet, em https://stm.semfaz.saoluis.ma.gov.br/validacaocertidao.

"NÃO E VÁLIDA A CERTIDÃO QUE CONTIVER EMENDAS, RASURAS OU ENTRELINHAS."

FOLHAS 288
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CAPITAL DE TODOS OS MARANHENSES

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 004/2015-GS 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Institui cronograma para implantação da Certidão de Regularidade Fiscal Unificada como documento único para comprovação de regularidade fiscal perante este Município, ressalvados os casos previstos no art. 262 da Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Luís.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 3º, parágrafo único, inciso I, da Consolidação das Leis Tributárias do Município – CLTM, Decreto nº 33.144, de 28 de dezembro de 2007, e

CONSIDERANDO que o Município de São Luís, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, adquiriu novo sistema de administração tributária, em fase de implantação desde 01.06.2015 que, dentre demais benefícios, proporcionou a unificação do cadastro fiscal municipal (com integralização das informações oriundas do cadastro imobiliário e do cadastro mobiliário) para maior controle e monitoramento do passivo municipal;

CONSIDERANDO que em razão de referida implantação o Município de São Luís angariou meios suficientes para deixar de expedir certidões de regularidade que tenham por base unicamente os dados do cadastro mobiliário, denominada "**certidão negativa de dívida ativa relativa aos débitos de ISS e TLVF**";

CONSIDERANDO que na legislação federal e municipal não há qualquer previsão acerca da certidão específica anteriormente utilizada, mas tão somente à certidão de regularidade fiscal, cabendo a cada ente tributante definir as regras específicas sobre os documentos sob sua competência, sendo a certidão unificada já utilizada no âmbito

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CAPITAL DE TODOS OS MARANHENSES

federal e estadual, tal qual em demais municípios em que já se dispõe de tecnologia para controle de cadastro único;

CONSIDERANDO que a filosofia de integralização adotada auxilia na ação de saneamento do cadastro do Município de São Luís, que é prioritária no escopo de construção de um Cadastro Técnico Multifinalitário Municipal, a ser utilizado como ferramenta para a organização das informações referentes às residências, condomínios, infraestrutura, prédios, equipamentos e serviços públicos, bem como outras informações que atendam às necessidades de vários órgãos na gestão do município, passando-se a dispor, assim, de dados fidedignos da malha fundiária do município e de seus munícipes, podendo-se atuar com mais eficácia e efetividade no planejamento e na execução das ações propostas;

CONSIDERANDO que a nova filosofia de integralização adotada auxilia igualmente na otimização dos mecanismos de arrecadação municipal, com vistas à cobrança baseada em uma política de justiça fiscal, com correção de dados referentes ao sujeito passivo e aos parâmetros que compõem a base de cálculo dos tributos, inclusive com implementação de providências para efetivação de recolhimento dos tributos decorrentes das transferências de imóveis e averbações de proprietários atuais dos imóveis;

CONSIDERANDO que, desde a adoção de referida medida, vários foram os requerimentos administrativos apresentados, com o fim de que a certidão específica de regularidade de débitos mobiliários pudesse ser expedida, diante dos diversos débitos imobiliários que passaram a impedir a comprovação de sua regularidade fiscal;

CONSIDERANDO o argumento exposto por esses contribuintes, de que não houve comunicação prévia acerca da alteração de filosofia da expedição das certidões de regularidade fiscal, estando habituados a fazer prova de regularidade fiscal por meio dos documentos anteriormente emitidos, o que vem lhes causando entraves para consecução de suas atividades;

CONSIDERANDO os termos do processo administrativo nº 31.539/2015, em que o Secretário Municipal de Governo manifestou-se favoravelmente ao pedido de concessão

FOLHAS 290
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CAPITAL DE TODOS OS MARANHENSES

de prazo para que os contribuintes se adequem ao novo modelo de certidão única de regularidade fiscal:

CONSIDERANDO a política de boa-fé que se tem como diretriz neste Município, que justifica os diálogos com as empresas contribuintes para implementação de medidas que auxiliem no incremento da arrecadação municipal, garantindo-se o desenvolvimento da economia ludovicense, com o consequente melhoramento nas áreas de competências fins deste ente;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliação dos direitos esculpidos nos dispositivos do art. 5º, XXXIV, "b", art. 37, art. 170, art. 156, I e II da Constituição Federal, art. 205 e 123 do Código Tributário Nacional, art. 260 e ss. da Consolidação das Leis Tributárias do Município e demais legislação que rege a espécie

EXPEDE a seguinte Instrução Normativa, nos seguintes termos:

Art. 1º. Fica definido como termo final para implantação da **Certidão de Regularidade Fiscal Unificada Municipal**, como único documento hábil para comprovação de regularidade fiscal com este Ente, o dia **24 de março de 2016**.

Parágrafo Único – Ficam ressalvados os casos de certidões de regularidade previstos no art. 262 da Consolidação das Leis Tributárias do Município.

Art. 2º. Quando dos requerimentos para expedição de **Certidão de Regularidade Fiscal Unificada Municipal**, a consulta será feita pelo CNPJ/CPF do contribuinte, em relação aos débitos tributários constituídos e lançados no cadastro mobiliário e imobiliário, conjuntamente.

Art. 3º. Somente enquanto não exaurido o prazo previsto no Art. 1º. da presente Instrução, poderão ser expedidas certidões de regularidade fiscal específicas, com consultas direcionadas exclusivamente ao cadastro de débitos fiscais mobiliários.

FOLHAS 291
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura

PREFEITURA DE SÃO LUÍS
CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria Municipal da Fazenda

Art. 4º. No caso das certidões expedidas nos termos do Art. 3º. da presente Instrução, sejam positivas, negativas ou positivas com efeitos de negativas, o prazo de validade não excederá o termo final do cronograma previsto no art. 1º desta Instrução.

Art. 5º. As certidões expedidas na forma do Art. 3º. da presente Instrução poderão ser disponibilizadas eletronicamente, por meio do portal de serviços da SEMFAZ.

Art. 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 8º. Dê-se ciência à Secretaria Adjunta de Gestão Tributária e à Superintendência da Área de Informática, para imediata implementação e controle das regras da presente Instrução.

RAIMUNDO JOSÉ RODRIGUES DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda

FOLHAS 292
Nº PROCESSO 066/2024

CERTIFICADO
10202400921122267

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2024

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	CPF/CNPJ	NÚMERO DE CONTROLE
96409001	21.851.634/0001-28	92120243128743

RAZÃO SOCIAL

INSTITUTO VIVER

NOME FANTASIA

IVIVER

LOCALIZAÇÃO

AV ARIRIZAL, SALA-15 Nº 39, TURU
65066265 -SAO LUIS-MA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

CNAE Principal e Secundários

943080000 - ATIVIDADES DE ASSOCIACOES DE DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS
181130200 - IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES PERIODICAS
749019900 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
859960400 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL
880060000 - SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO

RESTRIÇÕES

Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2024

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:

519E1F39A54BAE700989497D43FEDF47

FOLHAS 293
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura /

EMSERH
Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE GESTÃO HOSPITALAR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **INSTITUTO VIVER, CNPJ: 21.851.634/0001-28**, estabelecida na Avenida do Vale, Quadra 23, nº 09, Edifício Carrara, Sala 409, Bairro Jardim Renascença II, São Luís/MA, é prestadora de serviços médicos para a **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, CNPJ: 18.519.709/0001-63**, constante do seu ramo de atividade, conforme detalhamento abaixo:

1) **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Pinheiro/MA;

   Especialidade:

   - Serviços Médicos de Clínica Médica - Ambulatório;

   Período da prestação dos serviços: De Dezembro/2020 até data atual, por meio do Contrato nº 493/2020-GCC/EMSERH e seu 1º Aditivo.

Informamos que a empresa presta seu serviço com eficácia, portanto, não havendo nada que desabonasse a sua conduta técnica.

São Luís – MA, 17 de Dezembro de 2021.

3º OFÍCIO DE NOTAS

Kirlian Karoline Araujo Pereira
Fiscal de Contrato/EMSERH
MAT: 7385

5º OFÍCIO NOTAS SÃO LUIS-MA

Francisca de Fátima Moura Marques
Gerente de Gestão Hospitalar/EMSERH
MAT: 4116

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) abaixo:
FRANCISCA DE FATIMA MOURA MARQUES
São Luís 17/12/2021 10:57:37:13559
Em Testemunho de Verdade.
Alan Coutinho de Souza - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR11567119WN4LSBCI5K49Q73 - Ato: 13.17.2
Emol:R$4,63 FERC:R$0,13 FADEP:R$0,18 FEMP:R$0,18 Total:R$5,12
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS/MA
Reconheço por SEMELHANCA a(s) firma(s) de
[0221399]-KIRLIAN KAROLENE ARAUJO PEREIRA
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 4,63, FERC: R$ 0,13, FADEP: R$ 0,18, FEMP: R$ 0,18. Total: 5,12 Em test°_____da verdade São Luis - MA, 17/12/2021 10:18:14
SELO RECFIR020983Y1HHAIK2RZMQYG75 LARISSA MARIA RODRIGUES FERREIRA - ESCREVENTE AUTORIZADA Consulte a validade do selo https://selo.tjma.jus.br

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

FOLHAS 294
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

EMSERH
Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE GESTÃO HOSPITALAR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **INSTITUTO VIVER, CNPJ:21.851.634/0001-28**, estabelecida na Rua do Aririzal, n° 39, sala 15, Turu, São Luís/MA, é prestadora de serviços médicos para a **Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, CNPJ: 18.519.709/0001-63,** constante do seu ramo de atividade, conforme detalhamento abaixo:

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Pinheiro
  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)
  Período da prestação dos serviços:
  De Janeiro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Santa Inês
  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)
  Período da prestação dos serviços:
  De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Codó
  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)
  Período da prestação dos serviços:
  De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Caxias
  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)
  Período da prestação dos serviços:
  De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Balsas
  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)

EMSERH
Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE GESTÃO HOSPITALAR

Período da prestação dos serviços:

De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Imperatriz

  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)

  Período da prestação dos serviços:

  De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Hemonúcleo de Pedreiras

  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)

  Período da prestação dos serviços:

  De Setembro/2021 até a data atual.

- **Unidade de Saúde:** Centro de Hematologia e Hemoterapia do Maranhão

  Especialidade: Serviços médicos em Clínica Medica (ambulatório)

  Período da prestação dos serviços:

  De Junho/2021 até a data atual.

Informamos que a empresa presta seu serviço com eficácia, portanto, não havendo nada que desabonasse a sua conduta técnica.

São Luís – MA, 03 de Abril de 2023.

Jessica Vanessa Viana da Conceição
Consultora de Compra Hospitalar
MAT.: 10405 / EMSERH

Francisca de Fatima Moura Marques
Gerente de Gestão Hospitalar
MAT.: 4116/EMSERH

FOLHAS 296
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA DE
GRANITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE PERNAMBUCO
MUNICIPIO DE GRANITO

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Certifico para os devidos fins de direito, que a esta Prefeitura Municipal de Granito – PE, foi solicitado através do representante legal da empresa: **INSTITUTO VIVER - AV ARIRIZAL, SALA–15, 39 - TURU - SAO LUIS - MA, CNPJ nº 21.851.634/0001-28, neste ato representado por Enio da Silva Rocha**, um atestado de capacidade técnica e que possui qualificação técnica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NOS PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICOS DE EXAMES ESPECIALIZADOS DE ULTRASSONOGRAFIA GERAL EM APARELHO DO MUNICIPIO C/ EMISSÃO DE LAUDOS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), ORIUNDOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E OU HOSPITAL HPP – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Informamos ainda que a prestação dos serviços acima referidos apresentou bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Granito – PE, 03 de abril de 2023.

MARIA DO BOM CONSELHO PEIXOTO XAVIER:51514699320

MARIA DO BOM CONSELHO P. XAVIER
Secretaria de Saude
Portaria nº 176/2021

FOLHAS 297
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 21.851.634/0001-28, sediado na Rua Aririzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luís/MA, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Paraibano/MA, devidamente inscrita no CNPJ nº 05.303.144/0001-30, detendo qualificação técnica para a prestação de serviços de mão de obra especializada, conforme o Contrato nº 01091/2022, oriundo do Processo Administrativo nº 270522002/2022, Pregão Eletrônico nº 017/2022.

PROGRAMAS MUNICIPAIS DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL		
EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
9	MÉDICO	40h
9	ENFERMEIRO	40h
9	AUXILIAR OU TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40h

EQUIPE DE SAÚDE BUCAL		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
9	CIRURGIÃO DENTISTA	40H
9	AUXILIAR OU TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	40H

EQUIPE DE NUCLEO DE APOIO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMILIA E ATEÇÃO PRIMARIA		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
1	MÉDICO GENERALISTA	40h
1	EDUCADOR FISICO	40h
1	PSICOLOGO	40h
1	FISIOTERAPIA	40h
1	NUTRICIONISTA	40h

EMAD II - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENÇÃO DOMICILIAR		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
1	MÉDICO	20 H
1	ENFERMEIRO	30 H
1	ASSISTENTE SOCIAL	30 H
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM/AUXILIAR	40H

EMAP - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
1	FISIOTERAPEUTA	30 H
1	FONOAUDIOLOGO	30H
1	NUTRICIONISTA	30H
1	PSICOLOGO	30 H

MEDICOS PLANTONISTAS		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
	PLANTAO MÉDICO 12H	192
	PLANTAO MÉDICO 24H	360

CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**

FOLHAS 298
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

SAÚDE
PARAIBANO/MA

1	CARDIOLOGISTA	20H
1	PEDIATRA	20H
1	ORTOPEDISTA	20H

EQUIPE MULTICIPLINAR DE PROFISSIONAL DE ATENÇAO ESPECIALIZADA EM SAUDE MENTAL		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
1	MÉDICO PSIQUIATRA	20H
2	PSICOLOGO	30H
1	ASSISTENTE SOCIAL	30H

HOSPITAL MUNICIPAL DE PARAIBANO		
QUANT	**PROFISSIONAIS**	**CARGA HORÁRIA**
6	ENFERMEIRO	30H
14	TEC DE ENFERMAGEM	30H
2	ASSISTENTE SOCIAL	30H
1	NUTRICIONISTA	30H
2	TE DE RADIOLOGIA	24H
1	FARMACEUTICO	40H
1	FISIOTERAPEUTA	30H
2	TEC EM LABORATORIO	40H

Declaramos, ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória com bom desempenho operacional, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente o Instituto Viver.

Paraibano/MA, 20 de agosto de 2024.

SEFORA FREIRE BRITO:47590084387

Assinado de forma digital por SEFORA FREIRE BRITO:47590084387
Dados: 2024.08.22 09:26:01 -03'00'

Séfora Freire Brito
Secretária Municipal de Saúde

FOLHAS 299
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N - CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28, sediada na Rua Aririzal, n. 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por meio de seu representante legal, o Sr. ENIO DA SILVA ROCHA portador da carteira de identidade no 186246320011 GEJUSPC/MA e CPF no 183.402.450-15, prestou serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão para Secretária Municipal de Saúde, de acordo com a Concorrência Pública Nº 01/2021 e Processo Administrativo Nº 359/2021/SEMUS, conforme discriminado abaixo:

1. **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021**
2. OBJETO: objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **CONTRATO nº 152/2021 SEMUS**.

DESCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO			
HOSPITAL MUNICIPAL - HMCM			
FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	30	36h semanais	120
FARMACEUTICO	5	30h semanais	20
FARMACEUTICO	2	40h semanais	8
NUTRICIONISTA	3	40h semanais	12
ENFERMEIRO	18	36h semanais	72
FONOAUDIOLOGO	1	40h semanais	4
ASSISTENTE SOCIAL	3	36h semanais	12
TECNICO EM RADIOLOGIA	2	24h semanais	8
TECNICO EM LABORATÓRIO	2	30h semanais	8
FISIOTERAPEUTA	2	40h semanais	8

FOLHAS 200
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

CAPS I			
FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
Médico Psiquiatra	2	40h semanais	3

MÉDICOS PLANTONISTAS		
FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PLANTÕES	QUANTIDADE UTILIZAFO
MÉDICO CLINICO 24 HORAS	83	83
MÉDICO CLINICO 12 HORAS	66	66

CENTRO DE TRIAGEM COVID 19			
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
ENFERMEIRO (A)	2	36h semanais	8
ENFERMEIRO (A)	2	36h semanais	8
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	36h semanais	8
MEDICO CLÍNICO	2	40h semanais	8
MEDICO CLÍNICO	2	40h semanais	8

SAMU			
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
ENFERMEIRO (A)	6	Plantão de 24h	24
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	Plantão de 24h	16

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II			
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
ODONTOLOGO	2	30h semanais	7
FONOAUDIOLOGO	2	30h semanais	6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

FISIOTERAPEUTA	2	30h semanais	7
NUTRICIONISTA	2	30h semanais	8
FARMACEUTICO	2	30h semanais	8

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENDIMENTO DOMICILIAR - EMAD II

FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	30h semanais	16
MÉDICO CLÍNCO	2	20h semanais	8
ASSISTENTE SOCIAL	2	30h semanais	8

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I

FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
PSICOLOGO	2	40h	8
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	40h	7
EDUCADORA FÍSICA	2	40h	7
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2	40h	7
ASSISTENTE SOCIAL	2	40h	7
ENFERMEIRO (A)	2	40h	8

NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMILIA - NASF

FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
FONOAUDIOLOGO	2	40h	8
FISIOTERAPEUTA	4	40h	16
NUTRICIONISTA	2	40h	8
PSICOLOGO	2	40h	8
ASSISTENTE SOCIAL	2	40h	8
EDUCADORA FÍSICA	2	40h	8

FOLHAS 302
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP N° 65.790.000

LABORATÓRIO DE PRÓTESE			
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUANTIDADE TOTAL
ODONTOLOGO	2	40h	8
PROTEISTA	2	40h	8

3. DADOS DA CONTRATADA:
   Razão Social: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28.
   Endereço: sediada na Rua Aririzal, n. 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265 cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
4. DADOS DA CONTRATANTE:
   Razão Social: Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão/MA
   Endereço: Praça Getúlio Vargas, S/N, Bairro Centro, São Domingos do Maranhão/MA
   CNPJ: 06.113.690/0001-71
5. CONTRATOS:
   Contrato Nº 152/2021 – Secretaria Municipal de Saúde/ SEMUS
6. **EXECUÇÃO: 04 (quatro) meses.**

Atestamos ainda que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Domingos do Maranhão/MA, 08 de fevereiro de 2022.

Sr. CLODOMIR GOMES DA SILVA JUNIOR

CPF N: 009.890.803-07

SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL

Poder Judiciario TJMA. Selo: HECFIR03066080181LET4ZCCB3A49, 09/02/2022 15:02:38. Ato: 13.17.2. Parte(s): CLODOMIR GOMES DA SILVA JUNIOR. Rec Firma: Autenticidade. Total R$ 5,69 Emol R$ 5,14 FERC R$ 0,15 FADEP R$ 0,20 FEMP R$ 0,20 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

SERVENTIA EXTRA JUDICIAL DO OFÍCIO
Alberina Sousa Moraes Queiroz
Maria Sousa Moraes da Silva
Tabeliã
Escrevente Juramentada
Travessa Clodomir Cardoso nº 06
São Domingos do Maranhão MA
CNPJ 10.608.252/0001-51

FOLHAS 303
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 13.891.785/0001-81
AV. VALENTIN GOMES Nº 263, CENTRO - 65.763-000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **INSTITUTO VIVER**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **21.851.634/0001-28**, sediada na Rua Arirzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Arirzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luis/MA, prestou serviços à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Santa Filomena do Maranhão/MA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.981.785/0001-81, detendo qualificação técnica para a realização de serviços médicos no Município de Santa Filomena do Maranhão/MA conforme o **Contrato nº 001.26052021/PP00152021**, oriundo do **Pregão Presencial nº 015/2021 do Processo Administrativo nº 01.2604.0001/2021.**

ITEM	ESPECIALIDADE/PLANTÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	CLÍNICO GERAL	Carga horaria mensal conforme descrição da Secretaria de Saúde	10
2	ULTRASSONOGRAFIA	01 Atendimento com duração de 8 horas diária. Das 8h as 12h, das 14h as 18h.	28
3	CARDIOLOGISTA	01 Atendimento com duração de 8 horas diária. Das 8h as 12h, das 14h as 18h.	28
4	PLANTAO MÉDICO CIRURGIAO	Plantão de 12h diária	22
5	PLANTAO MÉDICO CLÍNICO	Plantão de 24h diária	115.5

Declaramos, ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória com bom desempenho operacional, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente o Instituto.

Santa Filomena do Maranhão/MA, 22 de MARÇO de 2022.

Niterran Soares de Lima
Sec Mun de Saude
Portaria 107/2021
Santa Filomena MA

Niterran Soares de Lima
Secretário Municipal de Saúde

FOLHAS 304
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

EMSERH
Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
GERÊNCIA DE GESTÃO HOSPITALAR

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **INSTITUTO VIVER, CNPJ: 21.851.634/0001-28**, estabelecida na Rua do Aririzal, 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, Turu, São Luís –MA, CEP: 65.066-265 é prestadora de serviços médicos para a Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH, constante do seu ramo de atividade, conforme detalhamento abaixo:

1) **Unidade de Saúde:** Hospital de Pedreiras
   Especialidade:
   - Serviço de Cardiologia (parecer + risco cirúrgico);

   Período de prestação dos serviços:
   - De Março/2022 até data atual, por meio do Contrato nº 121/2022-GCC/EMSERH.

Informamos que a empresa presta seu serviço com eficácia, portanto, não havendo nada que desabonasse a sua conduta técnica.

São Luís – MA, 04 de Abril de 2023.

Kirlian Karolene Araújo Pereira
Consultor Hospitalar
MAT.7385/EMSERH

Oderlane Nascimento Silva
Coordenadora de Gestão Hospitalar
MAT.: 8708 / EMSERH

Francisca de Fátima Moura Marques
Gerente de Gestão Hospitalar
MAT.: 4116 / EMSERH

FOLHAS 305
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 21.851.634/0001-28, sediado na Rua Aririzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luís/MA, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Penalva/MA, devidamente inscrita no CNPJ nº 06.179.402/0001-81, detendo qualificação técnica para a prestação de serviços da área de saúde, com a finalidade de desenvolver as ações e prestar atendimento especializado na Rede Pública de Saúde, para atender a demanda do Município de Penalva/MA, conforme o Contrato nº 013/2023, Processo Administrativo nº 017/2022.

EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA			
ORDEM	**CARGO**	**QUANT.**	**CARGA HORÁRIA**
1	MÉDICO	20	40H
2	ENFERMEIRO	22	40H
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	22	40H

EQUIPE DE SAÚDE BUCAL			
ORDEM	**CARGO**	**QUANT.**	**CARGA HORÁRIA**
1	DENTISTA	7	40h
2	AUXILIAR DE DENTISTA	7	40H

EQUIPE DO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF/AB			
ORDEM	**CARGO**	**QUANT.**	**CARGA HORÁRIA**
1	EDUCADOR FÍSICO	1	30H
2	FARMACEUTICO	1	40H
3	FISIOTERAPEUTA	3	40H
4	FONOAUDIÓLOGO	1	40H
5	NUTRICIONISTA	1	40H
6	PSICOLOGO	1	40H
7	MÉDICO DERMATOLOGISTA	1	8H
8	MEDICO PEDIATRA	1	8H
9	ENFERMEIRO OZONOTERAPEUTA	1	8H
10	MEDICO GINECOLOGISTA	1	8H

EQUIPE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I			
ORDEM	**CARGO**	**QUANT.**	**CARGA HORÁRIA**
1	ASSISTENTE SOCIAL	1	40H
2	TERAPEUTA OCUPACIONAL	1	40H
3	MÉDICO PSIQUIATRA	1	8H

FOLHAS 306
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

5	FARMACEUTICO	1	40H
6	PSICÓLOGO	1	40H
7	TÉC. EM ENFERMAGEM	1	40H

HOSPITAL MUNICIPAL			
ORDEM	**CARGO**	**QUANT.**	**CARGA HORÁRIA**
1	AUXILIAR DE FARMÁCIA	5	40H
2	BIOQUÍMICO	1	40H
3	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	45	40H
4	TECNICO EM GESSO	2	24H
5	TECNICO EM LABORATORIO	1	40H
6	TECNICO EM RADIOLOGIA	4	24H
9	ENFERMEIRO PLANTONISTA	10	36H
10	NUTRICIONISTA	1	40H

Declaramos, ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória com bom desempenho operacional, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente o Instituto Viver.

Penalva/MA, 17 de maio de 2024.

TANIA REGINA RODRIGUES JARDIM
Secretária Municipal de Saúde

FOLHAS 307
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 21.851.634/0001-28, sediado na Rua Aririzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luís/MA, prestou serviços à Prefeitura Municipal de Penalva/MA, devidamente inscrita no CNPJ nº 06.179.402/0001-81, detendo qualificação técnica para a prestação de serviços médicos de diagnósticos de imagem, com fornecimento de equipamentos e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme o Contrato nº 017/2023, Processo Administrativo nº 005/2023.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Radiografia de abdômen simples ap	Exame	150
02	Radiografia de antebraço	Exame	300
03	Radiografia de bacia	Exame	300
04	Radiografia de braço	Exame	300
05	Radiografia de calcâneo	Exame	150
06	Radiografia de clavícula	Exame	200
07	Radiografia de região sacro-coccigea	Exame	150
08	Radiografia de coluna cervical (ap+lateral+to+oblíquas)	Exame	200
09	Radiografia de coluna torácica (ap+lateral)	Exame	250
10	Radiografia de coluna toraco-lombar	Exame	360
11	Radiografia de coluna lombo-sacra	Exame	250
12	Radiografia de coluna lombo-sacra (c/oblíquas)	Exame	160
13	Radiografia de costelas p/hemitorax)	Exame	150
14	Radiografia de cotovelo	Exame	150
15	Radiografia de coxa	Exame	250
16	Radiografia de crânio (pa+lateral)	Exame	150
17	Radiografia de esterno	Exame	150
18	Radiografia de joelho ou patela (ap+lateral+oblíqua+3 axiais)	Exame	150
19	Radiografia de joelho ou patela (ap+lateral+axial)	Exame	300
20	Radiografia de mão	Exame	800
21	Radiografia de escápula/ombro (três posições)	Exame	120
22	Radiografia de pé/dedos do pé	Exame	360
23	Radiografia da perna	Exame	250
24	Radiografia de punho (ap+lat)	Exame	300
25	Radiografia de dedos da mão	Exame	150
26	Radiografia de articulação sacro-ilíaco	Exame	100
27	Radiografia de seios da face	Exame	100
28	Radiografia de articulação tibio-tarsica	Exame	100
29	Radiografia de tórax (pa+lat)	Exame	1.000
30	Radiografia do tórax (pa e perfil)	Exame	1.000
31	Ultrassom	Exame	3.000

FOLHAS 308
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA

Declaramos, ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória com bom desempenho operacional, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente o Instituto Viver.

Penalva/MA, 27 de maio de 2024.

TANIA REGINA RODRIGUES JARDIM
Secretária Municipal de Saúde

FOLHAS 309
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP N° 65.790.000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28, sediada na Rua Aririzal, n. 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por meio de seu representante legal, o Sr. ENIO DA SILVA ROCHA portador da carteira de identidade no 186246320011 GEJUSPC/MA e CPF no 183.402.450-15, prestou serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão para Secretária Municipal de Saúde , de acordo com a Concorrência Pública Nº 001/2021 e Processo Administrativo Nº 351/2021/SEMUS, conforme discriminado abaixo:

1. **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021**
2. OBJETO: objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES e ANEXO II – PLANO OPERATIVO DOS SERVIÇOS MÉDICOS e nas e nas condições previstas neste **CONTRATO**, conforme as quantidades e especificações contidas na Adjudicação da Concorrência Pública nº 001/2021/CPL/SRP.
3. **DESCRISÇÃO:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		
HOSPITAL MUNICIPAL - HMCM		
FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	30	36h semanais
FARMACEUTICO	5	30h semanais
FARMACEUTICO	2	40h semanais
NUTRICIONISTA	3	40h semanais
ENFERMEIRO	18	36h semanais
FONOAUDIOLOGO	1	40h semanais
ASSISTENTE SOCIAL	3	36h semanais
TECNICO EM RADIOLOGIA	2	24h semanais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.600/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

TECNICO EM LABORATÓRIO	2	30h semanais
FISIOTERAPEUTA	2	40h semanais

CAPS I		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
MÉDICO PSIQUIATRA	2	40h semanais

MÉDICOS PLANTONISTAS	
FUNÇÃO	QUANTIDADE DE PLANTÕES
MÉDICO CLINICO 24 HORAS	83
MÉDICO CLINICO 12 HORAS	66

CENTRO DE TRIAGEM COVID 19		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
ENFERMEIRO (A)	2	36h semanais
ENFERMEIRO (A)	2	36h semanais
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	36h semanais
MÉDICO CLÍNICO	2	40h semanais
MÉDICO CLÍNICO	2	40h semanais

SAMU		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL

FOLHAS 311
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ENFERMEIRO (A)	6	Plantão de 24h
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	Plantão de 24h

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE APOIO - EMAP II		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
ODONTOLOGO	2	30h semanais
FONOAUDIOLOGO	2	30h semanais
FISIOTERAPEUTA	2	30h semanais
NUTRICIONISTA	2	30h semanais
FARMACEUTICO	2	30h semanais

EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENDIMENTO DOMICILIAR - EMAD II		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	4	30h semanais
MÉDICO CLÍNCO	2	20h semanais
ASSISTENTE SOCIAL	2	30h semanais

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I		
FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PSICOLOGO	2	40h
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2	40h
EDUCADORA FÍSICA	2	40h

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

TERAPEUTA OCUPACIONAL	2	40h
ASSISTENTE SOCIAL	2	40h
ENFERMEIRO (A)	2	40h

NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMILIA - NASF		
FUNÇÃO	**QUANTIDADE**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
FONOAUDIOLOGO	2	40h
FISIOTERAPEUTA	4	40h
NUTRICIONISTA	2	40h
PSICOLOGO	2	40h
ASSISTENTE SOCIAL	2	40h
EDUCADORA FÍSICA	2	40h

LABORATÓRIO DE PRÓTESE		
FUNÇÃO	**QUANTIDADE**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**
ODONTOLOGO	2	40h
PROTEISTA	2	40h

4. DADOS DA CONTRATADA:
   Razão Social: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28.
   Endereço: sediada na Rua Aririzal, n. 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265 cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
5. DADOS DA CONTRATANTE:
   Razão Social: Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão/MA
   Endereço: Praça Getúlio Vargas, S/N, Bairro Centro, São Domingos do Maranhão/MA
   CNPJ: 06.113.690/0001-71
6. CONTRATOS:
   Contrato Nº 152/2021 – Secretaria Municipal de Saúde/ SEMUS
7. **EXECUÇÃO: 04 (quatro) meses.**

FOLHAS 313
Nº PROCESSO 006/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

Atestamos ainda que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Domingos do Maranhão/MA, 26 de abril de 2023.

Sr. CLODOMIR GOMES DA SILVA JUNIOR

CPF N: 009.890.803-07

SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

FOLHAS 314
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28, sediada na Rua Ararizal, n. 39, Centro Comercial Pátio Ararizal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, por meio de seu representante legal, o Sr. ENIO DA SILVA ROCHA portador da carteira de identidade no 186246320011 GEJUSPC/MA e CPF no 183.402.450-15, prestou serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão para Secretária Municipal de Saúde , de acordo com a Concorrência Pública Nº 001/2021 e Processo Administrativo Nº 351/2021/SEMUS, conforme discriminado abaixo:

1. **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021**
2. OBJETO: objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área da saúde, com finalidade de desenvolver as ações de Saúde com a responsabilidade de prestar atendimento especializado, com suporte para urgência e emergência, para toda população usuária da cidade de São Domingos do Maranhão, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES e ANEXO II – PLANO OPERATIVO DOS SERVIÇOS MÉDICOS e nas e nas condições previstas neste **CONTRATO**, conforme as quantidades e especificações contidas na Adjudicação da Concorrência Pública nº 001/2021/CPL/SRP.
3. **DESCRISÇÃO:**

HOSPITAL MUNICIPAL	
FUNÇÃO	**CARGA HORARIA SEMANAL**
FONOAUDIOLOGO	40H
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	36H
FARMACEUTICO	30H
FARMACEUTICO	40H
NUTRICIONISTA	40H
ENFERMEIRO	36H
ASSISTENTE SOCIAL	36H
TÉC EM RADIOLOGIA	24H
TÉC. EM LABORATORIO	30H
FISIOTERAPEUTA	40H
CENTRO DE TRIAGEM COVID 19	

FOLHAS 315
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

FUNÇÃO	CARGA HORARIA SEMANAL
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	40H

SAMU

FUNÇÃO	CARGA HORARIA SEMANAL
ENFERMEIRO	PLANTAO DE 24H
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	PLANTAO DE 24H

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I

FUNÇÃO	CARGA HORARIA SEMANAL
ENFERMEIRO(A)	40H

MÉDICOS PLANTONISTAS

FUNÇÃO	QUANT. TOTAL
MÉDICO CLINICO 24H	10
MÉDICO CLINICO 12H	7

4. DADOS DA CONTRATADA:
   Razão Social: INSTITUTO VIVER, inscrita no CNPJ sob o no 21.851.634/0001-28.
   Endereço: sediada na Rua Aririzal, n. 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265 cidade de São Luís, Estado do Maranhão.
5. DADOS DA CONTRATANTE:
   Razão Social: Prefeitura Municipal de São Domingos do Maranhão/MA
   Endereço: Praça Getúlio Vargas, S/N, Bairro Centro, São Domingos do Maranhão/MA
   CNPJ: 06.113.690/0001-71
6. CONTRATOS:
   Contrato Nº 215/2021 – Secretaria Municipal de Saúde/ SEMUS
7. **EXECUÇÃO: 04 (quatro) meses.**

FOLHAS 316
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
C.N.P.J. 06.113.690/0001-71
PRAÇA GETÚLIO VARGAS , S/N – CENTRO
CEP Nº 65.790.000

Atestamos ainda que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

São Domingos do Maranhão/MA, 26 de abril de 2023.

Sr. CLODOMIR GOMES DA SILVA JUNIOR

CPF N: 009.890.803-07

SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

FOLHAS 317
Nº PROCESSO 006/2024
Assinatura

PREFEITURA DE
SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA
COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ATESTADO SANITÁRIO N.º 000555/2024

A SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, através da Coordenação de Vigilância Sanitária, de conformidade com os termos dos artigos 175 e 176 da Lei Municipal 3546 de 05 de agosto de 1996, concede licença a firma **INSTITUTO VIVER - Nome Fantasia: IVIVER - CNPJ Nº:21.851.634/0001-28**, para funcionamento de **ATIVIDADE DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE**, situada na Avn Ariri zal, Sala 15, 39, Turu, nesta cidade. sob a responsabilidade técnica de Pâmella Gabriella Melo da Rocha, CRM/MA nº 10555.

Sao Luis(MA), 8 de Março de 2024.

Zilmar Gomes P. Rodrigues
Coordenadora de Vigilância Sanitária

Francelena de Sousa Silva
Superintendente de Vigilância Epidemiológica e Sanitária

O presente Atestado Sanitário deverá ser fixado em local visível à fiscalização e terá validade de um (01) ano a partir da data de expedição, conforme Lei Complementar Estadual nº039, de 15.12.1998, sendo obrigatório a sua renovação.

Divisão de Cadastro e Informação

Alvara.rpt

FOLHAS 318
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Santa Filomena

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o INSTITUTO VIVER, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 21.851.634/0001-28, sediado na Rua Aririzal, nº 39, Centro Comercial Pátio Aririzal, Sala 15, bairro Turu, CEP: 65066-265, São Luís/MA, prestou serviços à Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Santa Filomena do Maranhão/MA, devidamente inscrita no CNPJ nº 13.981.785/0001-81, no período de 26 de maio de 2021 a 24 de agosto de 2023, detendo qualificação técnica para a prestação de serviços médicos, conforme o Contrato nº 001.26052021/PP00152021 e seus termos aditivos, oriundo do Pregão Presencial nº 015/2021 do Processo Administrativo nº 01.2604.0001/2021.

ITEM	ESPECIALIDADE/PLANTÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
1	CLÍNICO GERAL	Carga horaria mensal conforme descrição da Secretaria de Saúde	5	60
2	ULTRASSONOGRAFIA	01 Atendimento com duração de 8 horas diárias. Das 8h as 12h, das 14h às 18h.	5	60
3	PEDIATRIA	01 Atendimento com duração de 8 horas diárias. Das 8h as 12h, das 14h às 18h.	5	60
4	OFTAMOLOGISTA	01 Atendimento com duração de 8 horas diárias. Das 8h as 12h, das 14h às 18h.	5	60
5	CARDIOLOGISTA	01 Atendimento com duração de 8 horas diárias. Das 8h as 12h, das 14h às 18h.	5	60
6	PLANTAO MÉDICO CIRURGIAO	Plantão de 12h diárias	10	120
7	PLANTAO MÉDICO CLÍNICO GERAL	Plantão de 24h diárias	30	360

Declaramos, ainda que os compromissos contratuais assumidos foram cumpridos de forma satisfatória com bom desempenho operacional, nada constando em nossos registros, até a presente data, que desabone comercial ou tecnicamente o Instituto Viver.

Santa Filomena do Maranhão/MA, 24 de agosto de 2023.

2º Tabelionato

Niterran Soares de Lima
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 107 de 29 de abril de 2021.

FOLHAS 319
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura


Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Dante de La Touche, 4, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 2286-2266
Reconheço por SEMELHANCA a firma abaixo:
NITERRAN SOARES DE LIMA **********
São Luís, 10/10/2023 13:43:58 Dyeile 15008
Dyeile Mayara Lopes Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794SEO780LJR08C3D19 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6.02 Total:R$6.02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 320
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ: 11.338.224/0001-24

PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa INSTITUTO VIVER, devidamente inscrita no CNPJ nº 21.851.634/0001-28, estabelecida na Av. do vale, Nº 09, quadra 23, Jardim Renascença II, Ed. Carrara, sala 409, CEP: 65.075-820, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, prestou serviços à **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Esperantinópolis**, devidamente inscrita no CNPJ nº11.338.224/0001-24, **detendo qualificação técnica para execução de serviços médicos no Programa Saúde da Família, serviços especializados nas áreas de Clínico Geral, Cardiologista, Ultrassonografista, Pediatria, Ortopedia, urologia, Ginecologia, Plantões Cirúrgicos e Clinica Medica**, e conforme o Pregão Presencial 040/2019 e Contrato Administrativo no 01.0912.040/2019.

Prestação de Serviço/Especialidade/Plantão	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
PROGRAMA SAÚDE NA FAMILIA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital do Programa Saúde na Familia	108
CARDIOLOGISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	11
PEDIATRA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	12
ORTOPEDISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	11
GASTROENTEROLOGISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	10
PSIQUIATRA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	12
GINECOLOGISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	11
ULTRASSONOGRAFISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	2,5
DERMATOLOGISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	0,5
UROLOGISTA	Unidade Mensal de Atendimento, conforme carga horária definida em edital.	6
PLANTONISTA CIRURGIÃO	Plantão de 24horas	52
PLANTONISTA GENERALISTA	Plantão de 24horas	365

Informamos ainda que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Esperantinópolis (MA), 10 de Dezembro de 2020.

2º OFÍCIO Esperantinópolis

Joelson Ribeiro Bezerra
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria 008/2021

FOLHAS 321
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura /

2o Ofício Extrajudicial de Esperantinópolis - MA
Titular: Jeffeson Pereira Freitas
Rua Cláudio Correia, 293, Centro | CEP 65.750-000
Esperantinópolis - MA - Cel/Whats (99) 98474 - 6884
E-mail: 2oficio.esperantinopolis@gmail.com

Poder Judiciário TJMA. Selo
RECFIR149021DJ47B7B7NQWP0E63, 26/06/2021 14:13:16.
Ato: 13.17.2. Parte(s): JOELSON RIBEIRO BEZERRA. Rec
Firma Semelhança. Total R$ 5,12 Emol R$ 4,63 FERC R$ 0,13
FADEP R$ 0,18 FEMP R$ 0,18 Consulte em
https://selo.tjma.jus.br

2o Ofício Extrajudicial de Esperantinópolis - MA
Titular: Jeffeson Pereira Freitas
Rua Cláudio Correia, 293, Centro | CEP 65.750-000
Esperantinópolis - MA - Cel/Whats (99) 98474 - 6884
E-mail: 2oficio.esperantinopolis@gmail.com

RECONHECIMENTO

Reconheço a assinatura por SEMELHANÇA de:
(2) JOELSON RIBEIRO BEZERRA
Esperantinópolis-MA, 26 de maio de 2021. Em test. [illegible] da verdade

MILLENA KELLEN LUDUGÉRIO DE SOUSA LOPES - Tabeliã Substituta
Emolumentos: R$ 4,63 + FERC: R$ 0,49 = TOTAL: R$ 5,12.

SERVENTIA 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE ESPERANTINÓPOLIS-MA

Millena Kellen L. de Sousa Lopes
2º Ofício de Esperantinópolis
Registradora / Tabeliã Substituta

FOLHAS 322
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

tuitamente ou obtidos mediante recolhimento da importância de R$ 30,00 (trinta reais), que deverá ser feito através de Documentação de Arrecadação Municipal – DAM e no site: http://ribamarfiquene.ma.gov.br. Esclarecimentos adicionais, no mesmo endereço ou pelo telefone: (99) 3586-1117 – Email: cpl@ribamarfiquene.ma.gov.br. Ribamar Fiquene (MA), 05 de junho de 2023. JESSICA FERREIRA DOS SANTOS, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO - MA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2023 – PMR-MA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023-PMR-MA. A Prefeitura Municipal de Rosário -MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, **AVISA** aos interessados que a ABERTURA da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2023 – PMR-MA, prevista para dia 16/06/2023 ás 09:00 horas (horário de Brasília-DF), **FICA ADIADA** para o dia 21/06/2023 a partir das 09:00 horas (horário de Brasília-DF), em sessão pública eletrônica. Rosário - MA, 30 de maio de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PÚBLICA PREGÃO ELETRONICO Nº 017/2023 - O Município de São Mateus do Maranhão - MA, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/02, Decreto federal nº 10.024/2019 e subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar às 10h30min (horário de Brasilia) do dia 21 de Junho de 2023, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 017/2023, **do tipo menor preço por item**, tendo por objeto o Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção, instalação, recarga e aquisição de extintores de incêndios, para atender às necessidades das secretarias municipais da prefeitura Municipal de São Mateus do Maranhão/MA. A sessão pública acontecerá pelo site: http://www.licitasaomateus.com.br. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitasaomateus.com.br, https://www.saomateus.ma.gov.br/ e através do e-mail cplsaomateus2021@gmail.com, e através do Sistema de Informações para Controle de Contratações Publicas do Estado do Maranhão (SINC-CONTRATA/MA) e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no Centro Administrativo, localizado na Praça da Matriz, nº 42, CEP: 65.470-000, Centro – São Mateus do Maranhão/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). São Mateus do Maranhão/MA, 01 de junho de 2023. TACIANE RIBEIRO SOUSA DINIZ. Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS CRENTES - MA

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. A Comissão Permanente de Licitação – CPL, do Município de São Pedro dos Crentes – MA, avisa aos interessados que realizará na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Canaã, 102, Centro, CEP 65978-000, São Pedro dos Crentes – MA, Licitação Pública na modalidade abaixo discriminada na forma da Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Federal nº 8666/93 e Lei Complementar n° 123/2006, e demais normas pertinentes à espécie. O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08h00min às 12h00min, das 14h00min às 17h00min, Portal da Transparência do município www.saopedrodoscrentes.ma.gov.br ou através do e-mail: cplpmspc@hotmail.com

Pregão Presencial n° 002/2023	Data/Hora de Abertura 21/06/2023 – 08h30min. Menor Preço Global
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de kits de materiais de construção para atender a Secretaria de Administração do Município.	

São Pedro dos Crentes – MA, 02 de junho de 2023. Semaias da Silva Morais – Pregoeiro da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA - MA

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2023.PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2023. Aviso de Licitação. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Zé Doca - Ma, na forma da Lei Federal n• 8.666/93 e suas alterações, comunica que no dia 26.06.2023 às 09:00 horas, fará licitação para Contratação de empresa para a execução de reforma de do hospital de 20 leitos Dr. Isaias no municipio de Zé Doca, na modalidade Tomada de Preço, tipo execução indireta sob regime empreitada pôr Menor Preço Global. Os interessados deverão procurar à sede da Prefeitura Municipal, na Av. Militar, s/nº - Vila do BEC – Zé Doca - Ma. E o edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação de 2ª a 6ª feira, onde poderá ser consultado e/ou obtido; pelo portal da transparência do município: http://www.transparencia.zedoca.ma.gov.br/ e também disponível no mural de licitações do TCE/MA. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente ou pelo e-mail cplzedoca@outlook.com e pelo telefone (098) 98149 4020. Base Legal Lei nº 8.666/93 e seus Articulados. Zé Doca - Ma, 07 de junho de 2023. José Neres Castelo Lemos – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

BALANÇO

INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.:21.851.634/0001-28

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.:21.851.634/0001-28
Balanço encerrado em: 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2022	2021
ATIVO	**4.271.422,77D**	**1.149.597,52D**
CIRCULANTE	**3.965.332,39D**	**1.137.217,23D**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.273.239,25D**	**154.869,87D**
CAIXA	43.200,03D	42.712,77D
BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	1.061.271,50D	78.291,83D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	168.767,72D	33.865,27D

FOLHAS 323
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CREDITOS A RECEBER	**1.919.926,94D**	**852.623,78D**
VALORES A RECEBER	1.919.926,94D	852.623,78D
OUTROS CRÉDITOS	**772.166,20D**	**129.723,58D**
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	762.328,64D	129.723,58D
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	4.837,72D	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	4.999,84D	0,00
NÃO CIRCULANTE - AT	**306.090,38D**	**12.380,29D**
CLIENTES	**70.247,68D**	**0,00**
(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS	70.247,68D	0,00
IMOBILIZADO	**235.842,70D**	**12.380,29D**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	140.401,50D	18.732,00D
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	161.877,40D	45.849,15D
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	66.436,20C	52.200,86C
PASSIVO	**4.271.422,77C**	**1.149.597,52C**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.268.693,94C**	**39.262,07C**
FORNECEDORES	**168.274,47C**	**31.936,05C**
FORNECEDORES	168.274,47C	31.936,05C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**82.209,46C**	**0,00**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	82.209,46C	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**27.398,75C**	**7.326,02C**
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	27.398,75C	7.326,02C
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.990.811,26C**	**0,00**
CONTAS A PAGAR	1.990.811,26C	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL	**2.002.728,83C**	**1.110.335,45C**
PATRIMONIO SOCIAL	**277.638,01C**	**277.638,01C**
PATRIMONIO SOCIAL	277.638,01C	277.638,01C
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	**1.725.090,82C**	**832.697,44C**
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	1.725.090,82C	832.697,44C

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

D.R.E. DEMONSTRACÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

DESCRIÇÃO	**2022**	**2021**
RECEITAS - AREA SAUDE	33.923.746,45	8.126.051,53
RECEITAS - AREA EDUCAÇAO	8.391.504,51	1.358.784,77
RECEITAS - AREA ASSITENCIA SOCIAL	413.987,52	354.789,33
RECEITAS DE SERVIÇOS OPERACIONAL	**42.729.238,48**	**9.839.625,63**
OUTRAS RECEITA DE SERVIÇOS DIVERSO	**7.300,00**	**0,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(2.045.922,30)**	**(485.353,47)**
SUPERAVIT BRUTO	**40.690.616,18**	**9.354.272,16**
CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE	**(17.266.776,64)**	**(5.787.647,78)**
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS	(1.770.534,20)	(2.434.100,71)

FOLHAS 324
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PROJETO POÇÃO DE PEDRAS	(1.003.688,00)	0,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(395.195,00)	(87.000,00)
PROJETO HEMOMAR	(1.041.825,69)	0,00
PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA	(2.159.579,28)	0,00
PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	(105.000,00)	0,00
PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)	(115.850,00)	0,00
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)	(144.000,00)	0,00
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA	(559.767,95)	(1.846.677,27)
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA	(3.920.363,24)	(769.374,46)
PROJETO SANTA FILOMENA	(610.025,89)	(343.181,38)
PROJETO UPA ARAÇAGY	(1.569.067,50)	0,00
PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)	(261.000,00)	(307.313,96)
PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)	(63.000,00)	0,00
PROJETO EMSERH PINHEIRO	(205.635,71)	0,00
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA	(104.632,00)	0,00
PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(2.753.882,29)	0,00
PROJETO GRANITO	(27.524,59)	0,00
PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ	(456.205,30)	0,00
CUSTOS E DESPESAS - AREA EDUCAÇÃO	**(13.403.433,65)**	**(845.915,91)**
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	(2.587.618,65)	(845.915,91)
PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(712.643,37)	0,00
PROJETO - PREFEITURA SAO JOAO DOS PATOS - MA	(1.579.687,38)	0,00
PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA	(83.196,33)	0,00
PROJETO PREFEITURA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ	(8.440.287,92)	0,00
CUSTOS E DESPESAS - AREA ASSISTENCIA SOCIAL	**(157.006,37)**	**(186.067,32)**
PROJETO - SEAP	(157.006,37)	(186.067,32)
(=) RESULTADO BRUTO	**9.863.399,52**	**2.534.641,15**
DESPESAS OPERACIONAIS	**(9.106.705,61)**	**(1.907.397,28)**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(7.830.539,17)	(1.814.953,25)
DESPESAS FINANCEIRAS	(188.974,08)	(10.583,23)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES	(16.947,96)	(25.706,93)
GRATUIDADES E DOAÇÕES	(1.070.244,40)	(56.153,87)
RECEITAS FINANCEIRAS	**56.699,64**	**25.043,36**
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	173,57	0,00
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	46.562,12	25.043,36
JUROS RECEBIDO	9.963,95	0,00
(=) RESULTADO LÍQUIDO	**813.393,55**	**652.287,23**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO	**813.393,55**	**652.287,23**
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	**813.393,55**	**652.287,23**

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	3.965.332,39 + 306.090,38	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.965.332,39	1,75
	Passivo Circulante	2.268.693,94	
Índice de Solvência Geral	Ativo	4.271.422,77	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	

FOLHAS 325
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Resultado do período	813.393,55	652.287,23
Depreciação e amortização	14.235,34	52.200,86
Despesas financeiras	(188.974,08)	(10.583,23)
SUPERAVIT OPERACIONAL AJUSTADO	**638.654,81**	**693.904,86**
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	(1.067.303,16)	(166.517,40)
Aumento (Redução) em fornecedores	136.338,42	(16.994,90)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	1.720.419,05	7.326,02
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	**1.428.109,12**	**517.718,58**
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	**1.428.109,12**	**517.718,58**
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.428.109,12**	**517.718,58**
Aumento nas Disponibilidades	1.428.109,12	517.718,58
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	154.869,87	362.848,71
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	1.273.239,25	154.869,87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	Total
Saldo em 31/12/2021	277.638,01	1.211.046,21	1.488.684,22
Ajustes de Exercícios Anteriores		813.393,55	813.393,55
Saldo em 31/12/2022	277.638,01	2.024.439,76	2.302.077,77

Notas Explicativas Ano 2022 Encerrado em 31 de dezembro de 2022
1 - Objetivos da Entidade e Contexto Operacional Conforme seu Estatuto Social, o **INSTITUTO VIVER** é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com fins econômicos, sem finalidade política ou religiosa, constituída por prazo indeterminado, sob a forma de associação privada. De acordo com o artigo 5° do seu Estatuto Social, constituem objetivos específicos do Instituto: Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade; Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches; Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental; Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social; Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social; Promoção de assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional: Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde; Atividades de apoio a gestão de saúde; Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos; Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas; Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários; Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG´s e empresas privadas; Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica: Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; Atividades de enfermagem; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de fonoaudiologia; Serviços de assistência social sem alojamento; Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; Laboratórios clínicos; Atividades de fisioterapia; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de psicologia e psicanálise; Atividades de condicionamento físico; Atividades de terapia ocupacional; Atividade odontológica; Serviços de prótese dentária; Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações; Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde; Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado; Fornecer consultoria e executar a implantação de sistema de qualidade (NBR ISO 14001 e ISO 9001). Fornecimento de mão-de-obra terceirizada; Locação de mão de obra temporária; Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada; Consultoria e assessoria em recursos humanos; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Distribuir e vender produtos e materiais da própria entidade; Promover capacitação de pessoal e especia-

FOLHAS 326
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

lização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial; Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência; Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins. 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n' 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC n° 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. Os relatórios ora publicados estão adequados a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.Tendo em vista a Natureza Jurídica peculiar das Associações Privadas sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a interpretação Técnica Geral 2000, a qual define que: ITG 2000 (R1) - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como: a) serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado; b) serem autenticados no registro público competente. Ou seja, os registros contábeis das Pessoas Jurídicas definidas como Associações sem fins lucrativos devem ser realizados no registro público competente, no caso em questão, no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e não na Junta Comercial, a qual compete chancelar os livros contábeis de pessoas jurídicas mercantis. 3 - Principais Práticas Contábeis Os principais procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes: as receitas, com prestação de serviços, foram reconhecidas pelo regime de competência, assim como as despesas registradas. 4 - Balanço Patrimonial A conta "Caixa Geral" registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta "Bancos - Contas com Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas. Passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sando que os fornecedores estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2022. Os recursos que compõem o grupo do Patrimônio Social são acrescidos do fundo patrimonial, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição. 5 - Outras Informações Relevantes Conforme o inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto Viver possui imunidade tributária em relação ao seu patrimônio, a sua renda e aos seus serviços. Dessa forma, por ser uma associação privada sem fins lucrativos, como dispõe o artigo 1° do seu Estatuto Social. Além disso, cabe esclarecer que a entidade cumpre todos os requisitos dispostos no artigo 14 do CTN para o gozo da referida imunidade, tais como: não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio; aplicação integral dos seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Além disso, de acordo com a Lei Federal n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o Instituto Viver e considerado isento do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido requisitos dispostos no art. 12, § 2 da referida Lei. Cabe ressaltar que todas as exigências dispostas no referido parágrafo estão sendo cumpridas pelo Instituto. Nesse sentido, conforme o art.7 do Estatuto Social, o patrimônio do Instituto deverá ser utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais. Além disso, o art. 23 dispõe que os diretores poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto. As demais exigências podem ser comprovadas por meio de documentos. Por fim, cabe ressaltar que o Instituto é isento de contribuição para a seguridade social, conforme artigo 195, §7° da Constituição Federal. A mesma isenção se aplica ao PIS/PASEP. São Luís, 31 de dezembro de 2022. SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS - PRESIDENTE 760.871.153-15 FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES CONTADOR Reg. no CRC - MA sob o No. 1232 ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS CPF: 612.451.593-80 PRIMEIRO TESOUREIRO.

COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Estado da Infraestrutura – SINFRA/MA, torna público que requereu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA/MA, a Renovação da Licença de Operação, Processo: 23060006505/2023 E-processo: 99972/2023, relativa ao Projeto de Revitalização e Urbanização da Beira Rio de Imperatriz/MA.São Luís, 05 de junho de 2023. ANTONIO MANOEL SILVANO NETO - Secretário Adjunto de Projeto.

IFMA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS - ARAIOSES/MA CNPJ Nº 10.735.145/0030-29

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO - CAMPUS ARAIOSES., inscrito no CNPJ sob o nº. 10.735.145/0030-29., torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), em 23/05/2023, a Autorização para Perfuração de Poço Tubular sob o n°. 04407052023, para fins de uso em consumo humano, no município de Araioses-MA, no endereço Av. Jose de Alencar, S/N, Comprida, com as coordenadas geográficas 02°53'25.30"S e 41°54'52.03"O, conforme dados constantes no processo nº. 48784/2023.

IFMA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS - CAXIAS/MA CNPJ Nº 10.735.145/0012-47

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO - CAMPUS CAXIAS., inscrito no CNPJ sob o nº. 10.735.145/0012-47., torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), em 24/05/2023, a Autorização para Perfuração de Poço Tubular sob o n°. 04326052023, para fins de uso em consumo humano, no município de Presidente Caxias-MA, no endereço Rod. MA 349 KM 02, Gleba Buriti do Paraiso, Zona Rural, com as coordenadas geográficas 04°49'19.29"S e 43°20'34.73"O, conforme dados constantes no processo nº. 48849/2023.

IFMA - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS - ITAPECURU - MIRIM/MA CNPJ Nº 10.735.145/0029-95

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO - CAMPUS ITAPECURU MIRIM., inscrito no CNPJ sob o nº. 10.735.145/0029-95., torna público que RECEBEU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA), em 22/05/2023, a Autorização para Perfuração de Poço Tubular sob o n°. 04245052023, para fins de uso em consumo humano, no município de Itapecuru Mirim-MA, no endereço Rua Projetada, S/N, Centro, com as coordenadas geográficas 03°24'17.28"S e 44°21'46.52"O, conforme dados constantes no processo nº. 48871/2023.

FOLHAS 327
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	INSTITUTO VIVER		
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022	CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	INSTITUTO VIVER
NIRE	
CNPJ	21.851.634/0001-28
Número de Ordem	6
Natureza do Livro	Livro Balancete Diário
Município	SAO LUIS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/01/2015
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9926

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	INSTITUTO VIVER
Natureza do Livro	Livro Balancete Diário
Número de ordem	6
Quantidade total de linhas do arquivo digital	9926
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 25.2C.6E.DA.8E.24.24.38.28.27.79.38.59.60.CC.3B.2D.17.63.06-7, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

FOLHAS 328
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped Contábil

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 1.149.597,52	R$ 4.271.422,77
CIRCULANTE		R$ 1.137.217,23	R$ 3.965.332,39
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R$ 154.869,87	R$ 1.273.239,25
CAIXA		R$ 42.712,77	R$ 43.200,03
CAIXA GERAL		R$ 42.712,77	R$ 43.200,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO		R$ 78.291,83	R$ 1.061.271,50
BANCO DO BRASIL / CC 47439-8 - Recurso sem Restrição		R$ 73.649,86	R$ 1.061.270,50
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / CC - 003355-5 - Recurso sem Restrição		R$ 4.641,97	R$ 0,00
BANCO BRADESCO- Recurso sem Restrição		R$ 0,00	R$ 1,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO		R$ 33.865,27	R$ 168.767,72
APLICACAO 88 RF SIMPLES AGIL Recursos sem Restrição		R$ 33.865,27	R$ 26.438,09
APLICAÇÃO BRADESCO Recursos sem Restrição		R$ 0,00	R$ 93.747,41
CAIXA FIC GIRO MPE RF DI LP Recursos sem Restrição		R$ 0,00	R$ 46.582,22
CREDITOS A RECEBER		R$ 852.623,78	R$ 1.919.926,94
VALORES A RECEBER		R$ 852.623,78	R$ 1.919.926,94
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ 0,00	R$ 367.999,41
PREFEITURA MUNIC.ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ 366.289,09	R$ 308.750,84
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ		R$ 70.247,68	R$ 0,00
EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH		R$ 416.087,01	R$ 569.372,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 0,00	R$ 100.626,60
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCAO DE PEDRAS		R$ 0,00	R$ 101.189,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS		R$ 0,00	R$ 9.082,80
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 0,00	R$ 159.006,89
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ESPERANTINOPOLIS - MEDICOS		R$ 0,00	R$ 178.417,44
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP		R$ 0,00	R$ 58.736,92
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARU/MA		R$ 0,00	R$ 51.759,47
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS - SAO JOAO DO CARU		R$ 0,00	R$ (13.439,82)
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARU		R$ 0,00	R$ 22.027,54
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRANITO		R$ 0,00	R$ 6.417,00
OUTROS CRÉDITOS		R$ 129.723,58	R$ 772.166,20
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 129.723,58	R$ 762.328,64
HIDROF POCOS ARTESIANOS		R$ 63.465,58	R$ 399.970,64
SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS		R$ 66.258,00	R$ 362.358,00
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R$ 0,00	R$ 4.837,72
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		R$ 0,00	R$ 4.837,72
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R$ 0,00	R$ 4.999,84
IRRF A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 4.999,84
NÃO CIRCULANTE - AT		R$ 12.380,29	R$ 306.090,38
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 0,00	R$ 70.247,68
(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS		R$ 0,00	R$ 70.247,68
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - LP		R$ 0,00	R$ 70.247,68
IMOBILIZADO		R$ 12.380,29	R$ 235.842,70
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ 18.732,00	R$ 140.401,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ 18.732,00	R$ 140.401,50
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R$ 45.849,15	R$ 161.877,40
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 45.849,15	R$ 62.612,05
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 0,00	R$ 13.793,87
COMPUTADORES E ACESSORIOS		R$ 0,00	R$ 85.471,48
(-) (-) DEPRECIAÇÕES, AMORT, E EXAUS. ACUMUL		R$ (52.200,86)	R$ (66.436,20)
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALAÇÕES		R$ (41.294,14)	R$ (47.475,34)
(-) (-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ (10.906,72)	R$ (18.960,86)
PASSIVO		R$ 1.149.597,52	R$ 4.271.422,77
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 39.262,07	R$ 2.268.693,94
FORNECEDORES		R$ 31.936,05	R$ 168.274,47
FORNECEDORES		R$ 31.936,05	R$ 168.274,47
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 31.936,05	R$ 168.274,47
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 0,00	R$ 82.209,46
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 82.209,46
ISS A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 73.529,25
IRRF A RECOLHER (DARF 0561)		R$ 0,00	R$ 8.680,21
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 7.326,02	R$ 27.398,75
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 7.326,02	R$ 27.398,75
INSS A RECOLHER		R$ 5.686,70	R$ 15.095,26
FGTS A RECOLHER		R$ 1.639,32	R$ 12.303,49
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 0,00	R$ 1.990.811,26
CONTAS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 1.990.811,26
SERVIÇOS DE TERCEIROS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 1.990.811,26
PATRIMÔNIO SOCIAL		R$ 1.110.335,45	R$ 2.002.728,83
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 277.638,01
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 277.638,01
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 277.638,01
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO		R$ 832.697,44	R$ 1.725.090,82
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO		R$ 832.697,44	R$ 1.725.090,82
SUPERÁVIT ACUMULADO		R$ 1.211.046,21	R$ 2.024.439,76
(-) AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		R$ (378.348,77)	R$ (299.348,94)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 25.2C.6E.DA.8E.24.24.38.28.27.79.38.59.60.CC.3B.2D.17.63.06-7, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

FOLHAS 329
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	21.851.634/0001-28	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO VIVER		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Balancete Diário	6
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 25.2C.6E.DA.8E.24.24.38.28.27.79.38.59.60.CC.3B.2D.17.63.06	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21851634000128	INSTITUTO VIVER: 21851634000128	554875363429598563 2	26/08/2022 a 26/08/2023	Sim
Contador	82747318249	FABIO LUIS SENA RODRIGUES: 82747318249	178476720550512940 83	11/10/2022 a 11/10/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

25.2C.6E.DA.8E.
24.24.38.28.27.79.38.59.60.CC.3B.2D.
17.63.06-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 19/06/2023 às 23:13:52

74.CB.52.B9.CC.CC.C9.
A1 87.28.7B.E9.FB.99.64.
C7

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

FOLHAS 330
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (0,00)	R$ 42.676.671,46
RECEITAS - AREA SAUDE		R$ (0,00)	R$ 35.038.441,06
PROJETO PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ 2.558.612,35
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 0,00	R$ 2.558.612,35
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO DOMINGOS - ME		R$ (0,00)	R$ 7.961.828,25
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA		R$ 0,00	R$ 7.961.828,25
PROJETO - SÃO JOÃO DO CARU		R$ (0,00)	R$ 540.359,42
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ 0,00	R$ 540.359,42
PROJETO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ 1.167.261,63
PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ 0,00	R$ 1.167.261,63
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ 4.267.038,98
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ 0,00	R$ 4.267.038,98
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS		R$ (0,00)	R$ 3.408.994,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ 0,00	R$ 3.408.994,28
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ 4.081.879,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO		R$ 0,00	R$ 4.081.879,52
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SANTA FILOMENA		R$ (0,00)	R$ 1.193.148,97
FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA		R$ 0,00	R$ 1.193.148,97
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS		R$ (0,00)	R$ 3.564.901,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANTINOPOLIS		R$ 0,00	R$ 3.564.901,82
PROJETO POÇÃO DAS PEDRAS		R$ (0,00)	R$ 1.376.072,10
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS		R$ 0,00	R$ 417.437,10
PREFEITURA DE POCAO DE PEDRAS		R$ 0,00	R$ 958.635,00
PROJETO - EMSERH		R$ (0,00)	R$ 451.250,00
EMSERH - CONTRATO HEMOMAR		R$ 0,00	R$ 451.250,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ 355.000,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (IMPERATRIZ/MA)		R$ 0,00	R$ 355.000,00
PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ 120.000,00
EMSERH - CONTRATOS HEMONÚCLEOS (CODÓ/MA)		R$ 0,00	R$ 120.000,00

FOLHAS 331
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)		R$ (0,00)	R$ 877.658,26
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)		R$ 0,00	R$ 877.658,26
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)		R$ (0,00)	R$ 191.750,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)		R$ 0,00	R$ 191.750,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)		R$ (0,00)	R$ 110.000,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)		R$ 0,00	R$ 110.000,00
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ 120.000,00
EMSERH CONTRATO HEMONÚCLEOS (BALSAS)		R$ 0,00	R$ 120.000,00
PROJETO EMSERH PINHEIRO		R$ (0,00)	R$ 187.188,83
EMSERH - CONTRATO PINHEIRO/MA		R$ 0,00	R$ 187.188,83
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ 379.625,97
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA		R$ 0,00	R$ 379.625,97
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA		R$ (0,00)	R$ 641.701,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO		R$ 0,00	R$ 641.701,96
PROJETO - UPA ARAÇAGY		R$ (0,00)	R$ 1.484.168,72
EMSERH - CONTRATO UPA ARAÇAGI		R$ 0,00	R$ 1.484.168,72
RECEITAS - AREA EDUCAÇAO		R$ (0,00)	R$ 7.224.242,88
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO		R$ (0,00)	R$ 3.648.354,43
PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ 0,00	R$ 3.648.354,43
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA		R$ (0,00)	R$ 3.570.532,05
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS		R$ 0,00	R$ 3.570.532,05
PROJETO - LABORO		R$ (0,00)	R$ 5.356,40
LABORO-CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICACAO E POS- GRADUACAO LTDA		R$ 0,00	R$ 5.356,40
RECEITAS - AREA ASSITENCIA SOCIAL		R$ (0,00)	R$ 413.987,52
PROJETO SEAP		R$ (0,00)	R$ 413.987,52
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP		R$ 0,00	R$ 413.987,52
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS		R$ (0,00)	R$ 42.676.671,46
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (0,00)	R$ (2.045.922,30)
(-) (-) ISS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (0,00)	R$ (361.370,48)
(-) (-) ISS - POÇAO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (47.931,75)

FOLHAS 332
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) (-) ISS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (17.750,00)
(-) (-) ISS - HEMOMAR		R$ (0,00)	R$ (22.562,50)
(-) (-) ISS - SEAP		R$ (0,00)	R$ (20.699,37)
(-) (-) ISS - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (127.930,60)
(-) (-) ISS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (6.000,00)
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO SANTA INES		R$ (0,00)	R$ (9.587,50)
(-) (-) ISS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS		R$ (0,00)	R$ (6.000,00)
(-) (-) ISS - EMSERH PINHEIRO		R$ (0,00)	R$ (9.359,46)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORÇÃO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (20.871,90)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (18.981,29)
(-) (-) ISS - LABORO		R$ (0,00)	R$ (584,26)
(-) (-) ISS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (39.189,22)
(-) (-) ISS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (19.173,88)
(-) (-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (170.681,65)
(-) (-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - MA		R$ (0,00)	R$ (170.449,71)
(-) (-) ISS - PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA		R$ (0,00)	R$ (142.821,30)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO		R$ (0,00)	R$ (32.085,13)
(-) (-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (0,00)	R$ (19.279,68)
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO CAXIAS		R$ (0,00)	R$ (5.500,00)
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO PEDREIRAS		R$ (0,00)	R$ (43.882,89)
(-) (-) ISS - UPA ARAÇAGY		R$ (0,00)	R$ (74.208,47)
(-) (-) ISS - SANTA FILOMENA		R$ (0,00)	R$ (56.074,48)
(-) (-) ISS - SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ (204.093,98)
(-) (-) ISS - SAO DOMINGOS		R$ (0,00)	R$ (398.852,80)
RECEITA FINANCEIRA		R$ (0,00)	R$ 40.630.749,16
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (0,00)	R$ 40.630.749,16
CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE		R$ (0,00)	R$ 40.630.749,16
(-) PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS		R$ (0,00)	R$ (1.770.534,20)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (0,00)	R$ (1.769.151,78)
(-) INTERNET ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (0,00)	R$ (1.382,42)
(-) PROJETO POÇÃO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (1.003.688,00)

FOLHAS 333
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - POÇÃO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (1.003.688,00)
(-) PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (395.195,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (395.195,00)
(-) PROJETO HEMOMAR		R$ (0,00)	R$ (1.041.825,69)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMOMAR		R$ (0,00)	R$ (1.041.825,69)
(-) PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (2.159.579,28)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (2.159.188,50)
(-) ENERGIA ELETRICA - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (188,81)
(-) INTERNET - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (201,97)
(-) PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (105.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (105.000,00)
(-) PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (115.850,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO SANTA INES		R$ (0,00)	R$ (115.850,00)
(-) PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (144.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS		R$ (0,00)	R$ (144.000,00)
(-) PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA		R$ (0,00)	R$ (559.767,95)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO DOMINGOS		R$ (0,00)	R$ (559.717,95)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SÃO DOMINGOS		R$ (0,00)	R$ (50,00)
(-) PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA		R$ (0,00)	R$ (3.920.363,24)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ (3.919.640,00)
(-) MATERIAL DE USOE E CONSUMO		R$ (0,00)	R$ (723,24)
(-) PROJETO SANTA FILOMENA		R$ (0,00)	R$ (610.025,89)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SANTA FILOMENA		R$ (0,00)	R$ (610.025,89)
(-) PROJETO UPA ARAÇAGY		R$ (0,00)	R$ (1.569.067,50)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - UPA ARAÇAGY		R$ (0,00)	R$ (1.569.067,50)
(-) PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (261.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO PEDREIRAS		R$ (0,00)	R$ (261.000,00)
(-) PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (63.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEITOS -		R$ (0,00)	R$ (63.000,00)

FOLHAS 334
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
HEMONUCLEO CAXIAS			
(-) PROJETO EMSERH PINHEIRO		R$ (0,00)	R$ (205.635,71)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH PINHEIRO		R$ (0,00)	R$ (205.635,71)
(-) PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (104.632,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (104.632,00)
(-) PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (2.753.882,29)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO		R$ (0,00)	R$ (2.737.135,40)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (8.193,37)
(-) MATERIAIS DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (2.235,00)
(-) ALUGUEIS - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (2.470,00)
(-) ENERGIA ELETRICA - PREFEIETURA DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (80,98)
(-) INTERNET - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (3.417,54)
(-) MANUTENÇAO DE AR CONDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (0,00)	R$ (350,00)
(-) PROJETO GRANITO		R$ (0,00)	R$ (27.524,59)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - GRANITO		R$ (0,00)	R$ (27.524,59)
(-) PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (0,00)	R$ (456.205,30)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (0,00)	R$ (456.205,30)
(-) PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO		R$ (0,00)	R$ (2.587.618,65)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (2.497.716,41)
(-) INTERNET - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (1.175,99)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (450,00)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (32.481,33)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (169,00)
(-) ALUGUEL - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (54.025,00)
(-) MULTA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (250,00)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO -		R$ (0,00)	R$ (1.350,92)

FOLHAS 335
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS EDUCAÇÃO			
(-) PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (712.643,37)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (699.973,25)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (200,00)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (2.790,12)
(-) DESPESAS DE VIAGENS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (9.680,00)
(-) PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA		R$ (0,00)	R$ (1.579.687,38)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS		R$ (0,00)	R$ (1.579.687,38)
(-) PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA		R$ (0,00)	R$ (83.690,31)
(-) SERVIÇOS DE TERECEIROS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (83.196,33)
(-) ENERGIA ELETICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (493,98)
(-) PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ		R$ (0,00)	R$ (8.440.287,92)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (8.427.193,53)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS		R$ (0,00)	R$ (2.000,00)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO - - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (1.127,00)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇAO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (9.967,39)
(=) RESULTADO BRUTO		R$ (0,00)	R$ 9.960.044,89
(-) CUSTOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO		R$ (0,00)	R$ (1.017.389,14)
(-) SÁLARIOS E ORDENADOS		R$ (0,00)	R$ (648.944,82)
(-) FÉRIAS		R$ (0,00)	R$ (6.126,88)
(-) 13º SALARIO		R$ (0,00)	R$ (98.154,26)
(-) FGTS		R$ (0,00)	R$ (64.243,55)
(-) INSS		R$ (0,00)	R$ (34.759,75)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (15.565,79)
(-) OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		R$ (0,00)	R$ (5.469,85)
(-) PLANO DE SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (78.137,09)

FOLHAS 336
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R$ (0,00)	R$ (27.276,61)
(-) DESPESAS COM TRANSPORTE		R$ (0,00)	R$ (14.847,54)
(-) ALIMENTACAO		R$ (0,00)	R$ (23.863,00)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO		R$ (0,00)	R$ (6.813.150,03)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (0,00)	R$ (13.803,24)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R$ (0,00)	R$ (121,80)
(-) TELEFONE		R$ (0,00)	R$ (5.807,41)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA		R$ (0,00)	R$ (438,98)
(-) ASSISTENCIA CONTABIL		R$ (0,00)	R$ (44.063,66)
(-) DEPRECIAÇÕES E ARMOTIZAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (14.235,34)
(-) DESPESAS CARTÓRIAIS		R$ (0,00)	R$ (10.369,13)
(-) ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS		R$ (0,00)	R$ (368,46)
(-) UNIFORMES		R$ (0,00)	R$ (885,00)
(-) LICENÇA DE USO DE SOFTWARE		R$ (0,00)	R$ (12.778,98)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PJ		R$ (0,00)	R$ (1.010.772,44)
(-) ANUIDADE / CONSELHO DE CLASSE		R$ (0,00)	R$ (5.387,39)
(-) ASSESSORIA JURIDICA		R$ (0,00)	R$ (42.997,93)
(-) MANUTENÇÃO DE VEICULO		R$ (0,00)	R$ (1.146,66)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R$ (0,00)	R$ (423.996,41)
(-) MATERIAL DE INFORMATICA		R$ (0,00)	R$ (8.965,78)
(-) COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE		R$ (0,00)	R$ (2.512,40)
(-) CONDUCAO		R$ (0,00)	R$ (1.065,66)
(-) MULTA DE TRANSITO		R$ (0,00)	R$ (3.402,64)
(-) DESPESA COM INTERNET		R$ (0,00)	R$ (7.164,10)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (0,00)	R$ (17.842,97)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		R$ (0,00)	R$ (225.648,66)
(-) ALUGUEL DE VEICULOS		R$ (0,00)	R$ (70.244,90)
(-) ALUGUEL DE IMOVEIS		R$ (0,00)	R$ (125.311,46)
(-) VIAGENS E ESTADIAS		R$ (0,00)	R$ (106.519,34)
(-) ESTACIONAMENTO		R$ (0,00)	R$ (9,00)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (29.942,00)
(-) MANUTENÇAÕ DE AR CONDICIONADO		R$ (0,00)	R$ (900,00)
(-) CERTIFICAÇÃO DIGITAL		R$ (0,00)	R$ (169,90)
(-) DESPESAS COM LICITAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (14.107,21)
(-) DESPESAS SEM DOCUMENTO HÁBIL		R$ (0,00)	R$ (400,00)
(-) EVENTOS E CONFRATERNIZAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (3.426,13)

FOLHAS 337
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) CORREIOS		R$ (0,00)	R$ (47,66)
(-) DESPESAS SEM PROJETO		R$ (0,00)	R$ (31.265,71)
(-) LANCHES E REFEIÇÕES		R$ (0,00)	R$ (5.928,87)
(-) SEGUROS		R$ (0,00)	R$ (7.099,79)
(-) LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (4.564.003,02)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (0,00)	R$ (188.974,08)
(-) JUROS PASSIVOS		R$ (0,00)	R$ (55.393,62)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		R$ (0,00)	R$ (52.813,35)
(-) JUROS DE MORA		R$ (0,00)	R$ (304,23)
(-) JUROS E COMISSÕES BANCARIAS		R$ (0,00)	R$ (0,37)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (0,00)	R$ (79.185,09)
(-) IOF		R$ (0,00)	R$ (1.277,42)
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES		R$ (0,00)	R$ (16.947,96)
(-) ALVARÁ FUNCIONAMENTO		R$ (0,00)	R$ (1.144,33)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (0,00)	R$ (1.638,78)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (14.164,85)
(-) GRATUIDADES E DOAÇÕES		R$ (0,00)	R$ (1.070.244,40)
(-) DOAÇÃO IGREJA BATISTA		R$ (0,00)	R$ (23.545,59)
(-) GRATUIDADE COM SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (925,01)
(-) GRATUIDADES AÇÕES COM SOCIAL		R$ (0,00)	R$ (1.045.773,80)
(=) RESULTADO LIQUIDO		R$ (0,00)	R$ 853.339,28
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO		R$ (0,00)	R$ 853.339,28
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		R$ (0,00)	R$ 853.339,28

FOLHAS 338
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.295
0001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
DO INSTITUTO VIVER

1. - **CONVOCAÇÃO**: São convocados todos os associados do Instituto Viver a comparecer à Assembleia Geral, que se realizará no dia 26 de abril de 2023 na Av. Aririzal, Ed. Comercial Patio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265. A assembleia será instalada, em primeira convocação às 14:00 e, em segunda convocação, às 14h30.

2. - Ordem do Dia:

a. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
b. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço anual;

São Luís, 05 de abril de 2023.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Diretora-Presidente

FOLHAS 339
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luis - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950N4ISGXLY7JPUWH21, 12/05/2023 15:14:20, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.296** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.295** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luis/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luis - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950LSA270XLBPFBZ1T71, 12/05/2023 15:14:20, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.296** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.295** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luis/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luis - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950QJLFEDCPF8V1GN97, 12/05/2023 15:14:20, Ato: 15.27, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.296** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.295** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luis/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 340
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.296
0001

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL

DATA, HORA E LOCAL DE PRESENÇA:

Aos 26 dias do mês de abril do ano de 2023, em primeira convocação às 14 horas atendendo ao Edital de Convocação de 05/04/2023, devidamente afixado na sede social, com endereço na Av. Aririzal, Ed. Comercial Pátio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265, os associados do Instituto Viver ("Instituto"), conforme lista de presença anexa a esta ata (Anexo I) nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto:

ORDEM DO DIA:

a. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
b. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço anual;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a direção dos trabalhos a Senhora Sheyla Yonara Dantas de Farias, brasileira, casada, professora, portadora do CPF de Nº 760.871.153-15, e RG: 14424593-0, SSP/MA, Presidente atual conforme dispositivo estatutário nos termos do art. 34 do estatuto social vigente, convidou o Diretor Executivo, Sr. Enio da Silva Rocha, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF: 183.402.450-15 e RG: 018624632001-1, SSP/MA, para secretariá-lo que coube a tarefa de registrar a ata.

DELIBERAÇÕES:

Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto Social vigente, a Senhora Presidente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Ordinária, deu boas-vindas a todos os presentes e dando atendimento à ordem do dia tomando as seguintes deliberações:

Dando continuidade foi apresentado o balanço patrimonial referente ao exercício financeiro do ano de 2022, que teve como soma tanto do ativo como no passivo, a importância de R$ 4.271.422,77 (quatro milhões, duzentos e setena e um mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos), cujos lançamentos foram efetuados de acordo com os documentos apresentados pelos titulares e atendendo as disposições das Normas de Contabilidade – NBCT – 10.19 e ITG2002 – ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS, onde essa estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes, variações patrimoniais, estruturação das demonstrações contábeis, e das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. Foi apresentado também, a demonstração de resultados do exercício financeiro, com um superavit no exercício de 2022 no valor de R$ 813.393,55 (oitocentos e treze mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos). Após a leitura feita pelo presidente, verificação e análise dos referidos documentos apresentados aos presentes, foi emitido parecer, se posicionando favorável pela aprovação das contas. Os referidos documentos foram apresentados e tiveram a sua aprovação unânime, não havendo dúvida entre os convocados presentes.

Como nada mais houvesse a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada, em lista de presença anexa (anexo II), por todos os presentes, pela Presidente dos trabalhos, e por mim, Secretário, que a tudo presenciei e consigne em ata.

São Luís, 26 de abril de 2023.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente da Assembleia

ENIO DA SILVA ROCHA
Secretário da Assembleia

FOLHAS 341
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT15695D6XEN1ACHYMJ4LR33, 12/05/2023 15:21:18, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.297** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.296** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER15695OS43YTBU8FXXVYJ83, 12/05/2023 15:21:18, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.297** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.296** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV1569508D6M9MC0C9A63Z76, 12/05/2023 15:21:18, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.297** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.296** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 342
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.297 0001

viver
Instituto Viver

LISTA DE PRESENÇAS DA ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO VIVER - ANEXO I

São Luís/MA, 26/04/2023

NOME	ASSINATURA
Sheyla Yohana Dantas de Faias	Sheyla Yohana Dantas de Faias
Enio da Silva Rocha	
Paulene Duarte Santos	
Vanessa Cristina Leite Borates dos Santos	
Gabrielle Martins Barros	Gabrielle Martins Barros
Rosana Karen Ribeiro Lemos	
Adriane Cristina da Silva Viana	
Luidmila Silva de Freitas	
Isabelle Martins Ferreira Bomfim	
José Marcos Gomes	
Fatima de Lourdes Luz Lobato	
Sarah Duarte Santos	
Júlia Fonseca Pereira	
Anne Apocalypse Silva Magalhães	
Antonilda Maria Ribeiro Pereira Becc	
Hélio Faustino	

FOLHAS 343
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950K7IXPDCB92XRLZ11, 12/05/2023 15:26:40, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.298** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.297** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950UAYDJW371XZXUD54, 12/05/2023 15:26:40, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.298** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.297** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950PZTRH8UUSVXPUB69, 12/05/2023 15:26:40, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.298** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.297** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 344
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.298 0001

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Analisamos o balanço patrimonial referente ao exercício financeiro do ano de 2023 do INSTITUTO VIVER levantado em 31 de dezembro de 2022, a DRE, notas explicativas e demais demonstrações contábeis, verificamos que o instituto aplica seus recursos recebidos na execução e gestão de projetos e contratos de serviços, não havendo divisão de seus excedentes, entre nenhum de seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, apresentando o superávit do exercício 2022 no valor de R$ 813.393,55 (oitocentos e treze mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos), um total para cobrir gastos e custos futuros em caso de descontinuidade de contratos, havendo ainda valores para custear despesas no próximo exercício. As demonstrações representam adequadamente, todos os aspectos da boa posição patrimonial e financeira do instituto, representa também o bom desempenho das operações, mutação do patrimônio e fluxos financeiros.

Verificamos que foram apresentados os respectivos documentos elaborados com as principais práticas contábeis aplicadas no Brasil. Por fim tendo encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, é de parecer que os documentos merecem integral aprovação por parte dos conselheiros fiscais, razão pela qual opina pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

São Luís – MA, 26 de abril 2023.

Ariane Cristina da Silva Vieira
ARIANE CRISTINA DA SILVA VIEIRA
1ª Conselheira Fiscal

JOSÉ MARCOS GRAVITOL
2º Conselheiro Fiscal

Fátima de Maria Cutrim Trindade
FÁTIMA DE MARIA CUTRIM TRINDADE
3ª Conselheira Fiscal

FOLHAS 345
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT1569502XKL3W3C1NEVBP39, 12/05/2023 15:38:58, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, ARIANE CRISTINA DA SILVA VIEIRA, JOSE MARCOS GRATI..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.299** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.298** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569504FXPNNU1DOCDRF30, 12/05/2023 15:38:58, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, ARIANE CRISTINA DA SILVA VIEIRA, JOSE MARCOS GRATI..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.299** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.298** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV1569502GWSV0LDVK37U135, 12/05/2023 15:38:58, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, ARIANE CRISTINA DA SILVA VIEIRA, JOSE MARCOS GRATI..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.299** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.298** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 346
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

TERMO DE ABERTURA

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.299 0001

Livro Diário

Número: 6 **Folha: 1**

Contém este livro 1587 folhas numeradas do No. 1 ao 1587 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa .....:	INSTITUTO VIVER
Ramo .....:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço .....:	AV ARIRIZAL, 39
Complemento .....:	SALA 15
Bairro .....:	TURU
CEP .....:	65066265
Municipio .....:	SAO LUIS
Estado .....:	MA
Inscrição no CNPJ .....:	21.851.634/0001-28
Inscrição Estadual.....:	124574815
Registro na junta.....:	
Inscrição Municipal.....:	96409001

SAO LUIS/MA, 01/01/2022

7º Tabelionato

3º OFICIO DE NOTAS

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

FABIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

Isabelle Martins Ferreira Barros
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º Tabelionato de Notas São Luís/MA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Av. dos Holandeses, Loja 38, quadra 36, Shopping de Automóveis - Calhau - São Luís - MA
Tel: (98) 2231 4510 (Whats) (98) 98[illegible] www.3tabelionatosaoluis.com.br

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 5,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test° da verdade São Luis - MA, 10/06/2023 11:36:49 SELO: RECFIR02008ILDGEYCSHEB46539
FRANCIELA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Dave de La Roche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3235-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:30 Aldimar 9804

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR15679 4HVFWH9L96LZ4161 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Dave de La Roche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3235-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:25:46 Aldimar 31844

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR15679 4IKLGRILOZKOBJ027 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 347
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950EIV25JCMX8AJ9327, 12/05/2023 15:47:43, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.300** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.299** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2º RTD/PJ
RTD
SÃO LUÍS - MA

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950XZ8HT53WBI1GV118, 12/05/2023 15:47:43, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.300** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.299** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2º RTD/PJ
RTD
SÃO LUÍS - MA

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950ONOQGYC7N7JE7I71, 12/05/2023 15:47:43, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.300** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.299** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e
AVERBADO ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 348
PROCESSO 06/6/2024
0001

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.300**

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Balanço encerrado em: 31/12/2022

Folha: 1574
Número livro: 0006

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2022	2021
			31/12/2022	31/12/2021
1	**1**	**ATIVO**	**4.271.422,77D**	**1.149.597,52D**
2	**1.11**	**CIRCULANTE**	**3.965.332,39D**	**1.137.217,23D**
3	**1.11.0**	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**1.273.239,25D**	**154.869,87D**
4	**1.11.0.10**	**CAIXA**	**43.200,03D**	**42.712,77D**
5	1.11.0.10.001	CAIXA GERAL	43.200,03D	42.712,77D
7	**1.11.1.20**	**BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO**	**1.061.271,50D**	**78.291,83D**
8	1.11.1.20.003	BANCO DO BRASIL / CC 47439-8 - Recurso sem Restrição	1.061.270,50D	73.649,86D
9	1.11.1.20.004	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ CC - 003355-5 - Recurso sem Rest	0,00	4.641,97D
10347	1.11.1.20.006	BANCO BRADESCO- Recurso sem Restrição	1,00D	0,00
10	**1.11.1.30**	**APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO**	**168.767,72D**	**33.865,27D**
10963	1.11.1.30.003	APLICACAO BB RF SIMPLES AGIL – Recursos sem Restrição	28.438,09D	33.865,27D
10486	1.11.1.30.004	APLICAÇÃO BRADESCO – Recursos sem Restrição	93.747,41D	0,00
11091	1.11.1.30.006	CAIXA FIC GIRO MPE RF DI LP – Recursos sem Restrição	46.582,22D	0,00
12	**1.11.2**	**CREDITOS A RECEBER**	**1.919.926,94D**	**852.623,78D**
13	**1.11.2.10**	**VALORES A RECEBER**	**1.919.926,94D**	**852.623,78D**
10086	1.11.2.10.0008	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	367.999,41D	0,00
522	1.11.2.10.0011	PREFEITURA MUNIC.ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	308.750,84D	366.289,09D
10046	1.11.2.10.0012	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ	0,00	70.247,68D
10080	1.11.2.10.0019	EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH	569.372,60D	416.087,01D
10548	1.11.2.10.0022	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA	100.626,60D	0,00
10551	1.11.2.10.0025	PREFEITURA MUNICIPAL DE POCAO DE PEDRAS	101.189,25D	0,00
10552	1.11.2.10.0026	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	9.062,80D	0,00
529	1.11.2.10.0035	PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	159.006,89D	0,00
10047	1.11.2.10.0036	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ESPERANTINOPOLIS - MEDICOS	178.417,44D	0,00
10081	1.11.2.10.0037	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA -	58.736,92D	0,00
11133	1.11.2.10.0044	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA	51.759,47D	0,00
11134	1.11.2.10.0045	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS - SAO JOAC	13.439,82C	0,00
11135	1.11.2.10.0046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARU	22.027,54D	0,00
11204	1.11.2.10.0047	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRANITO	6.417,00D	0,00
18	**1.11.3**	**OUTROS CRÉDITOS**	**772.166,20D**	**129.723,58D**
23	**1.11.3.50**	**ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**	**762.328,64D**	**129.723,58D**
11114	1.11.3.50.002	HIDROF POCOS ARTESIANOS	399.970,64D	63.465,58D
11115	1.11.3.50.003	SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS	362.358,00D	66.258,00D
24	**1.11.3.60**	**ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**	**4.837,72D**	**0,00**
533	1.11.3.60.004	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.837,72D	0,00
28	**1.11.3.80**	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR**	**4.999,84D**	**0,00**
31	1.11.3.80.003	IRRF A RECUPERAR	4.999,84D	0,00
501	**1.21**	**NÃO CIRCULANTE - AT**	**306.090,38D**	**12.380,29D**
70	**1.21.1**	**CLIENTES**	**70.247,68D**	**0,00**
75	**1.21.1.11**	**(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS**	**70.247,68D**	**0,00**
71	1.21.1.11.001	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - LP	70.247,68D	0,00
111	**1.22.1**	**IMOBILIZADO**	**235.842,70D**	**12.380,29D**
116	**1.22.2.11**	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**140.401,50D**	**18.732,00D**
117	1.22.2.11.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	140.401,50D	18.732,00D
118	**1.22.2.12**	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**161.877,40D**	**45.849,15D**
119	1.22.2.12.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	62.612,05D	45.849,15D
519	1.22.2.12.002	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	13.793,87D	0,00
11047	1.22.2.12.003	COMPUTADORES E ACESSORIOS	85.471,48D	0,00
125	**1.22.6.10**	**(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL**	**66.436,20C**	**52.200,86C**
126	1.22.6.10.001	(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALAÇÃ	47.475,34C	41.294,14C
127	1.22.6.10.002	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	18.960,86C	10.906,72C
149	**2**	**PASSIVO**	**4.271.422,77C**	**1.149.597,52C**
150	**2.10**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.268.693,94C**	**39.262,07C**

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

Sistema licenciado para INSTITUTO VIVER

FOLHAS 349

Nº PROCESSO 066/2024

0002

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.300**

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Balanço encerrado em: 31/12/2022

Folha: 1575
Número livro: 0006

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2022	2021
			31/12/2022	31/12/2021
164	**2.13.0**	**FORNECEDORES**	**168.274,47C**	**31.936,05C**
165	**2.13.0.10**	**FORNECEDORES**	**168.274,47C**	**31.936,05C**
10001	2.13.0.10.00001	FORNECEDORES DIVERSOS	168.274,47C	31.936,05C
169	**2.14.0**	**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**	**82.209,46C**	**0,00**
170	**2.14.0.10**	**IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**	**82.209,46C**	**0,00**
173	2.14.0.10.003	ISS A RECOLHER	73.529,25C	0,00
178	2.14.0.10.008	IRRF A RECOLHER (DARF 0561)	8.680,21C	0,00
185	**2.15.0**	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**	**27.398,75C**	**7.326,02C**
190	**2.15.0.20**	**OBRIGAÇÕES SOCIAIS**	**27.398,75C**	**7.326,02C**
191	2.15.0.20.001	INSS A RECOLHER	15.095,26C	5.686,70C
192	2.15.0.20.002	FGTS A RECOLHER	12.303,49C	1.639,32C
200	**2.16.0**	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**1.990.811,26C**	**0,00**
202	**2.16.0.20**	**CONTAS A PAGAR**	**1.990.811,26C**	**0,00**
187	2.16.0.20.008	SERVIÇOS DE TERCEIROS A PAGAR	1.990.811,26C	0,00
242	**2.30**	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**2.002.728,83C**	**1.110.335,45C**
243	**2.30.0**	**PATRIMONIO SOCIAL**	**277.638,01C**	**277.638,01C**
244	**2.30.0.10**	**PATRIMONIO SOCIAL**	**277.638,01C**	**277.638,01C**
245	2.30.0.10.001	PATRIMONIO SOCIAL	277.638,01C	277.638,01C
264	**2.32.0**	**SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO**	**1.725.090,82C**	**832.697,44C**
265	**2.32.0.10**	**SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO**	**1.725.090,82C**	**832.697,44C**
266	2.32.0.10.001	SUPERÁVIT ACUMULADO	2.024.439,76C	1.211.046,21C
10305	2.32.0.10.004	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	299.348,94D	378.348,77D

SÃO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

7º Tabelionato

3º OFÍCIO DE NOTAS

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

3º Tabelionato

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Moiin de Oliveira - Tabelião
Av. Dom Pedro I, 6, quadra D, Calhau CEP 65.071-15 - São Luís - Maranhão - (98) 3236-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:32 Aldimar 23628

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794C7I2UULC08KSO940 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Moiin de Oliveira - Tabelião
Av. Dom Pedro I, 6, quadra D, Calhau CEP 65.071-15 - São Luís - Maranhão - (98) 3236-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:25:48 Aldimar 13380

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794SHTZVE36GGN1BP21 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de
[0252650]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES

Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test*_____da verdade São Luís - MA, 10/05/2023 11:44:47 SELO RECFIR029983Z7G366LIBWGZVP13 FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo. https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 350
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0003

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950F9ACFUL78RRQXL40, 12/05/2023 15:52:31, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.301** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.300** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950L85PBHUTMHBBQZ17, 12/05/2023 15:52:31, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.301** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.300** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950TQMVAT3T4X9IMS74, 12/05/2023 15:52:30, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 12,04 Emol R$ 10,88 FERC R$ 0,32 FADEP R$ 0,42 FEMP R$ 0,42 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.301** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.300** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 351
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
0001

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 1576
Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
RECEITAS - AREA SAUDE			33.923.746,45	0,00
PROJETO PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA	379.625,97			0,00
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	2.558.612,35	2.938.238,32	2.938.238,32	0,00
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO DOMINGOS - ME				
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	540.359,42			0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	3.408.994,28			0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA	7.961.828,25	11.911.181,95	11.911.181,95	0,00
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA				
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	4.267.038,98	4.267.038,98	4.267.038,98	0,00
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO BENTO				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO	4.081.879,52	4.081.879,52	4.081.879,52	0,00
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SANTA FILOMENA				
FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	1.193.148,97	1.193.148,97	1.193.148,97	0,00
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANTINOPOLIS	3.564.901,82	3.564.901,82	3.564.901,82	0,00
PROJETO PORÇÃO DAS PEDRAS				
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	417.437,10			0,00
PREFEITURA DE POCAO DE PEDRAS	958.635,00	1.376.072,10	1.376.072,10	0,00
PROJETO - EMSERH				
EMSERH - CONTRATO HEMOMAR	451.250,00			0,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)	110.000,00			0,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (IMPERATRIZ/MA)	355.000,00			0,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)	877.658,26			0,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)	191.750,00			0,00
EMSERH - CONTRATO PINHEIRO/MA	187.188,83			0,00
EMSERH - CONTRATO UPA ARAÇAGI	1.484.168,72			0,00
EMSERH - CONTRATOS HEMONÚCLEOS (CODÓ/MA)	120.000,00			0,00
EMSERH CONTRATO HEMONÚCLEOS (BALSAS)	120.000,00	3.897.015,81	3.897.015,81	0,00
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA				
ENERGIA ELETICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(493,98)			0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	641.701,96	641.207,98	641.207,98	0,00
PROJETO - GRANITO				
RECEITA GRANITO	53.061,00	53.061,00	53.061,00	0,00
RECEITAS - AREA EDUCAÇAO			8.391.504,51	0,00
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO				
PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	3.648.354,43	3.648.354,43	3.648.354,43	0,00
PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO				
PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	1.167.261,63	1.167.261,63	1.167.261,63	0,00
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA				
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	3.570.532,05	3.570.532,05	3.570.532,05	0,00
PROJETO - LABORO				
LABORO-CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICACAO E POS- GRADUACAO LTDA	5.356,40	5.356,40	5.356,40	0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

0002

Folha: 1577
Número livro: 0006

FOLHAS 352
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
RECEITAS - AREA ASSITENCIA SOCIAL			413.987,52	0,00
PROJETO SEAP				
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP	413.987,52	413.987,52	413.987,52	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS PRESTADOS			42.729.238,48	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS				
SERVIÇOS PRESTADOS	7.300,00	7.300,00	7.300,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
(-) ISS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(361.370,48)			0,00
(-) ISS - PORÇAO DE PEDRAS	(47.931,75)			0,00
(-) ISS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(17.750,00)			0,00
(-) ISS - HEMOMAR	(22.562,50)			0,00
(-) ISS - SEAP	(20.699,37)			0,00
(-) ISS - SÃO JOÃO BATISTA	(127.930,60)			0,00
(-) ISS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	(6.000,00)			0,00
(-) ISS - HEMONUCLEO SANTA INES	(9.587,50)			0,00
(-) ISS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(6.000,00)			0,00
(-) ISS - EMSERH PINHEIRO	(9.359,46)			0,00
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORÇÃO DE PEDRAS	(20.871,90)			0,00
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOÃO BATISTA	(18.981,29)			0,00
(-) ISS - LABORO	(584,26)			0,00
(-) ISS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(39.189,22)			0,00
(-) ISS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(19.173,88)			0,00
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANAO - MA	(170.681,65)			0,00
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - MA	(170.449,71)			0,00
(-) ISS - PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA	(142.821,30)			0,00
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	(32.085,13)			0,00
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	(19.279,68)			0,00
(-) ISS - HEMONUCLEO CAXIAS	(5.500,00)			0,00
(-) ISS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(43.882,89)			0,00
(-) ISS - UPA ARAÇAGY	(74.208,47)			0,00
(-) ISS - SANTA FILOMENA	(56.074,48)			0,00
(-) ISS - SÃO BENTO	(204.093,98)			0,00
(-) ISS - SAO DOMINGOS	(398.852,80)	(2.045.922,30)	(2.045.922,30)	0,00
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			40.690.616,18	0,00
CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE			40.690.616,18	0,00
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS				
SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(1.769.151,78)			0,00
INTERNET ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(1.382,42)	(1.770.534,20)	(1.770.534,20)	0,00
PROJETO POÇÃO DE PEDRAS				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - POÇÃO DE PEDRAS	(1.003.688,00)	(1.003.688,00)	(1.003.688,00)	0,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(395.195,00)	(395.195,00)	(395.195,00)	0,00
PROJETO HEMOMAR				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMOMAR	(1.041.825,60)	(1.041.825,60)	(1.041.825,60)	0,00
PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO JOÃO BATISTA	(2.159.188,50)			0,00
ENERGIA ELETRICA - SÃO JOÃO BATISTA	(188,81)			0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

FOLHAS 353
Nº PROCESSO 066/2024
0003

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 1578
Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA				
INTERNET - SÃO JOÃO BATISTA	(201,97)	(2.159.579,28)	(2.159.579,28)	0,00
PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEIROS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	(105.000,00)	(105.000,00)	(105.000,00)	0,00
PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO SANTA INES	(115.850,00)	(115.850,00)	(115.850,00)	0,00
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(144.000,00)	(144.000,00)	(144.000,00)	0,00
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO DOMINGOS	(559.717,95)			0,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SÃO DOMINGOS	(50,00)	(559.767,95)	(559.767,95)	0,00
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO BENTO	(3.919.640,00)			0,00
MATERIAL DE USOE E CONSUMO	(723,24)	(3.920.363,24)	(3.920.363,24)	0,00
PROJETO SANTA FILOMENA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SANTA FILOMENA	(610.025,89)	(610.025,89)	(610.025,89)	0,00
PROJETO UPA ARAÇAGY				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - UPA ARAÇAGY	(1.569.067,50)	(1.569.067,50)	(1.569.067,50)	0,00
PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(261.000,00)	(261.000,00)	(261.000,00)	0,00
PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)				
SERVIÇOS DE TERCEITOS - HEMONUCLEO CAXIAS	(63.000,00)	(63.000,00)	(63.000,00)	0,00
PROJETO EMSERH PINHEIRO				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH PINHEIRO	(205.635,71)	(205.635,71)	(205.635,71)	0,00
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA	(104.632,00)	(104.632,00)	(104.632,00)	0,00
PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO	(2.737.135,40)			0,00
MATERIAIS DE USO E CONSUMO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(8.193,37)			0,00
MATERIAIS DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(2.235,00)			0,00
ALUGUEIS - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(2.470,00)			0,00
ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(80,98)			0,00
INTERNET - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(3.417,54)			0,00
MANUTENÇAO DE AR CONDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - M	(350,00)	(2.753.882,29)	(2.753.882,29)	0,00
PROJETO GRANITO				
SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - GRANITO	(27.524,59)	(27.524,59)	(27.524,59)	0,00
PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	(456.205,30)	(456.205,30)	(456.205,30)	0,00
CUSTOS E DESPESAS - AREA EDUCAÇÃO			(13.403.433,65)	0,00
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO				
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCA	(2.497.716,41)			0,00
INTERNET - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(1.175,39)			0,00
MATERIAL DE ESCRITÓRIO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(450,00)			0,00
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(32.481,33)			0,00
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(169,00)			0,00
ALUGUEL - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(54.025,00)			0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

FOLHAS 354
Nº PROCESSO 066/2024
0004 Assinatura

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

Folha: 1579
Número livro: 0006

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO				
MULTA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(250,00)			0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS EDUCAÇÃO	(1.350,92)	(2.587.618,65)	(2.587.618,65)	0,00
PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(699.973,25)			0,00
MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(200,00)			0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(2.790,12)			0,00
DESPESAS DE VIAGENS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(9.680,00)	(712.643,37)	(712.643,37)	0,00
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS	(1.579.687,38)	(1.579.687,38)	(1.579.687,38)	0,00
PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA				
SERVIÇOS DE TERECEIROS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(83.196,33)	(83.196,33)	(83.196,33)	0,00
PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANI	(8.427.193,53)			0,00
MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	(2.000,00)			0,00
MATERIAL DE USO E CONSUMO - - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO	(1.127,00)			0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇAO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARA	(9.967,39)	(8.440.287,92)	(8.440.287,92)	0,00
CUSTOS E DESPESAS - AREA ASSISTENCIA SOCIAL			10.020.405,89	0,00
PROJETO - SEAP				
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SEAP	(157.006,37)	(157.006,37)	(157.006,37)	0,00
(=) RESULTADO BRUTO			9.863.399,52	0,00
DESPESAS OPERACIONAIS			(8.019.513,25)	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
SÁLARIOS E ORDENADOS	(648.944,82)			0,00
FÉRIAS	(6.126,88)			0,00
13º SALARIO	(98.154,26)			0,00
FGTS	(64.243,55)			0,00
INSS	(34.759,75)			0,00
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	(15.565,79)			0,00
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	(5.469,85)			0,00
PLANO DE SAÚDE	(70.137,09)			0,00
DESPESAS COM VIAGENS	(27.276,61)			0,00
DESPESAS COM TRANSPORTE	(14.847,54)			0,00
ALIMENTACAO	(23.863,00)			0,00
ENERGIA ELETRICA	(13.803,24)			0,00
ÁGUA E ESGOTO	(121,80)			0,00
TELEFONE	(5.807,41)			0,00
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(438,98)			0,00
ASSISTENCIA CONTABIL	(44.063,66)			0,00
DEPRECIAÇÕES E ARMOTIZAÇÕES	(14.235,34)			0,00
DESPESAS CARTÓRIAIS	(10.369,13)			0,00
UNIFORMES	(885,00)			0,00
ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS	(368,46)			0,00
LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	(12.778,98)			0,00
SERVIÇOS PRESTADOS PJ	(1.010.772,44)			0,00
ANUIDADE / CONSELHO DE CLASSE	(5.387,39)			0,00
ASSESSORIA JURIDICA	(42.997,93)			0,00
MANUTENÇÃO DE VEICULO	(1.146,66)			0,00
MATERIAL DE USO E CONSUMO	(423.996,41)			0,00
MATERIAL DE INFORMATICA	(8.965,78)			0,00
CONDUCAO	(1.065,66)			0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

FOLHAS 355
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
0005

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 1580
Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE	(2.512,40)			0,00
MULTA DE TRANSITO	(3.402,64)			0,00
DESPESA COM INTERNET	(7.164,10)			0,00
MATERIAL DE ESCRITORIO	(17.842,97)			0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	(225.648,66)			0,00
ALUGUEL DE VEICULOS	(70.244,90)			0,00
ALUGUEL DE IMOVEIS	(125.311,46)			0,00
VIAGENS E ESTADIAS	(106.519,34)			0,00
ESTACIONAMENTO	(9,00)			0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(29.942,00)			0,00
MANUTENÇAÕ DE AR CONDICIONADO	(900,00)			0,00
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	(169,90)			0,00
DESPESAS COM LICITAÇÃO	(14.107,21)			0,00
DESPESAS SEM DOCUMENTO HÁBIL	(400,00)			0,00
EVENTOS E CONFRATERNIZAÇÕES	(3.426,13)			0,00
CORREIOS	(47,66)			0,00
DESPESAS SEM PROJETO	(31.265,71)			0,00
LANCHES E REFEIÇÕES	(5.928,87)			0,00
SEGUROS	(7.099,79)			0,00
LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS	(4.564.003,02)	(7.830.539,17)	(7.830.539,17)	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS				
JUROS PASSIVOS	(55.393,62)			0,00
DESCONTOS CONCEDIDOS	(52.813,35)			0,00
JUROS DE MORA	(304,23)			0,00
JUROS E COMISSÕES BANCARIAS	(0,37)			0,00
TARIFAS BANCARIAS	(79.185,09)			0,00
IOF	(1.277,42)	(188.974,08)	(188.974,08)	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES				
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO				
ALVARÁ FUNCIONAMENTO	(1.144,33)			0,00
TAXAS ESTADUAIS	(1.638,78)			0,00
TAXAS FEDERAIS	(14.164,85)	(16.947,96)	(16.947,96)	0,00
GRATUIDADES E DOAÇÕES				
DOAÇÃO IGREJA BATISTA	(23.545,59)			0,00
GRATUIDADE COM SAÚDE	(925,01)			0,00
GRATUIDADES AÇÕES COM SOCIAL	(1.045.773,80)	(1.070.244,40)	(1.070.244,40)	0,00
RECEITAS FINANCEIRAS				
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	173,57			0,00
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	46.562,12			0,00
JUROS RECEBIDO	9.963,95	56.699,64	56.699,64	0,00
(=) RESULTADO LIQUIDO			813.393,55	0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

FOLHAS 356
0006 Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.301**

Folha: 1581
Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2022

Descrição	2022	Soma	Total	2021
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO			813.393,55	0,00
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO			813.393,55	0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

1º Tabelionato

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

3º OFÍCIO DE NOTAS

FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

1º Tabelionato

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Dante de La Taouche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:28:55 Aldimar 19569

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR1567945XZBHULTS8VPTJ181 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

São Luís-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Dante de La Taouche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:28:51 Aldimar 2235

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR1567942PFO63L7PS9FU906 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

São Luís-MA

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Av. dos Holandeses, lote 36, quadra 36, Shopping de Automóvel - Calhau - São Luís - MA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos R$ 5,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test*____da verdade São Luís - MA, 10/06/2023 11:46:44 SELO: RECFIR0299837Y1G2MCTX94L1757 FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 357
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT15695010ORU0L1ALIAFD61, 12/05/2023 15:58:19, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.302** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.301** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950XYBZIKUMGD9MWJ91, 12/05/2023 15:58:19, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.302** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.301** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER15695D10DH40LQ1JBCJ119, 12/05/2023 15:58:19, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 9,19 Emol R$ 8,29 FERC R$ 0,24 FADEP R$ 0,33 FEMP R$ 0,33 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.302** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.301** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV15695096WHQBU1XG62EJ94, 12/05/2023 15:58:19, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 36,12 Emol R$ 32,64 FERC R$ 0,96 FADEP R$ 1,26 FEMP R$ 1,26 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.302** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.301** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 358
Nº PROCESSO 066/2024
0001 Assinatura

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.306**

Folha: 1583
Número livro: 0006

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
Inscrição: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2022

Coeficiente	Fórmula	Valor	Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	3.965.332,39 + 306.090,38	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.965.332,39	1,75
	Passivo Circulante	2.268.693,94	
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	3.965.332,39 - 0,00	1,00
	Passivo Circulante	3.965.332,39	
Índice de Solvência Geral	Ativo	4.271.422,77	1,88
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.268.693,94 + 0,00	

2º Tabelionato

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

2º Tabelionato

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA

Reconheço por **AUTENTICIDADE** a firma de:
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos: R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test*_____de verdade São Luís - MA, 10/05/2023 11:44:43 SELO RECFIR029983IZLDG0LVQMAATX45 FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

FABIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Molin de Oliveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:35 Aldimar 11613

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794OOTKU83AA7MWXGL75 Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

SÃO LUÍS-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Molin de Oliveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:25:51 Aldimar 2082

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794RNC561C73QITX345 Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

SÃO LUÍS-MA

FOLHAS 359
Nº PROCESSO 066/2024
0002 Assinatura

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950SRP7BMC5BLXFLB85, 12/05/2023 16:39:34, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.307** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.306** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950S4396W3IUDB7JP11, 12/05/2023 16:39:34, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.307** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.306** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950CDQLTQ3OABSXGL44, 12/05/2023 16:39:33, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.307** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.306** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 360
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.305

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 1582
Número livro: 0006

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	Total
Saldo em 31/12/2021	277.638,01	1.211.046,21	1.488.684,22
Ajustes de Exercícios Anteriores		813.393,55	813.393,55
Saldo em 31/12/2022	277.638,01	2.024.439,76	2.302.077,77
Saldo em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/12/2021	0,00	0,00	0,00

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

3º OFÍCIO DE NOTAS

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

Fábio L S R
FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

Isabelle Martins Ferreira Barros
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º Tabelionato de São Luís/MA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS - MA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de(s)
(0252650)-FABIO LUIS SENA RODRIGUES
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 5,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test*____da verdade São Luis - MA, 10/05/2023 11:44:46 SELO: RECFIR029983HOSD87CKDXP4031
FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 9, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:34 Aldimar 4694

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO / TJMA
Selo: RECFIR1567948XBSBVC3SCUWSKN19 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Molin de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 9, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão - (98) 3256-2266

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:25:50 Aldimar 27690

Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente

PODER JUDICIÁRIO / TJMA
Selo: RECFIR1567943UUI7LEAAYVBM951 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 361
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950FKTLYVCYXRQBNB9O, 12/05/2023 16:37:21, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.306** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.305** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTEK156950GR8L5N30N9KD4D67, 12/05/2023 16:37:21, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.306** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.305** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950OOXSFH3IGOYM2L03, 12/05/2023 16:37:21, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.306** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.305** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 362
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0001

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.307**

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

Folha: 1584
Número livro: 0006

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	813.393,55	0,00
Depreciação e amortização	14.235,34	52.200,86
Despesas de juros	(188.974,08)	0,00
SUPERAVIT OPERACIONAL AJUSTADO	638.654,81	52.200,86
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	(1.709.745,78)	(982.347,36)
Aumento (Redução) em fornecedores	136.338,42	31.936,05
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	2.093.093,45	7.326,02
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	1.158.340,90	(890.884,43)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	1.158.340,90	(890.884,43)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.158.340,90	(890.884,43)
Aumento nas Disponibilidades	1.158.340,90	(890.884,43)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	154.869,87	0,00
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	1.132.908,62	154.869,87

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2022

3º OFÍCIO DE NOTAS

7º Tabelionato

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

7º Tabelionato

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS - MA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test°_____da verdade São Luís - MA, 10/05/2023 11:44:42 SELO: RECFIR029983APHMA2UIQVG2B35
FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Moro de Oliveira - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:36 Aldimar 18534
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794BR4VL85RGKQ4L53 - Ato: 13.12.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Moro de Oliveira - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:26:52 Aldimar 9294
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794ZO2WAEURECFWER17 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 363
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950AH36HULN4CUCEX11, 12/05/2023 16:47:42, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.308** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.307** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569506AQ7TDCB0ER98N44, 12/05/2023 16:47:45, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.308** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.307** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV1569505A3I4JC7V7UV6F11, 12/05/2023 16:47:42, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.308** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.307** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Período: 01/01/2022 - 31/12/2022

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.302

FOLHAS 364
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

INSTITUTO VIVER

CNPJ: 21.851.634/0001-28

Rua Aririzal, nº39, Sala 15 - Turú CEP 65.066-265 – São Luís – MA

Notas Explicativas
Ano: 2022
Encerrado em 31 de Dezembro de 2022

1 - Objetivos da Entidade e Contexto Operacional

Conforme seu Estatuto Social, o INSTITUTO VIVER é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com fins econômicos, sem finalidade política ou religiosa, constituída por prazo indeterminado, sob a forma de associação privada.

De acordo com o artigo 5° do seu Estatuto Social, constituem objetivos específicos do Instituto: Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade; Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches; Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental; Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social; Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social; Promoção de assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional; Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde; Atividades de apoio a gestão de saúde; Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos; Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas; Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários; Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG´s e empresas privadas; Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; Atividades de enfermagem; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de fonoaudiologia; Serviços de assistência social sem alojamento; Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; Laboratórios clínicos; Atividades de fisioterapia; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de psicologia e psicanálise; Atividades de condicionamento físico; Atividades de terapia ocupacional; Atividade odontológica; Serviços de prótese dentária; Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações; Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde; Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado; Fornecer consultoria e executar a implantação de sistema de qualidade (NBR ISO 14001 e ISO 9001). Fornecimento de mão-de-obra terceirizada; Locação de mão de obra temporária; Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada; Consultoria e assessoria em recursos humanos; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; Distribuir e vender produtos e materiais da própria entidade; Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial; Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência; Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n' 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC n° 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.302
0002

as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. Os relatórios ora publicados estão adequados a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.Tendo em vista a Natureza Jurídica peculiar das Associações Privadas sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a interpretação Técnica Geral 2000, a qual define que: ITG 2000 (R1) - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL.

Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como:

a) serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado;
b) serem autenticados no registro público competente.

Ou seja, os registros contábeis das Pessoas Jurídicas definidas como Associações sem fins lucrativos devem ser realizados no registro público competente, no caso em questão, no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e não na Junta Comercial, a qual compete chancelar os livros contábeis de pessoas jurídicas mercantis.

3 – Principais Práticas Contábeis

Os principais procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes: as receitas, com prestação de serviços, foram reconhecidas pelo regime de competência, assim como as despesas registradas.

4 – Balanço Patrimonial

A conta "Caixa Geral" registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta "Bancos - Contas com Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas. Passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sando que os fornecedores estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2022. Os recursos que compõem o grupo do Patrimônio Social são acrescidos do fundo patrimonial, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição.

5 - Outras Informações Relevantes

Conforme o inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto Viver possui imunidade tributária em relação ao seu patrimônio, a sua renda e aos seus serviços. Dessa forma, por ser uma associação privada sem fins lucrativos, como dispõe o artigo 1° do seu Estatuto Social. Além disso, cabe esclarecer que a entidade cumpre todos os requisitos dispostos no artigo 14 do CTN para o gozo da referida imunidade, tais como: não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio; aplicação integral dos seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Além disso, de acordo com a Lei Federal n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o Instituto Viver e considerado isento do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido • CSLL, desde que observe os requisitos dispostos no art. 12, § 2 da referida Lei. Cabe ressaltar que todas exigências dispostas no referido parágrafo estão sendo cumpridas pelo Instituto. Nesse sentido, conforme o art.7 do Estatuto Social, o patrimônio do Instituto deverá ser utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais. Além disso, o art. 23 dispõe que os diretores poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto. As demais exigências podem ser comprovadas por meio de documentos.

Por fim, cabe ressaltar que o Instituto é isento de contribuição para a seguridade social, conforme artigo 195, §7° da Constituição Federal. A mesma isenção se aplica ao PIS/PASEP.

São Luís, 31 de dezembro de 2022.

7º Tabelionato

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
CPF: 760.871.153-15

7º Tabelionato

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
PRIMEIRO TESOUREIRO
CPF: 612.451.593-80

1º OFÍCIO DE NOTAS

FÁBIO LUIS SENA RODRIGUES
CONTADOR -CRC 001232/O-0
CPF: 827.473.182-49

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Nolen de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3256-2266
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:26:53 Aldimar: 16457
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR1567945ALGKCL5EU078997 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas: R$6,02 Total: R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Del Nolen de Oliveira - Tabelião
Av. Daniel de La Touche, 6, quadra D, Cohama CEP 65.074-115 - São Luís - Maranhão (98) 3256-2266
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:37 Aldimar: 25457
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR1567948GM27EUIOAFW6R98 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas: R$6,02 Total: R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES
Ato: 13.17.2 Emolumentos: R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test°_____de verdade São Luís - MA, 10/05/2023 11:44:41 SELO: RECFIR029983KTBPDB3BBEW1KP82
FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo:

7º TABELIONATO DE NOTAS SÃO LUÍS-MA

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

0003

FOLHAS 366
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950GQTTGZUKY4MZHN56, 12/05/2023 16:21:28, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.303** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.302** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950MPP6CN37BU6KB125, 12/05/2023 16:21:28, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.303** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.302** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950T1WX26L6970AT546, 12/05/2023 16:21:27, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 12,04 Emol R$ 10,88 FERC R$ 0,32 FADEP R$ 0,42 FEMP R$ 0,42 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.303** em 12/05/2023. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.302** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

0001

2o. RTD/RCPJ São Luis/MA
Microfilme N. **1.303**

FOLHAS 367
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura

TERMO DE ENCERRAMENTO

Livro Diário

Número: 6 Folha: 1587

Contém este livro 1587 folhas numeradas do No. 1 ao 1587 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

Nome da Empresa	:	INSTITUTO VIVER
Ramo	:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço	:	AV ARIRIZAL, 39
Complemento	:	SALA 15
Bairro	:	TURU
CEP	:	65066265
Municipio	:	SAO LUIS
Estado	:	MA
Inscrição no CNPJ	:	21.851.634/0001-28
Inscrição Estadual	:	124574815
Registro na junta	:	
Inscrição Municipal	:	96409001

SAO LUIS/MA, 31/12/2022

7º Tabelionato

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

7º Tabelionato

Isabelle Martins Ferreira Barros
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º OFÍCIO DE NOTAS

FABIO LUIS SENA RODRIGUES
Reg. no CRC - MA sob o No. 1232
CPF: 827.473.182-49

3º Tabelionato de Notas de São Luís/MA

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA

Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de:
[0252850]-FABIO LUIS SENA RODRIGUES .....
Ato: 13.17.2 Emolumentos:R$ 6,44, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,21, FEMP: R$ 0,21. Total: 6,02 Em test°____da verdade São Luis - MA, 10/05/2023 11:46:47 SELO RECFIR020983UH4BA534AGCAW
FRANCISCA FRANCIELLE ROCHA DA SILVA - ESCREVENTE Consulte a validade do selo: https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dia Maia de Oliveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
São Luís, 10/05/2023 10:24:38 Aldimar 32382
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794GDECJGC252FF0V12 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

SÃO LUÍS-MA

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dia Maia de Oliveira - Tabelião

Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 10/05/2023 10:26:54 Aldimar 23622
Aldimar Fontoura da Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR1567943VE7VN3551OICDU5 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6,02 Total:R$6,02
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

SÃO LUÍS-MA

FOLHAS 368
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT15695OL7RREH3JOEB0NX59, 12/05/2023 16:26:38, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.304** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.303** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

RTD

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER15695ODL5NPTUN61A31761, 12/05/2023 16:26:38, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 87,58 Emol R$ 78,92 FERC R$ 2,36 FADEP R$ 3,15 FEMP R$ 3,15 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.304** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.303** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

RTD

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV15695OKX7UIDCKYZE8FB35, 12/05/2023 16:26:37, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.304** em 12/05/2023.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.303** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 12 de Maio de 2023.
Luana de Nóvoa Lima
Escrevente

FOLHAS 369
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO MARANHÃO

##ATO AVISO DE LICITAÇÃO ##TEX PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. Processo Administrativo nº 06.1004.0001/2024. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no município, conforme Contrato de Repasse nº 955415/2023/M1DR/CAIXA. MODALIDADE: Pregão. FORMA: Eletrônica. TIPO: Menor Preço global. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. DATA DE ABERTURA: 08 de maio de 2024 às 09:00 hora. A sessão publica de julgamento será realizada eletronicamente no site https://www.comprassantafilomenama.com.br/ no dia e horário marcados. Os editais e seus anexos estão à disposição dos interessados na Sala de reunião da CPL, no prédio da Secretaria Municipal de Administração, na Avenida Valentim Gomes, 200, Centro, Santa Filomena do Maranhão - MA, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas e no portal do Município no Endereço eletrônico https://santafilomena.ma.gov.br/portal/index.php, no site https://www.comprassantafilomenama.com.br/, no site https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site do TCE/MA. Esclarecimento adicional no endereço supra, pelo endereço eletrônico cpl.stf@outlook.com ou pelo telefone (99) 3566-1049. ##DAT Santa Filomena do Maranhão - MA, 18 de abril de 2024 ##ASS OILANIA BARBOZA DE SOUZA ##CAR Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS - MA

AVISO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Ref: ata de registro de preço nº 021/2024 – datada de 17/04/2024, pregão eletrônico nº 011/2024, processo administrativo nº 4609//2023; vigência: 12 meses, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Santa Inês-MA, , inscrita no CNPJ 06.198.949/0001-24, com sede na Avenida Luiz Muniz, 1005 - Centro - Santa Inês/MA, neste ato representada por seu gerenciador: a Sra. LIGIA DE CASSIA SOUSA DE ARAÚJO, brasileira solteira, inscrita no Cadastro de Pessoa Física – CPF, sob nº 027.886.013-36, Chefe de Gabinete e a empresa beneficiária: PROTECTION – SERVIÇOS E AGROINSUMOS LTDA. CNPJ: 04.317.346/0001-79, estabelecia na TRAV. DOS ANDRADAS, 165, BAIRRO PONTA GROSSA, ICOARACI, BELEM - PA., neste ato representado pelo Sr(a) JOSÉ LAÉRCIO LEAL DA SILVA, portador do RG. 2416986/PCDI-PA. e CPF/MF nº 070.295.002-53, Objeto: Registro de preços para futura e eventual, aquisição de Feijão para sementes e Calcário com o objetivo de expandir a produção da agricultura familiar local, e atender as necessidades do Município de Santa Inês.

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	CALCARIO	CANTAGALO	KG	100.000	R$ 0,92	R$ 92.000,00

BALANÇO

INSTITUTO VIVER
CNPJ N° 21.851.634/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023

BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	2023	2022
	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO	**8.486.487,11d**	**4.271.422,77d**
CIRCULANTE	**7.957.351,02d**	**3.965.332,39d**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**1.529.651,37d**	**1.273.239,25d**
CAIXA	**0,00**	**43.200,03d**
CAIXA GERAL	0,00	43.200,03d
BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	**115.100,76d**	**1.061.271,50d**
BANCO DO BRASIL / CC 47439-8 - Recurso sem Restrição	0,00	1.061.270,50d
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ CC - 003355-5 - Recurso sem Restrição	115.099,76d	0,00
BANCO BRADESCO- Recurso sem Restrição	1,00d	1,00d
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO	**1.414.550,61d**	**168.767,72d**
APLICACAO BB RF SIMPLES AGIL – Recursos sem Restrição	1.109.351,68d	28.438,09d
APLICAÇÃO INVEST FACIL BRADESCO – Recursos sem Restrição	10.742,98d	93.747,41d
APLICAÇÃO CDB FLX- BANCO CAIXA ECONOMICA	236.709,66d	0,00
CAIXA FIC GIRO MPE RF DI LP – Recursos sem Restrição	9.503,37d	46.582,22d
APLICAÇÃO BRADESCO - Recurso sem Restrição	48.242,92d	0,00
CREDITOS A RECEBER	**4.150.955,50d**	**1.919.926,94d**
VALORES A RECEBER	**4.150.955,50d**	**1.919.926,94d**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA	1.744.135,19d	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	425.998,04d	367.999,41d
PREFEITURA MUNIC.ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	328.476,20d	308.750,84d
EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH	312.992,69d	569.372,60d
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA	14.456,07d	100.626,60d
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCAO DE PEDRAS	144.519,06d	101.189,25d
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	62.845,43d	9.062,80d

FOLHAS 310
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	587.485,31d	159.006,89d
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ESPERANTINOPOLIS - MEDICOS	304.598,80d	178.417,44d
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP	56.579,66d	58.736,92d
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA	0,00	51.759,47d
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS - SAO JOAO DO CARU	0,00	13.439,82c
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARU	0,00	22.027,54d
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRANITO	0,00	6.417,00d
PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	84.542,13d	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	71.416,01d	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	8.803,59d	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE HUMBERTO DE CAMPOS	4.107,32d	0,00
OUTROS CRÉDITOS	**2.276.744,15d**	**772.166,20d**
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	**2.241.578,07d**	**762.328,64d**
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	2.241.578,07d	0,00
HIDROOF POCOS ARTESIANOS	0,00	399.970,64d
SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS	0,00	362.358,00d
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	**0,00**	**4.837,72d**
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	0,00	4.837,72d
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	**35.166,08d**	**4.999,84d**
IRRF A RECUPERAR	35.166,08d	4.999,84d
NÃO CIRCULANTE - AT	**529.136,09d**	**306.090,38d**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**192.617,59d**	**70.247,68d**
(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS	**192.617,59d**	**70.247,68d**
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - LP	70.247,68d	70.247,68d
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM	60.582,90d	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA	46.759,47d	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO CARÚ	15.027,54d	0,00
IMOBILIZADO	**336.518,50d**	**235.842,70d**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	**207.263,08d**	**140.401,50d**
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	207.263,08d	140.401,50d
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	**223.379,36d**	**161.877,40d**
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	82.598,84d	62.612,05d
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	40.350,87d	13.793,87d
COMPUTADORES E ACESSORIOS	96.931,65d	85.471,48d
APARELHOS TRANSMISSORES	3.498,00d	0,00
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	**94.123,94c**	**66.436,20c**
(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALAÇÕES	56.404,05c	47.475,34c
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	34.351,43c	18.960,86c
(-) DEPRECIAÇÕES DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	772,71c	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.345,85c	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO DE APARELHOS TRANSMISSORES	249,90c	0,00
PASSIVO	**8.486.487,11c**	**4.271.422,77c**
PASSIVO CIRCULANTE	**2.234.569,19c**	**2.268.693,94c**
FORNECEDORES	**72.563,07c**	**168.274,47c**
FORNECEDORES	**72.563,07c**	**168.274,47c**
FORNECEDORES DIVERSOS	0,00	168.274,47c
POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA	3.727,01c	0,00
DFN VERONEZE LTDA	1.089,34c	0,00
KBF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	9.262,60c	0,00
J. GONCALVES DOS SANTOS FILHO E CIA LTDA	4.757,27c	0,00
JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	27.307,90c	0,00
V . SOBRINHO FERREIRA	16.000,00c	0,00
FLAVIO REIS FERREIRA	4.673,85c	0,00
REVEST COMERCIO E SERVICOS LTDA	3.333,33c	0,00

FOLHAS 371
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

S T R DE OLIVEIRA MADEIRAS	2.411,77c	0,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	**104.605,06c**	**82.209,46c**
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	**104.605,06c**	**82.209,46c**
ISS A RECOLHER	0,00	73.529,25c
IMPOSTO DE RENDA RETIDO A RECOLHER	937,50c	0,00
IR S/ FOLHA (DARF 0561)	10.174,34c	8.680,21c
CSRF A RECOLHER	1.046,25c	0,00
ISS NÃO COMPENSADO	92.446,97c	0,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	**112.449,18c**	**27.398,75c**
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**26.529,58c**	**27.398,75c**
INSS A RECOLHER	16.379,03c	15.095,26c
FGTS A RECOLHER	8.472,72c	12.303,49c
PIS S/ FOLHA A RECOLHER	1.677,83c	0,00
PROVISÕES	**85.919,60c**	**0,00**
PROVISÕES PARA FÉRIAS	85.919,60c	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	**1.944.951,88c**	**1.990.811,26c**
CONTAS A PAGAR	**1.944.951,88c**	**1.990.811,26c**
SERVIÇOS DE TERCEIROS A PAGAR	1.944.951,88c	1.990.811,26c
PATRIMÔNIO SOCIAL	**6.251.917,92c**	**2.002.728,83c**
PATRIMONIO SOCIAL	**2.302.077,77c**	**277.638,01c**
PATRIMONIO SOCIAL	**2.302.077,77c**	**277.638,01c**
PATRIMONIO SOCIAL	2.302.077,77c	277.638,01c
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	**3.949.840,15c**	**1.725.090,82c**
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO	**3.949.840,15c**	**1.725.090,82c**
SUPERÁVIT ACUMULADO	4.285.368,57c	2.024.439,76c
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	335.528,42d	299.348,94d

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Descrição	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS	**65.173.995,81**	**42.729.732,46**
RECEITAS - AREA SAUDE	**45.948.721,74**	**35.091.502,06**
PROJETO PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	**2.421.579,05**	**2.558.612,35**
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	2.421.579,05	2.558.612,35
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO DOMINGOS - ME	**14.911.400,28**	**7.961.828,25**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA	14.911.400,28	7.961.828,25
PROJETO - SÃO JOÃO DO CARU	**0,00**	**540.359,42**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	540.359,42
PROJETO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE MARANHÃO	**1.288.738,83**	**1.167.261,63**
PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	1.288.738,83	1.167.261,63
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	**4.944.596,43**	**4.267.038,98**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	4.944.596,43	4.267.038,98
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	**365.157,22**	**3.408.994,28**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	365.157,22	3.408.994,28
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO BENTO	**4.117.365,96**	**4.081.879,52**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO	4.117.365,96	4.081.879,52
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SANTA FILOMENA	**572.042,50**	**1.193.148,97**
FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	572.042,50	1.193.148,97
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS	**3.747.215,62**	**3.564.901,82**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANTINOPOLIS	3.747.215,62	3.564.901,82
PROJETO POÇÃO DAS PEDRAS	**2.292.433,51**	**1.376.072,10**

FOLHAS 372
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	694.981,06	417.437,10
PREFEITURA DE POCAO DE PEDRAS	1.597.452,45	958.635,00
PROJETO - EMSERH	**452.500,00**	**451.250,00**
EMSERH - CONTRATO HEMOMAR	452.500,00	451.250,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	**343.500,00**	**355.000,00**
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (IMPERATRIZ/MA)	343.500,00	355.000,00
PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	**110.000,00**	**120.000,00**
EMSERH - CONTRATOS HEMONÚCLEOS (CODÓ/MA)	110.000,00	120.000,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)	**1.032.433,26**	**877.658,26**
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)	1.032.433,26	877.658,26
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)	**236.500,00**	**191.750,00**
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)	236.500,00	191.750,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)	**210.000,00**	**110.000,00**
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)	210.000,00	110.000,00
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)	**110.000,00**	**120.000,00**
EMSERH CONTRATO HEMONÚCLEOS (BALSAS)	110.000,00	120.000,00
PROJETO EMSERH PINHEIRO	**208.428,87**	**187.188,83**
EMSERH - CONTRATO PINHEIRO/MA	208.428,87	187.188,83
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA	**1.132.827,21**	**379.625,97**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA	1.132.827,21	379.625,97
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA	**446.214,55**	**641.701,96**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	446.214,55	641.701,96
PROJETO - UPA ARAÇAGY	**0,00**	**1.484.168,72**
EMSERH - CONTRATO UPA ARAÇAGI	0,00	1.484.168,72
PROJETO - LAGO DO JUNCO	**672.462,15**	**0,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO	349.565,18	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGO DO JUNCO	322.896,97	0,00
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	**2.678.241,27**	**0,00**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	2.678.241,27	0,00
PROJETO - GRANITO	**10.488,00**	**53.061,00**
RECEITA GRANITO	0,00	53.061,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO	10.488,00	0,00
PROJETO - BURITICUPU	**369.120,76**	**0,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU	369.120,76	0,00
PROJETO - SÃO JOÃO DOS PATOS	**1.962.775,87**	**0,00**
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	1.962.775,87	0,00
PROJETO - EUGENIO BARROS	**1.312.700,40**	**0,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENIO BARROS	1.312.700,40	0,00
RECEITAS - AREA EDUCAÇAO	**15.745.572,90**	**7.224.242,88**
PROJETO - ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	**3.691.345,38**	**3.648.354,43**
PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	3.691.345,38	3.648.354,43
PROJETO - SAO JOAO DOS PATOS - MA	**5.258.767,47**	**3.570.532,05**
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	5.258.767,47	3.570.532,05
PROJETO - LABORO	**1.000,00**	**5.356,40**
LABORO-CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICACAO E POS- GRADUACAO LTDA	1.000,00	5.356,40
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	**6.794.460,05**	**0,00**
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	6.794.460,05	0,00
RECEITAS - AREA ASSISTENCIA SOCIAL	**2.124.200,64**	**413.987,52**
PROJETO - SEAP	**100.988,08**	**413.987,52**
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP	100.988,08	413.987,52

FOLHAS 373
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PROJETO - HUMBERTO DE CAMPOS	**11.247,50**	**0,00**
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL HUMBERTO DE CAMPOS	11.247,50	0,00
PROJETO - SAO BENEDITO DO RIO PRETO	**1.983.844,26**	**0,00**
PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	1.983.844,26	0,00
PROJETO - LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA	**28.120,80**	**0,00**
MUNICIPIO DE LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	28.120,80	0,00
RECEITAS NA PRESTAÇÃO DEMAIS SERVIÇOS	**1.355.500,53**	**0,00**
PROJETO - SÃO BENTO	**1.346.860,53**	**0,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - MA	1.346.860,53	0,00
PROJETO - PENALVA	**8.640,00**	**0,00**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA	8.640,00	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**	**7.300,00**
SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	7.300,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(3.141.559,85)**	**(2.045.922,30)**
(-) ISS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(187.360,88)	(361.370,48)
(-) ISS - POÇAO DE PEDRAS	(112.302,59)	(47.931,75)
(-) ISS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(17.175,00)	(17.750,00)
(-) ISS - HEMOMAR	(22.625,00)	(22.562,50)
(-) ISS - SEAP	(5.049,40)	(20.699,37)
(-) ISS - SÃO JOÃO BATISTA	(132.517,03)	(127.930,60)
(-) ISS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	(5.000,00)	(6.000,00)
(-) ISS - HEMONUCLEO SANTA INES	(11.825,00)	(9.587,50)
(-) ISS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(5.500,00)	(6.000,00)
(-) ISS - EMSERH PINHEIRO	(10.421,44)	(9.359,46)
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POÇÃO DE PEDRAS	(2.319,10)	(20.871,90)
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOÃO BATISTA	(45.203,29)	(18.981,29)
(-) ISS - LABORO	(111,50)	(584,26)
(-) ISS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(48.368,35)	(39.189,22)
(-) ISS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(30.292,33)	(19.173,88)
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(197.783,89)	(170.681,65)
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - MA	0,00	(170.449,71)
(-) ISS - PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA	(106.414,37)	(142.821,30)
(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	(8.087,02)	(32.085,13)
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	(19.279,68)
(-) ISS - HEMONUCLEO CAXIAS	(11.000,00)	(5.500,00)
(-) ISS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(51.621,63)	(43.882,89)
(-) ISS - UPA ARAÇAGY	0,00	(74.208,47)
(-) ISS - SANTA FILOMENA	(24.790,73)	(56.074,48)
(-) ISS - SÃO BENTO	(612.934,34)	(204.093,98)
(-) ISS - SAO DOMINGOS	(763.827,70)	(398.852,80)
(-) ISS - SEC MUNICIPAL DE EDUC DE SÃO JOÃO DOS PATOS	(187.431,74)	0,00
(-) ISS - FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	(3.811,40)	0,00
(-) ISS - PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	(99.192,21)	0,00
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINOPOLIS	(184.567,27)	0,00
(-) ISS - LAGO DO JUNCO	(35.029,14)	0,00
(-) ISS - PENALVA	(134.344,06)	0,00
(-) ISS - HUMBERTO DE CAMPOS	(562,38)	0,00
(-) ISS - BURITICUPU	(18.456,04)	0,00
(-) ISS - EUGENIO BARROS	(65.635,02)	0,00
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(57.747.067,39)**	**(39.877.716,61)**

FOLHAS 374
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE	**(57.747.067,39)**	**(39.877.716,61)**
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS	**(2.766.794,53)**	**(1.770.534,20)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(2.758.403,00)	(1.769.151,78)
ALUGUEL DE IMOVEL ESPERANTINOPOLIS - MEDICO	(4.400,00)	0,00
ENERGIA ELÉTRICA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(2.390,58)	0,00
INTERNET ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(1.200,95)	(1.382,42)
MATERIAL E SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(400,00)	0,00
PROJETO POÇÃO DE PEDRAS	**(1.453.577,37)**	**(1.003.688,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - POÇÃO DE PEDRAS	(1.440.542,00)	(1.003.688,00)
ALUGUEL - POÇAO DE PEDRAS	(12.400,00)	0,00
INTERNET - POÇAO DE PEDRAS	(635,37)	0,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	**(217.920,00)**	**(395.195,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(217.770,00)	(395.195,00)
DESPESAS COM TRANSPORTES - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(150,00)	0,00
PROJETO HEMOMAR	**(366.556,00)**	**(1.041.825,69)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMOMAR	(366.556,00)	(1.041.825,69)
PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA	**(2.839.631,82)**	**(2.159.579,28)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO JOÃO BATISTA	(2.824.285,12)	(2.159.188,50)
ALUGUEL DE IMOVEL - SÃO JOÃO BATISTA	(12.000,00)	0,00
MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA	(177,00)	0,00
ENERGIA ELETRICA - SÃO JOÃO BATISTA	(1.689,11)	(188,81)
INTERNET - SÃO JOÃO BATISTA	(1.369,09)	(201,97)
MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA	(61,50)	0,00
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - SÃO JOÃO BATISTA	(50,00)	0,00
PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	**(84.000,00)**	**(105.000,00)**
	(84.000,00)	(105.000,00)
PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)	**(167.300,00)**	**(115.850,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO SANTA INES	(167.300,00)	(115.850,00)
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)	**(133.000,00)**	**(144.000,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(84.000,00)	(144.000,00)
SERVIÇOS PRESTADOS PJ - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(49.000,00)	0,00
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA	**(10.918.723,90)**	**(559.767,95)**
ALUGUEIS - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA	(12.037,80)	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO DOMINGOS	(10.906.631,10)	(559.717,95)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SÃO DOMINGOS	(55,00)	(50,00)
PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA	**(9.750.613,47)**	**(3.920.363,24)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO BENTO	(9.737.960,77)	(3.919.640,00)
MATERIAL DE USOE E CONSUMO	0,00	(723,24)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(3.300,00)	0,00
ALUGUEL DE IMÓVEL	(9.000,00)	0,00
INTERNET - SÃO BENTO	(352,70)	0,00
PROJETO SANTA FILOMENA	**(352.252,00)**	**(610.025,89)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SANTA FILOMENA	(352.252,00)	(610.025,89)
PROJETO UPA ARAÇAGY	**0,00**	**(1.569.067,50)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - UPA ARAÇAGY	0,00	(1.569.067,50)
PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)	**(291.722,22)**	**(261.000,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(291.722,22)	(261.000,00)

FOLHAS 375
Nº PROCESSO 866/2024
Assinatura

PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)	**(154.000,00)**	**(63.000,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO CAXIAS	(154.000,00)	(63.000,00)
PROJETO EMSERH PINHEIRO	**(159.184,00)**	**(205.635,71)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH PINHEIRO	(159.184,00)	(205.635,71)
PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE	**(23.560,58)**	**0,00**
ALUGUEIS DE IMÓVEIS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(14.544,00)	0,00
INTERNET - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(1.199,00)	0,00
SEGUROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(2.700,08)	0,00
SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(310,00)	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(4.807,50)	0,00
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PORÇÃO DAS PEDRAS	**(140,00)**	**0,00**
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORÇÃO	(140,00)	0,00
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA	**0,00**	**(104.632,00)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA	0,00	(104.632,00)
PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	**(3.484.364,35)**	**(2.753.882,29)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO	(3.468.832,22)	(2.737.135,40)
MATERIAIS DE USO E CONSUMO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(2.000,00)	(8.193,37)
MATERIAIS DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(35,00)	(2.235,00)
ALUGUEIS - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(12.000,00)	(2.470,00)
ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(726,95)	(80,98)
INTERNET - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(770,18)	(3.417,54)
MANUTENÇAO DE AR CONDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	0,00	(350,00)
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA	**(186.659,72)**	**0,00**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MA	(186.659,72)	0,00
PROJETO GRANITO	**(8.624,00)**	**(27.524,59)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - GRANITO	(8.624,00)	(27.524,59)
PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ	**0,00**	**(456.205,30)**
SERVICOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	(456.205,30)
PROJETO PENALVA	**(2.185.569,70)**	**0,00**
ALUGUEIS - PENALVA	(5.000,00)	0,00
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(2.632,00)	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO PENALVA SAÚDE	(2.177.937,70)	0,00
PROJETO BURITICUPU	**(457.854,32)**	**0,00**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO BURITICUPU	(457.500,00)	0,00
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	(320,00)	0,00
INTERNET	(34,32)	0,00
PROJETO SEAP	**(7.218,36)**	**(157.006,37)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - SEAP	0,00	(157.006,37)
MATERIAL DE ESCRITORIO - SEAP	(300,00)	0,00
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(6.918,36)	0,00
PROJETO EUGENIO BARROS	**(222.558,10)**	**0,00**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA SAÚDE	(222.558,10)	0,00
PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	**(1.818.755,61)**	**(2.587.618,65)**
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCA	(1.818.555,61)	(2.497.716,41)
INTERNET - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(1.175,99)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(200,00)	(450,00)
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(32.481,33)

FOLHAS 326
Nº PROCESSO 066/2024

DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(169,00)
ALUGUEL - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(54.025,00)
MULTA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(250,00)
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS EDUCAÇÃO	0,00	(1.350,92)
PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	**(163.946,37)**	**(712.643,37)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(163.524,95)	(699.973,25)
MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(421,42)	(200,00)
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	0,00	(2.790,12)
DESPESAS DE VIAGENS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	0,00	(9.680,00)
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA	**(4.670.572,78)**	**(1.579.687,38)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS	(4.669.844,80)	(1.579.687,38)
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(562,00)	0,00
ENERGIA ELÉTRICA	(165,98)	0,00
PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA	**(573.477,48)**	**(83.690,31)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(571.140,41)	(83.196,33)
ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(2.337,07)	(493,98)
PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ	**(1.145,93)**	**(8.440.287,92)**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANH	0,00	(8.427.193,53)
MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	(166,00)	(2.000,00)
MATERIAL DE USO E CONSUMO - - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO	0,00	(1.127,00)
ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA	(979,93)	0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇAO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANH	0,00	(9.967,39)
CONTRATO EUGENIO BARROS	**(461.538,00)**	**0,00**
SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA EDUCAÇÃO	(461.538,00)	0,00
CUSTOS E DESPESAS - DEMAIS ÁREAS	**(13.825.806,78)**	**(9.050.005,97)**
PROJETO EUGENIO BARROS	**(338.217,00)**	**0,00**
SERVIÇO DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA ADMINISTRAÇÃO	(338.217,00)	0,00
(=) RESULTADO BRUTO	**17.772.958,35**	**9.863.399,52**
CUSTOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO	**(6.309.014,36)**	**(1.017.389,14)**
SÁLARIOS E ORDENADOS	(797.415,86)	(648.944,82)
FÉRIAS	(211.178,82)	(6.126,88)
13º SALARIO	(73.169,51)	(98.154,26)
FGTS	(66.319,61)	(64.243,55)
INSS	(68.868,49)	(34.759,75)
AVISO PREVIO INDENIZADO	(39.876,82)	0,00
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	(69.068,79)	(15.565,79)
OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	(35.375,87)	(5.469,85)
PLANO DE SAÚDE	(96.700,98)	(78.137,09)
DESPESAS COM VIAGENS	(563.314,34)	(27.276,61)
DESPESAS COM TRANSPORTE	(960,53)	(14.847,54)
ALIMENTACAO	0,00	(23.863,00)
FGTS RESCISÓRIO	(34.158,34)	0,00
PIS S/ FOLHA	(3.518,49)	0,00
CURSOS E TREINAMENTOS	(57.109,85)	0,00
PROCESSOS TRABALHISTAS	(5.000,00)	0,00
CUSTO MÃO DE OBRA - SAÚDE	(368.456,10)	0,00
CUSTO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS - SAÚDE	(3.818.521,96)	0,00

FOLHAS 377
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO	**(1.914.991,17)**	**(6.813.150,03)**
SERVIÇOS PRESTADOS PJ - ADMINISTRATIVO	(137.878,10)	(1.010.772,44)
ASSESSORIA JURIDICA	(546.680,03)	(42.997,93)
ENERGIA ELETRICA	(23.083,52)	(13.803,24)
ÁGUA E ESGOTO	0,00	(121,80)
TELEFONE	(4.673,67)	(5.807,41)
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(4.070,86)	(438,98)
ASSISTENCIA CONTABIL	(66.580,00)	(44.063,66)
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(24.288,08)	0,00
DEPRECIAÇÕES E ARMOTIZAÇÕES	(27.687,74)	(14.235,34)
DESPESAS CARTÓRIAIS	(6.341,31)	(10.369,13)
ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS	0,00	(368,46)
UNIFORMES	(132.550,58)	(885,00)
LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	(20.360,29)	(12.778,98)
ANUIDADE / CONSELHO DE CLASSE	(3.573,25)	(5.387,39)
MANUTENÇÃO DE VEICULO	(16.211,23)	(1.146,66)
MATERIAL DE USO E CONSUMO	(86.147,68)	(423.996,41)
SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	(58.033,30)	(8.965,78)
COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE	(11.869,94)	(2.512,40)
CONDUCAO	0,00	(1.065,66)
MULTA DE TRANSITO	(143,18)	(3.402,64)
DESPESA COM INTERNET	(12.268,41)	(7.164,10)
MATERIAL DE ESCRITORIO	(17.087,24)	(17.842,97)
FRETES E CARRETOS	(6.148,50)	0,00
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	(70.225,02)	(225.648,66)
ALUGUEL DE VEICULOS	(292.587,26)	(70.244,90)
ALUGUEL DE IMOVEIS	(68.260,00)	(125.311,46)
VIAGENS E ESTADIAS	0,00	(106.519,34)
ESTACIONAMENTO	(87,00)	(9,00)
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(197.970,28)	(29.942,00)
MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	(5.230,00)	(900,00)
CERTIFICAÇÃO DIGITAL	(1.355,00)	(169,90)
DESPESAS COM LICITAÇÃO	(15.542,15)	(14.107,21)
DESPESAS SEM DOCUMENTO HÁBIL	0,00	(400,00)
EVENTOS E CONFRATERNIZAÇÕES	(25.483,26)	(3.426,13)
CORREIOS	0,00	(47,66)
DESPESAS SEM PROJETO	0,00	(31.265,71)
LANCHES E REFEIÇÕES	(8.234,53)	(5.928,87)
SEGUROS	(5.059,06)	(7.099,79)
LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS	(270,00)	(4.564.003,02)
SERVIÇOS GRÁFICOS	(6.416,00)	0,00
DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS	(12.594,70)	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	**(88.098,66)**	**(188.974,08)**
JUROS PASSIVOS	(6.340,61)	(55.393,62)
DESCONTOS CONCEDIDOS	(443,82)	(52.813,35)
JUROS DE MORA	0,00	(304,23)

FOLHAS 328
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

JUROS E COMISSÕES BANCARIAS	0,00	(0,37)
TARIFAS BANCARIAS	(43.896,14)	(79.185,09)
IOF	(20.237,26)	(1.277,42)
IR S/ APLICAÇÃO	(17.180,83)	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES	**(55.593,28)**	**(16.947,96)**
ALVARÁ FUNCIONAMENTO	(251,01)	(1.144,33)
TAXAS ESTADUAIS	(8.715,00)	(1.638,78)
TAXAS FEDERAIS	(7.502,10)	(14.164,85)
MULTAS FISCAIS	(12.046,14)	0,00
IMPOSTOS FEDERAIS	(26.474,29)	0,00
TAXAS MUNICIPAIS	(604,74)	0,00
GRATUIDADES E DOAÇÕES	**(5.211.392,79)**	**(1.070.244,40)**
PROJETO ESCOLA DE MÚSICA IGREJA BATISTA	(788.374,83)	0,00
GRATUIDADE COM SAÚDE	(15.334,00)	(925,01)
PROJETO DENTES QUE BRILHAM	(181.593,55)	0,00
GRATUIDADES AÇÕES COM SOCIAL	(1.318.055,55)	(1.045.773,80)
PROJETO ESPORTIVO E SOCIAL HERÓIS DA ILHA	(1.474.644,01)	0,00
DOAÇÃO IGREJA BATISTA	(1.433.390,85)	(23.545,59)
RECEITAS FINANCEIRAS	**91.500,48**	**56.699,64**
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	596,20	173,57
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	89.370,76	46.562,12
JUROS RECEBIDO	1.533,52	9.963,95
(=) RESULTADO LIQUIDO	**4.285.368,57**	**813.393,55**
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO	**4.285.368,57**	**813.393,55**
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	4.285.368,57	813.393,55
	4.285.368,57	813.393,55

COEFICIENTES DE ANÁLISES EM 31/12/2023

Coeficiente	Fórmula		Resultado
Índice de Liquidez Geral	Ativo Circulante + Realizável Longo Prazo	7.957.351,02 + 192.617,59	3,65
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.234.569,19 + 0,00	
Índice de Liquidez Corrente	Ativo Circulante	7.957.351,02	3,56
	Passivo Circulante	2.234.569,19	
Índice de Liquidez Seca	Ativo Circulante - Estoque	7.957.351,02 - 0,00	3,56
	Passivo Circulante	2.234.569,19	
Índice de Solvência Geral	Ativo	8.486.487,11	3,80
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	2.234.569,19 + 0,00	

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	4.285.368,57	813.393,55
Depreciação e amortização	27.687,74	14.235,34
Renda de investimentos	90.904,28	56.526,07
Despesas de juros	(88.098,66)	(188.974,08)
SUPERAVIT OPERACIONAL AJUSTADO	4.315.861,93	695.180,88
(Aumento) Redução em contas a receber e outros	(3.643.159,54)	(1.709.745,78)
Aumento (Redução) em fornecedores	(95.711,40)	136.338,42
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(57.817.509,01)	(37.573.348,89)

FOLHAS 329
Nº PROCESSO 066/2024
Rubrica

CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES	(57.240.518,02)	(38.451.575,37)
FLUXO DE CAIXA ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(57.240.518,02)	(38.451.575,37)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(57.240.518,02)	(38.451.575,37)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras de imobilizado	(128.363,54)	(237.697,75)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(128.363,54)	(237.697,75)
Aumento nas Disponibilidades	(57.368.881,56)	(38.689.273,12)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	1.273.239,25	154.869,87
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	1.529.651,37	1.273.239,25

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Histórico	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO Capital Social	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	Total
Saldo em 31/12/2022	277.638,01	2.024.439,76	2.302.077,77
Aumento de Capital	2.024.439,76	(2.024.439,76)	0,00
Lucro Líquido	0,00	4.285.368,57	4.285.368,57
Saldo em 31/12/2023	2.302.077,77	4.285.368,57	6.587.446,34
Saldo em 31/12/2021	277.638,01	1.211.046,21	1.488.684,22
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	813.393,55	813.393,55
Saldo em 31/12/2022	277.638,01	2.024.439,76	2.302.077,77

Notas Explicativas Ano: 2023 Encerrado em 31 de Dezembro de 2023 1- Objetivos da Entidade e Contexto Operacional Conforme seu Estatuto Social, o INSTITUTO VIVER é uma pessoa jurídica de direito privado, sob forma de associação civil sem fins lucrativos e com fins econômicos, sem finalidade política ou religiosa, constituída por prazo indeterminado, sob a forma de associação privada. De acordo com o artigo 3° do seu Estatuto Social, constituem objetivos específicos do Instituto: Gestão e Promoção gratuita e universal da saúde, com seus princípios fundamentais de acesso universal, equidade, ética e humanização no atendimento de todos; Assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional; Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais; Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde; Atividades de apoio a gestão de saúde; Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos; Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas; Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários; Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG's e empresas privadas; Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; Atividades de atendimento hospitalar; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; Atividades de enfermagem; Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; Atividades de fonoaudiologia; Serviços de assistência social sem alojamento; Laboratórios clínicos;Atividades de fisioterapia; Atividades de profissionais da nutrição; Atividades de psicologia e psicanálise; Atividades de condicionamento físico; Atividades de terapia ocupacional; Atividade odontológica; Serviços de prótese dentária; Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações; Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação:Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde; Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD – Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado; Atividades médica ambulatorial restrita a consultas; Serviços de vacinação e imunização humana; Atividades de terapia e nutrição enteral e parenteral; Outras Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; Promoção gratuita da educação em todas as suas formas oferecendo à comunidade, o contato com os conhecimentos tradicionais e tecnológicos, capazes de orientar, capacitar e resgatar-lhe a uma visão ampliada do ser humano; A gestão da educação em todas as suas formas, inclusive capacitação e treinamento, promovendo e executando ações com foco no fortalecimento do ensino formal, através de assessoramento visando aprimoramento de técnicas de melhoria da creche, educação infantil, ensino fundamental, médio, e ensino profissionalizante, presencial e na modalidade da Educação à Distância - EAD; Desenvolver projetos de capacitação e formação específica em escolas, creches e infantários;Executar, promover formação técnico-profissional metódico, certificar através de cursos técnicos profissionalizantes a adolescentes, jovens, adultos, pessoa com deficiência e a integração no mundo do trabalho; Promover cursos profissionalizantes e/ou treinamentos, presenciais ou à distância, qualificação e capacitação profissional com a sua integração com cursos de nível técnico e superior de graduação e com o mundo do trabalho; Desenvolver projetos educacionais, bem como seus respectivos programas de trabalho e planos de ações para instituições de direito público e privado na área de educação, através de instrumentos jurídicos próprios, fornecendo toda infraestrutura necessária para o

FOLHAS 380
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

desenvolvimento das atividades institucionais, tais como, material didático, corpo docente e outros meios necessários; Promover, dirigir e organizar práticas de educação-esportiva, através de escolinhas e programas de treinamentos a crianças, adolescentes e jovens, organizar campeonatos profissionais, desenvolver atendimentos psicossociais a crianças, adolescentes e jovens, acompanhar o processo educacional por meio de auxílio pedagógico; Desenvolver programas, projetos técnicos, executar estudos, levantamentos, prestar consultoria e assessoria e outros serviços nas áreas sociais de educação e outras áreas equivalentes: Promover a editoração gráfica, publicação e comercialização de livros, revistas, jornais e outros periódicos que visem dar maior publicidade e conhecimento dos resultados obtidos nas pesquisas, projetos e estudos realizados por si ou por terceiros; Realizar a formação e integração de jovens e adultos no mundo de trabalho;Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa brasileira, colocando as suas instalações a disposição de pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros devidamente treinados e qualificados para a realização de trabalhos científicos ou aplicações tecnológicas de méritos reconhecidos;Promover, pesquisar, desenvolver tecnologias alternativas, produção de informação e conhecimento técnico e científico; Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade; Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches; Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental; Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social; Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social; Agenciamento de profissionais para Atividades esportivas, culturais e artísticas; Outras Atividades profissionais, científicas, e técnicas não especificadas anteriormente:Política nacional de assistência social. Gestão de Pessoas, através de recrutamento, seleção e administração do capital humano especializado para a administração pública e/ou entidades privadas; Prestação de serviços de Apoio Administrativo, com Fornecimento de mão-de-obra terceirizada e temporária e especializada; Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada; Consultoria e assessoria em recursos humanos; Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial; Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência; Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins. **2 Apresentação das Demonstrações Contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n' 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC nº 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentosespecíficos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, eas informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. Os relatórios ora publicados estão adequados a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.Tendo em vista a Natureza Jurídica peculiar das Associações Privadas sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a interpretação Técnica Geral 2000, a qual define que: ITG 2000 (R1) - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL 10. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como: a) serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado; b) serem autenticados no registro público competente. Ou seja, os registros contábeis das Pessoas Jurídicas definidas como Associações sem fins lucrativos devem ser realizados no registro público competente, no caso em questão, no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e não na Junta Comercial, a qual compete chancelar os livros contábeis de pessoas jurídicas mercantis. **3 Principais Práticas Contábeis** Os principais procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes: as receitas, com prestação de serviços, foram reconhecidas pelo regime de competência, assim como as despesas registradas. **4 Balanço Patrimonial** A conta "Caixa Geral" registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta "Bancos - Contas com Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas. Passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sendo que os fornecedores estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2023. Os recursos que compõem o grupo do Patrimônio Social são acrescidos do fundo patrimonial, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição. **5 - Outras Informações Relevantes** Conforme o inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto Viver possui imunidade tributária em relação ao seu patrimônio, a sua renda e aos seus serviços. Dessa forma, por ser uma associação privada sem fins lucrativos, como dispõe o artigo 1° do seu Estatuto Social. Além disso, cabe esclarecer que a entidade cumpre todos os requisitos dispostos no artigo 14 do CTN para o gozo da referida imunidade, tais como: não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio; aplicação integral dos seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Além disso, de acordo com a Lei Federal n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o Instituto Viver e considerado isento do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido requisitos dispostos no art. 12, § 2 da referida Lei. Cabe ressaltar quetodas exigências dispostas no referido parágrafo estão sendo cumpridas pelo Instituto. Nesse sentido, conforme o art.7 do EstatutoSocial, o patrimônio do Instituto deverá ser utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais. Além disso, o art. 23 dispõe que os diretores poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto. As demais exigências podem ser comprovadas por meio de documentos.Por fim, cabe ressaltar que o Instituto é isento de contribuição para a seguridade social, conforme artigo 195, §7° da Constituição Federal. A mesma isenção se aplica ao PIS/PASEP. São Luís, 31 de dezembro de 2023. SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS PRESIDENTE CPF: 760.871.153-15 GABRIELLE MARTINS BARROS CONTADOR CRC – MA - 015709/O-1 CPF: 603. 992.843-38 ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS PRIMEIRO TESOUREIRO CPF: 612.451.593-80.

COMUNICAÇÕES

VITAL ÁGUA MINERAL LTDA
CNPJ Nº 51.933.459/0001 - 89

A Vital Agua Mineral Ltda, CNPJ Nº 51.933.459/0001-89 torna público que REQUEREU da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, em 17/04/2024, Autorização para Perfuração de Poço Tubular com coordenadas geográficas 02° 29' 21.01" S e 44° 05' 19.31" W, situado a rua Quarenta e Sete, nº 47, Lote Jardim das Mangões, Quadra 5, Recanto Puro Ar Iguaíba, zona rural, município de Paço do Lumiar/MA, para fins de Comércio e Serviços, conforme dados constantes no processo nº 244522/2024.

FOLHAS 381
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	INSTITUTO VIVER
NIRE	
CNPJ	21.851.634/0001-28
Número de Ordem	7
Natureza do Livro	Livro Balancete Diário
Município	SAO LUIS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	20/01/2015
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13962

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	INSTITUTO VIVER
Natureza do Livro	Livro Balancete Diário
Número de ordem	7
Quantidade total de linhas do arquivo digital	13962
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 41.A5.42.CB.92.C2.49.45.C2.F9.F8.BD.C9.2A.0F.DD.6D.1C.B9.8C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

FOLHAS 382
Nº PROCESSO 066/20
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 4.271.422,77	R$ 8.486.487,11
CIRCULANTE		R$ 3.965.332,39	R$ 7.957.351,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		R$ 1.273.239,25	R$ 1.529.651,37
CAIXA		R$ 43.200,03	R$ 0,00
CAIXA GERAL		R$ 43.200,03	R$ 0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO		R$ 1.061.271,50	R$ 115.100,76
BANCO DO BRASIL / CC 47439-8 - Recurso sem Restrição		R$ 1.061.270,50	R$ 0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ CC - 003355-5 - Recurso sem Restrição		R$ 0,00	R$ 115.099,76
BANCO BRADESCO- Recurso sem Restrição		R$ 1,00	R$ 1,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO		R$ 168.767,72	R$ 1.414.550,61
APLICACAO BB RF SIMPLES AGIL Recursos sem Restrição		R$ 28.438,09	R$ 1.109.351,68
APLICAÇÃO INVEST FACIL BRADESCO Recursos sem Restrição		R$ 93.747,41	R$ 10.742,98
APLICAÇÃO CDB FLX- BANCO CAIXA ECONOMICA		R$ 0,00	R$ 236.709,66
CAIXA FIC GIRO MPE RF DI LP Recursos sem Restrição		R$ 46.582,22	R$ 9.503,37
APLICAÇÃO BRADESCO - Recurso sem Restrição		R$ 0,00	R$ 48.242,92
CREDITOS A RECEBER		R$ 1.919.926,94	R$ 4.150.955,50
VALORES A RECEBER		R$ 1.919.926,94	R$ 4.150.955,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA		R$ 0,00	R$ 1.744.135,19
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ 367.999,41	R$ 425.998,04
PREFEITURA MUNIC.ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ 308.750,84	R$ 328.476,20
EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH		R$ 569.372,60	R$ 312.992,69
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 100.626,60	R$ 14.456,07
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCAO DE PEDRAS		R$ 101.189,25	R$ 144.519,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS		R$ 9.062,80	R$ 62.845,43
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 159.006,89	R$ 587.485,31
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ESPERANTINOPOLIS - MEDICOS		R$ 178.417,44	R$ 304.598,80
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP		R$ 58.736,92	R$ 56.579,66

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 41.A5.42.CB.92.C2.49.45.C2.F9.F8.BD.C9.2A.0F.DD.6D.1C.B9.8C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

FOLHAS 383
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA		R$ 51.759,47	R$ 0,00
(-) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS - SAO JOAO DO CARU		R$ (13.439,82)	R$ 0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARU		R$ 22.027,54	R$ 0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRANITO		R$ 6.417,00	R$ 0,00
PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO		R$ 0,00	R$ 84.542,13
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO		R$ 0,00	R$ 71.416,01
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA		R$ 0,00	R$ 8.803,59
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE HUMBERTO DE CAMPOS		R$ 0,00	R$ 4.107,32
OUTROS CRÉDITOS		R$ 772.166,20	R$ 2.276.744,15
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES		R$ 762.328,64	R$ 2.241.578,07
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R$ 0,00	R$ 2.241.578,07
HIDROOF POCOS ARTESIANOS		R$ 399.970,64	R$ 0,00
SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS		R$ 362.358,00	R$ 0,00
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS		R$ 4.837,72	R$ 0,00
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		R$ 4.837,72	R$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R$ 4.999,84	R$ 35.166,08
IRRF A RECUPERAR		R$ 4.999,84	R$ 35.166,08
NÃO CIRCULANTE - AT		R$ 306.090,38	R$ 529.136,09
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 70.247,68	R$ 192.617,59
(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS		R$ 70.247,68	R$ 192.617,59
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - LP		R$ 70.247,68	R$ 70.247,68
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM		R$ 0,00	R$ 60.582,90
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA		R$ 0,00	R$ 46.759,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ 0,00	R$ 15.027,54
IMOBILIZADO		R$ 235.842,70	R$ 336.518,50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ 140.401,50	R$ 207.263,08
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ 140.401,50	R$ 207.263,08
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R$ 161.877,40	R$ 223.379,36

FOLHAS 384
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R$ 62.612,05	R$ 82.598,84
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 13.793,87	R$ 40.350,87
COMPUTADORES E ACESSORIOS		R$ 85.471,48	R$ 96.931,65
APARELHOS TRANSMISSORES		R$ 0,00	R$ 3.498,00
(-) (-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL		R$ (66.436,20)	R$ (94.123,94)
(-) (-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALAÇÕES		R$ (47.475,34)	R$ (56.404,05)
(-) (-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R$ (18.960,86)	R$ (34.351,43)
(-) DEPRECIAÇÕES DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS		R$ 0,00	R$ (772,71)
(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		R$ 0,00	R$ (2.345,85)
(-) DEPRECIAÇÃO DE APARELHOS TRANSMISSORES		R$ 0,00	R$ (249,90)
PASSIVO		R$ 4.271.422,77	R$ 8.486.487,11
PASSIVO CIRCULANTE		R$ 2.268.693,94	R$ 2.324.208,79
FORNECEDORES		R$ 168.274,47	R$ 72.563,07
FORNECEDORES		R$ 168.274,47	R$ 72.563,07
FORNECEDORES DIVERSOS		R$ 168.274,47	R$ 0,00
POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA		R$ 0,00	R$ 3.727,01
DFN VERONEZE LTDA		R$ 0,00	R$ 1.089,34
KBF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA		R$ 0,00	R$ 9.262,60
J. GONCALVES DOS SANTOS FILHO E CIA LTDA		R$ 0,00	R$ 4.757,27
JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA		R$ 0,00	R$ 27.307,90
V . SOBRINHO FERREIRA		R$ 0,00	R$ 16.000,00
FLAVIO REIS FERREIRA		R$ 0,00	R$ 4.673,85
REVEST COMERCIO E SERVICOS LTDA		R$ 0,00	R$ 3.333,33
S T R DE OLIVEIRA MADEIRAS		R$ 0,00	R$ 2.411,77
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 82.209,46	R$ 104.605,06
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 82.209,46	R$ 104.605,06
ISS A RECOLHER		R$ 73.529,25	R$ 0,00
IMPOSTO DE RENDA RETIDO A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 937,50

FOLHAS 385
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
IR S/ FOLHA (DARF 0561)		R$ 8.680,21	R$ 10.174,34
CSRF A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 1.046,25
ISS NÃO COMPENSADO		R$ 0,00	R$ 92.446,97
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R$ 27.398,75	R$ 202.088,78
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R$ 0,00	R$ 89.639,60
ORDENADOS E SALARIOS A PAGAR		R$ 0,00	R$ 89.639,60
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R$ 27.398,75	R$ 26.529,58
INSS A RECOLHER		R$ 15.095,26	R$ 16.379,03
FGTS A RECOLHER		R$ 12.303,49	R$ 8.472,72
PIS S/ FOLHA A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 1.677,83
PROVISÕES		R$ 0,00	R$ 85.919,60
PROVISÕES PARA FÉRIAS		R$ 0,00	R$ 85.919,60
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 1.990.811,26	R$ 1.944.951,88
CONTAS A PAGAR		R$ 1.990.811,26	R$ 1.944.951,88
SERVIÇOS DE TERCEIROS A PAGAR		R$ 1.990.811,26	R$ 1.944.951,88
PATRIMÔNIO SOCIAL		R$ 2.002.728,83	R$ 6.162.278,32
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 2.302.077,77
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 2.302.077,77
PATRIMONIO SOCIAL		R$ 277.638,01	R$ 2.302.077,77
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO		R$ 1.725.090,82	R$ 3.860.200,55
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO		R$ 1.725.090,82	R$ 3.860.200,55
SUPERÁVIT ACUMULADO		R$ 2.024.439,76	R$ 4.285.368,57
(-) DÉFICIT ACUMULADO		R$ 0,00	R$ (89.639,60)
(-) AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		R$ (299.348,94)	R$ (335.528,42)

FOLHAS 386
Nº PROCESSO 066/2024

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 42.676.671,46	R$ 65.173.995,81
RECEITAS - AREA SAUDE		R$ 35.038.441,06	R$ 45.948.721,74
PROJETO PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 2.558.612,35	R$ 2.421.579,05
PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA		R$ 2.558.612,35	R$ 2.421.579,05
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO DOMINGOS - ME		R$ 7.961.828,25	R$ 14.911.400,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA		R$ 7.961.828,25	R$ 14.911.400,28
(-) PROJETO - SÃO JOÃO DO CARU		R$ 540.359,42	R$ (0,00)
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ 540.359,42	R$ 0,00
PROJETO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE MARANHÃO		R$ 1.167.261,63	R$ 1.288.738,83
PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ 1.167.261,63	R$ 1.288.738,83
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ 4.267.038,98	R$ 4.944.596,43
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ 4.267.038,98	R$ 4.944.596,43
PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS		R$ 3.408.994,28	R$ 365.157,22
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ 3.408.994,28	R$ 365.157,22
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO BENTO		R$ 4.081.879,52	R$ 4.117.365,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO		R$ 4.081.879,52	R$ 4.117.365,96
PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SANTA FILOMENA		R$ 1.193.148,97	R$ 572.042,50
FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA		R$ 1.193.148,97	R$ 572.042,50
PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS		R$ 3.564.901,82	R$ 3.747.215,62
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANTINOPOLIS		R$ 3.564.901,82	R$ 3.747.215,62
PROJETO POÇÃO DAS PEDRAS		R$ 1.376.072,10	R$ 2.292.433,51
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS		R$ 417.437,10	R$ 694.981,06
PREFEITURA DE POCAO DE PEDRAS		R$ 958.635,00	R$ 1.597.452,45
PROJETO - EMSERH		R$ 451.250,00	R$ 452.500,00
EMSERH - CONTRATO HEMOMAR		R$ 451.250,00	R$ 452.500,00
PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ 355.000,00	R$ 343.500,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (IMPERATRIZ/MA)		R$ 355.000,00	R$ 343.500,00
PROJETO EMSERH CODÓ		R$ 120.000,00	R$ 110.000,00

FOLHAS 387
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(HEMONUCLEO)			
EMSERH - CONTRATOS HEMONÚCLEOS (CODÓ/MA)		R$ 120.000,00	R$ 110.000,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)		R$ 877.658,26	R$ 1.032.433,26
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)		R$ 877.658,26	R$ 1.032.433,26
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)		R$ 191.750,00	R$ 236.500,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)		R$ 191.750,00	R$ 236.500,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)		R$ 110.000,00	R$ 210.000,00
EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)		R$ 110.000,00	R$ 210.000,00
PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)		R$ 120.000,00	R$ 110.000,00
EMSERH CONTRATO HEMONÚCLEOS (BALSAS)		R$ 120.000,00	R$ 110.000,00
PROJETO EMSERH PINHEIRO		R$ 187.188,83	R$ 208.428,87
EMSERH - CONTRATO PINHEIRO/MA		R$ 187.188,83	R$ 208.428,87
PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA		R$ 379.625,97	R$ 1.132.827,21
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA		R$ 379.625,97	R$ 1.132.827,21
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA		R$ 641.701,96	R$ 446.214,55
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO		R$ 641.701,96	R$ 446.214,55
(-) PROJETO - UPA ARAÇAGY		R$ 1.484.168,72	R$ (0,00)
EMSERH - CONTRATO UPA ARAÇAGI		R$ 1.484.168,72	R$ 0,00
PROJETO - LAGO DO JUNCO		R$ (0,00)	R$ 672.462,15
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO		R$ 0,00	R$ 349.565,18
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGO DO JUNCO		R$ 0,00	R$ 322.896,97
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA		R$ (0,00)	R$ 2.678.241,27
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA		R$ 0,00	R$ 2.678.241,27
PROJETO - GRANITO		R$ 53.061,00	R$ 10.488,00
(-) RECEITA GRANITO		R$ 53.061,00	R$ (0,00)
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO		R$ 0,00	R$ 10.488,00
PROJETO - BURITICUPU		R$ (0,00)	R$ 369.120,76
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU		R$ 0,00	R$ 369.120,76

FOLHAS 388
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
PROJETO - SÃO JOÃO DOS PATOS		R$ (0,00)	R$ 1.962.775,87
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS		R$ 0,00	R$ 1.962.775,87
PROJETO - EUGENIO BARROS		R$ (0,00)	R$ 1.312.700,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENIO BARROS		R$ 0,00	R$ 1.312.700,40
RECEITAS - AREA EDUCAÇAO		R$ 7.224.242,88	R$ 15.745.572,90
PROJETO - ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO		R$ 3.648.354,43	R$ 3.691.345,38
PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ 3.648.354,43	R$ 3.691.345,38
PROJETO - SAO JOAO DOS PATOS - MA		R$ 3.570.532,05	R$ 5.258.767,47
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS		R$ 3.570.532,05	R$ 5.258.767,47
PROJETO - LABORO		R$ 5.356,40	R$ 1.000,00
LABORO-CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICACAO E POS- GRADUACAO LTDA		R$ 5.356,40	R$ 1.000,00
PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ 6.794.460,05
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO		R$ 0,00	R$ 6.794.460,05
RECEITAS - AREA ASSISTENCIA SOCIAL		R$ 413.987,52	R$ 2.124.200,64
PROJETO - SEAP		R$ 413.987,52	R$ 100.988,08
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP		R$ 413.987,52	R$ 100.988,08
PROJETO - HUMBERTO DE CAMPOS		R$ (0,00)	R$ 11.247,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL HUMBERTO DE CAMPOS		R$ 0,00	R$ 11.247,50
PROJETO - SAO BENEDITO DO RIO PRETO		R$ (0,00)	R$ 1.983.844,26
PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO		R$ 0,00	R$ 1.983.844,26
PROJETO - LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA		R$ (0,00)	R$ 28.120,80
MUNICIPIO DE LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		R$ 0,00	R$ 28.120,80
RECEITAS NA PRESTAÇÃO DEMAIS SERVIÇOS		R$ (0,00)	R$ 1.355.500,53
PROJETO - SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ 1.346.860,53
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - MA		R$ 0,00	R$ 1.346.860,53
PROJETO - PENALVA		R$ (0,00)	R$ 8.640,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA		R$ 0,00	R$ 8.640,00
(-) RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 42.676.671,46	R$ (0,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 7.300,00	R$ (0,00)

FOLHAS 389
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
SERVIÇOS PRESTADOS		R$ 7.300,00	R$ 0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (2.045.922,30)	R$ (3.141.559,85)
(-) (-) ISS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (361.370,48)	R$ (187.360,88)
(-) (-) ISS - POÇAO DE PEDRAS		R$ (47.931,75)	R$ (112.302,59)
(-) (-) ISS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (17.750,00)	R$ (17.175,00)
(-) (-) ISS - HEMOMAR		R$ (22.562,50)	R$ (22.625,00)
(-) (-) ISS - SEAP		R$ (20.699,37)	R$ (5.049,40)
(-) (-) ISS - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (127.930,60)	R$ (132.517,03)
(-) (-) ISS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (6.000,00)	R$ (5.000,00)
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO SANTA INES		R$ (9.587,50)	R$ (11.825,00)
(-) (-) ISS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS		R$ (6.000,00)	R$ (5.500,00)
(-) (-) ISS - EMSERH PINHEIRO		R$ (9.359,46)	R$ (10.421,44)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POÇÃO DE PEDRAS		R$ (20.871,90)	R$ (2.319,10)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOÃO BATISTA		R$ (18.981,29)	R$ (45.203,29)
(-) (-) ISS - LABORO		R$ (584,26)	R$ (111,50)
(-) (-) ISS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (39.189,22)	R$ (48.368,35)
(-) (-) ISS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (19.173,88)	R$ (30.292,33)
(-) (-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (170.681,65)	R$ (197.783,89)
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - MA		R$ (170.449,71)	R$ 0,00
(-) (-) ISS - PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA		R$ (142.821,30)	R$ (106.414,37)
(-) (-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO		R$ (32.085,13)	R$ (8.087,02)
(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (19.279,68)	R$ 0,00
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO CAXIAS		R$ (5.500,00)	R$ (11.000,00)
(-) (-) ISS - HEMONUCLEO PEDREIRAS		R$ (43.882,89)	R$ (51.621,63)
(-) ISS - UPA ARAÇAGY		R$ (74.208,47)	R$ 0,00
(-) (-) ISS - SANTA FILOMENA		R$ (56.074,48)	R$ (24.790,73)
(-) (-) ISS - SÃO BENTO		R$ (204.093,98)	R$ (612.934,34)
(-) (-) ISS - SAO DOMINGOS		R$ (398.852,80)	R$ (763.827,70)
(-) (-) ISS - SEC MUNICIPAL DE EDUC DE SÃO JOÃO DOS PATOS		R$ (0,00)	R$ (187.431,74)

FOLHAS 390
Nº PROCESSO 06/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) (-) ISS - FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA		R$ (0,00)	R$ (3.811,40)
(-) (-) ISS - PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO		R$ (0,00)	R$ (99.192,21)
(-) (-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINOPOLIS		R$ (0,00)	R$ (184.567,27)
(-) (-) ISS - LAGO DO JUNCO		R$ (0,00)	R$ (35.029,14)
(-) (-) ISS - PENALVA		R$ (0,00)	R$ (134.344,06)
(-) (-) ISS - HUMBERTO DE CAMPOS		R$ (0,00)	R$ (562,38)
(-) (-) ISS - BURITICUPU		R$ (0,00)	R$ (18.456,04)
(-) (-) ISS - EUGENIO BARROS		R$ (0,00)	R$ (65.635,02)
(-) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		R$ 40.630.749,16	R$ (57.836.706,99)
(-) CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE		R$ 40.630.749,16	R$ (57.836.706,99)
(-) PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS		R$ (1.770.534,20)	R$ (2.766.794,53)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (1.769.151,78)	R$ (2.758.403,00)
(-) ALUGUEL DE IMOVEL ESPERANTINOPOLIS - MEDICO		R$ (0,00)	R$ (4.400,00)
(-) ENERGIA ELÉTRICA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (0,00)	R$ (2.390,58)
(-) INTERNET ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (1.382,42)	R$ (1.200,95)
(-) MATERIAL E SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS		R$ (0,00)	R$ (400,00)
(-) PROJETO POÇÃO DE PEDRAS		R$ (1.003.688,00)	R$ (1.453.577,37)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - POÇÃO DE PEDRAS		R$ (1.003.688,00)	R$ (1.440.542,00)
(-) ALUGUEL - POÇAO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (12.400,00)
(-) INTERNET - POÇAO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (635,37)
(-) PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (395.195,00)	R$ (217.920,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (395.195,00)	R$ (217.770,00)
(-) DESPESAS COM TRANSPORTES - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)		R$ (0,00)	R$ (150,00)
(-) PROJETO HEMOMAR		R$ (1.041.825,69)	R$ (366.556,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMOMAR		R$ (1.041.825,69)	R$ (366.556,00)
(-) PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA		R$ (2.159.579,28)	R$ (2.839.631,82)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (2.159.188,50)	R$ (2.824.285,12)
(-) ALUGUEL DE IMOVEL - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (12.000,00)

FOLHAS 391
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (177,00)
(-) ENERGIA ELETRICA - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (188,81)	R$ (1.689,11)
(-) INTERNET - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (201,97)	R$ (1.369,09)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (61,50)
(-) MATERIAL E SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (0,00)	R$ (50,00)
(-) PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (105.000,00)	R$ (84.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)		R$ (105.000,00)	R$ (84.000,00)
(-) PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)		R$ (115.850,00)	R$ (167.300,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO SANTA INES		R$ (115.850,00)	R$ (167.300,00)
(-) PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)		R$ (144.000,00)	R$ (133.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS		R$ (144.000,00)	R$ (84.000,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS PJ - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS		R$ (0,00)	R$ (49.000,00)
(-) PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA		R$ (559.767,95)	R$ (10.918.723,90)
(-) ALUGUEIS - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA		R$ (0,00)	R$ (12.037,80)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO DOMINGOS		R$ (559.717,95)	R$ (10.906.631,10)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SÃO DOMINGOS		R$ (50,00)	R$ (55,00)
(-) PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA		R$ (3.920.363,24)	R$ (9.750.613,47)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO BENTO		R$ (3.919.640,00)	R$ (9.737.960,77)
(-) MATERIAL DE USOE E CONSUMO		R$ (723,24)	R$ (0,00)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (3.300,00)
(-) ALUGUEL DE IMÓVEL		R$ (0,00)	R$ (9.000,00)
(-) INTERNET - SÃO BENTO		R$ (0,00)	R$ (352,70)
(-) PROJETO SANTA FILOMENA		R$ (610.025,89)	R$ (352.252,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SANTA FILOMENA		R$ (610.025,89)	R$ (352.252,00)
(-) PROJETO UPA ARAÇAGY		R$ (1.569.067,50)	R$ (0,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - UPA ARAÇAGY		R$ (1.569.067,50)	R$ (0,00)
(-) PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)		R$ (261.000,00)	R$ (291.722,22)

FOLHAS 392
Nº PROCESSO 066/2024
ASSINATURA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO PEDREIRAS		R$ (261.000,00)	R$ (291.722,22)
(-) PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)		R$ (63.000,00)	R$ (154.000,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO CAXIAS		R$ (63.000,00)	R$ (154.000,00)
(-) PROJETO EMSERH PINHEIRO		R$ (205.635,71)	R$ (159.184,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH PINHEIRO		R$ (205.635,71)	R$ (159.184,00)
(-) PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (23.560,58)
(-) ALUGUEIS DE IMÓVEIS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (0,00)	R$ (14.544,00)
(-) INTERNET - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (1.199,00)
(-) SEGUROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (2.700,08)
(-) SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (310,00)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (0,00)	R$ (4.807,50)
(-) PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PORÇÃO DAS PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (140,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORÇÃO DE PEDRAS		R$ (0,00)	R$ (140,00)
(-) PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA		R$ (104.632,00)	R$ (0,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA		R$ (104.632,00)	R$ (0,00)
(-) PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (2.753.882,29)	R$ (3.484.364,35)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO		R$ (2.737.135,40)	R$ (3.468.832,22)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (8.193,37)	R$ (2.000,00)
(-) MATERIAIS DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (2.235,00)	R$ (35,00)
(-) ALUGUEIS - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (2.470,00)	R$ (12.000,00)
(-) ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA		R$ (80,98)	R$ (726,95)
(-) INTERNET - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (3.417,54)	R$ (770,18)
(-) MANUTENÇAO DE AR CONDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA		R$ (350,00)	R$ (0,00)
(-) PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA		R$ (0,00)	R$ (186.659,72)

FOLHAS 393
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO		R$ (0,00)	R$ (186.659,72)
(-) PROJETO GRANITO		R$ (27.524,59)	R$ (8.624,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - GRANITO		R$ (27.524,59)	R$ (8.624,00)
(-) PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (456.205,30)	R$ (0,00)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ		R$ (456.205,30)	R$ (0,00)
(-) PROJETO PENALVA		R$ (0,00)	R$ (2.185.569,70)
(-) ALUGUEIS - PENALVA		R$ (0,00)	R$ (5.000,00)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (2.632,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO PENALVA SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (2.177.937,70)
(-) PROJETO BURITICUPU		R$ (0,00)	R$ (457.854,32)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO BURITICUPU		R$ (0,00)	R$ (457.500,00)
(-) MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO		R$ (0,00)	R$ (320,00)
(-) INTERNET		R$ (0,00)	R$ (34,32)
(-) PROJETO SEAP		R$ (157.006,37)	R$ (7.218,36)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - SEAP		R$ (157.006,37)	R$ (0,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - SEAP		R$ (0,00)	R$ (300,00)
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (0,00)	R$ (6.918,36)
(-) PROJETO EUGENIO BARROS		R$ (0,00)	R$ (222.558,10)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (222.558,10)
(-) CUSTOS E DESPESAS - AREA EDUCAÇÃO		R$ (22.453.933,60)	R$ (21.604.882,55)
(-) PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO		R$ (2.587.618,65)	R$ (1.818.755,61)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (2.497.716,41)	R$ (1.818.555,61)
(-) INTERNET - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (1.175,99)	R$ (0,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (450,00)	R$ (200,00)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (32.481,33)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (169,00)	R$ (0,00)

FOLHAS 394
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) ALUGUEL - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (54.025,00)	R$ (0,00)
(-) MULTA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO		R$ (250,00)	R$ (0,00)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS EDUCAÇÃO		R$ (1.350,92)	R$ (0,00)
(-) PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (712.643,37)	R$ (163.946,37)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (699.973,25)	R$ (163.524,95)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (200,00)	R$ (421,42)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (2.790,12)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS DE VIAGENS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (9.680,00)	R$ (0,00)
(-) PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA		R$ (1.579.687,38)	R$ (4.670.572,78)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS		R$ (1.579.687,38)	R$ (4.669.844,80)
(-) MATERIAL DE ESCRITÓRIO		R$ (0,00)	R$ (562,00)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R$ (0,00)	R$ (165,98)
(-) PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA		R$ (83.690,31)	R$ (573.477,48)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO		R$ (83.196,33)	R$ (571.140,41)
(-) ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE		R$ (493,98)	R$ (2.337,07)
(-) PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ		R$ (8.440.287,92)	R$ (1.145,93)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (8.427.193,53)	R$ (0,00)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS		R$ (2.000,00)	R$ (166,00)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO - - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (1.127,00)	R$ (0,00)
(-) ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA		R$ (0,00)	R$ (979,93)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇAO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO		R$ (9.967,39)	R$ (0,00)
(-) PROJETO EUGENIO BARROS		R$ (0,00)	R$ (461.538,00)

FOLHAS 395
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA EDUCAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (461.538,00)
(-) CUSTOS E DESPESAS - DEMAIS ÁREAS		R$ (9.050.005,97)	R$ (13.915.446,38)
(-) PROJETO EUGENIO BARROS		R$ (0,00)	R$ (338.217,00)
(-) SERVIÇO DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA ADMINISTRAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (338.217,00)
(=) RESULTADO BRUTO		R$ 9.960.044,89	R$ 4.195.728,97
(-) CUSTOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO		R$ (1.017.389,14)	R$ (6.398.653,96)
(-) SÁLARIOS E ORDENADOS		R$ (648.944,82)	R$ (887.055,46)
(-) FÉRIAS		R$ (6.126,88)	R$ (211.178,82)
(-) 13º SALARIO		R$ (98.154,26)	R$ (73.169,51)
(-) FGTS		R$ (64.243,55)	R$ (66.319,61)
(-) INSS		R$ (34.759,75)	R$ (68.868,49)
(-) AVISO PREVIO INDENIZADO		R$ (0,00)	R$ (39.876,82)
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R$ (15.565,79)	R$ (69.068,79)
(-) OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL		R$ (5.469,85)	R$ (35.375,87)
(-) PLANO DE SAÚDE		R$ (78.137,09)	R$ (96.700,98)
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R$ (27.276,61)	R$ (563.314,34)
(-) DESPESAS COM TRANSPORTE		R$ (14.847,54)	R$ (960,53)
(-) ALIMENTACAO		R$ (23.863,00)	R$ (0,00)
(-) FGTS RESCISÓRIO		R$ (0,00)	R$ (34.158,34)
(-) PIS S/ FOLHA		R$ (0,00)	R$ (3.518,49)
(-) CURSOS E TREINAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (57.109,85)
(-) PROCESSOS TRABALHISTAS		R$ (0,00)	R$ (5.000,00)
(-) CUSTO MÃO DE OBRA - SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (368.456,10)
(-) CUSTO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS - SAÚDE		R$ (0,00)	R$ (3.818.521,96)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO		R$ (6.813.150,03)	R$ (1.914.991,17)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS - ADMINISTRATIVO		R$ (1.010.772,44)	R$ (137.878,10)
(-) ASSESSORIA JURIDICA		R$ (42.997,93)	R$ (546.680,03)
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (13.803,24)	R$ (23.083,52)
(-) ÁGUA E ESGOTO		R$ (121,80)	R$ (0,00)
(-) TELEFONE		R$ (5.807,41)	R$ (4.673,67)
(-) MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA		R$ (438,98)	R$ (4.070,86)

FOLHAS 396
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) ASSISTENCIA CONTABIL		R$ (44.063,66)	R$ (66.580,00)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R$ (0,00)	R$ (24.288,08)
(-) DEPRECIAÇÕES E ARMOTIZAÇÕES		R$ (14.235,34)	R$ (27.687,74)
(-) DESPESAS CARTÓRIAIS		R$ (10.369,13)	R$ (6.341,31)
(-) ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS		R$ (368,46)	R$ (0,00)
(-) UNIFORMES		R$ (885,00)	R$ (132.550,58)
(-) LICENÇA DE USO DE SOFTWARE		R$ (12.778,98)	R$ (20.360,29)
(-) ANUIDADE / CONSELHO DE CLASSE		R$ (5.387,39)	R$ (3.573,25)
(-) MANUTENÇÃO DE VEICULO		R$ (1.146,66)	R$ (16.211,23)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R$ (423.996,41)	R$ (86.147,68)
(-) SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMATICA		R$ (8.965,78)	R$ (58.033,30)
(-) COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE		R$ (2.512,40)	R$ (11.869,94)
(-) CONDUCAO		R$ (1.065,66)	R$ (0,00)
(-) MULTA DE TRANSITO		R$ (3.402,64)	R$ (143,18)
(-) DESPESA COM INTERNET		R$ (7.164,10)	R$ (12.268,41)
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO		R$ (17.842,97)	R$ (17.087,24)
(-) FRETES E CARRETOS		R$ (0,00)	R$ (6.148,50)
(-) MATERIAL DE CONSTRUÇÃO		R$ (225.648,66)	R$ (70.225,02)
(-) ALUGUEL DE VEICULOS		R$ (70.244,90)	R$ (292.587,26)
(-) ALUGUEL DE IMOVEIS		R$ (125.311,46)	R$ (68.260,00)
(-) VIAGENS E ESTADIAS		R$ (106.519,34)	R$ (0,00)
(-) ESTACIONAMENTO		R$ (9,00)	R$ (87,00)
(-) MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R$ (29.942,00)	R$ (197.970,28)
(-) MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO		R$ (900,00)	R$ (5.230,00)
(-) CERTIFICAÇÃO DIGITAL		R$ (169,90)	R$ (1.355,00)
(-) DESPESAS COM LICITAÇÃO		R$ (14.107,21)	R$ (15.542,15)
(-) DESPESAS SEM DOCUMENTO HÁBIL		R$ (400,00)	R$ (0,00)
(-) EVENTOS E CONFRATERNIZAÇÕES		R$ (3.426,13)	R$ (25.483,26)
(-) CORREIOS		R$ (47,66)	R$ (0,00)
(-) DESPESAS SEM PROJETO		R$ (31.265,71)	R$ (0,00)
(-) LANCHES E REFEIÇÕES		R$ (5.928,87)	R$ (8.234,53)
(-) SEGUROS		R$ (7.099,79)	R$ (5.059,06)
(-) LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS		R$ (4.564.003,02)	R$ (270,00)

FOLHAS 397
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	INSTITUTO VIVER
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.851.634/0001-28
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) SERVIÇOS GRÁFICOS		R$ (0,00)	R$ (6.416,00)
(-) DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS		R$ (0,00)	R$ (12.594,70)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (188.974,08)	R$ (88.098,66)
(-) JUROS PASSIVOS		R$ (55.393,62)	R$ (6.340,61)
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS		R$ (52.813,35)	R$ (443,82)
(-) JUROS DE MORA		R$ (304,23)	R$ (0,00)
(-) JUROS E COMISSÕES BANCARIAS		R$ (0,37)	R$ (0,00)
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (79.185,09)	R$ (43.896,14)
(-) IOF		R$ (1.277,42)	R$ (20.237,26)
(-) IR S/ APLICAÇÃO		R$ (0,00)	R$ (17.180,83)
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES		R$ (16.947,96)	R$ (55.593,28)
(-) ALVARÁ FUNCIONAMENTO		R$ (1.144,33)	R$ (251,01)
(-) TAXAS ESTADUAIS		R$ (1.638,78)	R$ (8.715,00)
(-) TAXAS FEDERAIS		R$ (14.164,85)	R$ (7.502,10)
(-) MULTAS FISCAIS		R$ (0,00)	R$ (12.046,14)
(-) IMPOSTOS FEDERAIS		R$ (0,00)	R$ (26.474,29)
(-) TAXAS MUNICIPAIS		R$ (0,00)	R$ (604,74)
(-) GRATUIDADES E DOAÇÕES		R$ (1.070.244,40)	R$ (5.211.392,79)
(-) PROJETO ESCOLA DE MÚSICA IGREJA BATISTA		R$ (0,00)	R$ (788.374,83)
(-) GRATUIDADE COM SAÚDE		R$ (925,01)	R$ (15.334,00)
(-) PROJETO DENTES QUE BRILHAM		R$ (0,00)	R$ (181.593,55)
(-) GRATUIDADES AÇÕES COM SOCIAL		R$ (1.045.773,80)	R$ (1.318.055,55)
(-) PROJETO ESPORTIVO E SOCIAL HERÓIS DA ILHA		R$ (0,00)	R$ (1.474.644,01)
(-) DOAÇÃO IGREJA BATISTA		R$ (23.545,59)	R$ (1.433.390,85)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 56.699,64	R$ 91.500,48
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		R$ 173,57	R$ 596,20
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R$ 46.562,12	R$ 89.370,76
JUROS RECEBIDO		R$ 9.963,95	R$ 1.533,52
(=) RESULTADO LIQUIDO		R$ 853.339,28	R$ 4.195.728,97
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO		R$ 853.339,28	R$ 4.195.728,97
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO		R$ 853.339,28	R$ 4.195.728,97

FOLHAS 398
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	21.851.634/0001-28	
NOME EMPRESARIAL		
INSTITUTO VIVER		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Balancetes Diários e Balanços	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Balancete Diário	7
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
41.A5.42.CB.92.C2.49.45.C2.F9.F8.BD.C9.2A.0F.DD.6D.1C.B9.8C	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21851634000128	INSTITUTO VIVER:21851634000128	465551979652633146307626	18/08/2023 a 17/08/2024	Sim
Contador	60399284338	GABRIELLE MARTINS BARROS:60399284338	263795476664569220213513	12/01/2024 a 11/01/2025	Não

NÚMERO DO RECIBO:

41.A5.42.CB.92.C2.49.45.C2.F9.F8.BD.
C9.2A.0F.DD.6D.1C.B9.8C-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/06/2024 às 17:49:16

3C.53.F6.A3.95.AC.1C.4D
B2.12.24.F0.C0.43.59.7B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.

FOLHAS 399
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
instituto Viver

2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.741
0001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
DO INSTITUTO VIVER

1. - CONVOCAÇÃO: São convocados todos os associados do Instituto Viver a comparecer à Assembleia Geral, que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2024 na Av. Aririzal, Ed. Comercial Pátio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265. A assembleia será instalada, em primeira convocação às 08:00 e, em segunda convocação, às 08:15h.

2. - Ordem do Dia:

a. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
b. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço anual;

São Luís – MA, 19 de fevereiro de 2024.

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Diretora-Presidente

FOLHAS 400
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950UXC77H39UHA85916, 11/03/2024 16:40:32, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.742** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.741** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER1569508VYPZB3YECXZRH02, 11/03/2024 16:40:33, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.742** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.741** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950JOZPX2UQ06DR8J46, 11/03/2024 16:40:31, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.742** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.741** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 401
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

viver
Instituto Viver

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.742** 0001

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL DE PRESENÇA:

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, em primeira convocação às 08 horas atendendo ao Edital de Convocação de 19/02/2024, devidamente afixado na sede social, com endereço na Av. Aririzal, Ed. Comercial Pátio Aririzal, sl-15, n. 39, Bairro Turu, São Luís – MA, CEP 65066-265, os associados do Instituto Viver ("Instituto"), conforme lista de presença anexa a esta ata (Anexo I) nos termos do Estatuto em vigor, para deliberarem quanto:

ORDEM DO DIA:

a. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
b. Apreciar, Discutir e homologar as contas e o balanço anual;

COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a direção dos trabalhos a Senhora Sheyla Yonara Dantas de Farias, brasileira, casada, professora, portadora do CPF de Nº 760.871.153-15, e RG: 14424593-0, SSP/MA, Presidente atual conforme dispositivo estatutário nos termos do art. 34 do estatuto social vigente, convidou o Diretor Executivo, Sr. Enio da Silva Rocha, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CPF: 183.402.450-15 e RG: 018624632001-1, SSP/MA, para secretariá-lo que coube a tarefa de registrar a ata.

DELIBERAÇÕES:

Após constatar o quórum estabelecido no Estatuto Social vigente, a Senhora Presidente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral Ordinária, deu boas-vindas a todos os presentes e dando atendimento à ordem do dia tomando as seguintes deliberações:

Dando continuidade foi apresentado o balanço patrimonial referente ao exercício financeiro do ano de 2023, que teve como soma tanto do ativo como no passivo, a importância de R$ 8.486.487,11 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e onze centavos), cujos lançamentos foram efetuados de acordo com os documentos apresentados pelos titulares e atendendo as disposições das Normas de Contabilidade – NBCT – 10.19 e ITG2002 – ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS, onde essa estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes, variações patrimoniais, estruturação das demonstrações contábeis, e das informações que devem ser divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. Foi apresentado também, a demonstração de resultados do exercício financeiro, com um superavit no exercício de 2023 no valor de R$ 4.285.368,57 (quatro milhões duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos). Após a leitura feita pelo presidente, verificação e análise dos referidos documentos apresentados aos presentes, foi emitido parecer, se posicionando favorável pela aprovação das contas. Os referidos documentos foram apresentados e tiveram a sua aprovação unânime, não havendo dúvida entre os convocados presentes.

Como nada mais houvesse a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, que lida, conferida e achada conforme, foi assinada, em lista de presença anexa (anexo II), por todos os presentes, pela Presidente dos trabalhos, e por mim, Secretário, que a tudo presenciei e consignei em ata.

São Luís, 27 de fevereiro de 2024.

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Presidente da Assembleia

ENIO DA SILVA ROCHA
Secretário da Assembleia

FOLHAS 402
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

INSTITUTO VIVER - CNPJ 21.851.634/0001-28
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Analisamos o balanço patrimonial referente ao exercício financeiro do ano de 2023 do INSTITUTO VIVER levantado em 31 de dezembro de 2023, a DRE, notas explicativas e demais demonstrações contábeis, verificamos que o instituto aplica seus recursos recebidos na execução e gestão de projetos e contratos de serviços, não havendo divisão de seus excedentes, entre nenhum de seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, apresentando o superávit do exercício 2023 no valor de R$ 4.285.368,57 (quatro milhões duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), um total para cobrir gastos e custos futuros em caso de descontinuidade de contratos, havendo ainda valores para custear despesas no próximo exercício. As demonstrações representam adequadamente, todos os aspectos da boa posição patrimonial e financeira do instituto, representa também o bom desempenho das operações, mutação do patrimônio e fluxos financeiros.

Verificamos que foram apresentados os respectivos documentos elaborados com as principais práticas contábeis aplicadas no Brasil. Por fim tendo encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, é de parecer que os documentos merecem integral aprovação por parte dos conselheiros fiscais, razão pela qual opina pela sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

São Luís – MA, 27 de fevereiro de 2024.

Thaís Vieira Camizão
THAIS VIEIRA CAMIZAO
CPF: 054.113.103-69
1ª Conselheira Fiscal

Gabrielle Martins Barros
GABRIELLE MARTINS BARROS
CPF: 603.992.843-38
2ª Conselheiro Fiscal

Roseane Miranda dos Santos
ROSEANE MIRANDA DOS SANTOS
CPF: 805.089.103-82
3ª Conselheira Fiscal

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950CNRG2E3TXXMJVPS9, 11/03/2024 16:51:14, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.743** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.742** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Gláucia Martins Araújo
Escrevente

RTD/PJ 2º RTD SÃO LUÍS - MA

FOLHAS 403
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0003

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950DY5T1HURIXTR0B24, 11/03/2024 16:51:14, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.743** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.742** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950EGVT4MCOV7NR2N15, 11/03/2024 16:51:13, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ENIO DA SILVA ROCHA, Total R$ 18,75 Emol R$ 16,95 FERC R$ 0,48 FADEP R$ 0,66 FEMP R$ 0,66 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.743** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.742** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 404
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0004

viver
Instituto Viver

Ofício RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.742**

LISTA DE PRESENÇAS DA ASSEMBLEIA GERAL DO INSTITUTO VIVER - ANEXO I

São Luís/MA, 27/02/2024

NOME	ASSINATURA
Sheyla Yonara Dantas de Farias	
Eduarda Silva Rodrigues	
Roseana Karen Bezerra Correa	
Gabrielle Martins Barros	
Thaís Vieira Camizão	
Sarah Duarte Santos	
Isabelle Martins Ferreira Barros	
Benica de Fátima Serra S.	
Katiúscia Maia Rodrigues	
Rosana Miranda dos Santos	
Fernanda Duarte Santos	
Jennifer Andressa Abreu Pinheiro	

FOLHAS 405
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

TERMO DE ABERTURA

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.743**
0001

Livro Diário

Número: 7 **Folha: 1**

Contém este livro 2314 folhas numeradas do No. 1 ao 2314 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Nome da Empresa .....:	INSTITUTO VIVER
Ramo .....:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço .....:	AV ARIRIZAL, 39
Complemento .....:	SALA 15
Bairro .....:	TURU
CEP .....:	65066265
Municipio .....:	SAO LUIS
Estado .....:	MA
Inscrição no CNPJ .....:	21.851.634/0001-28
Inscrição Estadual.....:	124574815
Registro na junta.....:	
Inscrição Municipal.....:	96409001

SAO LUIS/MA, 01/01/2023

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

GABRIELLE MARTINS BARROS
Reg. no CRC - MA sob o No. 015709
CPF: 603.992.843-38

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

3º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LUÍS / MA
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de
[0198232] - SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
Ato: 13.17.2 Emolumentos: R$ 5,66, FERC: R$ 0,16, FADEP: R$ 0,22, FEMP: R$ 0,22. Total: 6,25 Em test° ____da verdade São Luís - MA, 12/03/2024 16:36:27
SELO: RECFIR029983WO4FNQ3ZZFQV4HB3 LUIS FERNANDO CARVALHO CORRÊA DE MELLO - ESCREVENTE. Consulte a validade do selo https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
São Luís, 12/03/2024 16:12:36 Targino 25770
Gustavo Targino Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794ECU9RCLINOOZOX91 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6.25 Total:R$6.25
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

Sétimo Tabelionato de Notas de São Luís - MA
Gustavo Dal Molin de Oliveira - Tabelião
Reconheço por SEMELHANÇA a firma abaixo:
GABRIELLE MARTINS BARROS
São Luís, 12/03/2024 16:12:35 Targino 32024
Gustavo Targino Silva - Escrevente
PODER JUDICIÁRIO - TJMA
Selo: RECFIR156794H8SVGO3X6ORVS2S4 - Ato: 13.17.2
Emolumentos e taxas:R$6.25 Total:R$6.25
Consulte a validade deste selo no site https://selo.tjma.jus.br

FOLHAS 406
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0002

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950KK4O2ULY86LJAX69, 11/03/2024 16:58:50, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.744** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.743** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950KRW415UI3D4Y3F98, 11/03/2024 16:58:51, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.744** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.743** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950SOBUJGCHR3TTQ715, 11/03/2024 16:58:50, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.744** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.743** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 407
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º RTD/RCPJ São Luís/MA 0001
Microfilme N. **1.745**

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Balanço encerrado em: 31/12/2023

Folha: 2298
Número livro: 0007

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
			31/12/2023	31/12/2022
1	**1**	**ATIVO**	**8.486.487,11D**	**4.271.422,77D**
2	**1.1**	**CIRCULANTE**	**7.957.351,02D**	**3.965.332,39D**
3	**1.1.1**	**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**1.529.651,37D**	**1.273.239,25D**
4	**1.1.1.01**	**CAIXA**	**0,00**	**43.200,03D**
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	0,00	43.200,03D
7	**1.1.1.20**	**BANCOS CONTA MOVIMENTO - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO**	**115.100,76D**	**1.061.271,50D**
8	1.1.1.20.003	BANCO DO BRASIL / CC 47439-8 - Recurso sem Restrição	0,00	1.061.270,50D
9	1.1.1.20.004	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL/ CC - 003355-5 - Recurso sem Rest	115.099,76D	0,00
10347	1.1.1.20.006	BANCO BRADESCO- Recurso sem Restrição	1,00D	1,00D
10	**1.1.1.30**	**APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS SEM RESTRIÇÃO**	**1.414.550,61D**	**168.767,72D**
10063	1.1.1.30.003	APLICACAO BB RF SIMPLES AGIL – Recursos sem Restrição	1.109.351,68D	28.438,09D
10486	1.1.1.30.004	APLICAÇÃO INVEST FACIL BRADESCO – Recursos sem Restrição	10.742,98D	93.747,41D
11034	1.1.1.30.005	APLICAÇÃO CDB FLX- BANCO CAIXA ECONOMICA	236.709,66D	0,00
11091	1.1.1.30.006	CAIXA FIC GIRO MPE RF DI LP – Recursos sem Restrição	9.503,37D	46.582,22D
11368	1.1.1.30.007	APLICAÇÃO BRADESCO - Recurso sem Restrição	48.242,92D	0,00
12	**1.1.2**	**CREDITOS A RECEBER**	**4.150.955,50D**	**1.919.926,94D**
13	**1.1.2.10**	**VALORES A RECEBER**	**4.150.955,50D**	**1.919.926,94D**
10084	1.1.2.10.0006	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA	1.744.135,19D	0,00
10086	1.1.2.10.0008	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	425.998,04D	367.999,41D
522	1.1.2.10.0011	PREFEITURA MUNIC.ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	328.476,20D	308.750,84D
10080	1.1.2.10.0019	EMPRESA MARANHENSE DE SERVICOS HOSPITALARES - EMSERH	312.992,69D	569.372,60D
10548	1.1.2.10.0022	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA	14.456,07D	100.626,60D
10551	1.1.2.10.0025	PREFEITURA MUNICIPAL DE POCAO DE PEDRAS	144.519,06D	101.189,25D
10552	1.1.2.10.0026	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	62.845,43D	9.062,80D
529	1.1.2.10.0035	PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	587.485,31D	159.006,89D
10047	1.1.2.10.0036	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ESPERANTINOPOLIS - MEDICOS	304.598,80D	178.417,44D
10081	1.1.2.10.0037	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA -	56.579,66D	58.736,92D
11133	1.1.2.10.0044	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA	0,00	51.759,47D
11134	1.1.2.10.0045	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS - SAO JOAC	0,00	13.439,82C
11135	1.1.2.10.0046	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CARU	0,00	22.027,54D
11204	1.1.2.10.0047	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRANITO	0,00	6.417,00D
11220	1.1.2.10.0048	PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	84.542,13D	0,00
11235	1.1.2.10.0053	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	71.416,01D	0,00
11237	1.1.2.10.0054	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	8.803,59D	0,00
11273	1.1.2.10.0055	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE HUMBERTO DE	4.107,32D	0,00
18	**1.1.3**	**OUTROS CRÉDITOS**	**2.276.744,15D**	**772.166,20D**
23	**1.1.3.50**	**ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**	**2.241.578,07D**	**762.328,64D**
11090	1.1.3.50.001	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	2.241.578,07D	0,00
11114	1.1.3.50.002	HIDROOF POCOS ARTESIANOS	0,00	399.970,64D
11115	1.1.3.50.003	SANTOS CONSULTORIA E SERVICOS	0,00	362.358,00D
24	**1.1.3.60**	**ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**	**0,00**	**4.837,72D**
533	1.1.3.60.004	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	0,00	4.837,72D
28	**1.1.3.80**	**TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR**	**35.166,08D**	**4.999,84D**
31	1.1.3.80.003	IRRF A RECUPERAR	35.166,08D	4.999,84D
501	**1.2**	**NÃO CIRCULANTE - AT**	**529.136,09D**	**306.090,38D**
69	**1.2.1**	**ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**	**192.617,59D**	**70.247,68D**
75	**1.2.1.12**	**(-) CRÉDITOS VENCIDOS E NÃO LIQUIDADOS**	**192.617,59D**	**70.247,68D**
71	1.2.1.12.001	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - LP	70.247,68D	70.247,68D
11305	1.2.1.12.002	MUNICÍPIO DE BOM JARDIM	60.582,90D	0,00
11431	1.2.1.12.004	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ/MA	46.759,47D	0,00
11432	1.2.1.12.005	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO CARÚ	15.027,54D	0,00
111	**1.2.2**	**IMOBILIZADO**	**336.518,50D**	**235.842,70D**
116	**1.2.2.21**	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**207.263,08D**	**140.401,50D**
117	1.2.2.21.1001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	207.263,08D	140.401,50D
118	**1.2.2.22**	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**223.379,36D**	**161.877,40D**
119	1.2.2.22.2001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	82.598,84D	62.612,05D
519	1.2.2.22.2002	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	40.350,87D	13.793,87D
11047	1.2.2.22.2003	COMPUTADORES E ACESSORIOS	96.931,65D	85.471,48D

FOLHAS 408
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.745 0002

Folha: 2299
Número livro: 0007

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Balanço encerrado em: 31/12/2023

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
			31/12/2023	31/12/2022
11435	1.2.2.22.2004	APARELHOS TRANSMISSORES	3.498,00D	0,00
125	1.2.2.61	**(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL**	**94.123,94C**	**66.436,20C**
126	1.2.2.61.0001	(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MAQUINAS E INSTALAÇÕ	56.404,05C	47.475,34C
127	1.2.2.61.0002	(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	34.351,43C	18.960,86C
11433	1.2.2.61.0008	(-) DEPRECIAÇÕES DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	772,71C	0,00
11434	1.2.2.61.0009	(-) DEPRECIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE	2.345,85C	0,00
11436	1.2.2.61.0010	(-) DEPRECIAÇÃO DE APARELHOS TRANSMISSORES	249,90C	0,00
149	2	**PASSIVO**	**8.486.487,11C**	**4.271.422,77C**
150	2.1	**PASSIVO CIRCULANTE**	**2.234.569,19C**	**2.268.693,94C**
164	2.1.3	**FORNECEDORES**	**72.563,07C**	**168.274,47C**
165	2.1.3.01	**FORNECEDORES**	**72.563,07C**	**168.274,47C**
10001	2.1.3.01.000001	FORNECEDORES DIVERSOS	0,00	168.274,47C
10089	2.1.3.01.000011	POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO SA	3.727,01C	0,00
10091	2.1.3.01.000013	DFN VERONEZE LTDA	1.089,34C	0,00
10078	2.1.3.01.000023	KBF COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	9.262,60C	0,00
10295	2.1.3.01.000027	J. GONCALVES DOS SANTOS FILHO E CIA LTDA	4.757,27C	0,00
11077	2.1.3.01.00003	JACARE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA	27.307,90C	0,00
10363	2.1.3.01.000043	V . SOBRINHO FERREIRA	16.000,00C	0,00
11248	2.1.3.01.00265	FLAVIO REIS FERREIRA	4.673,85C	0,00
11318	2.1.3.01.00309	REVEST COMERCIO E SERVICOS LTDA	3.333,33C	0,00
11399	2.1.3.01.00352	S T R DE OLIVEIRA MADEIRAS	2.411,77C	0,00
169	2.1.4	**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**	**104.605,06C**	**82.209,46C**
170	2.1.4.01	**IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**	**104.605,06C**	**82.209,46C**
173	2.1.4.01.0003	ISS A RECOLHER	0,00	73.529,25C
176	2.1.4.01.0006	IMPOSTO DE RENDA RETIDO A RECOLHER	937,50C	0,00
178	2.1.4.01.0008	IR S/ FOLHA (DARF 0561)	10.174,34C	8.680,21C
489	2.1.4.01.0021	CSRF A RECOLHER	1.046,25C	0,00
11274	2.1.4.01.0026	ISS NÃO COMPENSADO	92.446,97C	0,00
185	2.1.5	**OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**	**112.449,18C**	**27.398,75C**
190	2.1.5.02	**OBRIGAÇÕES SOCIAIS**	**26.529,58C**	**27.398,75C**
191	2.1.5.02.0001	INSS A RECOLHER	16.379,03C	15.095,26C
192	2.1.5.02.0002	FGTS A RECOLHER	8.472,72C	12.303,49C
491	2.1.5.02.0003	PIS S/ FOLHA A RECOLHER	1.677,83C	0,00
193	2.1.5.03	**PROVISÕES**	**85.919,60C**	**0,00**
194	2.1.5.03.0001	PROVISÕES PARA FÉRIAS	85.919,60C	0,00
200	2.1.6	**OUTRAS OBRIGAÇÕES**	**1.944.951,88C**	**1.990.811,26C**
202	2.1.6.02	**CONTAS A PAGAR**	**1.944.951,88C**	**1.990.811,26C**
187	2.1.6.02.0008	SERVIÇOS DE TERCEIROS A PAGAR	1.944.951,88C	1.990.811,26C
242	2.3	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**6.251.917,92C**	**2.002.728,83C**
243	2.3.0	**PATRIMONIO SOCIAL**	**2.302.077,77C**	**277.638,01C**
244	2.3.0.01	**PATRIMONIO SOCIAL**	**2.302.077,77C**	**277.638,01C**
245	2.3.0.01.0001	PATRIMONIO SOCIAL	2.302.077,77C	277.638,01C
264	2.3.2	**SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO**	**3.949.840,15C**	**1.725.090,82C**
265	2.3.2.01	**SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADO**	**3.949.840,15C**	**1.725.090,82C**
266	2.3.2.01.0001	SUPERÁVIT ACUMULADO	4.285.368,57C	2.024.439,76C

FOLHAS 409
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65056-265
Balanço encerrado em: 31/12/2023

0003

Folha: 2300
Número livro: 0007

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
			31/12/2023	31/12/2022
10305	2.3.2.01.0004	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	335.528,42D	299.348,94D

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2023

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

Gabrielle Martins Barros
GABRIELLE MARTINS BARROS
Reg. no CRC - MA sob o No. 015709
CPF: 603.992.843-38

Isabelle Martins Ferreira Barros
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT1569504TW08231ER4VET93, 11/03/2024 17:02:58, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.746** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.745** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950UKVMHYCDXFBYA717, 11/03/2024 17:02:59, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.746** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.745** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV1569500XI0G7CQMGJHTJ65, 11/03/2024 17:02:57, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 18,75 Emol R$ 16,95 FERC R$ 0,48 FADEP R$ 0,66 FEMP R$ 0,66 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.746** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.745** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

RTDPJ 2º RTD SÃO LUÍS - MA

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.747 0001

FOLHAS 410
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Folha: 2301
Número livro: 0007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		RECEITAS OPERACIONAIS	**65.173.995,81**	**42.729.732,46**
		RECEITAS - AREA SAUDE	**45.948.721,74**	**35.091.502,06**
		PROJETO PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	**2.421.579,05**	**2.558.612,35**
11168	4.1.1.02.0011	PREFEITURA DE SÃO JOÃO BATISTA	2.421.579,05	2.558.612,35
		PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO DOMINGOS - ME	**14.911.400,28**	**7.961.828,25**
11164	4.1.1.02.0007	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DO MA	14.911.400,28	7.961.828,25
		PROJETO - SÃO JOÃO DO CARU	**0,00**	**540.359,42**
11160	4.1.1.02.0003	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	540.359,42
		PROJETO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE MARANHÃO	**1.288.738,83**	**1.167.261,63**
11162	4.1.1.02.0005	PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	1.288.738,83	1.167.261,63
		PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	**4.944.596,43**	**4.267.038,98**
11167	4.1.1.02.0010	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	4.944.596,43	4.267.038,98
		PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	**365.157,22**	**3.408.994,28**
11163	4.1.1.02.0006	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	365.157,22	3.408.994,28
		PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SÃO BENTO	**4.117.365,96**	**4.081.879,52**
11166	4.1.1.02.0009	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO	4.117.365,96	4.081.879,52
		PROJETO - FUNDO DE SAÚDE SANTA FILOMENA	**572.042,50**	**1.193.148,97**
11159	4.1.1.02.0002	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	572.042,50	1.193.148,97
		PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS	**3.747.215,62**	**3.564.901,82**
11182	4.1.1.02.0025	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANTINOPOLIS	3.747.215,62	3.564.901,82
		PROJETO POÇÃO DAS PEDRAS	**2.292.433,51**	**1.376.072,10**
11158	4.1.1.02.0001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POCAO DE PEDRAS	694.981,06	417.437,10
11169	4.1.1.02.0012	PREFEITURA DE POCAO DE PEDRAS	1.597.452,45	958.635,00
		PROJETO - EMSERH	**452.500,00**	**451.250,00**
11173	4.1.1.02.0016	EMSERH - CONTRATO HEMOMAR	452.500,00	451.250,00
		PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	**343.500,00**	**355.000,00**
11175	4.1.1.02.0018	EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (IMPERATRIZ/MA)	343.500,00	355.000,00
		PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	**110.000,00**	**120.000,00**
11180	4.1.1.02.0023	EMSERH - CONTRATOS HEMONÚCLEOS (CODÓ/MA)	110.000,00	120.000,00
		EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)	**1.032.433,26**	**877.658,26**
11176	4.1.1.02.0019	EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (PEDREIRAS/MA)	1.032.433,26	877.658,26
		EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)	**236.500,00**	**191.750,00**
11177	4.1.1.02.0020	EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (SANTA INÊS/MA)	236.500,00	191.750,00
		EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)	**210.000,00**	**110.000,00**
11174	4.1.1.02.0017	EMSERH - CONTRATO HEMONÚCLEOS (CAXIAS/MA)	210.000,00	110.000,00
		PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)	**110.000,00**	**120.000,00**
11181	4.1.1.02.0024	EMSERH CONTRATO HEMONÚCLEOS (BALSAS)	110.000,00	120.000,00
		PROJETO EMSERH PINHEIRO	**208.428,87**	**187.188,83**
11178	4.1.1.02.0021	EMSERH - CONTRATO PINHEIRO/MA	208.428,87	187.188,83
		PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA	**1.132.827,21**	**379.625,97**
11165	4.1.1.02.0008	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA	1.132.827,21	379.625,97
		PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA	**446.214,55**	**641.701,96**
11188	4.1.1.02.0004	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	446.214,55	641.701,96
		PROJETO - UPA ARAÇAGY	**0,00**	**1.484.168,72**
11179	4.1.1.02.0022	EMSERH - CONTRATO UPA ARAÇAGI	0,00	1.484.168,72
		PROJETO - LAGO DO JUNCO	**672.462,15**	**0,00**
11230	4.1.1.02.0027	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGO DO JUNCO	349.565,18	0,00
11231	4.1.1.02.0028	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGO DO JUNCO	322.896,97	0,00

2º RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.747
0002
Folha: 2302
Número livro: 0007

FOLHAS 411
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	**2.678.241,27**	**0,00**
11238	4.1.1.02.0029	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PENALVA	2.678.241,27	0,00
		PROJETO - GRANITO	**10.488,00**	**53.061,00**
384	3.3.1.01.00001	RECEITA GRANITO	0,00	53.061,00
11280	4.1.1.02.0031	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANITO	10.488,00	0,00
		PROJETO - BURITICUPU	**369.120,76**	**0,00**
11324	4.1.1.02.0032	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU	369.120,76	0,00
		PROJETO - SÃO JOÃO DOS PATOS	**1.962.775,87**	**0,00**
11170	4.1.1.02.0013	PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	1.962.775,87	0,00
		PROJETO - EUGENIO BARROS	**1.312.700,40**	**0,00**
11330	4.1.1.02.0033	PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENIO BARROS	1.312.700,40	0,00
		RECEITAS - AREA EDUCAÇAO	**15.743.572,90**	**7.224.242,88**
		PROJETO - ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	**3.691.345,38**	**3.648.354,43**
11201	4.1.1.03.0003	PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	3.691.345,38	3.648.354,43
		PROJETO - SAO JOAO DOS PATOS - MA	**5.258.767,47**	**3.570.532,05**
11199	4.1.1.03.0001	PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS	5.258.767,47	3.570.532,05
		PROJETO - LABORO	**1.000,00**	**5.356,40**
11200	4.1.1.03.0002	LABORO-CENTRO DE CONSULTORIA QUALIFICACAO E POS- GRADUACAO LTDA	1.000,00	5.356,40
		PROJETO - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	**6.794.460,05**	**0,00**
11234	4.1.1.03.0004	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO	6.794.460,05	0,00
		RECEITAS - AREA ASSISTENCIA SOCIAL	**2.124.200,64**	**413.987,52**
		PROJETO - SEAP	**100.988,08**	**413.987,52**
11198	4.1.1.04.0001	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - SEAP	100.988,08	413.987,52
		PROJETO - HUMBERTO DE CAMPOS	**11.247,50**	**0,00**
11272	4.1.1.04.0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL HUMBERTO DE CAMPOS	11.247,50	0,00
		PROJETO - SAO BENEDITO DO RIO PRETO	**1.983.844,26**	**0,00**
11221	4.1.1.04.0002	PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	1.983.844,26	0,00
		PROJETO - LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA	**28.120,80**	**0,00**
11229	4.1.1.04.0003	MUNICIPIO DE LAGO DO JUNCO - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	28.120,80	0,00
		RECEITAS NA PRESTAÇÃO DEMAIS SERVIÇOS	**1.355.500,53**	**0,00**
		PROJETO - SÃO BENTO	**1.346.860,53**	**0,00**
11236	4.1.1.05.002	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - MA	1.346.860,53	0,00
		PROJETO - PENALVA	**8.640,00**	**0,00**
11302	4.1.1.05.003	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENALVA	8.640,00	0,00
		SERVIÇOS PRESTADOS	**0,00**	**7.300,00**
11197	4.1.1.05.001	SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	7.300,00
		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(3.141.559,85)**	**(2.045.922,30)**
274	4.1.2.03.0001	(-) ISS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(187.360,88)	(361.370,48)
10578	4.1.2.03.0002	(-) ISS - POÇAO DE PEDRAS	(112.302,59)	(47.931,75)
10615	4.1.2.03.0003	(-) ISS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(17.175,00)	(17.750,00)
10650	4.1.2.03.0004	(-) ISS - HEMOMAR	(22.625,00)	(22.562,50)
10685	4.1.2.03.0005	(-) ISS - SEAP	(5.049,40)	(20.699,37)
10720	4.1.2.03.0006	(-) ISS - SÃO JOÃO BATISTA	(132.517,03)	(127.930,60)
10755	4.1.2.03.0007	(-) ISS- EMSERH CODÓ (HEMONÚCLEO)	(5.000,00)	(6.000,00)
10790	4.1.2.03.0008	(-) ISS - HEMONUCLEO SANTA INES	(11.825,00)	(9.587,50)
10824	4.1.2.03.0009	(-) ISS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(5.500,00)	(6.000,00)
10860	4.1.2.03.0010	(-) ISS - EMSERH PINHEIRO	(10.421,44)	(9.359,46)
10928	4.1.2.03.0011	(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POÇÃO DE PEDRAS	(2.319,10)	(20.871,90)
10959	4.1.2.03.0012	(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOÃO BATISTA	(45.203,29)	(18.981,29)
11149	4.1.2.03.0013	(-) ISS - LABORO	(111,50)	(584,26)
11054	4.1.2.03.0014	(-) ISS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(48.368,35)	(39.189,22)
11056	4.1.2.03.0015	(-) ISS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(30.292,33)	(19.173,88)

FOLHAS 412
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CARTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.747 0003

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Folha: 2303
Número livro: 0007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**(3.141.559,85)**	**(2.045.922,30)**
11037	4.1.2.03.0016	(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(197.783,69)	(170.681,65)
11053	4.1.2.03.0017	(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS - MA	0,00	(170.449,71)
11039	4.1.2.03.0018	(-) ISS - PREFEITURA DE SÃO JOÃO DOS PATOS - MA	(106.414,37)	(142.821,30)
11064	4.1.2.03.0019	(-) ISS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MARANHAO	(8.087,02)	(32.085,13)
11121	4.1.2.03.0020	(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	(19.279,68)
11145	4.1.2.03.0021	(-) ISS - HEMONUCLEO CAXIAS	(11.000,00)	(5.500,00)
11147	4.1.2.03.0022	(-) ISS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(51.621,63)	(43.882,89)
10177	4.1.2.03.0023	(-) ISS - UPA ARAÇAGY	0,00	(74.208,47)
10131	4.1.2.03.0024	(-) ISS - SANTA FILOMENA	(24.790,73)	(56.074,48)
10143	4.1.2.03.0025	(-) ISS - SÃO BENTO	(612.934,34)	(204.093,98)
10183	4.1.2.03.0026	(-) ISS - SAO DOMINGOS	(763.827,70)	(398.852,80)
11219	4.1.2.03.0027	(-) ISS - SEC MUNICIPAL DE EDUC DE SÃO JOÃO DOS PATOS	(187.431,74)	0,00
11223	4.1.2.03.0028	(-) ISS - FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA FILOMENA	(3.811,40)	0,00
11224	4.1.2.03.0029	(-) ISS - PREFEITURA DE SAO BENEDITO DO RIO PRETO	(99.192,21)	0,00
11225	4.1.2.03.0030	(-) ISS - PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINOPOLIS	(184.567,27)	0,00
11232	4.1.2.03.0031	(-) ISS - LAGO DO JUNCO	(35.029,14)	0,00
11239	4.1.2.03.0032	(-) ISS - PENALVA	(134.344,06)	0,00
11271	4.1.2.03.0033	(-) ISS - HUMBERTO DE CAMPOS	(562,38)	0,00
11325	4.1.2.03.0034	(-) ISS - BURITICUPU	(18.456,04)	0,00
11333	4.1.2.03.0035	(-) ISS - EUGENIO BARROS	(65.635,02)	0,00
		CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(57.747.067,39)**	**(39.877.716,61)**
		CUSTOS E DESPESAS - AREA DA SAUDE	**(57.747.067,39)**	**(39.877.716,61)**
		PROJETO ESPERANTINÓPOLIS - MEDICOS	**(2.766.794,53)**	**(1.770.534,20)**
10095	3.1.1.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(2.758.403,00)	(1.769.151,78)
10101	3.1.1.04.00009	ALUGUEL DE IMOVEL ESPERANTINOPOLIS - MEDICO	(4.400,00)	0,00
10326	3.1.1.05.00001	ENERGIA ELÉTRICA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(2.390,58)	0,00
10328	3.1.1.05.00003	INTERNET ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(1.200,95)	(1.382,42)
10331	3.1.1.05.00006	MATERIAL E SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA ESPERANTINOPOLIS - MÉDICOS	(400,00)	0,00
		PROJETO POÇÃO DE PEDRAS	**(1.453.577,37)**	**(1.003.688,00)**
10970	3.1.3.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - POÇÃO DE PEDRAS	(1.440.542,00)	(1.003.688,00)
10550	3.1.2.04.00002	ALUGUEL - POÇAO DE PEDRAS	(12.400,00)	0,00
10604	3.1.2.05.00003	INTERNET - POÇAO DE PEDRAS	(635,37)	0,00
		PROJETO EMSERH - IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	**(217.920,00)**	**(395.195,00)**
10618	3.1.3.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(217.770,00)	(395.195,00)
10644	3.1.3.05.00009	DESPESAS COM TRANSPORTES - EMSERH IMPERATRIZ (HEMONUCLEO)	(150,00)	0,00
		PROJETO HEMOMAR	**(366.556,00)**	**(1.041.825,69)**
10653	3.1.4.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMOMAR	(366.556,00)	(1.041.825,69)
		PROJETO PREFEITURA SÃO JOÃO BATISTA	**(2.839.631,82)**	**(2.159.579,28)**
10723	3.1.6.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO JOÃO BATISTA	(2.824.285,12)	(2.159.188,50)
10737	3.1.6.04.00009	ALUGUEL DE IMOVEL - SÃO JOÃO BATISTA	(12.000,00)	0,00
10738	3.1.6.04.00010	MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA	(177,00)	0,00
10742	3.1.6.05.00001	ENERGIA ELETRICA - SÃO JOÃO BATISTA	(1.689,11)	(188,81)
10744	3.1.6.05.00003	INTERNET - SÃO JOÃO BATISTA	(1.369,09)	(201,97)
10746	3.1.6.05.00005	MATERIAL DE ESCRITORIO - SÃO JOÃO BATISTA	(61,50)	0,00
10747	3.1.6.05.00006	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - SÃO JOÃO BATISTA	(50,00)	0,00
		PROJETO EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	**(84.000,00)**	**(105.000,00)**
10758	3.1.7.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS- EMSERH CODÓ (HEMONUCLEO)	(84.000,00)	(105.000,00)
		PROJETO EMSERH SANTA INÊS (HEMONUCLEO)	**(167.300,00)**	**(115.850,00)**
10793	3.1.8.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO SANTA INES	(167.300,00)	(115.850,00)
		PROJETO EMSERH BALSAS (HEMONUCLEO)	**(133.000,00)**	**(144.000,00)**
10827	3.1.9.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(84.000,00)	(144.000,00)
11257	3.1.9.05.00010	SERVIÇOS PRESTADOS PJ - EMSERH - HEMONUCLEO BALSAS	(49.000,00)	0,00
		PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO DOMINGOS - MA	**(10.918.723,90)**	**(559.767,95)**
11296	3.2.8.04.00006	ALUGUEIS - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA	(12.037,80)	0,00
10156	3.4.2.03.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO DOMINGOS	(10.906.631,10)	(559.717,95)
10356	3.4.2.04.0005	MATERIAL DE ESCRITÓRIO - SÃO DOMINGOS	(55,00)	(50,00)
		PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA	**(9.750.613,47)**	**(3.920.363,24)**
10146	3.4.1.03.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - SÃO BENTO	(9.737.960,77)	(3.919.640,00)
10249	3.4.1.04.0004	MATERIAL DE USOE E CONSUMO	0,00	(723,24)

FOLHAS 413
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º RTD/RCPJ São Luís/MA 0004
Microfilme N. 1.747

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Folha: 2304
Número livro: 0007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		PROJETO FUNDO DE SAUDE SAO BENTO - MA	**(9.750.613,47)**	**(3.920.363,24)**
11042	3.4.1.04.0005	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(3.300,00)	0,00
11365	3.4.1.04.0006	ALUGUEL DE IMÓVEL	(9.000,00)	0,00
11370	3.4.1.04.0007	INTERNET - SÃO BENTO	(352,70)	0,00
		PROJETO SANTA FILOMENA	**(352.252,00)**	**(610.025,89)**
10134	3.3.8.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - SANTA FILOMENA	(352.252,00)	(610.025,89)
		PROJETO UPA ARAÇAGY	**0,00**	**(1.569.067,50)**
10180	3.3.7.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - UPA ARAÇAGY	0,00	(1.569.067,50)
		PROJETO EMSERH PEDREIRAS (HEMONUCLEO)	**(291.722,22)**	**(261.000,00)**
11020	3.3.6.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO PEDREIRAS	(291.722,22)	(261.000,00)
		PROJETO EMSERH CAXIAS (HEMONUCLEO)	**(154.000,00)**	**(63.000,00)**
11015	3.3.5.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - HEMONUCLEO CAXIAS	(154.000,00)	(63.000,00)
		PROJETO EMSERH PINHEIRO	**(159.184,00)**	**(205.635,71)**
10863	3.2.0.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - EMSERH PINHEIRO	(159.184,00)	(205.635,71)
		PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE	**(23.560,58)**	**0,00**
11241	3.2.6.04.00002	ALUGUEIS DE IMÓVEIS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(14.544,00)	0,00
11294	3.2.6.05.00004	INTERNET - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(1.199,00)	0,00
11295	3.2.6.05.00005	SEGUROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(2.700,08)	0,00
11363	3.2.6.05.00006	SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(310,00)	0,00
11364	3.2.6.05.00007	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(4.807,50)	0,00
		PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PORÇÃO DAS PEDRAS	**(140,00)**	**0,00**
10955	3.2.2.05.00007	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORÇÃO	(140,00)	0,00
		PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SÃO JOÃO BATISTA	**0,00**	**(104.632,00)**
10972	3.2.3.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO JOÃO BATISTA	0,00	(104.632,00)
		PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	**(3.484.364,35)**	**(2.753.882,29)**
10980	3.2.7.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO	(3.468.832,22)	(2.737.135,40)
10989	3.2.7.03.00002	MATERIAIS DE USO E CONSUMO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(2.000,00)	(8.193,37)
11006	3.2.7.03.00003	MATERIAIS DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(35,00)	(2.235,00)
11007	3.2.7.03.00004	ALUGUEIS - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(12.000,00)	(2.470,00)
11008	3.2.7.03.00005	ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE PARAIBANO - MA	(726,95)	(80,98)
11026	3.2.7.03.00006	INTERNET - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	(770,18)	(3.417,54)
11027	3.2.7.03.00007	MANUTENÇAO DE AR CONDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBANO - MA	0,00	(350,00)
		PROJETO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE LAGOA GRANDE - MA	**(186.659,72)**	**0,00**
11066	3.3.2.03.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA GRANDE DO MA	(186.659,72)	0,00
		PROJETO GRANITO	**(8.624,00)**	**(27.524,59)**
11001	3.3.1.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF - GRANITO	(8.624,00)	(27.524,59)
		PROJETO SÃO JOÃO DO CARÚ	**0,00**	**(456.205,30)**
11123	3.3.3.03.0001	SERVICOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CARÚ	0,00	(456.205,30)
		PROJETO PENALVA	**(2.185.569,70)**	**0,00**
11247	3.4.4.01.0001	ALUGUEIS - PENALVA	(5.000,00)	0,00
11383	3.4.4.01.0002	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(2.632,00)	0,00
11278	3.4.5.00.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO PENALVA SAÚDE	(2.177.937,70)	0,00
		PROJETO BURITICUPU	**(457.854,32)**	**0,00**
11329	3.4.6.00.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO BURITICUPU	(457.500,00)	0,00
11408	3.4.6.01.0003	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	(320,00)	0,00
11419	3.4.6.01.0004	INTERNET	(34,32)	0,00
		PROJETO SEAP	**(7.218,36)**	**(157.006,37)**
10688	3.1.5.03.10001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - SEAP	0,00	(157.006,37)
10703	3.1.5.04.00010	MATERIAL DE ESCRITORIO - SEAP	(300,00)	0,00
11345	3.1.5.04.00013	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(6.918,36)	0,00
		PROJETO EUGENIO BARROS	**(222.558,10)**	**0,00**
11339	3.4.7.00.0001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA SAÚDE	(222.558,10)	0,00
		PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	**(1.818.755,61)**	**(2.587.618,65)**
325	3.2.1.04.000001	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCA	(1.818.555,61)	(2.497.716,41)
354	3.2.1.06.000003	INTERNET - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(1.175,99)
359	3.2.1.06.000005	MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	(200,00)	(450,00)
360	3.2.1.06.000007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(32.481,33)

FOLHAS 414
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º RTD/RCPJ São Luís/MA 0005
Microfilme N. **1.747**
Folha: 2305
Número livro: 0007

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		PROJETO PREFEITURA DE ESPERANTINÓPOLIS - EDUCAÇAO	**(1.818.755,61)**	**(2.587.618,65)**
536	3.2.1.06.001001	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(169,00)
10354	3.2.1.06.001009	ALUGUEL - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(54.025,00)
10365	3.2.1.06.001010	MULTA - PREFEITURA ESPERANTINOPOLIS - EDUCAÇÃO	0,00	(250,00)
10314	3.2.1.06.001011	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE ESPERANTINOPOLIS EDUCAÇÃO	0,00	(1.350,92)
		PROJETO PREFEITURA LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	**(163.946,37)**	**(712.643,37)**
10978	3.2.6.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(163.524,95)	(699.973,25)
11004	3.2.6.04.00001	MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(421,42)	(200,00)
10996	3.2.6.05.00001	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	0,00	(2.790,12)
11005	3.2.6.05.00002	DESPESAS DE VIAGENS - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	0,00	(9.680,00)
		PROJETO - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS - MA	**(4.670.572,78)**	**(1.579.687,38)**
10963	3.2.9.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO DOS PATOS	(4.669.844,80)	(1.579.687,38)
11410	3.2.9.04.000001	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	(562,00)	0,00
11429	3.2.9.04.000002	ENERGIA ELÉTRICA	(165,98)	0,00
		PROJETO MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE - MA	**(573.477,48)**	**(83.690,31)**
10976	3.2.5.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - MUNICIPIO DE LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	(571.140,41)	(83.196,33)
11151	3.2.6.05.00003	ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE LAGOA GRANDE	(2.337,07)	(493,98)
		PROJETO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃ	**(1.145,93)**	**(8.440.287,92)**
10961	3.2.8.03.00001	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANH	0,00	(8.427.193,53)
10996	3.2.8.04.00001	MATERIAL DE ESCRITORIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	(166,00)	(2.000,00)
10993	3.2.8.04.00003	MATERIAL DE USO E CONSUMO - - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO	0,00	(1.127,00)
11045	3.2.8.04.00005	ENERGIA ELETRICA - PREFEITURA DE SAO DOMINGOS - MA	(979,93)	0,00
10991	3.2.8.05.00001	MATERIAL DE CONSTRUÇAO- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANH	0,00	(9.967,39)
		CONTRATO EUGENIO BARROS	**(461.538,00)**	**0,00**
11340	3.4.7.00.0002	SERVIÇOS DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA EDUCAÇÃO	(461.538,00)	0,00
		CUSTOS E DESPESAS - DEMAIS ÁREAS	**(13.825.806,78)**	**(9.050.005,97)**
		PROJETO EUGENIO BARROS	**(338.217,00)**	**0,00**
11341	3.4.7.00.0003	SERVIÇO DE TERCEIROS - CONTRATO EUGENIO BARROS - ÁREA ADMINISTRAÇÃO	(338.217,00)	0,00
		(=) RESULTADO BRUTO	**17.772.958,35**	**9.863.399,52**
		CUSTOS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO	**(6.309.014,36)**	**(1.017.389,14)**
10263	3.0.1.01.0001	SÁLARIOS E ORDENADOS	(797.415,86)	(648.944,82)
10264	3.0.1.01.0002	FÉRIAS	(211.178,82)	(6.126,88)
10265	3.0.1.01.0003	13º SALARIO	(73.169,51)	(98.154,26)
10273	3.0.1.01.0004	FGTS	(66.319,61)	(64.243,55)
10266	3.0.1.01.0006	INSS	(68.868,49)	(34.759,75)
11025	3.0.1.01.0007	AVISO PREVIO INDENIZADO	(39.876,82)	0,00
10208	3.0.1.01.0008	DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	(69.068,79)	(15.565,79)
10300	3.0.1.01.0009	OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL	(35.375,87)	(5.469,85)
10215	3.0.1.01.0010	PLANO DE SAÚDE	(96.700,98)	(78.137,09)
10279	3.0.1.01.0011	DESPESAS COM VIAGENS	(563.314,34)	(27.276,61)
10224	3.0.1.01.0012	DESPESAS COM TRANSPORTE	(960,53)	(14.847,54)
11116	3.0.1.01.0013	ALIMENTACAO	0,00	(23.863,00)
11298	3.0.1.01.0014	FGTS RESCISÓRIO	(34.158,34)	0,00
11206	3.0.1.01.0015	PIS S/ FOLHA	(3.518,49)	0,00
11343	3.0.1.01.0016	CURSOS E TREINAMENTOS	(57.109,85)	0,00
11395	3.0.1.01.0017	PROCESSOS TRABALHISTAS	(5.000,00)	0,00
11308	3.0.1.02.0001	CUSTO MÃO DE OBRA - SAÚDE	(368.456,10)	0,00
11309	3.0.1.02.0002	CUSTO ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS - SAÚDE	(3.818.521,96)	0,00
		DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO	**(1.914.991,17)**	**(6.813.150,03)**
10198	3.0.2.01.000001	ENERGIA ELETRICA	(23.083,52)	(13.803,24)
10199	3.0.2.01.000002	ÁGUA E ESGOTO	0,00	(121,80)
10200	3.0.2.01.000003	TELEFONE	(4.673,67)	(5.807,41)
10202	3.0.2.01.000005	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	(4.070,86)	(438,98)
10203	3.0.2.01.000006	ASSISTENCIA CONTABIL	(66.580,00)	(44.063,66)
10204	3.0.2.01.000007	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(24.288,08)	0,00
10205	3.0.2.01.000008	DEPRECIAÇÕES E ARMOTIZAÇÕES	(27.687,74)	(14.235,34)
10206	3.0.2.01.000009	DESPESAS CARTÓRIAIS	(6.341,31)	(10.369,13)
10207	3.0.2.01.000010	ASSINATURAS JORNAIS E REVISTAS	0,00	(368,46)
11074	3.0.2.01.000011	UNIFORMES	(132.550,58)	(885,00)
10209	3.0.2.01.000012	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE	(20.360,29)	(12.778,98)
10210	3.0.2.01.000013	SERVIÇOS PRESTADOS PJ	(137.878,10)	(1.010.772,44)
10211	3.0.2.01.000014	ANUIDADE / CONSELHO DE CLASSE	(3.573,25)	(5.387,39)

FOLHAS 415
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

2º ARTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. **1.747** 0006

Folha: 2306
Número livro: 0007

Empresa: **INSTITUTO VIVER**
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVO	**(1.914.991,17)**	**(6.813.150,03)**
10212	3.0.2.01.000015	ASSESSORIA JURIDICA	(546.680,03)	(42.997,93)
10213	3.0.2.01.000016	MANUTENÇÃO DE VEICULO	(16.211,23)	(1.146,66)
10214	3.0.2.01.000017	MATERIAL DE USO E CONSUMO	(86.147,68)	(423.996,41)
10216	3.0.2.01.000019	SERVIÇOS E MATERIAIS DE INFORMATICA	(58.033,30)	(8.965,78)
10217	3.0.2.01.000020	COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE	(11.869,94)	(2.512,40)
11113	3.0.2.01.000021	CONDUCAO	0,00	(1.065,66)
10225	3.0.2.01.000023	MULTA DE TRANSITO	(143,18)	(3.402,64)
10226	3.0.2.01.000024	DESPESA COM INTERNET	(12.268,41)	(7.164,10)
10227	3.0.2.01.000025	MATERIAL DE ESCRITORIO	(17.087,24)	(17.842,97)
10272	3.0.2.01.000026	FRETES E CARRETOS	(6.148,50)	0,00
10275	3.0.2.01.000028	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	(70.225,02)	(225.648,66)
10280	3.0.2.01.000029	ALUGUEL DE VEICULOS	(292.587,26)	(70.244,90)
10281	3.0.2.01.000030	ALUGUEL DE IMOVEIS	(68.260,00)	(125.311,46)
10301	3.0.2.01.000031	VIAGENS E ESTADIAS	0,00	(106.519,34)
10302	3.0.2.01.000032	ESTACIONAMENTO	(87,00)	(9,00)
10304	3.0.2.01.000034	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	(197.970,28)	(29.942,00)
10306	3.0.2.01.000035	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	(5.230,00)	(900,00)
10309	3.0.2.01.000036	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	(1.355,00)	(169,90)
10346	3.0.2.01.000037	DESPESAS COM LICITAÇÃO	(15.542,15)	(14.107,21)
10469	3.0.2.01.000038	DESPESAS SEM DOCUMENTO HÁBIL	0,00	(400,00)
10504	3.0.2.01.000039	EVENTOS E CONFRATERNIZAÇÕES	(25.483,26)	(3.426,13)
10982	3.0.2.01.000041	CORREIOS	0,00	(47,66)
11021	3.0.2.01.000042	DESPESAS SEM PROJETO	0,00	(31.265,71)
11150	3.0.2.01.000044	LANCHES E REFEIÇÕES	(8.234,53)	(5.928,87)
11035	3.0.2.01.000045	SEGUROS	(5.059,06)	(7.099,79)
11153	3.0.2.01.000046	LOCAÇAO DE EQUIPAMENTOS	(270,00)	(4.564.003,02)
11342	3.0.2.01.000047	SERVIÇOS GRÁFICOS	(6.416,00)	0,00
10303	3.0.6.02.00001	DOAÇÃO DE MEDICAMENTOS	(12.594,70)	0,00
		DESPESAS FINANCEIRAS	**(88.098,66)**	**(188.974,08)**
10219	3.0.3.01.000001	JUROS PASSIVOS	(6.340,61)	(55.393,62)
10220	3.0.3.01.000002	DESCONTOS CONCEDIDOS	(443,82)	(52.813,35)
10221	3.0.3.01.000003	JUROS DE MORA	0,00	(304,23)
10222	3.0.3.01.000004	JUROS E COMISSÕES BANCARIAS	0,00	(0,37)
10223	3.0.3.01.000005	TARIFAS BANCARIAS	(43.896,14)	(79.185,09)
10349	3.0.3.01.000006	IOF	(20.237,26)	(1.277,42)
10350	3.0.3.01.000007	IR S/ APLICAÇÃO	(17.180,83)	0,00
		IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇOES	**(55.593,28)**	**(16.947,96)**
10259	3.0.4.01.000001	ALVARÁ FUNCIONAMENTO	(251,01)	(1.144,33)
10270	3.0.4.01.000002	TAXAS ESTADUAIS	(8.715,00)	(1.638,78)
10297	3.0.4.01.000003	TAXAS FEDERAIS	(7.502,10)	(14.164,85)
10489	3.0.4.01.000004	MULTAS FISCAIS	(12.046,14)	0,00
11299	3.0.4.01.000005	IMPOSTOS FEDERAIS	(26.474,29)	0,00
11369	3.0.4.01.000007	TAXAS MUNICIPAIS	(604,74)	0,00
		GRATUIDADES E DOAÇÕES	**(5.211.392,79)**	**(1.070.244,40)**
11442	3.0.6.01.00001	PROJETO ESCOLA DE MÚSICA IGREJA BATISTA	(788.374,83)	0,00
11208	3.0.6.02.00002	GRATUIDADE COM SAÚDE	(15.334,00)	(925,01)
11444	3.0.6.02.00003	PROJETO DENTES QUE BRILHAM	(181.593,55)	0,00
11209	3.0.6.03.00001	GRATUIDADES AÇÕES COM SOCIAL	(1.318.055,55)	(1.045.773,80)
11441	3.0.6.03.00002	PROJETO ESPORTIVO E SOCIAL HERÓIS DA ILHA	(1.474.644,01)	0,00
10274	3.0.6.03.00003	DOAÇÃO IGREJA BATISTA	(1.433.390,85)	(23.545,59)
		RECEITAS FINANCEIRAS	**91.500,48**	**56.699,64**
434	4.4.4.01.0	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	596,20	173,57
10351	4.4.4.01.1	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	89.370,76	46.562,12
11205	4.4.4.01.2	JUROS RECEBIDO	1.533,52	9.963,95
		(=) RESULTADO LIQUIDO	**4.285.368,57**	**813.393,55**

FOLHAS 416
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Endereço: AV ARIRIZAL, 39, SALA 15, TURU, SAO LUIS/MA, CEP 65066-265
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

0007

Folha: 2307
Número livro: 0007

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

Código	Classificação	Descrição	2023	2022
		SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXECÍCIO	**4.285.368,57**	**813.393,55**
		SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	4.285.368,57	813.393,55

SAO LUIS/MA, 31 de Dezembro de 2023

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

GABRIELLE MARTINS BARROS
Reg. no CRC - MA sob o No. 015709
CPF: 603.992.843-38

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT15695025D8Y6LEC6CFUH85, 11/03/2024 17:08:25, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.748** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.747** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950YGMOOH3HFLPIAL73, 11/03/2024 17:08:28, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.748** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.747** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950YWRIS5U7THD1FF01, 11/03/2024 17:08:27, Ato: 15.7.2, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 19,08 Emol R$ 17,22 FERC R$ 0,50 FADEP R$ 0,68 FEMP R$ 0,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.748** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.747** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950OIPZZBUDOJ8F2J19, 11/03/2024 17:08:24, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 43,75 Emol R$ 39,55 FERC R$ 1,12 FADEP R$ 1,54 FEMP R$ 1,54 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.748** em 11/03/2024. Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.747** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 421
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura
2o. RTD/RCPJ São Luís/MA
Microfilme N. 1.751
Folha: 2312
Livro: 0007
0002

outros periódicos que visem dar maior publicidade e conhecimento dos resultados obtidos nas pesquisas, projetos e estudos realizados por si ou por terceiros; Realizar a formação e integração de jovens e adultos no mundo de trabalho;Contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento da pesquisa brasileira, colocando as suas instalações a disposição de pesquisadores e técnicos brasileiros e estrangeiros devidamente treinados e qualificados para a realização de trabalhos científicos ou aplicações tecnológicas de méritos reconhecidos;Promover, pesquisar, desenvolver tecnologias alternativas, produção de informação e conhecimento técnico e científico; Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade; Atividades de associações de defesa de direitos sociais; Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches; Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental; Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário; Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social; Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social; Agenciamento de profissionais para Atividades esportivas, culturais e artísticas; Outras Atividades profissionais, científicas, e técnicas não especificadas anteriormente;Política nacional de assistência social. Gestão de Pessoas, através de recrutamento, seleção e administração do capital humano especializado para a administração pública e/ou entidades privadas; Prestação de serviços de Apoio Administrativo, com Fornecimento de mão-de-obra terceirizada e temporária e especializada; Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada; Consultoria e assessoria em recursos humanos; Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial; Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência; Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em atendimento as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n' 1.121/08, que aprovou a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis e a Resolução CFC n° 1409/12, que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro e Resolução nº 177 de 10/08/2000 do Ministério Público Federal. Os relatórios ora publicados estão adequados a Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.Tendo em vista a Natureza Jurídica peculiar das Associações Privadas sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a interpretação Técnica Geral 2000, a qual define que:
ITG 2000 (R1) - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL
10. Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como:
a) serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado;
b) serem autenticados no registro público competente.

Ou seja, os registros contábeis das Pessoas Jurídicas definidas como Associações sem fins lucrativos devem ser realizados no registro público competente, no caso em questão, no cartório de registro civil de pessoas jurídicas e não na Junta Comercial, a qual compete chancelar os livros contábeis de pessoas jurídicas mercantis.

3 – Principais Práticas Contábeis

Os principais procedimentos contábeis mais relevantes adotados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis foram os seguintes: as receitas, com prestação de serviços, foram reconhecidas pelo regime de competência, assim como as despesas registradas.

4 – Balanço Patrimonial

A conta "Caixa Geral" registra o saldo da movimentação diária, de acordo com o boletim do último dia útil do referido exercício social. A conta "Bancos - Contas com Movimento" representa o somatório dos saldos das diversas contas correntes, todas devida e regularmente conciliadas. Passivo da entidade está registrado pelo valor atualizado até a data do encerramento do exercício. Sendo que os fornecedores estão reconhecidos a obrigação pelo valor histórico em 31 de dezembro de 2023. Os recursos que compõem o grupo do Patrimônio Social são acrescidos do fundo patrimonial, superávits e déficits apurados anualmente desde a sua constituição.

5 - Outras Informações Relevantes

FOLHAS 422
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura _____ Folha: 2313
0003 Livro: 0007

Empresa: INSTITUTO VIVER
C.N.P.J.: 21.851.634/0001-28
Período: 01/01/2023 - 31/12/2023

Conforme o inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal, o Instituto Viver possui imunidade tributária em relação ao seu patrimônio, a sua renda e aos seus serviços. Dessa forma, por ser uma associação privada sem fins lucrativos, como dispõe o artigo 1° do seu Estatuto Social. Além disso, cabe esclarecer que a entidade cumpre todos os requisitos dispostos no artigo 14 do CTN para o gozo da referida imunidade, tais como: não distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio; aplicação integral dos seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais e manutenção da escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Além disso, de acordo com a Lei Federal n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o Instituto Viver e considerado isento do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido requisitos dispostos no art. 12, § 2 da referida Lei. Cabe ressaltar que todas exigências dispostas no referido parágrafo estão sendo cumpridas pelo Instituto. Nesse sentido, conforme o art.7 do Estatuto Social, o patrimônio do Instituto deverá ser utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais. Além disso, o art. 23 dispõe que os diretores poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva do Instituto. As demais exigências podem ser comprovadas por meio de documentos.

Por fim, cabe ressaltar que o Instituto é isento de contribuição para a seguridade social, conforme artigo 195, §7° da Constituição Federal. A mesma isenção se aplica ao PIS/PASEP.

São Luís, 31 de dezembro de 2023.

SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
CPF: 760.871.153-15

GABRIELLE MARTINS BARROS
CONTADOR CRC – MA -015709/O-1
CPF: 603.992.843-38

ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
PRIMEIRO TESOUREIRO
CPF: 612.451.593-80

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950KW71E4C8V6V4FZ31, 11/03/2024 17:14:20, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.752** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.751** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950HGIUDFLLUJCCN500, 11/03/2024 17:14:21, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.752** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.751** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950DJS9DE3ZWSY3D111, 11/03/2024 17:14:19, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 18,75 Emol R$ 16,95 FERC R$ 0,48 FADEP R$ 0,66 FEMP R$ 0,66 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.752** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.751** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Glaucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 423
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

0001

TERMO DE ENCERRAMENTO

Livro Diário

Número: 7 **Folha: 2314**

Contém este livro 2314 folhas numeradas do No. 1 ao 2314 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Livro Diário da empresa abaixo descrita no período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

Nome da Empresa .....:	INSTITUTO VIVER
Ramo .....:	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Endereço .....:	AV ARIRIZAL, 39
Complemento .....:	SALA 15
Bairro .....:	TURU
CEP .....:	65066265
Município .....:	SAO LUIS
Estado .....:	MA
Inscrição no CNPJ .....:	21.851.634/0001-28
Inscrição Estadual.....:	124574815
Registro na junta.....:	
Inscrição Municipal.....:	96409001

SAO LUIS/MA, 31/12/2023

Sheyla Yonara Dantas de Farias
SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS
PRESIDENTE
760.871.153-15

Gabrielle Martins Barros
GABRIELLE MARTINS BARROS
Reg. no CRC - MA sob o No. 015709
CPF: 603.992.843-38

Isabelle Martins Ferreira Barros
ISABELLE MARTINS FERREIRA BARROS
CPF: 612.451.593-80
PRIMEIRO TESOUREIRO

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: ARQUIV156950YMKQC23Z05VJPH26, 11/03/2024 17:00:59, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 6,25 Emol R$ 5,65 FERC R$ 0,16 FADEP R$ 0,22 FEMP R$ 0,22 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.745** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.744** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Gláucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: PRENOT156950ONGJCLLESMG5OX81, 11/03/2024 17:00:59, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 38,64 Emol R$ 34,82 FERC R$ 1,04 FADEP R$ 1,39 FEMP R$ 1,39 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.745** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.744** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Gláucia Martins Araujo
Escrevente

2o. Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de São Luís - MA
Av. dos Holandeses, Qd 36 Lj 26 Shopping do Automóvel - Calhau - CEP. 65071-380

Selo Gerado:
Poder Judiciário – TJMA. Selo: REGTER156950GS55RULX1R1H5L14, 11/03/2024 17:01:01, Ato: 15.7.1, Parte(s): INSTITUTO VIVER, SHEYLA YONARA DANTAS DE FARIAS, ISABELLE MARTINS F..., Total R$ 90,95 Emol R$ 81,96 FERC R$ 2,45 FADEP R$ 3,27 FEMP R$ 3,27 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Prenotado sob o n.**1.745** em 11/03/2024.
Registrado e microfilmado hoje, sob o n.**1.744** do Registro Civil de Pessoa Jurídica e **AVERBADO** ao n.**21/20/01/2015**

São Luís/MA, 11 de Março de 2024.
Gláucia Martins Araujo
Escrevente

FOLHAS 424
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

FOLHAS 425
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
241161505

2 e 1 NOME E SOBRENOME
ENIO DA SILVA ROCHA

4c DATA DA 1ª HABILITAÇÃO
03/07/1973

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
20/07/1954, PORTO ALEGRE, RS

4a DATA EMISSÃO
08/07/2022

4b VALIDADE
05/07/2027

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1862465220011 GEJUSPC MA

4d CPF
183.402.450-15

4e Nº RENACH
01100312990

5 CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ENIO MACHADO ROCHA

NAYRDA OLINA DA SILVA ROCHA

7 ASSINATURA DO PORTADOR


9 | 10 | 11 | 12

ACC
A
A1
B 05/07/2027
B1
C
C1

9 | 10 | 11 | 12

D
D1
BE
C1E
CE
D1E

12 OBSERVAÇÕES
EAR

LOCAL
SÃO LUÍS, MA

AUTORIDADE EXPEDIDORA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

241161505

MARANHÃO


I<BRA011000129<909<<<<<<<<<<<<
5407202M2707059BRA<<<<<<<<<<<0
ENIO<<DA<SILVA<ROCHA<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

FOLHAS 426
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CRCMA
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO MARANHÃO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: GABRIELLE MARTINS BARROS
REGISTRO.....	: MA-015709/O-1
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.992.843-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 01/07/2024 as 15:23:44.
Válido até: 29/09/2024.
Código de Controle: 883233.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

FOLHAS 427
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

CRCRR
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RORAIMA

SERVIÇOS ONLINE

Certidão de Habilitação

Imprimir

CRC
CONSELHO REGIONAL DE RORAIMA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDAI
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE CONTA RORAIMA certifica que o(a) profissional ident encontra-se habilitado para o exercício da profiss

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIO LUIS SENA RODRIG
REGISTRO.....	: RR-001232/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.473.182-**

A falsificação deste documento constitui-se en Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação pe

Emissão: RORAIMA, 01/07/2024 as 15:21:12.
Válido até: 29/09/2024.
Código de Controle: 8341.7514.1316.1659.

Para verificar a autenticidade deste documento c

© 2024 Spiderware

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO MARANHÃO

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

Inscrito sob CRM nº.	CNPJ	Inscrição	Validade
2035	21.851.634/0001-28	09/04/2019	09/04/2025

Razão Social
INSTITUTO VIVER

Nome Fantasia
IVIVER

Endereço
R ARIRIZAL, N° 39, S 15 - TURU

Município / UF
SÃO LUÍS/MA

CEP
65066-265

Diretor Técnico
10555 - PÂMELLA GABRIELLA MELO DA ROCHA

Classificação
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS TERCEIRIZADOS

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº. 6.839, de 30/10/1980 e às Resoluções CFM nº. 997 de 23/05/1980 e 1.980 de 11/07/2011. Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é válido até 09/04/2025. Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

Chave de validação nº. **a9ea3eb26e7c3cd7882d3256bf3a0b04b7b3ad62**
Emitida eletronicamente via internet em **25/03/2024**

Sua autenticidade poderá ser confirmada no site do **CRMMA**:
http://www.crmma.org.br/

FOLHAS 428
Nº PROCESSO 08/04/2024
Assinatura

FOLHAS 429
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

NATÁRIO: Secretaria Municipal de Educação, por seu representante ordenador de despesas o Sr. Luciano Matias Aquino, Secretário Municipal de Educação pela contratada, EMPRESA L H C SOARES LTDA CNPJ Nº. 10.513.552/0001-57. Matões-Ma, 14 de março de 2024. Publique-se. Luciano Matias Aquino – Secretário Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO CAEMA

CONVOCAÇÃO. O Conselho de Administração da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, convoca os Senhores Conselheiros para participarem da Reunião Ordinária a ser realizada no dia **27 de março de 2024, às 15:00 horas**, na sede social da Companhia, situada a Rua Silva Jardim, nº 307, Centro, na cidade de São Luís, estado do Maranhão a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta: **1. Avaliação individual e coletiva dos Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, Diretores e Membros dos Comitês, conforme Art. 38, inciso XXVII do Estatuto Social da CAEMA; 2.** O que mais ocorrer; São Luís, 15 de março de 2024. Marcos Aurélio Alves Freitas Presidente da CAEMA Roberto Santos Matos Presidente do Conselho.

ERRATA

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH

ERRATA. Na publicação da **RESENHA (EXTRATO) DO CONTRATO Nº 134/2024-GGCONT/EMSERH**, celebrado entre a **EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH** e a empresa **COTAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 58.950. 775/0001-08, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197039/2022-EMSERH**, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada no Fornecimento de Materiais Médico-Hospitalares **Fios Cirúrgicos – ITEM 12**, referente ao CONTRATO Nº 134/2024-GGCONT/EMSERH, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão (MA) em data de 11.03.2024, disponibilizado à fl. 30/31 em seu Caderno de Terceiros. **ONDE SE LÊ: CONTRATADA: COTAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 58.950.775/0001-8. **LEIA-SE: CONTRATADA: COTAÇÃO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,** inscrita no CNPJ **nº 58.950.775/0001-08**. **SIGNATÁRIO**: Marcello Apolonio Duailibe Barros - Presidente da EMSERH, pela Contratante. **São Luís (MA), 13 de março de 2024**. **MARCELLO APOLONIO DUAILIBE BARROS** - Presidente da EMSERH – matrícula nº 11.748.

ESTATUTOS

INSTITUTO VIVER - IVIVER

RESENHA DE ESTATUTO. O INSTITUTO VIVER, fundado em 15 de outubro de 2014, é uma pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. **FINALIDADES**: Gestão e Promoção gratuita e universal da saúde, com seus princípios fundamentais de acesso universal, equidade, ética e humanização no atendimento de todos;Assistência à educação, à saúde e integração ao mercado de trabalho bem como capacitação profissional;Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais;Participar a nível de integração e cooperação do sistema Nacional de Saúde;Atividades de apoio a gestão de saúde;Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; Prestar atendimento médico-hospitalar, de caráter geral à população do Estado; e todas pessoas comprovadamente desprovidas de recursos;Viabilizar procedimentos de baixa, média e alta complexidade em hospitais-escolas;Manter quando possível, albergues, hospitais, consultórios e ambulatórios humanos e veterinários;Promover parcerias e convênios, com órgãos municipais, estaduais, federais, ONG´s e empresas privadas;Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto socorro e unidades para atendimento a urgências;Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;Atividades de atendimento hospitalar;Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;Atividade médica ambulatorial com recurso para realização de procedimentos cirúrgicos;Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente;Atividades de enfermagem;Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;Atividades de fonoaudiologia;Serviços de assistência social sem alojamento;Laboratórios clínicos;Atividades de fisioterapia;Atividades de profissionais da nutrição;Atividades de psicologia e psicanálise; Atividades de condicionamento físico;Atividades de terapia ocupacional;Atividade odontológica;Serviços de prótese dentária;Viabilizar políticas de promoção, proteção e recuperação à saúde, com incentivo a participação popular para construção colaborativa das ações;Atividade de apoio a política de atenção primária a saúde e sua ampliação;Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais, de forma gratuita a Conselhos de Saúde e seus conselheiros na implementação e construção de políticas de saúde;Promoção de plano de ação em Universidades, Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, escolas profissionalizantes, agro escola, EAD – Ensino a distância ou termos correlatos para promoção de saúde e prevenção de doenças de caráter continuado;Atividades médica ambulatorial restrita a consultas;Serviços de vacinação e imunização humana;Atividades de terapia e nutrição enteral e parenteral;Outras Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente;Proteção à família, à maternidade, à adolescência e à velhice e todos os segmentos marginalizados da sociedade;Atividades de associações de defesa de direitos sociais;Amparo as crianças, aos adolescentes carentes e criação de creches;Amparo a MULHER, principalmente aqueles em vulnerabilidade social e ambiental;Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se ao serviço de defesa civil sempre que necessário;Prestar serviços de consultoria e assessoramento de caráter pedagógico a organizações governamentais; instituições privadas e pessoas físicas no planejamento, execução e avaliação de programas e serviços que viabilizem o combate à pobreza e exclusão social;Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza e promoção do empoderamento social;Agenciamento de profissionais para Atividades esportivas, culturais e artísticas;Outras Atividades profissionais, científicas, e técnicas não especificadas anteriormente;Política nacional de assistência social.Gestão de Pessoas, através de recrutamento, seleção e administração do capital humano especializado para a administração pública e/ou entidades privadas;Prestação de serviços de Apoio Administrativo, com Fornecimento de mão-de-obra terceirizada e temporária e especializada;Gerenciar pessoas e realizar prestação de serviços e mão-de-obra qualificada;Consultoria e assessoria em recursos huma-

FOLHAS 430
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

nos;Promover capacitação de pessoal e especialização e treinamento profissional nos âmbitos acadêmico e empresarial;Desenvolver, produzir, transmitir e veicular documentos e informações necessários a efetivação do princípio da transparência;Produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas vídeos, filmes, fotos, fitas, materiais diversos, exposições programas de radiodifusão e serviço de internet afins; **OBJETIVOS**: Para consecução de seu objeto social, o Instituto poderá: celebrar termos de parceria, termo de fomento, termo de colaboração e outros instrumentos de ajustes com o Poder Público, entidades privadas e organismos internacionais, bem como prestar serviços dentro de sua área de atribuição; desenvolver suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas e/ou ações, bem como de forma indireta, por meio de outras organizações sem fins lucrativos e instituições voltadas para o desenvolvimento social e sustentável; firmar parcerias com o Poder Público, a fim de atuar no Sistema Único de Saúde de forma suplementar e complementar, podendo implantar e gerir serviços médicos hospitalares e de assistência à saúde, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados e redução de risco à saúde, visando garantir a consecução dos princípios da universalidade, igualdade e da integralidade; participar de procedimentos de contratação pública, nas mais diversas modalidades; realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, celebrando ajuste com a União, de forma a implantar e gerir pesquisas de interesse público em saúde, ou desenvolver técnicas e operação de gestão em serviços de saúde, bem como outras atividades compatíveis com sua finalidade, desde que expressamente autorizadas pela Assembleia Geral. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**: São órgãos do Instituto o Conselho de Administração, como órgão de deliberação superior; A Diretoria, como órgão de direção e execução; A Assembleia Geral;- O Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização. Os membros da Diretoria terão mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução sucessiva.. **PATRIMÔNIO**: O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis, imóveis, direitos e valores pela mesma adquiridos ou recebidos sob a forma de doações, legados, subvenções, auxílios, ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado apenas para o estrito cumprimento das suas finalidades sociais. Sheyla Yonara Dantas de Farias. Presidente do Conselho Administrativo.

INSTITUTO SOCIAL ÁGAPE - ISA

DENOMINAÇÃO: O INSTITUTO SOCIAL ÁGAPE, também designado pela sigla ISA, é constituído como uma associação civil sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária nem distinção de credo, raça, etnia, classe social, orientação sexual e gênero, de caráter científico, didático, cultural e social, nos termos dos arts. 46 e 54 do Código Civil e art. 120 da Lei de Registros Públicos Nº 6.015/73 que regerá por este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes, e tem sua sede na Rua 10, Nº 10, Bairro Cohaserma, CEP- 65.072-240, São Luís/MA. **FINALIDADE:** A elevação da qualidade da assistência à saúde por meio de gestão diferenciada focada nos resultados, incluindo a promoção de atividades educacionais, científicas, de pesquisa, culturais, sociais, de meio-ambiente, de cidadania e desenvolvimento socioeconômico e tecnológicas. **ADMINISTRAÇÃO:** São órgãos que compõem o INSTITUTO SOCIAL ÁGAPE: a) Conselho de Administração; b) Diretoria Executiva; c) Assembleia Geral; d) Conselho Fiscal; o exercício de qualquer cargo na Diretoria não será, sob qualquer forma, remunerado. **FONTES DE RECURSO:** Para a consecução de seus objetivos sociais e composição de seu patrimônio, o INSTITUTO SOCIAL ÁGAPE contará com os seguintes meios: a) Resultados oriundos de processos licitatórios; b) Contribuição dos associados; c) Resultados de cursos e eventos; d) Doações, repasses, legados e heranças; e) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração; f) Subvenções; Termos de parceria, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação; g) Contratos e acordos firmados com órgãos públicos, e empresas e agências nacionais e internacionais; h) Recebimentos de direitos autorais, etc.; i) Outras fontes diversas, desde que compatíveis com os princípios éticos e filosóficos do Instituto. **DESQUALIFICAÇÃO/ EXTINÇÃO:** Fica prevista a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da Lei Federal, bem como em outra localidade, respeitado a proporção dos recursos e bens a elas locados que será registrado em assembleia extraordinária. **REGISTRO:** O Estatuto Social da Associação está devidamente arquivado no Cartório Cantuária de Azevedo Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, São Luís – MA.JEFFERSON FABIO ALVES DE ABRANTES Presidente do INSTITUTO SOCIAL ÁGAPE.

INSTITUTO SINGULAR

DENOMINAÇÃO: Instituto Singulare, é constituído como uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de Associação Privada sem fins econômicos, nos termos do inciso I do art. 44 e arts. 53 a 61 do Código Civil e que regerá por este ESTATUTO, e pelas normas legais pertinentes, terá tempo de duração indeterminado, e tem sua sede e foro situado na AVENIDA JERONIMO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, 25, VINHAIS I, CEP: 65074-199, SUBCONDOMINIO 07 – PATIO JARDINS, TORRE B – HYDE PARK SL. 1013. FINALIDADE: Desenvolver, apoiar, incentivar e promover: a) – A saúde; b) a educação, através do ensino, qualificação profissional, pesquisa e extensão educacional; c) assistência social; d) o esporte, lazer e recreação; e) a proteção e a preservação do meio ambiente; f) a cultura e a arte; g) a ciência e tecnologia; h) a promoção, inclusão e o desenvolvimento produtivo e sustentável; i) a construção, reforma, adequação, dimensionamento, redimensionamento locais e espaços Físicos de imóveis públicos e privados; j) a promoção e segurança alimentar. **ADMINISTRAÇÃO:** São órgãos que compõem o INSTITUTO SINGULARE: a) Conselho de Administração; b) Diretoria Executiva; c)Assembleia Geral; d) Conselho Fiscal; o exercício de qualquer cargo na Diretoria não será, sob qualquer forma, remunerado. **FONTES DE RECURSO:** Para a consecução de seus objetivos sociais e composição de seu patrimônio, o Instituto Singulare contará com os seguintes meios: a) Resultados oriundos de processos licitatórios; b) Contribuição dos Associados; c) Resultado de cursos e eventos; d) Doações, repasses, legados e heranças; e) Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração; f) Subvenções; g) Contratos de gestão, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação; h) Contratos em geral e acordos firmados com Órgãos Públicos, empresas e agências nacionais e internacionais; i) Recebimento de direitos autorais; j) Outras fontes diversas, desde que compatíveis com os princípios éticos e filosóficos da entidade. **DESQUALIFICAÇÃO/EXTINÇÃO:** No caso de desqualificação, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de contrato de gestão, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, Estado ou Município da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados. **REGISTRO:** O Estatuto Social da Associação está devidamente arquivado no Cartório Cantuária de Azevedo Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, São Luís – MA. WALDINER DOS SANTOS JUNIOR PRESIDENTE.

FOLHAS 431
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

APÓLICE DIGITAL

junto SEGUROS

A sua apólice pode ser consultada através da leitura do QR Code. Entretanto, a simples leitura não dispensa a consulta das Condições Contratuais do produto na página da internet da Superintendência de Seguros Privados (https://www.gov.br/susep) ou da Junto Seguros (juntoseguros.com).

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

DADOS DA SEGURADORA: JUNTO SEGUROS S.A

CNPJ: 84.948.157/0001-33, registro SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nácar, 1440 – Centro - CEP 80410-201 - Curitiba - PR

Data de Emissão: **21/08/2024 10:45:39**
N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0211450**
Proposta: **4728902**
Controle Interno (Código Controle): **266709063**
N° de Registro SUSEP: **05436202400120775021 1450**

DADOS DO SEGURADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO MARANHAO

CPF/CNPJ: 06.113.690/0001-71 PC GETULIO VARGAS, S/N, - CEP: 65.790-000 - SAO DOMINGOS DO MARANHAO - MA

DADOS DO TOMADOR: INSTITUTO VIVER

CPF/CNPJ: 21.851.634/0001-28 AV ARIRIZAL SALA-15 39, SALA 15, TURU - CEP: 65.066-265 - SAO LUIS - MA

DADOS DA CORRETORA:

000002.0.203293-3 **AIRAM CORRETORA DE SEGUROS LTDA**

Documento eletrônico digitalmente assinado por:

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Roque Jr. de H. Melo**

ICP Brasil Assinado digitalmente por: **Eduardo de O. Nobrega**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra - estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil por: Signatários(as): Eduardo de Oliveira Nobrega Nº de Série do Certificado: 62FF6E26A0F8B264 Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 7ABF101BBB728D55D1532D0F6E57775DCFEADD87

Autenticidade, integridade e validade jurídica em forma eletrônica garantida através de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil. As condições contratuais / regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade / entidade junto à Susep, poderão ser consultadas no site https://www.gov.br/susep/pt-br de acordo com o número de processo constante da apólice / proposta. A certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP pode ser consultada no site https://www.gov.br/susep/pt-br. Este produto está protocolado através do N.º de Processo SUSEP 15414.636371/2022-53 e nº 15414.636374/2022-97. Atendimento SUSEP: 0800.021.8484. Central de Atendimento: 0800.704. 0301, deficiente auditivo 0800.742.6060, Ouvidoria: 0800.643.0301, http://www.consumidor.gov.br.

FOLHAS 432
Nº PROCESSO 866/2024

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0211450**
Proposta: **4728902**
Controle Interno (Código Controle): **266709063**
N° de Registro SUSEP: **05436202400120775021 1450**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Garantia Contratada

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Ramo
Licitante	R$ 133.651,45	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

Descrição da Garantia: Coberturas, valores e prazos previstos na Apólice:

Modalidade e Cobertura Adicional	Limite Máximo de Indenização (LMI)	Vigência	
		Início	Término
Licitante	R$ 133.651,45	22/08/2024	21/11/2024
Multas e Penalidades	R$ 133.651,45	22/08/2024	21/11/2024

Demonstrativo de Prêmio:

Prêmio Líquido Licitante	R$ 499,82
Adicional de Fracionamento	R$ 0,00
I.O.F	R$ 0,00
Prêmio Total	**R$ 499,82**

Condições de Pagamento:

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R$)
1	28/08/2024	22541422	R$ 499,82

Em atendimento à Lei 12.741/12informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s).Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição

APÓLICE DIGITAL

N° Apólice Seguro Garantia: **12-0775-0211450**
Proposta: **4728902**
Controle Interno (Código Controle): **266709063**
N° de Registro SUSEP: **05436202400120775021 1450**

FRONTISPÍCIO DE APÓLICE SEGURO GARANTIA

Objeto da Garantia

Esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, conforme termos e condições descritos no **Edital PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 006/2024 – CPL/PMSDM.**

Ademais, esta Apólice de riscos declarados garante Indenização, até Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes do inadimplemento de multas e penalidades administrativas impostas pelo Segurado ao Tomador, e não adimplidas no prazo definido no Contrato Principal ou notificação realizada ao Tomador.

O presente documento é emitido em consonância com a Circular SUSEP 662, de 11 de abril de 2022.

ESTA APÓLICE NÃO PODERÁ SER UTILIZADA COMO COMPLEMENTO OU ENDOSSO DE APÓLICE ANTERIORMENTE FORNECIDA POR ESTA SEGURADORA REFERENTE AO MESMO EDITAL E/OU CONTRATO OBJETO DESTE SEGURO.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

LICITANTE
PROCESSO SUSEP n.º 15414.636371/2022-53.

1. OBJETIVO DO SEGURO – RISCOS COBERTOS

1.1. Este contrato de seguro garante Indenização, até o valor do Limite Máximo de Garantia, pelos Prejuízos decorrentes da recusa do Tomador adjudicatário em assinar o contrato administrativo licitado, ou demais inadimplementos elencados nos termos e condições descritos no Edital os quais levem à execução da garantia de oferta.

2. RISCOS EXCLUÍDOS

2.1. Não estão incluídos na cobertura quaisquer prejuízos ocasionados direta ou indiretamente e ocorridos em consequência de:

a) obrigações trabalhistas e previdenciárias;

b) riscos cobertos por outros ramos ou modalidades de seguro, tais como, mas não se limitando a seguro de responsabilidade civil, lucros cessantes e eventos e riscos de natureza ambiental;

c) eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos do Código Civil;

d) inadimplência de obrigações garantidas, decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado, que tenham contribuído de forma determinante para ocorrência do Sinistro;

e) inadimplência de obrigações do Edital que não sejam de responsabilidade do Tomador;

f) penalidades decorrentes do atraso do Tomador na apresentação desta Apólice e seus Endossos, ou da inadequação da Apólice para garantia do Edital;

g) atos de terrorismo conforme definido por legislação ou regulamentação aplicável;

h) atos de hostilidade, guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil ou militar e, em geral, todo ou qualquer ato ou consequência dessas ocorrências, bem como atos praticados por qualquer pessoa agindo ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem a derrubar pela força o governo ou instigar a sua queda, pela perturbação da ordem política e social do país por meio de atos de terrorismo, guerra, revolução, subversão e guerrilhas;

i) quaisquer perdas, destruição ou danos, de quaisquer bens materiais, prejuízos e despesas emergentes ou consequentes de qualquer forma de radiação, contaminação, resíduo ou fissão, inclusive, mas não se limitando, às nucleares e ionizantes;

j) obrigações que não estejam expressamente garantidas e previstas no Objeto da presente Apólice;

k) quaisquer Prejuízos, perdas e/ou demais penalidades decorrentes da violação de normas anticorrupção perpetradas com participação dolosa do Segurado e/ou seus representantes;

l) quaisquer prejuízos decorrentes da alteração da obrigação garantida por esta Apólice que tenha sido acordada entre Segurado e Tomador, sem anuência prévia da Seguradora por meio da emissão de Endosso.

3. PRÊMIO

3.1. O Tomador é responsável pelo pagamento do Prêmio correspondente a Apólice, assim como de todos seus Endossos.

3.2. Esta Apólice continuará em vigor mesmo quando o Tomador não pagar o Prêmio nas datas convencionadas.
3.3. A presente modalidade de Seguro garantia não contempla a hipótese de devolução de Prêmio em caso de cancelamento.

4. ALTERAÇÕES, RENOVAÇÕES E ATUALIZAÇÕES

4.1. A Apólice acompanhará as modificações já previstas no Edital subscrito, mediante emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.2. Para alterações posteriores efetuadas no Edital, em virtude das quais se faça necessária a modificação da Apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de Endosso ou nova Apólice.
4.3. As alterações, renovações e atualizações não se presumem e serão precedidas de pedido do Segurado, acompanhado dos documentos que as demonstrem, inclusive para a atualização monetária do LMG pelo índice constante do Edital.
4.4. Ao aceitar a presente Apólice, Segurado e Tomador reconhecem o seu dever em comunicar à Seguradora, em prazo razoável, nunca superior a 10 (dez) dias úteis após o fato, de alterações ocorridas ao Edital ou da obrigação constante do Objeto da Garantia que influenciem o risco subscrito pela Seguradora, sendo, ou não, tais alterações formalizadas contratualmente.
4.5. A não observância pelo Segurado das obrigações constantes no item 4.4. importam em Perda de Direitos, conforme item 7, abaixo, desde que (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) isso tenha relação com o Sinistro ou esteja comprovado, pela Seguradora, que o Segurado silenciou de má-fé.

5. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE SINISTRO

5.1. Reclamação de Sinistro: não sanado o inadimplemento e não assinado o contrato administrativo licitado, a Reclamação de Sinistro poderá ser realizada pelo Segurado, mediante envio de comunicação à Seguradora, ao "canal de sinistro" constante do sítio eletrônico da Seguradora, informando-a acerca da conclusão do processo administrativo para apuração de Prejuízos.
5.2. **Caracterização do Sinistro**: o Sinistro restará caracterizado quando da exigibilidade dos Prejuízos causados ao Segurado, por culpa ou dolo do Tomador, desde que acompanhado dos documentos listados abaixo.
5.3. Para a Reclamação de Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos:
a) cópia do Edital de licitação e seus anexos;
b) cópia integral do processo licitatório correspondente ao Edital;
c) cópia da notificação do Tomador para assinatura do contrato administrativo licitado;
d) cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do Tomador e culminou na aplicação de multas e/ou apuração de Prejuízos ao Segurado;
e) planilha, relatório e/ou correspondências informando os Prejuízos sofridos;
f) planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
g) cópia de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre Segurado e Tomador, relacionados à inadimplência do Tomador;
h) cópia do novo contrato firmado pelo Segurado com o Licitante Substituto, quando aplicável.
5.4. **Regulação do Sinistro**: a Seguradora deverá apresentar Relatório Final de Regulação do Sinistro em até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Reclamação de Sinistro

devidamente acompanhada dos documentos acima listados.

5.4.1. A Seguradora poderá solicitar, ao Segurado, outros documentos e/ou informações complementares para a análise de cobertura da Reclamação de Sinistro apresentada, hipótese na qual o prazo previsto no item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.

5.4.2. Em caso de decisão judicial, ou arbitral, que impeça ou de alguma forma influencie na possibilidade de execução da garantia pelo Segurado, ou suspenda os efeitos da Reclamação de Sinistro comunicada à Seguradora, o prazo de 30 (trinta) dias constante do item 5.4. será suspenso, voltando a correr sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão, ou ausência de efeito suspensivo ao recurso.

6. INDENIZAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO

6.1. Caracterizado o Sinistro, a Seguradora indenizará o Segurado, ou o Beneficiário mediante pagamento em dinheiro dos Prejuízos ocasionados em razão da inadimplência do Tomador.

6.1.1. O cálculo da Indenização corresponderá ao valor das multas aplicadas ao Tomador, conforme disposto no Edital.

6.1.2. Em complemento ao cálculo descrito no item 6.1.1 acima, na ocorrência de Sinistro, os eventuais saldos de créditos do Tomador apurados junto ao Segurado, serão utilizados para amortização do valor da indenização, sem prejuízo de seu pagamento no prazo devido.

6.2. Caso o pagamento da Indenização aconteça antes da apuração dos saldos de créditos do Tomador, o Segurado devolverá à Seguradora os valores por ela pagos em excesso.

6.3. O pagamento da Indenização deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Segurado colaborar com a assinatura do termo de quitação ou do termo de retomada, conforme o caso.

6.3.1. O não pagamento da Indenização no prazo previsto sujeitará a Seguradora ao pagamento de juros de mora e correção monetária, a partir daquela data, nos termos do Edital e sua legislação específica.

6.4. Paga a Indenização, a Seguradora se sub-rogará nos direitos e poderes do Segurado contra o Tomador e/ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao Sinistro.

6.4.1. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos de sub-rogação.

7. PERDA DE DIREITOS

7.1. O Segurado perderá o direito à Indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I. Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo comprovadamente praticados pelo Segurado, ou ainda pelo seu representante legal;

II. Se o Segurado agravar intencionalmente o risco coberto pela Apólice;

III. Descumprimento de obrigações do Tomador decorrentes de atos ou fatos de responsabilidade do Segurado que tenham contribuído de forma determinante para a ocorrência do Sinistro;

IV. Se o Segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas nas presentes Condições Contratuais desta Apólice;

V. Se o Segurado ou seu representante fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do Tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VI. Se for realizada alteração no Contrato Principal sem anuência prévia da Seguradora, desde

que: (i) disso resulte agravamento do risco coberto; e (ii) tal situação tenha relação com o Sinistro ou reste comprovado que o Segurado silenciou de má-fé;
VII. Ausência ou intempestividade da comunicação da Expectativa de Sinistro na forma do item 5.1 destas Condições Contratuais, caso configure agravamento do risco e impeça a Seguradora de adotar as medidas de mitigação de risco;
VIII. Se o Segurado deixar de tomar as providências para evitar ou minorar as consequências do Sinistro.
7.2 O Segurado está ciente das hipóteses de perda de direito quanto a descumprimentos de suas obrigações, ônus, encargos, desembolsos e despesas de sua responsabilidade, assumidos e acordados no âmbito do Contrato Principal e/ou desta Apólice.
7.3. Ao aceitar a presente Apólice / Endosso o Segurado declara à Seguradora que até a data de emissão da presente Apólice / Endossos não há nenhuma circunstância, evento ou inadimplemento do Tomador referente a(s) obrigação(ões) constante do Objeto da Garantia, que tenha gerado ou venha a gerar uma Expectativa de Sinistro, um aviso de Sinistro ou que caracterize a ocorrência de um Sinistro.

8. EXTINÇÃO DA COBERTURA

8.1. A responsabilidade da Seguradora extinguir-se-á, de pleno direito, quando ocorrer uma das seguintes situações abaixo:
a) o contrato administrativo decorrente do Edital garantido pela Apólice for definitivamente assinado entre Segurado e Tomador;
b) quando a Seguradora e o Segurado assim o acordarem;
c) quando o pagamento da Indenização ao Segurado atingir o LMG da Apólice;
d) quando o Objeto da Garantia for extinto; ou
e) término da vigência prevista na Apólice ou Endosso.
8.2. A responsabilidade da Seguradora está limitada aos Prejuízos decorrentes dos eventos de inadimplemento ocorridos durante a Vigência da Apólice, observado o prazo prescricional de 1 (um) ano aplicável ao contrato de seguro para sua caracterização e comunicação à Seguradora.

9. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES E GARANTIAS

9.1. É vedada a utilização de mais de um Seguro garantia na mesma modalidade para cobrir o mesmo objeto, salvo no caso de apólices complementares.
9.2. No caso de existirem duas ou mais garantias distintas cobrindo as mesmas obrigações do Objeto da Garantia, a Indenização deverá ser dividida proporcionalmente entre as garantias apresentadas ao Edital, de modo a não resultar em auferição de lucro ao Segurado.

10. CONTROVÉRSIAS

10.1. Eventuais controvérsias entre Seguradora e Segurado serão processadas no foro do domicílio do Segurado.

11. ACEITAÇÃO

11.1. A contratação da Apólice somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

11.2. A Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento.
11.2.1. A solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 11.2. Nesta hipótese, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 11.2 ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.
11.3. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora comunicará o fato ao proponente por e-mail, via plataforma eletrônica ou qualquer outro meio escrito válido. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, no prazo acima aludido, não caracterizará a aceitação tácita do seguro.
11.4. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 11.2. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a Seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.
11.5. A emissão da Apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.
11.6. A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No tocante à alocação dos riscos previstos nesta garantia, havendo contrariedade e/ou divergência entre as disposições previstas na presente Apólice/Endosso e no contrato e/ou aditivos garantidos, prevalecerão sempre as disposições da presente Apólice/Endosso.
12.2. Cabe ao Tomador e ao Segurado a conferência das condições e termos desta Apólice e/ou Endosso, estando de pleno acordo que a Seguradora a preste e cumpra, tal como disposto em suas Condições Contratuais.
12.3. Tomador e Segurado reconhecem que a validade do presente negócio jurídico e a eficácia do contrato de seguro é vinculada à aceitação do Segurado da presente Apólice ou Endosso em sua integralidade.
12.4. Esta Apólice é inalienável e irrevogável.
12.5. Considera-se como âmbito geográfico de cobertura todo o território nacional.
12.6. A presente Apólice não conta com franquias, participações obrigatórias do Segurado, carência de qualquer tipo, assim como não permite a reintegração do seu Limite Máximo de Garantia.
12.7. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.
12.8. O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
12.9. O Segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico https://www.gov.br/susep.

13. DEFINIÇÕES

13.1. Em acréscimo aos termos definidos constantes das Condições Contratuais, aplicam-se também a esta Apólice, as seguintes definições:
I. Apólice: documento, emitido e assinado pela Seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro garantia.
II. Beneficiário: pessoa jurídica, a qual possui interesse legítimo no Objeto da Garantia e que pode incorrer, direta ou indiretamente, em Prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual do Tomador.
III. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que complementam ou alteram as Condições Contratuais.
IV. Edital: ato indicado no Objeto da Garantia, por intermédio do qual o Segurado faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das

propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas do eventual contrato a ser firmado, contemplando o instrumento de sua publicação, seus anexos, manuais, resumos, projetos e demais informações disponibilizadas pelo Segurado para elaboração de propostas pelos licitantes.

V. Endosso: documento emitido pela Seguradora por meio do qual são formalizadas alterações da Apólice.

VI. Indenização: contraprestação da Seguradora perante o Segurado relativa aos Prejuízos causados pelo Tomador em razão do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro, a qual poderá se dar por meio de pagamento em dinheiro dos Prejuízos apurados no âmbito dos Prejuízos cobertos pelo seguro.

VII. Limite Máximo de Garantia (LMG): valor máximo de Indenização garantido pela Seguradora considerando uma ou mais coberturas previstas na Apólice.

VIII. Prejuízos: multas e penalidades aplicadas pelo Segurado ao Tomador, em decorrência da não assinatura do contrato administrativo, conforme definido no Edital, as quais não tenham sido adimplidas no prazo definido no Edital ou notificação ao Tomador.

IX. Prêmio: importância devida pelo Tomador à Seguradora, como contraprestação da cobertura de seguro contratada.

X. Prêmio Mínimo: a parcela do Prêmio não reembolsável e devido à Seguradora a título de remuneração mínima a partir do momento da emissão do seguro, em razão do consumo de capacidade e seu custo de oportunidade, bem como pela própria garantia securitária prestada desde o momento da emissão da Apólice.

XI. Relatório Final de Regulação de Sinistro: documento no qual a Seguradora comunica existência de cobertura ou, conforme o caso, as razões técnico-legais para eventual negativa de cobertura ou extinção de cobertura/responsabilidade da Seguradora.

XII. Segurado: ente da Administração Pública que publica o Edital, nos termos da legislação.

XIII. Seguradora: é a Junto Seguros S/A.

XIV. Seguro garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo Tomador perante o Segurado, conforme Condições Contratuais da Apólice.

XV. Tomador: pessoa jurídica participante de processo licitatório correspondente ao Edital.

XVI. Vigência: as Apólices e Endossos terão seu início e término de Vigência às 23:59hs das datas para tal fim neles indicadas.

FOLHAS 439
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que JUNTO SEGUROS S.A., CNPJ 84948157000133, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 1139, publicado(a) no D.O.U. de 03/12/1991, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR05436_21082024_104640_857**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2024.

FOLHAS 440
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

ATA DE PROPOSTAS ENVIADAS

PREGÃO Nº. **006/2024**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **066/2024**

Registro de Preços

Relação de propostas enviadas pelos fornecedores que participaram dos lotes abaixo relacionados.

Lote 1
Serviços de Saúde

Fornecedor: INSTITUTO VIVER	**CNPJ/CPF:** 21.851.634/0001-28
Email:	**Telefone:**
Data/hora de envio 22/08/2024 09:28:11	**Avaliação da proposta:** Classificado

Descrição Comprador

1 - ASSISTENTE SOCIAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
ASSISTENTE SOCIAL	120,00	Unidade	3.896,67

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Descrição Comprador

2 - EDUCADOR FÍSICO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
EDUCADOR FÍSICO	84,00	Unidade	3.592,73

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Descrição Comprador

3 - ENFERMEIRO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
ENFERMEIRO	480,00	Unidade	7.043,08

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Descrição Comprador

4 - FARMACEUTICO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
FARMACEUTICO	72,00	Unidade	3.632,73

FOLHAS 441
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Marca:	Fabricante:	Modelo:		
Descrição Comprador				
5 - FISIOTERAPEUTA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FISIOTERAPEUTA		132,00	Unidade	3.459,98
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
6 - FONOAUDIOLOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FONOAUDIOLOGO		72,00	Unidade	3.474,53
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
7 - MEDICO CLINICO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
MEDICO CLINICO		216,00	Unidade	10.305,05
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
8 - MEDICO PSQUIATRA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
MEDICO PSQUIATRA		12,00	Unidade	20.620,41
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
9 - NUTRICIONISTA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
NUTRICIONISTA		60,00	Unidade	3.435,73
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
10 - ODONTOLOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ODONTOLOGO		264,00	Unidade	4.744,56
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

FOLHAS 442
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

11 - PROTESISTA

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
PROTESISTA	48,00	Unidade	3.649,11
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			

12 - PSICOLOGO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
PSICOLOGO	72,00	Unidade	3.770,02
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			

13 - PSICOPEDAGOGO

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
PSICOPEDAGOGO	24,00	Unidade	4.065,51
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			

14 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	576,00	Unidade	5.005,58
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			

15 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	288,00	Unidade	2.741,79
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			

16 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
TERAPEUTA OCUPACIONAL	24,00	Unidade	4.065,52
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	

Fornecedor: PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	**CNPJ/CPF:** 11.505.498/0001-60
Email:	**Telefone:**

FOLHAS 443
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Data/hora de envio 21/08/2024 17:10:17			**Avaliação da proposta:** Classificado		
Descrição Comprador					
1 - ASSISTENTE SOCIAL					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ASSISTENTE SOCIAL			120,00	Unidade	3.500,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					
2 - EDUCADOR FÍSICO					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
EDUCADOR FÍSICO			84,00	Unidade	3.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					
3 - ENFERMEIRO					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ENFERMEIRO			480,00	Unidade	7.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					
4 - FARMACEUTICO					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FARMACEUTICO			72,00	Unidade	3.200,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					
5 - FISIOTERAPEUTA					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FISIOTERAPEUTA			132,00	Unidade	3.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					
6 - FONOAUDIOLOGO					
Descrição do Fornecedor			**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FONOAUDIOLOGO			72,00	Unidade	3.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**			
Descrição Comprador					

FOLHAS 444
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

7 - MEDICO CLINICO

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
MEDICO CLINICO		216,00	Unidade	10.305,05
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

8 - MEDICO PSQUIATRA

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
MEDICO PSQUIATRA		12,00	Unidade	18.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

9 - NUTRICIONISTA

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
NUTRICIONISTA		60,00	Unidade	3.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

10 - ODONTOLOGO

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
ODONTOLOGO		264,00	Unidade	4.500,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

11 - PROTESISTA

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
PROTESISTA		48,00	Unidade	3.200,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

12 - PSICOLOGO

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
PSICOLOGO		72,00	Unidade	3.200,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

13 - PSICOPEDAGOGO

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto

FOLHAS 445
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PSICOPEDAGOGO	24,00	Unidade	4.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			
14 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	576,00	Unidade	4.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			
15 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	288,00	Unidade	2.200,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	
Descrição Comprador			
16 - TERAPEUTA OCUPACIONAL			
Descrição do Fornecedor	**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
TERAPEUTA OCUPACIONAL	24,00	Unidade	4.000,00
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**	

A geração dessa Ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 12 de Setembro de 2024, 1 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Setembro de 2024.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva - Pregoeiro(a)

FOLHAS 446
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

FORNECEDORES HABILITADOS

PREGÃO Nº. **006/2024**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **066/2024**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)
É permitido Carona

Final da Proposta/Início da Sessão: **22/08/2024 às 09:30**

Fornecedor: INSTITUTO VIVER			**CPF/CNPJ:** 21.851.634/0001-28		
E-mail:			**Telefone:**		
Lote 1 Serviços de Saúde					
Descrição Comprador					
1 - ASSISTENTE SOCIAL					
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**	
ASSISTENTE SOCIAL	120,00	Unidade	3.145,87	377.504,40	
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
2 - EDUCADOR FÍSICO					
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**	
EDUCADOR FÍSICO	84,00	Unidade	2.900,49	243.641,16	
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
3 - ENFERMEIRO					
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**	
ENFERMEIRO	480,00	Unidade	5.686,05	2.729.304,00	
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
4 - FARMACEUTICO					
Descrição do Fornecedor	**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**	
FARMACEUTICO	72,00	Unidade	2.932,79	211.160,88	
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
5 - FISIOTERAPEUTA					

FOLHAS 447
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Descrição do Fornecedor		Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
FISIOTERAPEUTA		132,00	Unidade	2.793,32	368.718,24
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
6 - FONOAUDIOLOGO					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
FONOAUDIOLOGO		72,00	Unidade	2.805,07	201.965,04
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
7 - MEDICO CLINICO					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MEDICO CLINICO		216,00	Unidade	8.319,52	1.797.016,32
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
8 - MEDICO PSQUIATRA					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MEDICO PSQUIATRA		12,00	Unidade	16.647,36	199.768,32
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
9 - NUTRICIONISTA					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
NUTRICIONISTA		60,00	Unidade	2.773,74	166.424,40
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
10 - ODONTOLOGO					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
ODONTOLOGO		264,00	Unidade	3.830,40	1.011.225,60
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
11 - PROTESISTA					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
PROTESISTA		48,00	Unidade	2.946,01	141.408,48
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
12 - PSICOLOGO					

FOLHAS 448
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Descrição do Fornecedor		Quant.	Medida	Unitário	Sub Total
PSICOLOGO		72,00	Unidade	3.043,62	219.140,64
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
13 - PSICOPEDAGOGO					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
PSICOPEDAGOGO		24,00	Unidade	3.282,18	78.772,32
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
14 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
TÉCNICO DE ENFERMAGEM		576,00	Unidade	4.041,12	2.327.685,12
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
15 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL		288,00	Unidade	2.213,51	637.490,88
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Descrição Comprador					
16 - TERAPEUTA OCUPACIONAL					
Descrição do Fornecedor		**Quant.**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
TERAPEUTA OCUPACIONAL		24,00	Unidade	3.282,19	78.772,56
Marca:	**Fabricante:**		**Modelo:**		
Total de INSTITUTO VIVER					**10.789.998,36**

Homologação Completa: 12 de Setembro de 2024, 1 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Setembro de 2024.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva - Pregoeiro(a)

FOLHAS 449
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Nívia Gomes da Silva - Equipe de Apoio

Maria Luana de Sousa Viana - Equipe de Apoio

FOLHAS 450
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

ATA PREGÃO

PREGÃO Nº. **006/2024**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **066/2024**

Registro de Preços, prazo: 12 mes(es)
É permitido Carona

Às **09:30** do dia **22/08/2024**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.).
Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.

Publicação: **08/08/2024**
Limite de impugnação: **19/08/2024**
Final da Proposta/Início da Sessão: **22/08/2024 às 09:30**

Esclarecimentos e Impugnações

Não foram apresentados pedidos de esclarecimento ou impugnações ao edital.

Lote 1
Serviços de Saúde

Fornecedor: INSTITUTO VIVER	**CNPJ/CPF** 21.851.634/0001-28
Data/hora de envio 22/08/2024 09:28:11	**Avaliação da proposta:** Classificado.

Descrição Comprador

1 - ASSISTENTE SOCIAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
ASSISTENTE SOCIAL	120,00	Unidade	3.145,87

Marca: **Fabricante:** **Modelo:**

Descrição Comprador

2 - EDUCADOR FÍSICO

FOLHAS 451
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Descrição do Fornecedor		Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
EDUCADOR FÍSICO		84,00	Unidade	2.900,49
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
3 - ENFERMEIRO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ENFERMEIRO		480,00	Unidade	5.686,05
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
4 - FARMACEUTICO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FARMACEUTICO		72,00	Unidade	2.932,79
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
5 - FISIOTERAPEUTA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FISIOTERAPEUTA		132,00	Unidade	2.793,32
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
6 - FONOAUDIOLOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
FONOAUDIOLOGO		72,00	Unidade	2.805,07
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
7 - MEDICO CLINICO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
MEDICO CLINICO		216,00	Unidade	8.319,52
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
8 - MEDICO PSQUIATRA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
MEDICO PSQUIATRA		12,00	Unidade	16.647,36

FOLHAS 452
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Marca:	Fabricante:	Modelo:		
Descrição Comprador				
9 - NUTRICIONISTA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
NUTRICIONISTA		60,00	Unidade	2.773,74
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
10 - ODONTOLOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
ODONTOLOGO		264,00	Unidade	3.830,40
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
11 - PROTESISTA				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
PROTESISTA		48,00	Unidade	2.946,01
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
12 - PSICOLOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
PSICOLOGO		72,00	Unidade	3.043,62
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
13 - PSICOPEDAGOGO				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
PSICOPEDAGOGO		24,00	Unidade	3.282,18
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				
14 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM				
Descrição do Fornecedor		**Quantidade**	**Unidade de Medida**	**Unitário Proposto**
TÉCNICO DE ENFERMAGEM		576,00	Unidade	4.041,12
Marca:	**Fabricante:**	**Modelo:**		
Descrição Comprador				

FOLHAS 453
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

15 - TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	288,00	Unidade	2.213,51

Marca:	Fabricante:	Modelo:

Descrição Comprador

16 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
TERAPEUTA OCUPACIONAL	24,00	Unidade	3.282,19

Marca:	Fabricante:	Modelo:

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	INSTITUTO VIVER 21.851.634/0001-28	12.000.000,00	22/08/2024 09:37:03
Lote 1	Aberta	PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA 11.505.498/0001-60	11.990.500,00	22/08/2024 09:38:44
Lote 1	Aberta	INSTITUTO VIVER 21.851.634/0001-28	11.380.000,00	22/08/2024 09:39:46
Lote 1	Aberta	PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA 11.505.498/0001-60	11.370.000,00	22/08/2024 09:41:59
Lote 1	Aberta	INSTITUTO VIVER 21.851.634/0001-28	10.790.000,00	22/08/2024 09:42:39
Lote 1	***Negociação***	***INSTITUTO VIVER 21.851.634/0001-28***	***10.790.000,00***	***22/08/2024 09:51:58***

Chat

Apelido	Mensagem	Data/Hora
Sistema	A sessão pública foi iniciada.	22/08/2024 09:31:58
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	22/08/2024 09:32:12
Pregoeiro(a)	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	22/08/2024 09:32:12
Pregoeiro(a)	Bom dia a todos!	22/08/2024 09:32:39
Pregoeiro(a)	Senhores nesse momento será realizada a abertura da presente licitação.	22/08/2024 09:32:57
Sistema	Iniciada a fase de lances no lote **01** . Senhores fornecedores deem seus lances!	22/08/2024 09:33:02
Pregoeiro(a)	Senhor Fornecedor arrematante solicito que reduza o valor ofertado a titulo de NEGOCIAÇÃO.	22/08/2024 09:52:42
Pregoeiro(a)	Senhor Fornecedor arrematante solicito mais uma vez que reduza o valor ofertado a titulo de NEGOCIAÇÃO.	22/08/2024 09:59:38

FOLHAS 454
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

Pregoeiro(a)	SENHOR FORNECEDOR RATIFICO MAIS UMA VEZ A NECESSIDADE DE SUA MANIFESTAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE NE NEGOCIAÇÃO.	22/08/2024 10:05:13
Fornecedor 1	Prezados, bom dia! Visando a boa execução dos serviços, manteremos os valores ofertados.	22/08/2024 10:06:28
Pregoeiro(a)	Obrigado pela resposta.	22/08/2024 10:07:03
Sistema	O fornecedor **01** teve seu lance aceito no lote **01** . É obrigatório a atualização da proposta inicial dentro da plataforma, em: **Proposta > Materiais/Serviços >** no comando "**Atualizar Proposta**". A proposta final deverá ser atualizada no prazo de 02 (duas) horas. Exceto se o ente público fixar prazo diferente!	22/08/2024 10:07:09
Pregoeiro(a)	Convoco a empresa INSTITUTO VIVER para apresentar a proposta readequada ao valor final e documentos de habilitação no prazo de 2 (duas) sob pena de desclassificação pelo não envio.	22/08/2024 10:12:30
Pregoeiro(a)	A documentação deverá ser enviada até às 12h10min de hoje.	22/08/2024 10:19:29
Pregoeiro(a)	Senhores informo que a reabertura da presente licitação ocorrerá dia 09/09/2024 às 14h30min, por favor estejam todos conectados.	06/09/2024 09:28:09
Pregoeiro(a)	Boa tarde a todos!	09/09/2024 14:31:32
Pregoeiro(a)	Senhores nesse momento será realizada a reabertura da presente licitação.	09/09/2024 14:31:50
Sistema	O fornecedor **INSTITUTO VIVER** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1.	09/09/2024 14:38:02
Sistema	O fornecedor **INSTITUTO VIVER** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	09/09/2024 14:38:12
Sistema	O(s) Lote(s) 1., foi(ram) abertos para manifestação de intenção de recurso. Que deve ser feita em até **10** minuto(s) - *(Prazo final: 09/09/2024 14:48:21).*	09/09/2024 14:38:21
Sistema	O(s) lote(s) 1. foi(ram) **adjudicados** para o fornecedor **INSTITUTO VIVER**.	12/09/2024 12:51:58
Sistema	O(s) lote(s) 1. foi(ram) **homologados** para o fornecedor **INSTITUTO VIVER**.	12/09/2024 12:52:04

Julgamento de Recursos e Contrarrazões

Não foram apresentados pedidos de recursos ou contrarrazões ao processo.

Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	INSTITUTO VIVER	21.851.634/0001-28	10.790.000,00
2	PROSEG CONSULTORIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	11.505.498/0001-60	11.370.000,00

Avisos do processo

Data / Hora	Descrição

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes

Lotes	Adjudicação	Homologação
	Data/Hora	Data/Hora
Lote 1	12/09/2024 12:51:58	12/09/2024 12:52:04

FOLHAS 455
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

A geração dessa Ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Completa: 12 de Setembro de 2024, 1 de 1 lote(s).

Documento gerado em 12 de Setembro de 2024.

Jorges Fran Costa Ramalho Silva - Pregoeiro(a)

Nívia Gomes da Silva - Equipe de Apoio

Maria Luana de Sousa Viana - Equipe de Apoio

FOLHAS 456
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do **Pregão** nº **006/2024**, Processo Administrativo nº **066/2024**, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
INSTITUTO VIVER - 21.851.634/0001-28 andressajuridico@iviver.org.br - (98) 98407-9540	13.365.144,60	10.789.998,36	2.575.146,24 Proveito (19,27%)
Totais	**13.365.144,60**	**10.789.998,36**	**2.575.146,24** **Proveito (19,27%)**

Detalhes

Renan Silva de Araújo na condição de **Autoridade Competente** Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: INSTITUTO VIVER - **CPF/CNPJ:** 21.851.634/0001-28

Lote 1				**Data/Hora da Adjudicação - 12/09/2024 12:51:58**
Serviços de Saúde				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
ASSISTENTE SOCIAL	120,00	Unidade	3.145,87	377.504,40
EDUCADOR FÍSICO	84,00	Unidade	2.900,49	243.641,16
ENFERMEIRO	480,00	Unidade	5.686,05	2.729.304,00
FARMACEUTICO	72,00	Unidade	2.932,79	211.160,88
FISIOTERAPEUTA	132,00	Unidade	2.793,32	368.718,24
FONOAUDIOLOGO	72,00	Unidade	2.805,07	201.965,04
MEDICO CLINICO	216,00	Unidade	8.319,52	1.797.016,32
MEDICO PSQUIATRA	12,00	Unidade	16.647,36	199.768,32
NUTRICIONISTA	60,00	Unidade	2.773,74	166.424,40
ODONTOLOGO	264,00	Unidade	3.830,40	1.011.225,60

FOLHAS 457
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PROTESISTA	48,00	Unidade	2.946,01	141.408,48
PSICOLOGO	72,00	Unidade	3.043,62	219.140,64
PSICOPEDAGOGO	24,00	Unidade	3.282,18	78.772,32
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	576,00	Unidade	4.041,12	2.327.685,12
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	288,00	Unidade	2.213,51	637.490,88
TERAPEUTA OCUPACIONAL	24,00	Unidade	3.282,19	78.772,56

São Domingos do Maranhão, 12 de Setembro de 2024.

Autoridade Competente: Renan Silva de Araújo

FOLHAS 458
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **006/2024**, Processo Administrativo nº **066/2024**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de Preços para futura contratação de empresa na prestação de serviços técnicos na área da saúde (médicos, enfermeiros, fisioterapeuta, dentista e outros) para atuação na Rede Municipal de Saúde.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
INSTITUTO VIVER - 21.851.634/0001-28 andressajuridico@iviver.org.br - (98) 98407-9540	13.365.144,60	10.789.998,36	2.575.146,24 Proveito (19,27%)
Totais	**13.365.144,60**	**10.789.998,36**	**2.575.146,24** **Proveito (19,27%)**

Detalhes

Renan Silva de Araújo na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: INSTITUTO VIVER - **CPF/CNPJ:** 21.851.634/0001-28

Lote 1 — **Data/Hora da Homologação - 12/09/2024 12:52:04**

Serviços de Saúde

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
ASSISTENTE SOCIAL	120,00	Unidade	3.145,87	377.504,40
EDUCADOR FÍSICO	84,00	Unidade	2.900,49	243.641,16
ENFERMEIRO	480,00	Unidade	5.686,05	2.729.304,00
FARMACEUTICO	72,00	Unidade	2.932,79	211.160,88
FISIOTERAPEUTA	132,00	Unidade	2.793,32	368.718,24
FONOAUDIOLOGO	72,00	Unidade	2.805,07	201.965,04
MEDICO CLINICO	216,00	Unidade	8.319,52	1.797.016,32
MEDICO PSQUIATRA	12,00	Unidade	16.647,36	199.768,32
NUTRICIONISTA	60,00	Unidade	2.773,74	166.424,40
ODONTOLOGO	264,00	Unidade	3.830,40	1.011.225,60

FOLHAS 459
Nº PROCESSO 066/2024
Assinatura

PROTESISTA	48,00	Unidade	2.946,01	141.408,48
PSICOLOGO	72,00	Unidade	3.043,62	219.140,64
PSICOPEDAGOGO	24,00	Unidade	3.282,18	78.772,32
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	576,00	Unidade	4.041,12	2.327.685,12
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	288,00	Unidade	2.213,51	637.490,88
TERAPEUTA OCUPACIONAL	24,00	Unidade	3.282,19	78.772,56

São Domingos do Maranhão, 12 de Setembro de 2024.

Autoridade Competente: Renan Silva de Araújo